

SEÇÃO DO PROTOCOLO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO "P" C/PROC : 006019693 DE 1993

NATUREZA : REQ.P(C/PROC) 06-0196/93-9 DE 26/05/93

PROMOVENTE: VEREADOR ALUAIZA SPOSATI

EMENTA :

SOLICITA CONSTITUICAO DE COMISSAO DE ESTUDOS PARA ELABORAR PROPOSTAS REFERENTE A ASSISTENCIA SOCIAL, A SEREM ENCAMINHADAS AO CONGRESSO NACIONAL

INDICE :

ASSISTENCIA SOCIAL
COMISSAO DE ESTUDOS (CMSP)
DEBATE
LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL

OBSERVACOES :

(fls. 629 a 1.056)

Volume 2

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
06/10/2010 14:14:28

00000000553-36



ARQUIVADO EM

26/94

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Folha n.º 629 do pr
N.º 196 de 1993
O funcionário

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos - para elaboração de uma
política de assistência social. -

Presidenta: Sr.ª Aldaça Spasali

Reunião em 1.º/ setembro / 1993

(Memo CEE n.º 133/93, da Sec. Pen. Temporárias)

À Sr. Assessor J. de Augusto Vimenta

(1 via)

Boleto n.º 630	du 1955
N.º 126	de 10 93
C funcionário	J

SEM REVISAO

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Th. de Freitas Huzel
THEREZINHA DE FREITAS HUZEL
Diretora Tão. Depto. Taquigrafia.
DT. 10



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 631 de proc.
196 de 1993
Funcionário #

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO DE
UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: SRA. Vereadora Aldaíza Sposati

MEMBROS: Srs. Vereadores:

Lídia Corrêa

Ana Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada no Salão Tiradentes, 8º andar,
Câmara Municipal de São Paulo, em 01 de setembro de 1993.

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati.

(Memo CEE nº 133/93, da Secretaria das Comissões
Temporárias).



TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
daiva	C. Estudos	01.09.93		

SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Sposati) - Estamos rea-

lizando mais uma sessão da Comissão de Estudos Temporárias, sobre Assistência Social. As pessoas que estão aqui, pela primeira vez, ~~então~~ vamos explicar um pouco o nascimento dessa Comissão, que ela já está aqui pela sua 6ª ~~sessão~~ sessão. Nós apresentamos no ~~plenário~~ plenário da Câmara, quando estava em elaboração e encaminhamento, esta conferência nacional, a proposta da Lei Orgânica da Assistente Social, nós propusemos ao ~~Plenário~~ Plenário uma formação de uma comissão de estudos, para que a Câmara de São Paulo também tivesse o seu posicionamento sobre a questão da ~~Assistente~~ Assistente Social na cidade, e ~~então~~ pudesse fazer chegar a esse posicionamento. Então essa comissão foi aprovada, mas isso foi bem ao final do mês de junho, e a Câmara entrou em recesso, depois em julho, mesmo as ~~sessões~~ sessões extraordinárias, ~~então~~ não supunha ter o trabalho ordinário das comissões. Com isso efetivamente a gente tomou esse trabalho, agora no mês de agosto. Tem tido sessões semanais, e o andamento da ~~comissão~~ comissão, ele caminhou em dois bons momentos, e vamos nós aí ~~para~~ para o 3º terceiro. Os momentos são os seguintes: o primeiro nós tentamos, vamos ~~dis~~ zer assim, mapear o que a gente poderia, não sei, apeli-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 633 do proc.
n.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F5	2	dalva	C. Estudos	01.09.93		

dar de um diagnóstico sobre a situação da pobreza e a dimensão
apartheid social na cidade. Um segundo, que teria uma busca de
avaliar o que se faz na cidade, no que se refere a esse apartheid
social, as ~~muitas~~ várias alternativas institucionais, ~~não~~ institu-
cionais, e depois num terceiro momento, as propostas. O dia
de hoje ele mistura um pouco, o que a gente poderia chamar de
um ~~primeiro~~ primeiro momento, e segundo, isso é, a gente está
dando mais claro o diagnóstico da situação, até porque, então ~~está~~
está Cecilia, que a gente já aproveita para agradecer a presen-
ça, e significativos estudos, ~~que~~ que a CBEA fez sobre a criança
na cidade, que nós tivemos até a oportunidade, na semana passada,
consta aqui, pelo Instituto Lidas, as transparencias, e disposi-
ções sobre estudos, a metodologia, de nós darmos, já essa conti-
nuidade, no dia de hoje, inclusive está previsto no dia de ama-
nhã, seria um dia para nós ~~discutirmos~~ discutirmos
vamos dizer assim, as alternativas, os encaminhamentos institu-
cionais da cidade. Por isso nós enfatizamos o convite a Secretaria
do Bem Estar da Prefeitura, ~~ao~~ ao Corpo Municipal de Voluntários,
a Superintendência Estadual da LBA, a Coordenação Estadual da CBEA
também convidamos a Secretaria de Promoção Social do Estado, e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 634 do arc
de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F5	3	dalva	C. Estudos	01.09.93		

dentro da Secretaria de Promoção Social, convidamos, Solide Cult, do ~~SEPM~~ CETREN, que tem uma ~~an~~ análise aí de ponta, sobre essa sessão, o percurso dessa comissão, nós trabalhamos, eu acho que até incisivamente, sempre nunca é o necessário, sobre a discussão da criança e adolescente, tivemos a possibilidade de discutir as questões das crianças, inclusive, até, não só da atenção a criança de 0 a 6, mas sobre atenção das creches, mais indo até o ~~adolescente~~ adolescente, até a discussão sobre infrator, que podemos contar com a presença do Nazime(?) que tem todo um trabalho e conhecimento nessa área. A nossa ~~in~~ incursão inicial, foi com ~~es~~ especialistas, sobre a discussão da pobreza, e urbano, nós discutimos com técnicos da FUNDAP? CUT, UNICAMP, esse quadro da Cidade de São Paulo, a questão ~~inf~~ fundiária, a pobreza, foi feito aí um anglo mais ampliado. Temos ainda, cursos com movimento ligados a população de rua, se não me engano, há uma possibilidade de que isso seja dia 8, estamos aguardando essa confirmação, discutir a atenção da população dos sofrendores de ruas, depois nós temos ainda uma discussão com os seguimentos da população portadora de deficiência, quer dizer, pegando aquelas ~~coordenadorias~~ coordenadorias das ~~exclusões~~ exclusões, pegando o negro, a mu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 635 do proc
1916 de 1933
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F5	4	d'alva	C. Estudos	01.09.93		

lher, o portador de deficiência, para a gente fechar esse quadro das ~~exclusões~~ exclusões. Então o dia de hoje, onde agradecemos a presença, do Pedreira, e que nesse momento está representando a Secretaria da Família e do Bem Estar Social do Município. Nós temos a ~~professora~~ Prof. Belina da Silva(?) que está representando, também, a Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo, Elisa, que é a Presidenta do Conselho Regional do Serviço Social, que também tem estado presente a todo o momento, enfim, estamos aqui num conjunto onde ~~xxx~~ as pessoas ~~x~~ estão chegando. Essa comissão é composta por cinco Vereadores: Lidia Correa, Ana Martins, Eder Jofre, e pelo Vereador Alberto Calvo, além da minha presença, na condição de Presidenta. Falar de de pobreza é um assunto de baixo ibope. Então tem sido um pouco difícil ~~o assunto de pobreza é um assunto de baixo ibope. Então tem sido um pouco difícil~~

~~o assunto de pobreza é um assunto de baixo ibope. Então tem sido um pouco difícil~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 636 da 1ª sessão
1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F6	1	regina	Assist.Soc.	1.9.93		

se a gente conseguir a presença de demais Vereadores, dos demais membros da Comissão nessa comissão de estudos. Mas, mesmo assim, se entendeu em prosseguir e assumir e apresentar à Câmara a proposta. Nós temos trabalhado do seguinte modo, quer dizer, há uma exposição, o nosso texto de reunião seria por volta de 12 ou 12:30 horas, não sei se está bem para as pessoas. (Pausa). Tudo bem? (aparte fora do microfone). Onze e meia? Então, nós poderíamos, dada a urgência da Cecília, se me permitem, não só por uma dama, pela urgência, por ser da esfera federal, por trabalhar com a criança e o adolescente, se a Cecília poderia tomar a palavra inicialmente. Queria dizer que tudo aquilo que estamos aqui discutindo é gravado, não por uma questão de controle mas por subsídio. E depois esse texto é todo datilografado. Então a gente vai pedir que as pessoas, sempre que falarem, identifiquem-se no microfone, seu nome, para depois, para efeito da reprodução, da transcrição. Então passaríamos a palavra à Cecília, na idéia geral do quadro da CBA(?), da sua presença na questão da atenção à criança. E se possível, Cecília, se puder uma incursão e seu pensamento sobre a questão da assistência social na Cidade de São Paulo, como você vê o procedimento nessa questão.

MARIA CECILIA VILHOTO(?)

~~XXXXXXXXXXXX~~ - Represento o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. (Pausa). Eu quero agradecer o convite que me foi formulado para estar aqui presente. Acho a iniciativa muito interessan



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R6	2	regina	Assist. Soc.	1.9.93		

te e oportuna, não só pela discussão da assistência social, que está tramitando no Congresso Nacional, ~~apresenta~~ o projeto de regulamentação da Lei Orgânica, mas também pela grave situação das crianças e dos adolescentes neste Município. Do ponto de vista não só do abandono, que certas crianças se encontram, mas do ponto de ~~vista~~ vista da violência que está sendo perpetrada contra as crianças no Município de São Paulo, e poucas providências têm sido tomadas para resolver essa situação. O Centro Brasileiro para a Criança e o Adolescente é um órgão vinculado ao Governo Federal, ao Ministério do Bem-Estar Social e tem representação em todos os estados brasileiros. O trabalho que o Centro Brasileiro desenvolveu, que vocês discutiram na última semana, que foi a tentativa de se traçar um perfil da criança e do adolescente no Município de São Paulo, com objetivo exatamente de oferecer subsídios a uma ação política por parte do Município, através dos organismos que trabalham nessa área. As secretarias municipais, as organizações não-governamentais, mas, principalmente, ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e aos conselhos tutelares. O nosso objetivo, ~~as~~ patrocinar a realização desse diagnóstico é oferecer uma análise da situação que, ao mesmo tempo, pudesse estar encaminhando algumas propostas pela identificação do problema, algumas propostas de encaminhamento de soluções. Nesse sentido é que o estudo foi feito, na perspectiva da especialização, da iden



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F5	3	regina	Assist.Soc.	1.9.93		

ificação do problema dentro do espaço urbano. Eles podem verificar on
de está incidindo as maiores carencias, as maiores dificuldades, onde
as necessidades e os direitos das crianças e dos adolescentes estão sen
do violados dentro do Município. Bom, a gente até poderia fazer uma anã
lise histórica do que acontece no Município, mas eu vou me deter em as
pectos, em acontecimentos dos últimos anos ou, mais ou menos, da déca
da de 90. Continua existindo no Estado de São Paulo, no Município de
São Paulo uma total dicotomia e paralelismo das ações das esferas fede
ral, estadual e municipal. Não existe a menor integração, articulação
ou trabalho no sentido realmente de juntar esforços para resolver o pro
blema da criança e do adolescente, ou o problema da pobreza, ou da popu
lação, fazendo com que os investimentos, recursos, equipamentos, recur
sos humanos, recursos materiais sejam voltados para solução de um mesmo
problema. Não vou fazer aqui análise das causas dessa dicotomia, porque
isso já está sendo exaustivamente discutido. Mas acho que temos hoje,
no Município de São Paulo, um órgão que é o Conselho Municipal da Crian
ça e do Adolescente, com a sua participação paritária, de representação
do poder público municipal e de representação de entidades representa-
tivas da sociedade civil, para se tentar encaminhar um proposta articula
da de ação. Acho que hoje nós temos uma estratégia nesse sentido. Histo
ricamente sempre houve entre o governo municipal e o governo estadual



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Nº 639 do Proc
Nº 196
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F6	4	regina	Assist.Soc.	1.9.93		

um acordo tácito, ~~uma~~ onde a questão do adolescente, a questão do meni-
no ou da menina, com problema de conduta, de abandono, de marginalização,
era de responsabilidade do governo estadual. E a questão de prevenção, a
questão da correção, dos rumos do atendimento, seriam da esfera do gover-
no municipal. Tanto é assim que a Prefeitura de São Paulo dedicou básica-
mente sobre a questão da rede de creches, que é ampla do ponto de vista
da realidade brasileira, do investimento que os municípios fazem nisso.
Mas em relação a realidade do Município de São Paulo não chega a atender
15% da demanda. Mas, em todo caso, é a maior rede existente no País em
creches. Também o trabalho que a Prefeitura, através das secretarias em
cooperação com as organizações não-governamentais fez na área do atendi-
mento à população de 7 a 14 anos, com os jovens, são os programas chama-
dos Centro da Juventude. E o Estado sempre ficou com aqueles grupos que
eram mais a sequele, vamos dizer assim, o residual da sociedade, que eram
aqueles que iam para a Febem, que iam para as unidades de internação, que
eram tirados de circulação. Era isso que se fazia com a criança e com o
adolescente: tiravam de circulação a pretexto de se estar resolvendo o
problema. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente isso mu-
da e precisa mudar. Não é mais de competência do Estado o atendimento às
necessidades básicas e o atendimento direto a toda problemática. E na me-
dida que não consegue encaminhar, e aí eu falo do ponto de vista do CBA
como órgão normativo, que tem uma responsabilidade normatizadora na área,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 640
N.º 196
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F7	1	regina	Assist.Soc.	1.9.93		

então é muito difícil discutir qual é a competência do Município, qual é a competência do Estado no atendimento, por exemplo, do infrator; no atendimento, por exemplo, do adolescente que está envolvido com a questão do uso, abuso de drogas, até mesmo do ~~tráfico~~ tráfico; a questão da prostituição infanto-juvenil. A gente não consegue discernir essa área e não se consegue discutir quem vai fazer o quê. Tem muita gente fazendo, mas não se tem uma delimitação do campo de trabalho, não se tem uma clareza do que é importante fazer. E nós continuamos com crianças nas ruas, com meninos e meninas nas ruas, ~~continuamos~~ continuamos com o processo de violência, com aumento da violência, que culminou no Município de São Paulo inclusive com o processo de extermínio deliberado de adolescentes, que é o que acontece em alguns bairros da periferia. Acho que falta essa articulação. O diagnóstico está dado, nós precisamos ver o que vamos fazer com relação a essa população. E hoje não é mais responsabilidade do Estado. Até ~~IX~~ pela ação que a Secretaria do Menor, ao longo da sua trajetória, começou a fazer em relação a um atendimento paralelo ao atendimento do Município, criando serviços que seriam de responsabilidade municipal, quer dizer, a gente vai vendo que não existe uma orientação. Não sei se isso seria resolvido através de uma ampla discussão e de uma inserção na discussão aqui nesta Casa, na Câmara, quando se discute a questão do Plano Diretor, quais são as ações sociais, as ações



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 641
196
C. funcionário

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F7	2	regina	Assist.Soc.	1.9.93		

sociais, as ações dessa área, que seriam de responsabilidade do Município realmente assumir e o que ficaria para responsabilidade do Estado assumir. Por outro lado, tendo sido funcionária da Secretaria do Bem-Estar Social, e hoje aposentada, também a trajetória dessa secretaria, que sempre trabalhou em cima de programas. Aliás, de programas não, de projetos, de atividades. A Febes trabalha com creches, com centros de juventude, trabalha com projetos. A visão ampla do problema também passa ao largo dessa secretaria, que é uma questão histórica, que se tentou reverter sucessivamente. Mas não se consegue mudar. O pessoal pensa menor, pensa creche; pensa menor, pensa CJ; pensa equipamento, não pensa situação, não pensa problemática. E principalmente não pensa rede de serviços. Nós não podemos hoje estar discutindo a questão de criança e adolescente, pensando que um ~~pega~~ programinha, que um projetinho, que uma campanha irá resolver o problema de criança. Temos de criar a concepção de estar trabalhando em rede interligadas de serviços. E aí uma parte da rede é responsabilidade do Poder Público Estadual, uma parte da rede é responsabilidade do Poder Público Municipal, com complementação financeira por parte da União. Também a gente não pode eximir a União da responsabilidade de estar cooperando para a solução, para o ~~mesmo~~ encaminhamento do problema. Eu acho que falta realmente essa visão ~~procedimental~~ e uma responsabilidade social, de estarmos investindo todos, todos os órgãos, todas as instâncias e com a cooperação da sociedade civil. Acho que isso é possível e nós conseguirmos que o Conselho Municipal do Adolescente e da Criança seja assumido com vontade política pelo poder público municipal, realmente com competência pelos representantes da sociedade civil que estão lá. Deixando de lado questões de cunho político-partidário, ideológico,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 642 do proc
PAULO 1996 de 19 93
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F7	3	regina	Assist.Soci.	1.9.93		

que estão realmente tolhendo toda ação dessas instâncias de conselho, não só no Município de São Paulo, mas no Estado como um todo. É o que tenho percebido. Há falta de clareza do papel do Estado, do papel da sociedade, da possibilidade de cooperação entre as duas instâncias. E as crianças ficam relegadas. As pessoas ficam brigando por questões que não são substantivas. Eu acho que está faltando um encaminhamento correto das questões. E é importante a iniciativa da Câmara Municipal de estar discutindo essas questões, no sentido de oferecer proposta de encaminhamento. E inclusive dá abertura nessa Casa para discussão agora, quando se vai ver a questão do orçamento público, de plano plurianual, ou tudo aquilo que vai significar em termos de investimentos. Mas é importante, em um outro aspecto que vocês colocaram na reunião, que tenham convocado representantes das diferentes instâncias governamentais e representação de outros órgãos que estão trabalhando nessa área, para discutir, para tentar intermediar, para tentar articular. É interessante que ao chegar aqui eu encontrei o... (nomes ininteligíveis), a Elza e agora o Ademir, nós somos os mesmos. Somos nós mesmo que cuidamos dessa área, faz tempo, com a liderança da Aldaíza, agora como Vereadora. Mas há quanto tempo a gente vem falando. Só que hoje a questão da criança e do adolescente está ou começou a fazer parte da agenda política, nem que seja para dar uma resposta. É uma resposta inclusive a toda uma onda de regressão, de regressão que está acontecendo na sociedade com relação a situação da criança. Na realidade, está se explorando muito politicamente a questão da necessidade do rebaixamento da idade para resolver o problema do infrator. Como se baixar para 14 ou 16 anos fosse dar melhor condição de atendimento àqueles adolescentes, porque é muito sério isso. A socie



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 643 do proc
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F7	4	regina	Assist.Soc.	1.9.93		

dade e alguns segmentos até aplaudirem o fato de exterminar menores, por
que é um a menos a colocar em risco o meu filho para roubar um tênis. Eu
acho que essas questões são muito graves, porque na realidade não está
acontecendo um encaminhamento. Parece-me que falta da parte dos poderes
executivos e mesmo um posicionamento dos poderes legislativos, tanto no
âmbito estadual, como municipal, uma vontade política de fazer um



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
P8	1	Marcelo	Com. Estudos	01.09		

encaminhamento, me parece que falta da parte dos Poderes Executivos e mesmo um posicionamento do Poder Legislativo, tanto no âmbito estadual, como no âmbito municipal, da ~~vontade~~ vontade política de fazer o encaminhamento adequado para ~~essa~~ essa situação. E aí, realmente, fazer os investimentos naquilo que é importante fazer.

Nós temos trabalhado no Estado inteiro com ~~xx~~ relação a criação de Conselhos Municipais, a criação de Conselhos ~~xx~~ Tutelares, na linha de capacitação. É essa linha que o CBA vem assumindo, nós não participamos da manutenção de programas, nossos recursos não são destinados a estarem patrocinando programas, a manutenção de programas, ~~mas~~ mas na linha de implementar ações, de apoiar essa articulação, essa discussão e a criação de Conselhos Municipais. Nós ~~xx~~ temos percebido que tem faltado clareza e os próprios membros dos Conselhos Municipais, não estou me referindo apenas ao município de São Paulo, possam então definir um plano de ação, inclusive, no que diz respeito a criança e ao adolescente, diretrizes mais claras, diretrizes que articulem os recursos, que permita uma articulação dos recursos, não só recursos financeiros, mas recursos naturais e os equipamentos existentes.

Esse diagnóstico que foi feito, ~~per~~ ~~xxxxxx~~ "O que perturba a criança e o adolescente", mostra muito bem as áreas onde há ne-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F8	2	Marcelo	Com.Estudos	01 09		

cessidade de investimentos prioritários. Só que ~~na~~ na maioria das vezes a orientação dos investimentos não vai ao encontro da necessidade, mas vai ao encontro da ~~disponibilidade~~ disponibilidade ou de outros interesses para a resolução dos problemas.

Eu acho que tendo essas informações é possível inclusive, e aí eu acho a iniciativa da Câmara, no sentido de estar criando esta instância de discussão, de dar uma transparência para as discussões, para esse debate, para que a sociedade também tome conhecimento ~~que~~ não fique num número reduzido, ~~há~~ haja uma ampliação, uma ampliação das discussões aqui levadas a efeito para que se possa congregar, mobilizar a sociedade no sentido de solucionar, de todos ~~starem~~ estarem participando na solução dos problemas.

Esse seria o depoimento inicial que gostaria de fazer. Queria, também, dizer a vocês que está faltando um registro histórico para situarmos a discussão da questão da criança e do adolescente, e aqui quero render minha homenagem à Câmara Municipal de São Paulo na medida em que na década de 70 já ~~assistíamos~~ assistíamos aqui, e tem nos anais da Câmara, uma tentativa de se criar no Município de São Paulo um conselho municipal de atenção à criança. Nós fizemos várias reuniões aqui e eu gostaria que se vocês pudessem levantar essa informação o fizessem. Isso foi entre 73 e 74. Já existiu, por ~~parte~~ parte da Câmara, em tempos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 646 de 93
C. funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F8	3	Marcelo	Com. Estudos	01 09		

passados, uma proposta É importante que ela seja realmente retomada e revitalizada, principalmente neste momento, sob sua liderança, Vereadora ~~Alf~~ Aldaíza. A gente tem que recuperar um pouco da história que se fez, daquilo que já aconteceram, para que esta nossa tentativa não fique apenas naquilo que foi feito e engaveta, porque a época era outra, nós estávamos sob o movimento do autoritarismo militar e não foi possível encaminhar nada. Mas seria interessante que vocês levantem isso historicamente, ^{essa informação} porque esta Câmara já tem um trabalho. Nós não podemos deixar isso como ~~uma~~ base, porque aconteceu há muito tempo. É ~~importante~~ importante que se traga agora um produto concreto para o encaminhamento da questão.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu queria agradecer a Cristina (?) Vou me permitir ~~a~~ só algumas considerações, antes de passar a palavra.

Acho que fica posto para nós uma questão que é muito importante, de que nesta nossa área, que vou ~~chamar~~ chamar genericamente, lato sensu, de assistência social, pegando todo os limites dos segmentos ~~incluídos~~ incluídos, tanto que a Cristina muito bem colocou, desenvolver uma cultura de programas em cada uma das instituições, como se desenvolveu também uma cultura, vamos dizer, defensiva de instituições. Então



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F8	4	Marcelo	Com. Estudos	01 09		

existe, digamos, um programa, uma lógica de intervenção, cada um dos órgãos, mas não realmente uma política abrangente, no caso, para a criança de São Paulo, independente de quem sejam os sujeitos excepcionais que estão protagonizando essa prática.

Acho que o que fica claro, inclusive com esse fato de que mais do que nunca a questão da violência, a discussão sobre a criança como uma discussão de política, infelizmente, parece que nós e da área social estamos a reboque dos fatos que está sendo tomadas como uma questão política e temos que apresentar a nossa proposta, digamos, social, no sentido de que realmente esse campo de ação não seja tomado como uma questão de transgressão à ordem, mas efetivamente como um direito próprio de cidadania.

Então queria lembrar que acho que foi debatido num desses momentos da comissão a criação, a necessidade de manutenção, inclusive aqui na Câmara, de uma espécie de fórum permanente, onde tanto pudessem ~~estiverem~~ estar presentes denúncias como um campo ~~onde~~ onde ~~podem~~ soluções, propostas construtivas fossem trocadas e intercambiadas.

A Cecília chama muito a atenção e eu queria sublinhar essa necessidade de termos uma proposta de articulação. Mas não somente uma articulação dentro da lógica de cada um dos órgãos ou cada um dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 648 do proc
PAULO 196 da 197
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F8	5	Marcelo	Com. Estudos	01 09		

~~problemas~~ programas, não uma lógica de troca de serviços, mas como é
que caminhamos para termos realmente uma política, no caso, ~~é~~ que envol-
va todas agências para a criança, no caso, criança e adolescente da ci-
dade, mas outros segmentos.

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 649 do proc
196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F9	1	vand	ass. social	1.9.93		

Queria sublinhar isso. Acho que o desafio se repete. Acho que aqui temos que chegar ao final desta comissão com essa proposta.

O SR PEDREIRA - (Da Secretaria da Família e do Bem Estar) - Emprimeiro lugar a minha satisfação de estar aqui atendendo um convite da colega Sposati a quem revejo depois de tantos anos e relembrando a época em que juntos trabalhamos no conselho de assistentes sociais. Justifico a ausência da secretaria nas reuniões passadas mais por uma questão de comunicação do que proposital. Aqui estamos hoje e pretendemos dar sequência a essa presença. Vamos buscar alguém para que, na hipótese de ~~x~~ minha ausência, alguém possa estar, de forma que a Secretaria não se ausente de manifestações como esta. Atuando na área há mais de 30 anos, os meus cabelos brancos poderão dizê-lo, tanto na área do Estado e agora no município integrado na administração, embora antes acompanhando as administrações municipais, a gente tem a lamentar que sempre se repetem os mesmos problemas das mesmas dificuldades numa demonstração de que aquilo que a Cecília, com tanta oportunidade registrou no que diz respeito à dicotomia entre o Estado e o Município e Federação prossegue. Não se discute a problemática, mas os órgãos, a competência, ~~xx~~ Os recursos se diluem e o problema continua. A oportunidade da elaboração da



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F9	2	vand	assi. social	1.9.93	pedreira	

lei orgânica da assistência social me parece das mais excelentes. Tomara a Deus que não seja mais uma que venha a redundar em vão. O problema está na determinação política de se ~~fazer~~ resolver a problemática que a cada dia cresce na medida que a ~~maior~~ população cresce. É um desafio a área social não só para nós profissionais do social. A Secretaria se faz presente disposta a dar a sua colaboração. Como se trata da primeira presença minha, gostaria de levar o material já existente dos estudos que estão sendo feitos para que nos inteirássemos dele e apresentar as sugestões que ~~tivemos~~ tivemos para apresentar esses trabalhos. Meus cumprimentos a Aldaíza pela condução dos trabalhos na comissão.

A SRA ALDAÍZA SPOSATI - Não temos propriamente aqui na comissão estudos, mas depoimentos. Não teríamos um material de estudo. É nosso objetivo construir propostas. Por exemplo, a proposta pode ser criar uma forma de articulação no ~~prazo~~ prazo de 60 dias. A* indicação aqui ~~é~~ é a demarcação de território e de metas. Foi publicado no Diário Oficial uma determinada concepção sobre a assistência social. É até uma publicação da Secretaria da Família, de um grupo de trabalho. Penso que poderia ser objeto de discussão dessa comissão com as pessoas que o elaboraram até para podermos polemizar essa proposta face à lei orgânica que está em tramitação no Congresso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 651 do proc
1916 de 12 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B9	3	vand	ass.social	1.9.93	sposati	

fazer o encaminhamento. A sugestão que faria para a partir dessa contribuição avançar.

A SRA ELSA - Estou representando a superintendência estadual de São Paulo da Legião Brasileira de Assistência. O nosso objetivo é colocar a atuação da LBA em termos do município de São Paulo. Considero bastante difícil falar sobre isso porque a gente ~~uma~~ costuma falar da LBA no Estado de São Paulo e de repente falar em termos de município fica mais difícil. A LBA é um órgão federal assim como a CBA, vinculado ao Ministério do Bem Estar Social. Nesse ministério fazem parte ainda a Secretaria de Promoção Humana e a Coordenadoria da Pessoa Portadora de Deficiência. A LBA já existe há 51 anos, no dia 28 ela completou seu aniversário. Ela tem como finalidade ~~uma~~ básica participar da formulação da política nacional de assistência social. E ainda, para que essa política se concretize, planejar e implementar medidas necessárias para que se garanta a concretização dessa política. Ela trabalha em 2 áreas específicas que é a área da família e a da comunidade através de algumas ações que seriam os programas de ~~2~~ LBA. Vou falar de todos os programas, mas confesso que nem todos os programas estão sendo feitos, especialmente no município de São Paulo. Em São Paulo a área social é dominada pela Prefeitura e a participação federal é muito pequena. Trabalhamos com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 652 do Livro 196
O funcionário J. B.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F9	4	vand	as.social	1.9.93	elsa	

programa para atenção da criança, com programa de creche e ~~manutenção~~ manutenção que dá prioridade à criança de 0 a 6 anos e 11 meses de idade. Hoje está, para 6 horas diárias, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros reais por pessoa. Isso não significa nada em ~~uma~~ relação ao que a Prefeitura vem pagando. Em 4 horas são trzentos e trinta e dois cruzeiros reais. O que se diz é que a legião não procura manter a criança na creche, mas que trabalha numa linha de cooperação técnica financeira com as entidades. Com relação à criança trabalhamos com a portadora de deficiência que é o programa de tratamento e reabilitação. Nesse programa são apenas os deficientes considerados treináveis que vai de 0 a 18 anos. Com relação aos "per capitas" desse programa varia em função das categorias, ou seja, as entidades quando se faz esse convênio são visitadas por 3 técnicos, assistente social, psicólogo e médico, e dependendo das instalações físicas e número de profissionais essas entidades são classificadas em diferentes níveis. E dependendo dos níveis é que se estabelece o "per capita". Para tratamento e reabilitação o "per capita" maior é de treis mil seiscentos e vinte cruzeiros reais. No nível B temos dois mil quatrocentos e treze. No nível C, mil duzentos e sessenta e quatro. Dentro do tratamento de reabilitação temos o programa da prevenção da deficiência onde as entidades também são classificações para recebimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Ata n.º 653 de 1963
C. funcionário J

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F10	1	vand	a.social	1,9,93	elsa	

mil
do "per capita". No nível A seria quatro trezentos e cinquenta e hum.
No B, dois mil oitocentos e noventa e seis. No C, mil quinhentos e
dezesete. Temos ainda na área da deficiência o trabalho com distúrbios
de comportamento e bolsa de manutenção. Também há classificação das
entidades em níveis. Nível A, dois mil quinhentos e trinta e oito.
B, mil seiscentos ~~xx~~ e nove. C, oitocentos e oitenta e cinco. Bolsa de
manutenção é quando a criança é considerada pela entidade como tendo
atendido o grau máximo de reabilitação ficando um ano, um ano e pouco
para fazer um trabalho de complementação ~~xx~~ preparando essa criança para
saída da instituição. Temos aí a classificação em 3 níveis. Nível A
com mil duzentos e oitenta e nove. B, oitocentos e noventa e quatro.
C, quatrocentos e vinte e hum. Na área da prevenção e deficiência a
atuação da LBA é um pouco maior aqui no município em função de ser o
único órgão que ~~xx~~ esteja trabalhando com a questão da deficiência.
Temos no Estado algumas iniciativas, mas é um programa que já vem de
há muito tempo sendo trabalhado pela área federal. Em termos de atendi-
mento temos 1,961 pessoas com 20 entidades. Temos em bolsa de manutenção
6 pessoas só. Em tratamento de prevenção, 205. Em termos de creche a
LBA atende num regime de 8 horas 7.369 crianças no município de São
Paulo, com 61 entidades. Em regime de 4 horas são 14 entidades com
3.465 crianças. Nessas crianças que atendemos, vamos ter que ~~xx~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 654 do 93
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F10	2	vand	as. social	1.9.93	elsa	

cortar alguns convênios por imposição da Prefeitura porque não se pode ter as 2 áreas com o mesmo convênio com a mesma entidade. Não é uma ordem federal, mas municipal. Das 1800 vagas que temos em creche com a Prefeitura, provavelmente elas deverão ser cortadas. Outro trabalho que a LBA realiza na sua área programática é o trabalho com idoso. O ~~proj~~ programa chama-se Apoio à Pessoa Idosa. Temos 2 modalidades de convênio nessa área que seria o idoso asilar e o que chamamos idoso da comunidade que participa de atividades 2 vezes por semana que ~~é~~ é o projeto conviver. No Município de São Paulo não temos nenhuma entidade asilar conveniada com a LBA. Temos entidades que fazem um trabalho com idoso em comunidade. Existem algumas iniciativas particulares de técnicos da LBA e da Prefeitura que fazem um trabalho integrado nessa área, mas é sempre, como a Norma falou na semana passada, é ~~sempre~~ uma integração ao nível da base, não existe uma articulação ao nível de dirigentes das instituições. Também na área do idoso temos, no projeto conviver, para vocês terem uma idéia do "per capita" ~~que~~ que se paga,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Processo n.º 655 do proc
196 do 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F11	1	morg.	com.assit.soc.	1.9.93		

Também na área do idoso nós temos no projeto conviver, para vocês terem uma idéia, o percapta que se paga no projeto conviver ale é praticamente o percapta da creche em quatro horas, são 316 cruzeiros reais. Agora, no idoso asilar que não temos o convênio na capital, a quarta categoria, não sei por que essa inversão, a quarta significa a primeira, mas veio assim para nós do IMPS, quarta categoria que seria o nível A recebe hoje 3.933 cruzeiros reais. A terceira categoria 2.554, a segunda categoria 15171 e a primeira categoria 702. Também no caso do asilar a classificação é feita de acordo com a instalação física com os equipamentos e com a equipe técnica. Tanto na área do deficiente quanto na área do idoso a equipe mínima é uma assistente social, um médico e psicólogo, mas dependendo das especializações e do trabalho que a gente faz se exigem outros profissionais. É uma dificuldade que se tem não especificamente no município de São Paulo, mas nos demais municípios é que as nossas portarias são muito rígidas, as que normatizam esses dois programas e entender por que elas não foram feitas, é que as nossas portarias são muito rígidas, as que normatizam esses dois programas e até hoje a gente não entendeu que elas não foram refeitas, elas são sempre revistas, revistas, mas em term. de prf profissionais ainda a exigência é muito grande e há municípios de São Paulo que não conseguem responder ao número de prfiss-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 656 do proc.
196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fl 1	2	morg.	xxx comis.	1.9.93		

sionais que as portarias pedem, por exemplo, há municípios que não têm fonoaudióloga, que não tem foneatra e alguns dos convênios, algumas das classificações aqui exigem foneatra, fisiatra e não existe o profissional em todos os municípios do Estado. Então, a cidade não pode firmar o convênio porque não tem o profissional.

Com relação aos outros programas de LDA, temos ainda o que se chama de apoio ao cidadão e fortalecimento familiar, que hoje está mais voltado para o auxílio econômico e financeiro que é a concessão de ort-post, esse programa de há muito estava parado, houve uma série de acontecimentos que saiam nas páginas dos jornais, mas durante esse programa houve muito desvio de verbas e ele está voltando agora em função da solicitação de vários municípios. E inclusive recebemos agora, da Superintendência Estadual de São Paulo 55 milhões de cruzeiros reais para a execução desse programa. Basicamente vai estar destinada à compra de cadeiras de rodas, aparelho auditivo e rede de alimentícios por questão da fome. Os pedidos são muitos e a verba já está comprometida. A LBA não tem profissionais próprios para estar acompanhando as pessoas que recebem as pernas mecânicas ~~apare~~ o aparelho auditivo. Então, estamos fazendo convênio com duas grandes entidades, uma é a Apacam, que é a Associação dos Surdos e Mudos de Campinas, que tem toda uma equipe de profissionais e se dispõe a fazer a adaptação das pessoas com essas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 657 do proc
- TAQUIGRAFIA - 196 de 19 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F11	3	morg.	com. estud.	1.9.93		

aparelhos e a Concrat, que é Fundação e tratamento das deformidades crânio sociais de Bauru. Com relação aos gêneros alimentícios foi muito difícil aqui no Município de São Paulo, por causa dos comitês da fome que não estão oficializados e vocês sabem que a verba federal como qualquer outra verba, ela se repassada para as entidades se não estiverem absolutamente legalizadas. Então, com relação à produção de gêneros alimentícios ou destino dessa verba ela está sendo mais encaminhada para o interior do Estado, porque lá existe mais a possibilidade de se aplicar na produção de alimentos, micro unidades produtivas, a criação de pequenos animais, de pequeno porte, hortas comunitárias, enfim, um outro programa que temos dentro do apoio à comunidade e da assistência familiar é a assistência judiciária, que seria o fornecimento de documentação básica, que é o registro de nascimento, certidão de óbito e o rediçao está sendo adaptado. Houve também problemas com relação a esse programa, embora ele conste na área programática da LBA, aqui em São Paulo não se tem verba para execução desses programas

Temos ainda os programas promocionais e comunitários que são de formação reciclagem profissional, onde se pretende trabalhar os adolescentes naquilo que a comunidade solicitaram, normalmente é iniciação profissional, não é uma profissionalização porque nem poderíamos estar fazendo isso por questões legais, mas se procura ocupar o adeles



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 658 do proc
196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
FII	4	morg.	coms.	2.8.92		

cente e em atividades que complementem o período escolar. Temos as micro unidades produtivas que aí ~~se~~ são independente da idade, pode ser deficiente, pode ser com ~~apare~~, com todas as entidades que queiram fazer alguma coisa que gere renda. Nós tivemos uma experiência muito forte, para com esses meninos, aqui no município de São Paulo, na zona leste, com os movimentos populares onde se criou a micro empresa de blocos que os movimentos construíam, faziam esses blocos e vendiam para as pessoas que já tinham um terreno e tal e também por questões da LBA pagar o custo do projeto que ela dá num determinado período esses programas não são de ação continuada, então, na realidade algumas iniciativas como essa da zona ~~leste~~ leste estão sendo retomadas agora, mas teve um grande impacto naquele momento, na época de 87, os movimentos da Zona Leste. E temos também movimentos comunitários, que normalmente são projetos de preferência, também nas comunidades. Queria dizer que todos esses projetos eles são há uma proposta federal, que pensam em se fazer alguma coisa, mas que na realidade as entidades apresentam as propostas e são analisadas e depois aprovadas em função do orçamento.

Agora, temos alguns programas especiais que se até muito próximos a esse da Prefeitura, a adoção financeira de creche. São programas que são feitos com a iniciativa privada, eu particularmente já trabalhei nesse programa há um tempo atrás onde se fazia visita aos empre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 659 do proc.
196 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F12	1	morg.	comf. est.	2,9,93		

sários para que eles adotassem creches, ou seja, os empresários teriam condições de pagar no caso da LBA um percapta muito maior. Lembro, por exemplo, a Cica que adotou alguma creches, além do percapta que ela pagava, na época era quase um salário mínimo, ela também mandava mantimentos e as entidades até gostavam muito mais de ser adotadas pelos empresários do que continuar com a LBA. Também a construção e ampliação de creches, todos esses projetos de iniciativa privada, adoção financeira de creches, casas de amparo, adoção financeira de crianças e adolescentes incentivando a geração de renda. Em alguns desses programas estamos em outros Estados trabalhando com o Sesi, e a LBA seleciona as comunidades e o Sesi pelo aparelhamento que tem e o quadro que tem distribui essa sopa nas comunidades, selecionadas pela LBA.

Hoje nós temos ainda na LBA sob sua responsabilidade, não é necessário um programa, mas é uma atividade que foi repassada há pouco tempo para a LBA, foi pela portaria 281, de 2 de abril de 93, que é o trabalho do CNSS, Conselho Nacional do Serviço Social que tende a desaparecer com a Lei Orgânica da Assistência que está criando o Conselho Nacional de Assistência Social, mas o trabalho é o mesmo e a LBA hoje é responsável pelo registro das entidades no conselho. A LBA é responsável pela análise da documentação e isso dizendo se a entidade é apta ou não a ser registrada no CNSS ou se ela pode receber um certificado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Fez n.º 660 do proc
196 de 193
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fl2	2	morg.	coms.est.	1.9.93		

Com relação aos programas a IBA basicamente seriam estes, lembrando sempre que no município de São Paulo, estou na IBA há 14 anos então, a gente tem um certo vínculo com a instituição e gostaria de dizer que no Estado, como um todo a atuação é expressiva, no município está um pouco inexpressiva.

A Sra. Aldaíza Sposati - Acho que em termos de presença de outro órgão, uma vez que não veio representação do Estado, não temos, eu queria só pedir, como a Elza fez uma apresentação da IBA, em termos dos programas, queria se ela poderia dar um quadro do que a CBIA do ponto de vista de produção de serviços no que ela interfere e depois queria terer uma consideração sobre o estudo, antes de você ir embora queria fazer uma proposta.

A Sra. Cecília (CBA) - O CBA não trabalha sobre o sistema de pagamento de percapta, nós trabalhamos apoiando projetos, programas, ações que nos são encaminhadas pelos municípios ou pelas entidades não governamentais e mesmo pelo poder público estadual. O CBIA tem duas grandes linhas de atuação, como institucional inclusive. A primeira delas é a investigação que estamos dando no processo de operacionalização do estatuto da criança e do adolescente, fazer com que esse estatuto se transforme numa proposta real, então, é a criação dos Conselhos Municipais de direitos, dos conselhos tutelares, dos fundos fi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 661 do proc.
PAULO 1196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fl2	3	morg,	com.est,	1.9.93		

nanceiro e fazer com que esses conselhos funcionem, dando assessoria técnica, cooperação financeira, para o funcionamento dos conselhos. Nessa linha, nesse biênio 93/94 o escritório de São Paulo optou por uma ação voltada basicamente para os 96 municípios do Estado com mais de 50 mil habitantes, estamos trabalhando na assessoria aos conselhos, fazendo com que os conselhos realmente funcionem eles são responsáveis pela formulação da política municipal então estamos apoiando com o diagnóstico da realidade do município e o Município de São Paulo já foi contemplado está aí publicado. A realização do cadastro das entidades sociais do município para servir de ação de próprio conselho e ação dos conselhos tutelares. Estamos viabilizando a realização desse cadastro através de uma ficha uniforme que já foi discutida há dois anos e que está pronta e está sendo começado a aplicada em alguns dos municípios do interior do Estado. Para aquele que tenha no Estado de São Paulo uma visão homogênea da realidade institucional no atendimento à criança e ao adolescente, para isso precisamos ter o instrumento...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

662
1916
O funci
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABOR	CONT. APARTE
F13	1	Raimundo	assist. social	12-9		

~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~ de captação de informações que seja uniforme, dando cada uma... (ininteligível) depois você não consegue juntar as informações. Então, o trabalho que nós fizemos foi através de um convênio com a UNICAMP, do núcleo de estudos e pesquisa de políticas públicas, de desenvolver essa ficha ~~em~~ cooperação inclusive com representantes (ininteligível) estava pela Município de São Paulo, como representante da ~~Secretaria~~ então Secretaria da Promoção Social, de grupos do interior, de conselhos que participaram e tiramos uma ficha. Essa ficha está pronta também e ela está sendo oferecida aos municípios como um subsídio para que eles possam desenvolver esse cadastro de entidades, que é uma exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. E aí eu vejo, nessa questão dessa ficha e queria fazer um comentário, a necessidade - a ficha que foi elaborada em cooperação com CBA (?), UNICAMP e com organismos - ela não se volta exclusivamente para a questão da criança e do adolescente; ela é uma ficha que pode ser incorporada pela área da assistência social. Ela contempla todos os serviços, todas as ações que estão dentro do campo da assistência social. Ela poderia ser utilizada inclusive como uma visão geral da área da assistência.

Com relação a alternativa de operacionalização do Estatuto, nós temos também uma outra estratégia de trabalhar junto ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça do Estado para a capacitação dos técnicos dessa área e inclusive para a implantação das ~~novas~~ varas privativas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO 663 do proc
196 de 13 92
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
FL3	2	Raimundo	Assist. Social	19-9		

da Criança e do Adolescente, conforme está exposto no referido Estatuto. Estamos inclusive fechando um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado onde vamos estar apoiando financeiramente o * Tribunal para a criação de 5 varas privativas - 2 na Grande São Paulo e 3 no interior do Estado - porque aqui na Capital já temos varas privativas - temos 15. - Mas apoiamos inclusive com equipamentos para o funcionamento dessas varas privativas. Então, esse apoio do CBA(?). Damos sempre o apoio dentro da linha, daquilo que está previsto no Estatuto da Criança e do adolescente. Nós não temos projetos prontos - CBA não tem um pacote, não temos uma proposta. Nós temos absoluta flexibilidade na discussão da proposta com o parceiro. Fazemos realmente o processo de parceria. Qual é a necessidade ? Discutimos essa necessidade e evidentemente temos que respeitar as normas da União, no que diz respeito ao repasse de recursos, tanto para órgãos públicos quanto para organismos não governamentais, mas discutimos com eles o conteúdo, cooperamos tecnicamente para que essa proposta tenha maior consistência e é essa a proposta; nós analisamos o custo dentro da disponibilidade financeira existente no ~~órgão~~ ^{não (?)} órgão e nós apoiamos, trabalhamos absolutamente com ~~percepita~~ capita.

A segunda grande linha de atuação do CBA diz respeito à cooperação técnico-financeira para o desenvolvimento da rede de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, - as crianças em situação de riscos são as meninas e meninos de rua, crianças e jovens envolvidas com o tráfico de drogas, com o uso de drogas, na prostituição, crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, no ambiente ~~for~~ familiar, que sejam submetidas a qualquer for-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

664
N. 1916
O. 1916
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
Fl3	3	Raimundo	Assist. social	-1-9		

ma de repressão, de violências. E os adolescentes autores de infração penal. Esta é a nossa área de abrangência. Tentamos criar uma certa especialização no CBA, tanto que ~~chamamos~~ chamamos a nossa área de atuação como de proteção especial, é a proteção especializada num determinado segmento de crianças e adolescentes que não são atendidos por outras políticas, por outros ~~ing~~ órgãos; para realmente tentar fazer um processo de ~~absorção~~ absorção dessa população dentro das demais políticas.

E dentro ~~adde~~ uma outra linha de ação que nós temos é essa tentativa de articulação como setores que desenvolvem políticas, as ditadas políticas sociais básicas, da qual a assistência social faz parte, mas com setores de educação, saúde, para que a questão da criança e do adolescente seja vista como um todo e programas que sejam desenvolvidos de forma articuladas entre os 3 segmentos principais - saúde, educação e assistência social. Portanto, não temos um custo de um projeto. Costumamos dizer que nós não vendemos um projeto, nós compramos os projetos; compramos as idéias, discutimos as diretrizes e oferecemos cooperação técnica e financeira para que esses projetos sejam desencadeados. Estamos priorizando neste momento as ações voltados para o atendimento de crianças de meninos e meninas de rua e de adolescentes autores de infração penal, porque é um problema candente e ninguém está discutindo. Então, agente está entrando realmente. Agora, também não temos projetos de manutenção. Não fazemos a manutenção de programas. Nós investimos na implementação de um programa novo, com repasse de recursos para compra de equipamentos, para capacitação de pessoal, para diagnóstico da situação, para a criação de um banco de dados de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 665
196 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fl 3	4	Raimundo	social	1-9		

informação para reciclagem permanente dos funcionários que trabalham na área. Toda nossa linha não é na linha da manutenção, mas do apoio, da implementação e de se ter realmente uma melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A SRA. _____ - Tudo bem, Cecília disse que tem um teto até 11h30, só queria ~~xxx~~ dizer que desde as primeiras sessões tem vindo regularmente representantes do ~~Banc~~ Centro de Defesa da Criança e do Adolescente = está ali a Junie, que é da região de São Mateus e a Lourdes, que é assessora da Vereadora Lúdia Correa; a Elisa já tinha apresentado, do Conselho Regional de Serviço Social; a Rosana, que também está vindo novamente, que é coordenadora do projeto de meninos guardadores de carro da PUC-São Paulo, num trabalho junto com a Maristela Graciane, também ~~xxx~~ do Conselho de Defesa dos Direitos. A Elza da IBA, que tem acompanhado dos trabalhos e também está aqui o Carlos Roberto Teles, que é presidente da Associação dos Meninos de Rua da Praça da Sé; a Vereadora Ana Martins, que é membro desta Comissão; o Pedreira, que é da Secretaria da Família da Prefeitura; Nazir Mezerani, que é um militante da sociedade civil ~~xxx~~ nas questões relativas a defesa dos direitos da criança que é qualificada como infratora; o Ademir que é da PUC, também trabalhador e pensador nesse campo da assistência social e Maria Norma, assistente social e que também assessora o nosso mandato.

Então, Cecília, como dar para perceber, este coletivo, reunião a reunião ele muda um pouco, mas o que está muito importante é que a gente tem tido muito a presença dos representantes do Centro de Defesa dos direitos das crianças, direitos humanos, enfim, que esse campo de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 666 do proc
1976 de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fls	1	Raimundo	social	1-9		

debate aqui permite. Eu vou ~~passar~~ passar para o Nazir, mas eu só queria cumprimentar o ~~modo~~ modo pelo qual, embora a gente ficou treinada a falar a CBA, mas é o CBA, ele efetivamente arma - eu digo arma ~~mesmo~~ mesmo em termos de organiza a sua ação, porque do modo que você se apresentou o primeiro ponto de partida é uma carta de direitos. Quer dizer, na medida em que o CBA trabalha nessa perspectiva da valorização e efetivação do estatuto é um corpo de direitos. Eu queria registrar isso, porque em geral as instituições no campo da assistência social não têm uma referência no campo de assegurar direitos. Queria sublinhar esse ponto, uma segunda perspectiva, até quando a Cecília fala dessa iniciativa de cadastro, de ter esse instrumental, que é fundamental; ele está contido na proposta da Lei Orgânica Nacional da Assistência Social, é uma perspectiva de universalização. Acho que essa é outra dificuldade também de ser ter a visão do ~~todo~~ todo e a universalização. Depois essa questão do novo que a Cecília nos toca e acho que por vezes já debatemos nesta Comissão, até desde o primeiro dia, é que na área das atenções sociais, os programas, em geral, são antigos e ~~anacrônicos~~ anacrônicos. Ele tem uma dificuldade muito grande na sua reciclagem, em responder ~~às~~ as questões que vão surgindo na realidade. Quer dizer, os programas sociais das instituições absolutamente acompanham a dinâmica de uma metrópole. O novo é muito difícil para entrar, tem que ser todo regulado, burocratizado. Acho que essa perspectiva que a Cecília nos traz, que é possível um órgão do social ter a abertura para o novo, acho que é uma lição extremamente importante. E aí, Cecília, você toca numa questão que é da perspectiva da defesa da qualidade e que aí tem um grande nó - e aí Pedreira, ~~aproveitando~~ aproveitando a sua presença, já que a Elza também ~~to~~ tocou



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT: APARTE
Fl4	2	Raimundo	assist. social	1-9		

nisso, é, vamos dizer assim, uma atitude mesmo de indagação em termos de um programa: "adote uma creche" ser lançado sem nós termos efetivamente padrões de qualidade assegurados e defendidos. Acho que esta questão de que ainda tudo aquilo que se faz no social quando nos disse a ~~Elza~~ Elza, quando ainda o Governo Federal suporta a idéia de remunerar com 6 dólares o per capita de uma criança mês, é ainda uma perspectiva de esmola, se me permite, mas acho que aqui não estamos fazendo constatações pessoais, mas sim de uma política social, que ainda é um processo de entender essa política com o uma política de ~~xxx~~ "esmolelé" (?), quer dizer, como é que a gente afiança qualidade. Quando a Cecília toca nessa questão de avanço, de botar padrões de qualidade, acho que esse é, efetivamente, um grande desafio que ela nos ~~coloca~~ coloca, como é que a gente faz? Como é que chega a proposições nesse campo que atenda a tudo isso, campo de direito e tal. E só concluindo, Cecília, estou sempre com o temor que você se vá antes de a gente dizer tudo, acho que o estudo efetivamente apresentado pelo CBA é de uma riqueza muito grande. Foi apresentado aqui na semana passada. Queremos saber de você até onde nós podemos usar e abusar desse ~~estudo~~ estudo no sentido de que ele em se tornando de apropriação pública, possa ser criado, a partir dele, ~~instrumentos~~ instrumentos para a população? O que insisto aqui é que esse ~~estudo~~ estudo ele permite que a população, ~~mas~~ não dos bairros, dos distritos, - e aqui eu queria cumprimentar por já estarem ~~validando~~ validando essa postura da nova leitura da cidade, quer dizer, da população ter a consciência no seu pedaço, qual é efetivamente o grau de espoliação ou de desqualificação de vida que tem. Então, o que ~~entendo~~ entendo é que esse documento é um manancial de possibilidades



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 668 do proc
PAULO 196 de 19 93
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R-15	1	alice	assist.social	1.9.93		

de consciência para todos nós do tamanho da questão na atenção à criança e ao adolescente na cidade de São Paulo. E aquilo que a Elza colocou de que na verdade a gente não olha a cidade, não olha a criança, você olha as instituições. Então, eu queria já perguntar a você de como é que está sendo pensado, se é possível até parceria com a CBIA no sentido de que a gente crie e até forme a partir daqui instrumentos de educação popular, instrumentos que possam chegar às associações de bairro, as maneiras de se chegar para que este conhecimento efetivamente as pessoas possam divulgar e entender o grau de apropriação de seu bairro. Eu gostaria de perguntar isso à Cecília.

~~XXXXXXXXXX~~

A SRA. ANNA MARTINS (PCdoB) - Eu acho que tem muito a ver. Em termos de políticas públicas na cidade nós estamos tendo problemas muito sérios com o secretariado da nova administração e também com os Vereadores que pouco conhecem a legislação atual sobre a criança e o adolescente, porque o conteúdo do artigo 227 da Constituição, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele sequer é visto. Há pessoas que colocaram barreiras e não se



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-15	2	alice	assist. social	1.9.93		

esforçam para conhecê-la, porque ela tem esse algo novo. Esse algo novo exige um certo debate para compreender, exige um certo exercício. E esse exercício para a pessoa fazer precisa ser ganho, tanto a nível de Poder Público, seja em que instância for, seja o Executivo, o Secretariado, e também o Estado aqui. Não é questão, porque estou falando da administração Maluf, estou falando mesmo do Poder Executivo. E o Poder Legislativo é a mesma coisa. Então, muitas coisas que se falam precisam da compreensão do conteúdo do Estatuto, mas muitas vezes não são compreendidos, porque falta trabalhar um pouco mais nesse conteúdo novo. Em vários programas do Município, no Estado também, mas como somos vereadores e temos como área de atuação a cidade, nós nos preocupamos com o conteúdo. Eu gostaria de salientar aqui, e quero reforçar a proposta da Aldaíza, e fazer uma sugestão também. Em conversa com o próprio secretário do Bem-Estar Social sobre essa questão da programa da creche, e diante de uma comissão que vinha solicitar a ele, ele teve a abertura de querer estudar o problema, porque aqueles pais e funcionários não aceitam que a creche da qual fizeram parte, de 78 a 80, da luta do movimento de creche para instalar aquela creche, eles não estão aceitando que ela seja adotada. A fala inicial do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 670 do proc.
1926 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-15	3	alice	assist. social	1.9.93		

Secretário foi exatamente esta, Cecília, quero muito bem a você, estou tratando todas vocês muito bem, mas nós estamos querendo economizar par a a Prefeitura. O que quer dizer economizar para a Prefeitura? O que quer dizer economizar para a Prefeitura numa situação de crise gravíssima em que a área social não está sendo preiorizada, pelo contrário, todas as readequações orçamentárias que chegaram aqui na Câmara não privilegiam, não priorizam a área social, muito menos a criança e d adolescente. Isso está na Constituição. Então, a minha fala, eu só exemplifiquei, como o caso dessas duas crianças que sumiram da creche que fica a menos de um quilômetro da minha casa, isso não foi à toa. O Conselho Tutelar de São Miguel fez uma visita, já tem um relatório para mandar para o Secretário e as demais instituições, porque aquela creche não tem segurança para as crianças porque está com um número reduzido de funcionários, não tem zelador, não tem quem cuide do portão, portanto a diretora fala claramente que o portão sempre está aberto. Não somos contra a creche ficar com o portão aberto, ela não precisa ficar de cadeado, mas ela precisa ter funcionário. E a creche do Parque Santa Rita, na minha região, nós estivemos lá d uas vezes por ocasião da morte da criança. Isso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 671 de 196 93
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-15	4	alice	assist.social	1.9.93		

nunca aconteceu na nossa cidade, morrer criança em creche, nunca aconteceu de crianças fugirem de creche, mas encontraram daí a cinco ou dez minutos. São inúmeros os casos, porque criança foge se não tiver quem cuide, porque ela está na idade de fazer isso mesmo. Agora, se não tiver quem cuide, isso vai acontecer. Então, eu acho que nós não devemos ver isso como um caso simples não, porque está apontando como um caso muito sério. Nós precisaríamos que todo o secretariado da cidade, o Sr. Prefeito, os Vereadores desta Casa, nós precisaríamos, em tom harmonioso, de entendimento, que se criasse, e até vou debater isso quando chegarmos nas resoluções, repito, que houvesse entre a CBIA e os que estão aqui na cidade, que compreenderam o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se fizesse, a Guarda Municipal, a PM de São Paulo, o Ministério Público, alguma coisa em comum. Talvez um seminário de três ou quatro dias no Anhembi onde poderemos juntos discutir as questões. É questão de conteúdo, de entendimento? Porque estamos esbarrando na questão do entendimento, do conteúdo. Então, não tem saída se continuar assim. Porque não há compreensão do que a nova Constituição hoje garante na lei, e portanto quem é poder tem que cumprir a lei, e não basta cumpri-la friamente, porque



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F16	1	dalva	E. Estudos	01.09.93		

(...) não é questão de cumprir número, ~~uma~~ norma, não é isso. É uma questão de novo conteúdo, que precisa ser trabalhado, então eu estou até falando assim em bom termo, é hora de todos pararem e fazerem, um seminário com mais exigência de participação de todos, que estão querendo soluções sérias, se ~~é~~ é hora, vamos pensar nessa hora. E aí ~~nós~~ nós vamos precisar da colaboração de todos, porque é o seguinte: vai ser preciso que nós mesmo não aceitemos que verbas venham para órgãos que não cumprem o conteúdo. ~~mas~~ E aí nós vamos ter que ver mecanismos, legislativos. Quem não cumpre não vai poder receber verbas, porque ~~certamente~~ certamente virão verbas, sim. Sempre ~~havia~~ vieram, muitas verbas, para a FEBEM, para juizados de menores, mas elas ^{sempre} ~~foram~~ foram mau usadas, agora, se não é má intenção das pessoas, elas também vão ser mau usadas, porque elas vão ser usadas em militarização de crianças, que é a guarda mirim, em centro de convivência, em centros de juventude, é privilegiar, porque, quando 32 creches estão a leilão, é mais do que 10% porque nós temos de rede direta, é uma coisa muito séria. Nós vamos ter que criar algum mecanismo legislativo, de que, quem não está compreendendo o conteúdo não vai poder aplicar dinheiro que venha, de quem está aplicando o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Ata n.º 673 de 1966
PAULO 1966
C. Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F16	2	dalva	C. Estudos	0.09.93		

conteúdo. Eu entendi aqui que a CBI, está aplicando o conteúdo do estatuto. E os órgãos do município estão aplicando o conteúdo? E os ~~problemas~~ problemas que estão esbarrando não estão aplicando. É fase de compreensão. Então vamos somar. Eu acho que nós acreditamos nas pessoas, ~~e~~ até que elas provem o contrário. Eu acredito nas pessoas, até que elas provem o contrário. Então vamos ver. Era o que eu tinha a dizer, então eu ~~queria~~ queria que você Cecilia, também nos ajudasse aqui no Município, no sentido de que as coisas somem ~~um~~ um pouco mais, caminhe um pouco mais, porque há muita gente bem intencionada. ~~Os~~ Os conselheiros tutelares, resistindo até o fim, e hoje ele tem alguma coisa nas suas instalações. Eles não estão completamente instalados não. Conselhos de direito, está lutando para que também assumam o seu papel. Mas está esbarrando em muitos problemas ~~ai~~ ainda. Então eu acho ~~que~~ que somando a boa vontade o interesse dos que são sérios, nós podemos, sim, construir ~~saídas~~ saídas mais urgentes e mais rápidas, sem perder o que a população conquistou. As 314 creches diretas ... nós somos a favor da creche conveniada, quando a população reivindicou, organizar aquela creche conveniada, porque era seguro o conteúdo, do trabalho, etc... mas não o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Processo n.º 674 da proc.
196 de 1993
O func.ário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F16	3	dalva	C. Estudos	01.09.93		

Poder Público, ele, das 314 tem que adotar, e quem quer adotar?
Quem quer adotar? É diferente. Aí quando se começa diz não. Não
é a mesma coisa. Porque quando a população se organizou, ela quis
organizar, ~~mas~~ ela tem que buscar apoio da população, porque
é muito difícil manter creche conveniada. Mas quando ela assumiu,
ela quis, mas também ela pode ser cobrada. Ela também pode ser
cobrada, mas ela assumiu. É diferente o histórico das creches di-
tas em SJ.

A SRA. CECILIA - Nós estamos em aberto para
estarmos discutindo uma proposta de trabalho integrado, junto com
a Câmara, com o Executivo Municipal, com organizações não governa-
mentais, para que essa questão, inclusive o documento que está aí,
hoje ele é público, ele foi divulgado, a única coisa que nós gos-
tariamos, é que sempre que fosse ~~citado~~ citado esse documento, é
que fosse citado a fonte. Porque a gente quer ter transparência
inclusive da ação do CBA, e é importante que esta ação seja conhe-
cida, não para reforçar instituição, para reforçar prática que nós
temos tido, porque é muito difícil manter esse tipo de prática so-
cial que ~~nós~~ nós estamos tentando conduzir no CBA em São Paulo.
~~Quer deixar claro para vocês, que também essa ação do CBA, ela foi~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

675 do proc
1976 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F16	4	dalva	C,Estudos	01.09.93		

uma ~~inflexão~~ inflexão que nós conseguimos conduzir no CBA em São Paulo, por causa das condições objetivas da realidade do Estado de São Paulo. O recurso que vinha para o Estado, era tão insignificante, que não era possível que a gente não continuasse fazendo as mesmas coisas. E com a assessoria dos companheiros da PUC, uma assessoria que deram para nós no CBA, nós mudamos a linha de orientação, do escritório aqui, e mudamos até antes da Constituição, que aquilo que é realmente competência do Governo Federal, que é o caráter normativo, que é o caráter de diretrizes, e para isso nós ~~temos~~ temos que implementar através de ações de pesquisas, de documentação, de estudos, de produção de documentos, de discussões técnicas, de capacitação de recursos humanos, de ~~trabalho~~ colaborara para que isso tenha bancos de dados sobre essa realidade, porque eu pelo menos, como profissional e pessoa, me sinto extremamente constrangida, quando as pessoas nos procuram e nós não temos informações para dar, porque nós não temos o hábito de ter essa questão do registro das informações, da sistematização dessas informações e muito menos da análise dessas informações porque as instituições de fecham no sentido de não colocar os seus dados publicamente, para não sofrer as críticas que normalmente vi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 676
196
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F16	5	dalva	C. Estudos	01.09.93		

rão. Então eu acho importante, que a gente deixe bem claro que es-
sa tem sido a linha de ação, e que o trabalho ~~está~~ está a ~~dis~~
disposição. Nós temos restrições orçamentárias, às vezes para
ampliar a ação que nós fazemos, não são ~~restrições~~ restrições de
conteúdos, às vezes é a nossa capacidade operacional mesmo. Quero
dar o depoimento a vocês, dizendo que passaremos a fazer parte ~~de~~
deste grupo, talvez não possa vir ~~participar~~ pessoalmente, mas
um técnico do escritório poderá vir as reuniões. Quando eu esti-
ver em São Paulo, eu venho. Essa ~~é~~ é a terceira reunião para a qual
sou convidada. Mas todas as reuniões que eu fui convidada ~~eux~~
estava fora de wSão Paulo. Então foi difícil realmente eu compare-
cer. ~~Quando eu estiver em São Paulo, eu venho.~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F17	1	ANA	CEE	1.9.93		

Mas o escritório de qualquer forma estará presente e aquilo que for tirado aqui, de conclusão, dentro das nossas condições orçamentárias, materiais, que a gente puder dar apoio, ou mesmo institucionalmente, em termos de linha de idéia, de ajudar no debate, o trabalho de cooperação técnica, podem contar conosco.

A SRA. - Então, nós passaremos para o Navi.

O SR. NAZI NAZARAMI - Eu conheço a Cecília do tempo da Funabem e do tempo que eu era da Febem. Não seise as coisas mudaram depois dessas mudanças de siglas etc. A pergunta que faço a você Cecília, já foi mais ou menos abordada pela Aldaíza. Vocês não têm um pacote, não têm projeto, não têm propostas prontas. Mas vocês recebem várias propostas. Dessas propostas, vocês não podem recomendar algumas, não digo como modelo, mas como sugestão, algumas coisas nessa linha? Vamos supor, o tratamento com o menor infrator, o que vocês recomendariam com base nas melhores experiências, dos melhores projetos desta área? Já que vocês não têm o próprio, alguém deve ter.

A SRA. CECÍLIA - A gente conhece a experiência boa nessa área. Eu estou procurando, não existe, estou procurando construir. Então, todos os trabalhos que estamos desenvolvendo, vocês devem ter conhecimento dos textos que estão sendo publicados pelo CBA, com apoio do IEE da Puc, com o Sindicato dos Trabalhadores na área da minoridade, vários textos que desenvolvemos, inclusive esse próprio perfil da criança e do adolescente, como o CBH. Esses textos são construídos coletivamente. Por exemplo, produzimos um texto sobre família, nós acabamos de produzir um texto sobre abrigos. Então, o texto não foi produzido em cima da cabeça de um técnico. Você tem um paper inicial, que você colocou em discussão. Esse tex-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F117	2	ANA	CEE	1.9.93		

to foi sendo acrescentado com a colaboração, participação de várias pessoas que integram essa área, daí, o texto novamente vai para ser discutido para servir de subsídio para a prática e dessa prática, o que for construído, nós vamos acrescentando. Nós acreditamos que a construção de um novo paradigma para o atendimento tem que sair realmente de uma construção coletiva. Com relação à questão na área do infrator, através do convênio hoje, que estamos firmando, continuando o convênio com o IEE da PUC, Instituto de Estudos Especiais da PUC, da Prof. Maria do Carmo de Carvalho, nós estaremos discutindo as medidas sócio-educativas aplicadas ao adolescente autor de infração penal. Nós temos outro convênio com a OAB para apoiar o serviço de advocacia da criança, que também está sendo assessorado por outro professor da PUC, que é o Edson Casseti, para que a gente consiga fazer um paradigma do trabalho do advogado na defesa da criança, que também é uma questão inovadora. Também o papel do advogado não está claro. O instituto traz a questão do contraditório e a participação da defesa técnica do advogado. Mas isso não está claro ainda. Então, através desse estudo que vai ser feito, junto com a OAB, também estaremos tentando construir uma sistemática de trabalho do advogado na defesa da criança e do adolescente. Junto ao Tribunal de Justiça, o que estamos tentando construir é através dos encontros que são feitos com o sjuizes. Temos previsto este ano encontro com desembargadores de São Paulo. Quem conhece a área do tribunal sabe o que isso significa de conquista: fazer reuniões com desembargadores para discutir questões técnicas jurídicas dentro do aparato de atendimento do poder judiciário. Essa a incursão que o CBA está fazendo.

O SR. _____ - Eles conhecem o estatuto?

A SRA. CECILIA - Estão conhecendo a partir dessa discussão.

No ano passado fizemos encontro com 300 juizes do Estado de São Paulo, pa-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
FL7	3	ANA	CEE	1.9.93		

ra discutir as questões do estatuto, inclusive procedimentos; também com o Ministério Público, nós estamos fazendo. Então, é uma construção coletiva. O Centro de Defesa, por exemplo, de São Bernardo do Campo, que está fazendo, inclusive oficinas jurídicas de acompanhamento, de discussão das situações concretas, que estão sendo levadas a efeito pelos diferentes centro de defesa, junto com a Dundap, que é a Fundação de Desenvolvimento Administrativo do Estado, nós estamos fazendo um convênio para fazer a capacitação dos ~~ma~~conselheiros tutelares, através inclusive de uma proposta que os próprios conselheiros tutelares construíssem, proteção (ininteligível) no seu trabalho. Os conselheiros tutelares da Capital e os do interior. Então nós desenvolvemos a ação dentro dessa linha. É idéia dentro desses convênios, que a gente não crie paradigmas ou modelos. Eu tenho muito medo do que seja modelo porque as pessoas pegam aquilo e querem implantar no seu local. Mas, experiências produtivas, experiências que sejam realmente alteradoras da situação, não as alternativas — as alterativas, como diz o Prof. Antônio Carlos — essas questões estão dentro da nossa preocupação. E uma grande preocupação que temos é hoje o cumprimento do Art. 122 do Estatuto para garantir realmente que o menino tenha direito à defesa e que os procedimentos legais sejam adotados.

O SR. — E que nesse advogado apele ao tribunal

Porque até o momento, eu fiz um levantamento pelos computadores do tribunal, são raríssimas as apelações e a Justiça de menores está caminhando na cabeça, só de juizes. Então, não há uma segunda instância. Acho isso um absurdo. É praticamente uma diminuição do direito do menor, ainda que ele tenha direito a ter um advogado a seu lado. Mas é isso só. Muito obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

680
1246
O funcionamento

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F18	1	ANA	CEE	1.9.93		

A SRA. - A Ana Martins estava falando há pouco política da Prefeitura quinho das creches e como sou de São Mateus queria falar da Prefeitura hoje. Ele está falando que está sobrando alimentos no CJ. Eles ofereceram para o centro de defesa de São Mateus fazer um sopão para as crianças de rua com as sobras, sendo que estamos sabendo que está faltando alimentação nos CJs. Então, o que concluímos é que seria uma forma de eles estarem diminuindo verbas, não estar implantando verbas e nós ainda teremos que trabalhar em abrigos com essas crianças. É o que queria falar, está sobrando alimento, nós sabemos que está faltando alimentação. Como a gente vai estar dando esses sopões para as crianças? Então, rejeitamos essa proposta de São Mateus. Outra coisa que eu queria perguntar para a Cecília é sobre os centros de defesa. Nós estamos desde o ano passado com problema de verba, teve troca de funcionários na CBIA, parece que a verba não veio também de Brasília para cá. Eu queria saber, será que esta verba está em São Paulo. Porque os centro de defesa trabalham com muita dificuldade. E algumas pessoas estão dizendo que esse dinheiro está em São Paulo.

A SRA. - O recurso realmente está em São Paulo. Ele foi descentralizado no final de julho e não foi repassado para os centros de defesa ainda porque vocês não conseguiram viabilizar, que todos os centros de defesa tivessem cumprido as determinações legais da instrução normativa que rege a celebração de convênios. Está na dependência. Os conselhos, os centros de defesa tinham que se organizar. Falta ao centro de defesa a inscrição no Conselho Nacional. Então, eles não têm essa inscrição. Isso vai mudar, mas por enquanto é exigido que eles tenham esse conselho, que acho até que não deveria ser no Conselho Nacional, mas para esse tipo de prestação deveria ser no conselho municipal, então não seria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 681 do processo 196 do 1993
O funcionário d

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fl8	2	ANA	CEE	1.9.93		

essa a exigência. O que está existindo é uma dificuldade burocrática de encaminhamento.

A SRA. - Estou perguntando porque alguns centros de defesa estão encaminhando esse processo. Parece que havia uma liberalização de alguma verba para o dia 5, por isso que estou querendo de você alguma coisa, para a gente poder estar passando. Então, obrigada.

A SRA. - Quem quer falar agora é o Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO - Como estava sendo falado sobre o menor infrator, o que seria feito pelo menor infrator. Vejam uma situação: eu, como trabalho com meninos de rua, como eu fui menino de rua, como fui já infrator, como fui menino que usei drogas, eu sei que para nós meninos de rua, o infrator hoje, não é nada fácil ele estar na rua porque as comissões de menor hoje que se encontram no nosso país, no nosso Brasil, felizmente, tenho que dizer, está numa situação difícil. O menor às vezes não tem alimentação, o menor às vezes não tem a casa para morar, às vezes não tem apoio da sociedade. O que ele vai fazer? Ele vai achar refúgio através das drogas. E através das drogas não ~~há~~ acha o refúgio. Ele vai achar uma coisa para roubar, praticar assalto, praticar roubos na Capital. Então, ele vai procurar e não vai achar. Outra coisa, sobre alimentação: eu, por exemplo, moro hoje num colégio, que é a CR, que é do Estado, eu percebo, às vezes a alimentação que é jogada fora, depois da janta dos meninos. É posto num saco de lixo, posto para o lixeiro levar sacos de arroz cozido, sacos de feijão cozido. Esses dias cheguei para um educador que estava lá e perguntei: por que isso está sendo jogado fora? Com tanta passando fome, tantas pessoas nas ruas morrendo de fome. Ele respondeu que não podia dar para ninguém aquilo ali, que tinha que ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 683 do n.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F19	1	ant.	com. est.	1.9.93		

A SRª JÚLIA - Sou do Centro de Defesa de São Matheus.

Também estávamos tentando gravar a semana passada uma escola que está jogando merenda fora. Não sei se conseguimos gravar. Vamos tentar outras vezes gravar. Não é resto de alimentação, eles deixam estragar alimentos. Então, falta alimento para as crianças na escola, eles estão jogando fora. Queria reforçar isso que você está falando. E quando ~~fr~~ você fala das dificuldades, do trabalho da criança e do adolescente de rua, nós também estamos com uma proposta de integrar, trabalhar com a família do adolescente e a criança. Estamos fazendo seminário, tentando trazer a família para trabalhar com adolescente e aceitar esse adolescente, porque o adolescente quando chega nessa questão de drogas, eles já não aceitam mais, porque é muita dificuldade e pelas próprias dificuldades de desemprego, a família totalmente desestruturada. Estamos apostando no trabalho com a comunidade, com a família e com o adolescente. Acho que é difícil.

O SR. - Por exemplo e alimentação, se

alguém quiser pegar uma filmadora e ir na frente do PCR filmar isso aí, é a coisa mais fácil que tem, porque isso fica na rua. Hoje de manhã passei lá os meninos de rua abriram um saco de arroz e estavam comendo arroz. Cheguei a conversar com eles até na situação deles, eles



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 684 do proc.
196 de 1993
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Fl9	2	ant.	com,est.	1.9		

me falaram, estamos com fome, isso estava para jogar fora. Até esse menino disse para mim, eu fiquei muito chateado com isso. O caso que você falou da família não aceitar criança com drogas, eu tenho um caso na Praça da Sé de um cgaroto de 7 anos que ~~next~~ está na rua porque na primeira vez ele saiu para trabalhar, para pedir trocado para levar alimentação para a mãe e o pai. Como não conseguiu alimentação a mãe bateu nele, ele fugiu de casa e ele encontrou alguns amigos mal companhia e foi cheirar cola. Quando a mãe foi procurar para levar para casa, ~~ela~~ a mãe pegou esse menino com saco de cola e não quer nem ver esse menino na frente dela hoje em dia. Então é uma situação que entra no que você falou para mim.

A SRª.

- Vou levantar uma questão para

a Elsa da LBA, ~~porque~~ de uma diligência que fizemos pela Comissão de Saúde, mas enquanto ela não está, é uma questão bem relativa a essa questão do idos. Alguém gostaria de se utilizar da palavra? (Pausa)

Esta comissão tem o objetivo de levantar subsídios para a Lei Orgânica da Assistência e também nos subsidiar sobre a questão da assistência no município. Essas discussões têm se acumulado bastante em relação à criança e o adolescente também pela gravidade. Não que a gente não ache que a questão do idoso não seja grave, a forma com que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

F. 685 do proc.
196 de 19
O. 196 de 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F19	3	ant.	com.est.	1.9		

a própria sociedade trata o idoso, as poucas alternativas.

A Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho aqui da Câmara, da qual faço parte, recebemos uma denúncia de idosos que estão num asilo, Raiar do Sol, e que esse asilo, que fica no Glicério, então fizemos uma diligência, o Vereador Alberto Calva e eu, então, tínhamos recebido uma denúncia, sabíamos de que ali tinha idosos e que viam, semanalmente, carros do IML carregar mortos e que ali devia haver alguma coisa muito esquisita, que era chamado de asilo, e no relatório consta a instituição que assume a responsabilidade por esse asilo, que é na Rua Luiz Gama, Cambuci, não teve ~~nenhuma~~ nenhuma intenção de que pessoas bem intencionadas assumam responsabilidade com os idosos. Depois você vai ver no relatório que a associação diz que recebeu o prédio da LBA caindo aos pedaços e que atua sem apoio financeiro, mas que aquela dependência foi cedida a eles no tempo da D. Rosane Collor, que é amiga dessa pessoa, foi um favor que ela recebeu da D. Rosane e, infelizmente, ela colocou naquele local 40, 50 idosos, muitos deles recebem a sua aposentadoria, passam diretamente a ela, algumas pessoas que estão sendo tratadas como idosos saem de lá e são ambulantes e ocupam dependências junto com idosos, isso nós constatamos, tiramos fotografia e etc., e eu gostaria de saber da Elsa se as pessoas responsáveis da LBA em São Paulo se já visitaram, se já constataram as irregularidades,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 686 do proc.
196 de 10
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F19	4	ant,	com,est,	1.9		

se está sendo tomada providência,

Depois eu vou pedir a nossa assessora que faça uma cópia porque já encaminhamos à LBA. O Presidente da Comissão já encaminhou e eu gostaria de saber se estão sendo tomadas algumas providências.

A SRª. ELSA - E u gostaria de dizer com relação a esse assunto, nós temos várias heranças do governo Collor, Infelizmente foi um furacão que passou pela nossa instituição, pelo País todo, mas nós que estamos na LBA sofremos até hoje e convivemos com a Polícia Federal até hoje. Esse caso, quando surgiu essa solicitação, foi a D. Júlia quem fez que era se dizia ex-professora do Fernando Collor.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 687 de 93
196 do
Inventário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F20	1	emira	assist. social	1,9,93		

Então, na época eu trabalhava em convênio e tínhamos visto que não tinha am mínima condição de se fazer convênio, porque há uma série de exigências, é uma portaria muito rígida. E mesmo porque para se fazer o convênio, tem que ter relatórios, visitas e tal. Eu não posso dizer para a senhora, efetivamente, como foi repassada a verba, porque naquela época nós estávamos totalmente isolados dentro da própria instituição, e quem comandava a instituição e tinha colocado nos cargos chaves, em todos os pontos da instituição, pessoas daquele grupo que também hoje respondem a processo criminal. Então, realmente, essa entidade, o que posso dizer é que houve um processo, até há pouco tempo foi ~~uma~~ aberto um novo processo na LBA, foram feitas visitas de técnicos da LBA, os procuradores também foram. Há uma investigação na Polícia Federal com relação a essa entidade, e o que sabemos é que a pessoa, que me parece que é uma advogada que trabalhou na época do Herculino, que foi o nosso superintendente do governo Collor, ela até é um pouco parente do Dr. Herculino, então ela que parece que dirige essa instituição. Por traz é ela, que é advogada, e ela coloca inclusive em sua defesa. Também o que disseram é que ela mora nessa entidade. Quer dizer, há uma série de denúncias..

A SRA. - É uma família? Ela mora com a família?

A SRA. - É, é uma família. A mãe dela também parece que é uma senhora idosa, não sei. Só sei que há uma série de denúncias com relação a essa entidade, e essa é uma das. Nós temos uma série de processos com relação a essa governo que passou.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 688 do mês 196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F20	2	emira	assist, social	1.9.93		

Agora, como está, eu não poderia dizer agora, por que realmente não sei. Mas, ouço, na instituição, várias pessoas que falam sobre esse processo. É um processo que vem se arrastando há algum tempo, e não sei qual foi a finalização do processo, mas tenho...

A SRA. - Nós vamos dar à professora... ela vai nos trazer uma cópia, eu gostaria de saber que encaminhamento está sendo feito, porque é uma questão muito grave. Essa senhora conseguiu que despejassem as famílias que estavam na metade do prédio. Ela tem tanta força que conseguiu isso agora. Ela é tão irregular, e ela consegue tanta coisa, tem tanta força, que como que a IBA trata isso hoje, que não estamos mais no governo Collor? Porque também está ligado à IBA. Elza, eu queria saber como a IBA, aqui em São Paulo, e portanto a nível federal também, que está muito ligada a essa questão das entidades, ~~quaisquer~~ filantrópicas, ou não filantrópicas, porque sabemos das dificuldades das entidades, associativas, reivindicatórias, assistenciais, e que têm realmente fins filantrópicos, e o poder público, seja IBA, seja a Fabes, a Promoção Social, tem todas as condições de pesquisar, não só pelo seu estatuto, a finalidade, os objetivos de uma entidade, como também seus programas de ação prática, quando a entidade tem fins lucrativos, ou não. Quando ela está se aproveitando de um estatuto simplesmente, se no estatuto ela coloca "fins filantrópicos, ou assistenciais", e na prática ela não é. E essa grande confusão que tem hoje neste país, e as entidades, simples associações de bairro, ou centros sociais, etc. estão recebendo dívidas absurdas do INSS. A própria Secretaria do Bem Estar So-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Boleto n.º 689 do proc.
1926 de 1923
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F20	3	emira	assist. social	1.9.93		

cial, aqui em São Paulo, na região de São Miguel, enviou circular dizendo que essas ~~xixixix~~ entidades só terão convênio, estão sem direito à inscrição na Fabes, e se for na Fabes, dá 8, 12, 15 anos as 6 entidades que ~~má~~stou falando: Sociedade Amigos Ponte Rasa, Centro Social S. Francisco de Assis, que tem inúmeros projetos ligados à criança e ao adolescente, é ligada à Igreja em Ermalino Matarazzo; A Sociedade Amigos Ponte Rasa é uma sociedade civil, sem fins lucrativos. Sociedade Amigos da Vila Progresso ~~é~~ está sendo cobrada de cobranças absurdas de INSS, e a Secretaria do Bem Estar, hoje, envia umacarta dizendo, que não vai ser renovada a inscrição dela, e que ela não tem, até o fim do ano, convênio... (ininteligível)..., até o final do ano o convênio está mantido, a partir de janeiro não está, e que eu sei só o Centro Social São Francisco tem convênio com 480 ~~j~~adolescentes e centros de juventude, fora outros trabalhos de serralheria, trabalhos na madeira, etc. Sociedade Amigos de Vila Progresso, Sociedade Amigos de Ponte Rasa também têm um trabalho com 220, 180 crianças e adolescentes, e estão recebendo essa circular. E se existe ~~uma~~ respaldo para a Secretaria do Bem Estar Social fazer isso, na minha opinião ela não deveria fazer, deveria ajudar as entidades a terem uma outra saída, tanto junto à IBA, como o Conselho Nacional do Serviço Social. Então, quais são as medidas que a IBA está tendo para, a partir daí, que acho que vai ser uma coisa, Aldaiza, que essa comissão ~~mvai~~ ter que tomar uma posição clara, ~~quando~~ a entidade é assistencial mesmo, quando ela se faz de assistencial, e são inúmeros hospitais nesta cidade, que são par-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 690 do processo
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F20	4	emira	assist. social	1.9.93		

ticulares, e se aproveitam de um item que eles colocaram, para se justificar se são assistenciais. É muito diferente um hospital e uma associação de bairro, ou um centro social. Qual é o profissional técnico, ou o que faz parte do poder público que não sabe distinguir isso? É essa a confusão que estamos vivendo hoje. Essas são também de assistência, e elas vão ter que definir o que é uma entidade de assistência mesmo, que não é no município, para também subsidiar a Lei Orgânica, lógico, mas também que o município tenha critérios claros. Eu queria saber, da sua parte, que vem pela LBA, o que que está sendo feito por conta desses problemas que estão sendo criados?

A SRA. - Com relação às dívidas com o INSS, foi o que a Cecília respondeu para a questão do Conselho da Defesa da Criança. As verbas federais são controladas pelo Sistema de Administração Financeira, que é o chamado SIAF. Se você não presta contas, ou se a entidade deve para algum órgão federal, que ela recebeu uma verba em algum dia e não prestou contas, ela é acusada no SIAF como inadimplente. Então, com relação à prestação de contas de verbas públicas.

Com relação ao INSS, todas as portarias que regem o repasse da verba pública, nelas se exige que as entidades tenham efetivamente pago o INSS. O que se conseguiu agora, com o Ministro Brito, que é uma resolução que vai até só ao dia 30 de setembro, é que as entidades que tinham dívidas com o INSS, que trabalham na área da criança deficiente e idoso, que elas fizessem o pagamento dessa dívida sob a forma de prestação de serviços. Por exemplo,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F21	1	emira	assist. social	1.9.93		

até o dia 30 de setembro, elas teriam que apresentar um plano junto ao INSS, de que as dívidas seriam saldadas com a prestação de serviços. Então, se uma creche atende 30 criança, teria que atender a mais 10, ou a mais 20, até ela conseguir pagar a sua dívida com o INSS. Eu posso lhes dizer, já há muito tempo nós já tivemos essa mesma saída quando tínhamos o IAPAS. Então, as entidades que deviam para o IAPAS, e também foi sob a forma de prestação de serviço que isso efetivamente, que não resolveu nada, mas...

A SRA. - Já é decisão, ou ainda...

A SRA. - Não, é portaria, ...

A SRA. - Poderia arrumar uma cópia para nós?

A SRA. - Depois, eu vou procurar.

A SRA. ALDAIZA - Eu diria que o dia, hoje, é exatamente para um trabalho desta ... quando a identificação do que os órgãos oficiais executam, qual é a sua perspectiva, e tal. Agora, o que eu estava aqui verificando um pouco o encaminhamento, a necessidade, que acho que isso inclusive foi para o fosso, pelo Pedeseira, até em nome da Secretaria do Bem Estar, de um retorno, até para a apresentar as linhas de atuação da Secretaria, e também nos falta a representação da Secretaria da Promoção, que agora também é da Criança e da Família, aqui nesta Mesa.

Eu estava querendo propor, e até por conta das indagações que a Vereadora Anna Martins está fazendo, sem particularizar uma situação, mas podendo encaminhar, eu queria verificar se é possível nós já definirmos já agora, porque já estamos a cinco minutos do encer-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F21	2	emira	assist.social	1.9.93		

ramento dos trabalhos, do novo momento, para que os órgãos oficiais viesse, porque nós tínhamos feito uma previsão entre hoje e amanhã, imaginando que as pessoas seriam avisadas antecipadamente, o que não aconteceu. Então, estamos achando que devemos estar definindo uma nova data. Então, eu perguntaria o seguinte: se Pedreira no dia 8 de setembro, na próxima quarta-feira, poderíamos retomar esta pauta com a representação dos órgãos oficiais? Podemos?

E aí a Elza talvez mais algumas complementações, e a gente insistir no convite à área do Estado, que não se fez presente.

O SR. PEDREIRA - (Fabas) - Eu queria, respondendo à nobre Vereadora Anna Martins, no que diz respeito a essa exigência da Prefeitura, para concessão de subvenção, com relação ao atestado de débito. É uma exigência que não é da atual administração, da atual Secretaria, mas é uma instrução, baixada em dezembro, pela qual condiciona, não só o não atendimento das entidades no que tange à subvenção, mas também com relação à própria matrícula. Estamos encontrando dificuldades para atender a esse dispositivo, no que diz respeito à matrícula. Mas, nem por isso a Secretaria está omissa. Já há encaminhamento de consulta à Procuradoria da Prefeitura, no sentido de encontrar uma solução para que as entidades assistenciais, regularmente constituídas, possam, independentemente do débito com a Previdência, receber a matrícula e, evidentemente, a subvenção. O que, no nosso entendimento, é essa exigência às entidades para que apresentem atestado negativo, parte de uma lei federal que fala da regularidade com relação a contratos de prestação de serviços. ~~XX~~ No meu entendimento, o legislador, quando



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F21	3	emira	assist, social	1,9,93	pedreira	

apresentou essa lei, ele tinha por objetivo alcançar as grandes empresas, inclusive a CMTC, no âmbito do Estado, que sonegam o recolhimento ao INSS, e não às entidades assistenciais. Essa é que é a verdade, porque o que o INSS vai recolher das entidades assistenciais, não é tão volumoso quanto é o das grandes empresas, que mantêm contratos com o Estado, com o poder público, devendo para o INES. Isto é uma constatação que vem de longe. E elas fazem contratos devendo ao INPS. Evidentemente que isso não pode ocorrer, mas essa instrução de dezembro é que nos obrigou, que nos colocou nesta situação. Mas, devo informar à nobre Vereadora que o assunto está sendo encaminhado a nível da Secretaria.

Com relação às colocações feitas, evidentemente que a Secretaria está pronta a responder a todas as indagações eclíticas. Já na próxima reunião, com relação ao programa da Secretaria. Estamos sempre prontos a responder, e não só a responder, a reformular eventuais situações que nos obriguem a isso. Muito obrigado.

A SRA. - Eu só queria fazer uma complementação, ALDAIZA, se me permitir, com relação aos convênios. Para que as entidades firmem convênio, eu devo confessar que a nossa grande briga é com o Tribunal de Contas, porque as portarias, antigamente, eram feitas pela própria LBA, com muito menos exigências. Depois, houve todo um estudo pelo Tribunal de Contas, e foram constatadas muitas irregularidades na prestação de contas. Então, o Tribunal passou a fazer as portarias. Quer dizer, as normas são do Tribunal e hoje elas saem pelo Tesouro Nacional, então é uma coisa horrível porque uma entidade simples, ~~tem tanta obrigação de fazer, como se obriga, (valendo)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

1694 do proc
1936 de 1933
O funcionário ☒

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
222	1	valéria	assis.social	1.9.93		

tanto se exige dela como se exige de uma construção de estrada, por exemplo; a exigência é a mesma. Então, as entidades estão absolutamente desesperadas, já se fez vários estudos, e o Tribunal não aceita, o Tribunal diz que não pode porque é dinheiro público, que temos de garantir o controle da verba pública e existe todo esse sistema de administração financeira, hoje tudo se acusa no computador. Se alguém quiser, em Brasília, pelo CGC da entidade, já se vê se ela está inadimplente ou não no sistema, então, a verba não passa, quer dizer, não dá entrada no sistema, então não dá para repassar a verba. Está uma coisa horrível porque a briga é lá em cima.

O SR. NAZI - Só uma pequena intervenção. Desde que estou aqui tenho ouvido uma série de enfoques realtivos a, vamos chamar de irregularidades, que se configuram também em questões jurídicas. Então, eu fico perguntando se aqui na Câmara não há mecanismos das assessorias jurídicas, dos advogados da Câmara para responderem questões que a Vereadora Ana Martins vem trazendo aqui. Vereadora, desculpa, mas... Não sei se é promoção ou não, enfim, já tem um voto aqui. Então, pergunto por que essas questões não são levadas a juízo. Há tantos recursos legais que podem, através da Justiça, trazer, não digo respostas, soluções, mas pelo menos uma resposta a isso que a senhora tem trazido, porque são verdadeiros crimes.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Veja, Nazi, acho que esse ponto que você indica já é uma proposta desta Comissão. Insisto que o prazo desta Comissão é tão exíguo que vai indicar caminhos. Por exemplo, esse é um caminho e vamos ter de fazer depois circuitos para trabalhar isso. E sempre tem aquela ressalva, que a estrutura das Comissões Permanentes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 695
1926
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F22	2	valeria	assis. social	1.9.93		

da Câmara tem um eixo de organização que não responde absolutamente ao que corresponde a realidade de hoje de uma metrópole como São Paulo. Quer dizer, as questões ligadas a essa amplitude dessa política estão numa mesma Comissão, que é saúde, promoção, quer dizer, um elenco enorme para 5, 6 Vereadores e, na verdade, é muito difícil. É aquilo que colocou a Vereadora Ana Martins, que termina, termina não, inicia, que há um desconhecimento dos próprios Vereadores e das próprias instâncias jurídicas da Câmara do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente. Nós temos, inclusive, já disse e repito, flagrado inúmeros projetos de Vereadores desta Casa que são conflituosos com aquilo que está colocado no Estatuto e que as assessorias jurídicas dessas Comissões absolutamente levantam impedimento face ao Estatuto de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quer dizer, há uma certa ignorância, não sei nem se no mau sentido, do que está posto no Estatuto. Então, queria só pedir a você, Nazi, que você realmente ressaltasse isso, para que nos dáis dias de propostas, dias 20 e 22 que emos, puxássemos tudo isso, porque estamos mexendo no entulho que efetivamente impede o progresso em todos os setores do campo social. Acho que...

O SR. NAZI - Eu estava falando aí sobre o desperdício de alimentos. Tem alguém aqui da Praça da Sé...

A SRA. ANA MARTINS - Olha, é tão difícil, e me desculpe o representante da Secretaria do Bem-Estar, hoje... (falha na gravação).

O SR. NAZI - Queria, numa divisão de águas, dada a objetividade dessas reuniões, discutir questões sociais, questões de assistência social. Agora, ouço aqui um desfiladeiro de crimes do Estado, da Prefeitura... (falha na gravação) pedir informações à Elza da LBA que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

696
196
93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F22	11	valéria	assis.social	1.9.93		

está um papel difícilimo aqui, repetindo as coisas que a gente já acompanhou pelos jornais. Então, Elza, a sua situação na IBA - e há os bons funcionários que ficaram - é muito difícil. A situação do Pedreira, por exemplo, é muito difícil, mas são questões que em juízo se esclarecem. Desculpe o aparte.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Eu consultaria a mesa para o acerto da agenda no sentido de que no dia 8 de setembro, quarta-feira próxima, nós contaríamos com a exposição dessa apresentação, como foi feito pela IBA hoje, da Secreatria da Família e Bem-Estar do Município e veríamos se a gente consegue uma representação da Secretaria de Bem-Estar do Estado, no dia 8 de setembro. No dia da próxima sessão - ficamos sem espaço para a população de rua. Então, proponho que talvez seja um acúmulo, mas temos que, até a semana do dia 17, temos de ter terminado essas discussões. Pergunto se seria possível no dia 15 de setembro, a próxima quarta-feira, vamos ter uma sessão na segunda, dia 13, que seria debate com representantes de segmentos pelas coordenadorias, mulheres, idosos, negros, acho que até está faltando aqui, um convite às coordenadorias dos direitos dos excluídos, isso está previsto no dia 13, que dia 15, temos pela manhã o convite às ONGs, se no dia 15, ao final da tarde, às 18:00h podíamos ouvir aqueles que trabalham com a população (e não deixam de ser ONGs também) dos sofrendores de rua, dos homens de rua. Se poderíamos tentar no dia 15 duas sessões. Pode ser assim, para a gente até a outra quarta-feira avançar. Essa seria dia 15 às 10:00h e dia 16, às 18:00h a população de rua. Amanhã não estaria mantida dada a situação de que se as pessoas estivessem presentes, se fosse preciso mais tempo para a exposição nós daríamos continuidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 697

176

Q. 1.º sessão

99

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F23	2	valéria	assis.social	1.9.93		

Então, acho que em termos de preparação, um tempo para a Secretaria da Família do Município, um reconvite à Secretaria da Família do Estado, e a gente faria isso na quarta-feira próxima. Assim daríamos um "timão".
Então, quero agradecer mais uma vez e encerramos os trabalhos desta manhã, como sempre foram importantes, exaustivos, suculentos e produtivos. Muito obrigada.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos p/ elaboração
de uma política de Assistência Social

Presidente: Sr.ª Aldaíza Spasati

Reunião em 8-setembro - 1993

(Memo. CEE. - 139/93)

Assessor: Jader H. Pinheiro
(1 via)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Folha n.º 699
N.º 196
O funcionário J. 93

SEM REVISÃO

Th. de Freitas Muzzi

TEREZINHA DE FREITAS Muzzi
Diretora Téo. Depto. Taquigrafia
DT. 10



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO
DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidenta: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

Membros: Srs. Vereadores

Lídia Corrêa

Ana Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada na Sala Tiradentes, da Câmara
Municipal de São Paulo, em 8 de setembro de 1993.

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati,
(Memo. CRE/Nº 139/93, da Secretaria das
Comissões Temporárias)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 701
198
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	1	vand	as. social	8.9.93		

A SRA PRESIDENTA (Aldaíza Sposati) - Bom dia, vamos dar início a mais uma das sessões da comissão temporária de estudos sobre assistência social. Esta comissão terá mais 3 ou 4 semanas para elaboração e apresentação das propostas sobre a assistência social na Cidade. Temos recebidos informes de alguns municípios que já estão criando até por lei do conselho municipal de assistência social. Tive oportunidade de tomar conhecimento da lei orgânica da Cidade de Ribeirão Preto em que consta a existência de um conselho municipal de assistência social e de ~~uma~~ iniciativa de uma lei de ~~far~~ regulamentação da assistência social em algumas cidades. Estou registrando isso não só para falar da pertinência dessa discussão, mas até para registrar um certo retardo na discussão nesta cidade, uma vez que já têm cidades que avançaram nesta questão.

Estamos aguardando a presença da representação da Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social, da Secretaria de Estado da Criança e da Família que se comprometeram estar presente, também da central de triagem e encaminhamento, um convite especial à assistente social Sueli Dicanto. Contamos com a presença da Prof. Maria do Carmo Brandt Carvalho, do Instituto de Estudos Especiais da PUC de São Paulo, que vai fazer uma análise sobre a questão da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 702 de 196
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AI	2	vand	a. social	8.9.93	sposati	

criança do adolescente na Cidade, Presente a presidenta do Cra de São Paulo, Elisa Gonçalves e da representação da IBA. Aguardamos a presença de mais pessoas, mas vamos dar início com a análise da Prof. Maria do Carmo Falcão.

A SRA MARIA DO CARMO FALCÃO - Praticamente não foi falar sobre a questão da criança e do adolescente na Cidade de São Paulo, mas a nível nacional. São as grandes propostas que têm saído do conselho nacional da criança e do adolescente, assim como do conselho de segurança alimentar, ambos ligados à Presidência da República. Vou partir dessa proposta para fazer uma análise da Cidade de São Paulo. Fizemos em termos de prioridade absoluta, até como plano de emergência em relação à criança e do adolescente a ideia de uma expansão da rede de creche e pré-escola que ~~gar~~ garanta a universalização da atenção à criança de 0 a 6 anos. Em não havendo expansão imediata a ideia seria acionar as prefeituras para contratar a rede particular. Essa expansão já é constitucionalmente garantida e precisa ser acionada. A nível de municípios não há um "now how" e uma consciência de necessidade de implantação de uma rede. No caso de São Paulo já existe essa preocupação, inclusive a extensão dessa rede cruzada com o mapeamento da pobreza e dos vazios que existem de atenção à criança. Outra preocupação foi o impacto da assistência



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

P. n.º 703 do proc
196 de 1977
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A1	3	vand	as, social	8.9.93	m. carmo	

social e saúde, até tem um programa que está sendo lançado "leite à saúde" em que estaria articulado com os centros de saúde a necessidade de uma atenção à gestante e à mãe depois que ela tenha o filho e que não esteja essa mãe inserida no mercado de trabalho que ela devesse ganhar um salário mínimo por 4 meses para garantir o aleitamento ~~mat~~ materno. Isso envolveria um pacto entre a assistência social e a saúde porque essas ações só têm efetividade de articuladas à saúde para se garantir a não subnutrição da criança pequena, assim como uma atenção maior à família que é alguma coisa que deixamos de lado. Existia uma prática da assistência social que era muito importante nos anos 60 e até 70 onde se fazia um apoio familiar psico-financeiro muito significativo à famílias. Esses programas corriam com o nome de clube de mães e até de profissionalização onde observávamos que as mães faziam o curso de cabeleireiro, de cozinha e que a inserção dela no mercado de trabalho era baixíssima mas a procura de cursos era grande. E percebemos que de fato aqueles cursos tinham uma função para essa mãe muito mais de socialização, de troca de experiência, de conversa, enfim, um programa praticamente de apoio psicossocial. A idéia é que a gente expanda, esse é o segundo plano e grande objetivo do plano de atenção à criança e ao adolescente é a expansão de uma rede de apoio ~~psico~~ psico-social



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 1996

-TAQUIGRAFIA-

O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	4	vand	a, social	8.9.93	mcarmo	

à família sem renda ou com baixíssima renda para garantir uma atenção
melhor às crianças. Temos falado muito que as mães de baixa renda,
as mães não, os pais, independente ~~de renda~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 705 do proc.
196 da 99
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 2	1	morg.	CEE ass.soc.	8.9.93		

de ser mãe e pai, a família, nas grandes cidades, aí você mesmo participou de uma pesquisa nesse sentido que eu tenho divulgado muito, que é a idéia que as famílias de baixa renda em cidades grandes como São Paulo são famílias extressadas pelo fato de terem um trabalho linear, são faxineiras em escritórios, em casas de famílias de classe média e depois quando chegam em casa também fazem faxina, enfim, elas não saem do trabalho manual, Isso por si só, essa rotina ela já é extressante, fora isso elas vivem em habitações degradadas, tipo favela, cortiço ou mesmo casas precárias de periferia onde vivem agregadas e com isso elas têm uma ausência total de privacidade. A falta de privacidade também leva ao estress, enfim, a falta de renda leva ao stress e tudo isso que não temos levado em consideração, a fadiga, ausência de privacidade, a deterioração das condições de vida, ausência de uma possibilidade mais segura de sobrevivência, leva a um stress e leva aos maus tratos da criança, quer dizer, na realidade, os maus tratos a causa não é a família em si, mas são as condições de vida da família que nós não estamos intervindo. Então, este programa de criar uma rede de apoio à família tanto no nível financeiro, mas também no nível psico-social é no sentido de que hoje as próprias famílias pedem - olha, dona, controla o nosso nervoso, quer dizer, os maus tratos estão em função de todo esse stressamento que ~~levar~~ leva as condições de vida na cidade de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 706 do proc.
196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	2	morg.	CEE	8.9.93		

Outra coisa importante que a gente tem observado nas grandes metrópoles, é o caso de São Paulo, não só a questão também da violência. Sempre falamos que a violência é grande nos bairros centrais nos bairros de classe média alta e classe média, e esquecemos que o grau de violência na periferia é dez vezes maior. Hoje a população na periferia se compra um aparelho de som precisa esconder porque senão será roubada. Em geral ficam com as janelas fechadas. Não temos observado esses detalhes, elas têm medo de sair na rua, porque a violência na periferia é maior que a violência que a gente encontra no centro, até porque o policiamento é maior aqui no centro, ou nos bairros de classe média e na periferia esse policiamento não existe. Eles são controlados no Rio de Janeiro, aqui também são controlados por grupos, gangs, etc., que também são fruto dessas condições péssimas de sobrevivência que toda essa população de periferia se ~~en~~ encontra. Então, é por aí é a idéia que é urgente, emergente, emergencial, necessário, retomar isso de uma rede de apoio psico-social às famílias de baixa renda, e financeira também. A outra questão, um terceiro programa que entendemos fundamental é a questão do apoio sócio-educativo para crianças de 7 a 14 anos, no período que não estão na escola. Essa atuação hoje, pelo menos há uma intenção do Ministério da Educação de assumir de forma mais agressiva, mais presente, porque isso sempre foi uma



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	3	morg.	cee assist.	8.9.93		

área que a assistência social trabalhou de forma isolada. A idéia aí é um ~~pactaxe~~ pacto entre a assistência social e a educação. Ficou muito clara a necessidade de um pacto entre a assistência social e a educação de tal forma que esses programas de complementação sócio educativa, reforço alimentar, refurso escolar, etc., para crianças de 7 a 14 anos, no período que não estão na escola seja assumido de forma articulada, escola e esse programa sócio educativo, de tal forma, cujo objetivo fundamental é garantir a essa criança o sucesso escolar e garantir à criança uma socialização mais rica que permita a ela uma competição maior com os grupos de classe média e alta no sentido da dignidade trazida para viver neste mundo, um mundo sem "apartheid" social, uma idéia de que essa população vira um "apartheid" social efetivo e que para você retirá-lo da discriminação, da exclusão do "aparthaide" temos que entrar garantindo o sucesso escolar, e, garantindo o máximo de socialização. Então, a idéia que esse programa de apoio sócio educativo hoje chamado na cidade de São Paulo de TJ - de Centro de convivência, etc., referjam os seus programas para que garanta uma ampla socialização dessas crianças e um sucesso escolar, daí o passo entre a educação e assistência social. Um quarto programa importante são os programas educativos que são inscritos no Estatuto da Criança e Adolescente e que não mereceram até agora uma regulamentação maior. A idéia do CONAN, do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

708
196
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	4	morg.	cee.	8.9.93		

Conselho Nacional dos Direitos das Crianças venha a normatizar essa questão do trabalho educativo tendo em vista a idéia de que a criança receba vários benefícios, aliás, ligado ao programa anterior que eu falei e a este. ~~Uma~~ Uma é bolsa educação, que o MEC garantiria para crianças que pudessem se evadir da escola, poderiam, ter risco de se evadir da escola, por conta da ausência de renda dos pais. Então, a idéia é uma bolsa educação que será gerida pelos pais, via esse pacto de assistência à educação no sentido de garantir que ela não se evada da escola, mas isso atrelado à possibilidade dela ser sucesso escolar por isso o programa sócio educativo e por isso essa normatização do trabalho educativo que está lá no ECA. O trabalho educativo a idéia é a seguinte, não é bom que as crianças e adolescentes e aí já começa a faixa dos adolescentes, que os adolescentes integrem precocemente o mercado de trabalho. Hoje ~~há uma tendência de se criar uma~~

~~no Ministério do Trabalho há um monopólio...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 109 do proc.
1096 de 10/93
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	1	beth	ass. social	8.9.93		

Há uma espécie de monopólio - é outra coisa que está-se discutindo no Ministério do Trabalho - do SENAI, SENAC, no sentido da profissionalização dos adolescentes. Há também um monopólio, SENAI, SENAC SENART, no sentido de ~~XXX~~ autorizar ou não a entrada de adolescentes no mercado de trabalho, principalmente na indústria. Isso passa pelo crivo dessas entidades maiores. Elas tem o recurso financeiro altíssimo que não tem sido repassado para outras entidades que poderiam também estar fazendo a profissionalização de adolescentes. O que tínhamos no passado - se vocês se recordarem - boas escolas profissionalizantes no Estado, no Município, nas esferas governamentais, essas boas escolas acabaram e as que restam são elitistas e também o próprio SENAI, SENAC e SENART são elitistas pois exigem certos critérios, como 6ª série, que acaba penalizando os adolescente que gostaríamos de atingir, que são os sem escolaridade. ~~XXXXXX~~ Outro problema sério foi o levantado por aquela técnica, a Vera Vieira dizendo que é muito triste mas para a faixa de 14, a 18 anos só existe como alternativa, se houver evasão da escola, o trabalho. E assim mesmo o trabalho relativamente porque se tiver com 16 anos ninguém emprega mais se for meninos. Pode empregar menina. Há um vazio total para essa faixa de adolescentes de 14 a 18 anos. A escola não aceita se ele tiver uma escolaridade muito baixa, por exemplo, ele evadiu-se na segunda série. A Escola não aceita mais. Tem que ir para o supletivo mas o supletivo está aberto para ~~XXXXXX~~ adolescentes de 18 anos para cima. Há um vazio que precisa ser coberto talvez com programa de escolarização experimental e profissionalização mas que esteja aberta ao que está sem escolaridade. Daí a necessidade de regulamentar o trabalho educativo e a questão da profissionaliza-

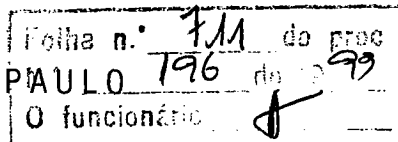


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 110 do proc
176 de 1997
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	2	beth	ass. social	8.9.		

ção para o adolescente. Tem que habrir chances para se profissionalizar. Também, nesse programa, a idéia que temos trabalhado muito é que temos que rever aquela coisa que que você fala muito bem de (inaudível) e que para o adolescente só trabalho. Mas, que trabalho? Temos feito algumas pesquisas muito importantes, até financiadas pela UNICEF e temos tido uma receptividade imensa dos municípios nas oficinas onde a gente faz essa pesquisa que é sobre os dilemas e o início do trabalho para o adolescente. Estou avançando, indo para outra área, normalmente o que oferecemos para o adolescente que não seja SENAI, SENAC ou SENART, um trabalho protegido (inaudível) que não é profissionalização. (inaudível) trabalhar como Office-boy em escritórios, as prefeituras, tem a de São José dos Campos X(inaudível) e eles abriram um espaço no mercado de trabalho para adolescentes que é a varrição de rua. Entendemos que a varrição de ruas não é trabalho pra adolescentes. Todo o trabalho na rua é danoso, é perigoso porque na rua ele está à disposição de aliciamento tanto na área de tráfico, quanto na área de roubo, quanto de prostituição. Condenamos todo e qualquer trabalho de rua para adolescentes que é algo que existe com muita frequência nos municípios. Em São Paulo havia uma tendência inicial do próprio Prefeito Maluf de um tipo de trabalho assim: guardinha de carro, etc. (Inaudível) Na realidade condenamos o trabalho na rua. Já é constatado que é perigoso e não leva em conta as angústias próprias da adolescência. Esquecemos que o adolescente tem medo. Faz parte do processo de desenvolvimento dele o medo. E a gente põe esses adolescentes na rua. Em São José dos Campos deu para observar uma coisa muito interessante. O constrangim



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	3	beth	ass. social 0.9.			

mento de algumas (inaudível) que demos aos adolescentes. É o trabalho de rua que São José dos Campos dá aos adolescentes. Observamos pela pesquisa que os adolescentes que moram na zona norte da cidade escolhem trabalhar em zonas que não sejam identificadas. ~~XXXXXXXXXX~~ Eles não trabalham na própria comunidade porque acham vergonhoso esse tipo de trabalho. Isso também não é (inaudível) Outra coisa que fazemos são as coisas muito mal feitas na linha do artesanato, pintar camiseta, fazer trabalhos de marcenaria, etc, bem horrorosos que a gente compra mais por caridade do que por ser uma peça bonita. A idéia é que tenhamos que repensar a proposta. Demos artesanato para as crianças, não tem problema, mas de alto nível, para que tenha possibilidade de entrar e ser vendido no mercado. Esse (inaudível) de que a criança pintando está-se socializando já era. Ela precisa realmente obter renda ~~que não é o objetivo principal~~.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 712 da proc.
1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	1	florência	com.esp.est.	8.9.93		

e só vai se profissionalizar se nós fizermos alguma coisa realmente volta da à produção de um bem que tenha entrada no mercado.

Bem, em relação à Guarda Mirim, que você está querendo saber, estamos fazendo um processo. Já existe um dossiê com relação à Guarda Mirim no Distrito Federal. Estamos montando um dossiê em relação a várias cidades do Estado de São Paulo e não montamos em relação à cidade de São Paulo, mas estamos montando um dossiê em várias outras cidades; já existe também um estudo feito, até uma tese de Mestrado na PUC em Maringá, onde o Barêlli, o próprio Ministro do Trabalho, ^{quela} na época, foi o orientador dessa tese, o que comprova uma certa perversidade da Guarda Mirim enquanto geral. A Guarda Mirim, não sei se vocês sabem, a Guarda Mirim Colêia ou Patrulheiros é um programa de entidades não-governamentais filantrópicas e que funcionam como uma rede a nível nacional, não só na cidade de São Paulo, mas no Estado e no Brasil inteiro. E o que a gente observa é que a Guarda Mirim é perversa em vários termos. Primeiro, ela cobra os serviços do adolescente; então, ela retira do salário do adolescente que foi empregado por ela em escritórios ou na própria Prefeitura, ou em empresas, 10% ao mês do salário do adolescente. Isso é o mínimo. Há cidades como Franca que cobram 20% do salário do menino todo mês. Ora, isso é (ruído na gravação - ininteligível) para pensar para o adulto se ele vai colocar numa agência de colocação no mercado de trabalho, o empregador paga uma parte e ela paga outra parte uma vez só, um salário-mínimo por exemplo. (Aparte fora do microfone)

É a institucionalização dos pais de rua, que tiram



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

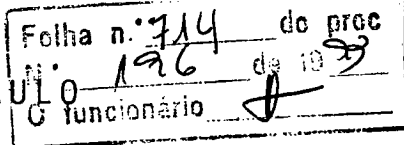
Folha n. 913 do proc 93
196
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
:44	2	florência	com.esplest.	8.9.93		

uma comissão das crianças. Quer dizer, assim como os agenciadores adultos tiram uma comissão dos adolescentes, também a Guarda Mirim tira essa comissão, sem oferecer grandes coisas para essa criança. Afora isso, a Guarda Mirim recebe, em geral, subvenções ou do Estado ou da Prefeitura, ou do próprio Governo Federal. E afora isso há algumas coisas como em Franca, por exemplo. que estamos estudando em mais profundidade, a Guarda Mirim pode ser até milionária, porque ~~st~~ foi reservada a ela pela Prefeitura toda a Zona Azul da cidade. Então, eles é que gerenciam a Zona Azul e recebem toda a Zona Azul da cidade. Agora, mesmo recebendo a Zona Azul, eles cobram 20% dos adolescentes. mensalmente em troca de um programa que é em geral aos sábados, um programa sócio-educativo de lazer para essas crianças, mas que é muito pouco se pensarmos no que o adolescente merece e precisa.

Por outro lado, a Guarda Mirim em geral põe adolescentes, de 12 a 18 anos, como no caso de Lorena, que estamos investigando, em escritórios de advogados, de dentistas, de médicos, etc., o que é perverso novamente em termos de sonegação destes profissionais liberais, porque esses profissinnais liberais recebem essas adolescentes como bolsistas e não pagam os encargos previdenciários, nem os outros encargos que teriam que pagar no caso de um trabalhador normal, né? Na realidade, o dinheiro não vai para o adolescente, mas para a Guarda Mirim, que é quem paga o adolescente, e com isso vira bolsa, não há encargos previdenciários e nem há para esse adolescente o seguro para acidentes e as garantias previdenciárias que ele deveria ter.

Bem, estamos então fazendo esse mapeamento do traba-



Cóp. lucrar regras. Trabalhar na rua não é um trabalho protegido. Trabalhar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 115 do proc
126 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	4	florência	comp. esp. estudos	8.9.93		

na indústria geralmente é um trabalho de risco e isso já está na lei; trabalhar no comércio, precisamos estudar em que situações ele está no comércio, porque se for numa situação não de trabalho profissionalizante, em que não haja mobilidade, na realidade ele vai repetir o círculo da pobreza, porque ele fica de empacotador no supermercado até 18 anos e depois sai sem ter uma profissão. Nós estamos pesquisando isso. Agora, para curiosidade de vocês, estamos pesquisando também quanto é que um adolescente ganha no tráfico de drogas, quer dizer, em programas profissionalizantes na rota da exclusão, como nós chamados. E aí há algumas coisas interessantes que ^a gente foi descobrindo. Vou contar só para ficar menos pesada. Então, há ^{uma} profissão hoje altamente rentável, que é a favoção.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 716 do processo 192 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	1	dalva	C. Ezstudos	08.09.93		

(...) que é a favoção. Favoção, tem adultos por trás, que batem a máquina àqueles pedidinhos de esmola como: "sou um adolescente sem renda. Minha família ~~está~~ está sem trabalho. Preciso de dinheiro". Então são aqueles mil bilheitos que vai pondo nos carros nas esquinas das ruas, ou dentro dos ônibus onde é muito comum a gente ver esse tipo de coisa, depois eles saem recolhendo os papeizinhos. Só que tem um adulto atrás, que cobra pelos papeizinhos batidos a máquina. Não é de graça que ele tem esse trabalho, e isso é uma exploração do trabalho do adolescente que não leva a nada. Mas é um trabalho rentável para adolescente que é a favoção, que vem do favor. Eles mesmo batizaram assim. Outra coisa interessante, os guardadores de carros, até ~~pm~~ pelo seu aliciamento na rua, por isso que a gente está condenando todo o trabalho de rua, eles são aliciados na rua, para eles robarem toca fitas dos carros, e outros objetos que podem estar no carro. Então se ~~em~~ observou que o menino ~~pm~~ guardador de carro, além de ter um território delimitado, que ele tem que pagar para trabalhar naquele território delimitado, ele ganha muito mais que o traficante de droga adolescente. Porque o traficante de droga, ele tem que se vestir, bem, ele não pode entrar nos locais para fazer o ~~pm~~ papel



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 317 do proc.
196 de 1993
funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	2	dalva	C. Estudos	08.09.93		

de aviãozinho, ou fazer o pepel de oqueiro, ou mesmo o papel de venda, merdadoria droga, se não tiver ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ com uma ~~xx~~ boa aparência. Então ele investe muito na sua aparência, gasto grande com ~~x~~ sua aparência, por exemplo, na PUC, nas Universidades em geral, que é um centro onde se consomem drogas, então para entrar num centro universitário, ele tem que estar com uma ~~x~~ aparência boa. Em industria mesmo, em comércio, junto aos executivos, ele não pode entrar de qualquer jeito, então ele tem que ter um grande gasto com sua aparência, que acaba fazendo com que essa profissão para o adolescente de droga, nas ~~x~~ suas variações, oqueiro, avião, ou vender da mercadoria direto, não rende tanto, quanto o guardador de carro, porque ele não precisa se vestir bem, pelo contrário, quanto pior, melhor para conseguir guardar os carros nas praças e nas ruas. Outra coisa que nós temos visto é prostituição feminina e masculina, normamalmente nós cuidamos muito mais da prostituição feminina. Vocês observarem Alda Marco Antônio, que é a atual Presidenta do Centro Brasileiro para Infância e Adolescente, fez com uma das suas prioridades, a prostituição feminina, e nós estamos questionando muito, até porque as organizações internacionais e conselhos ~~xxxxx~~ europeus, quando ~~xxxxx~~ chega no Brasil para destinar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 718 de 93
126
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	3	dalva	C. Estudos	08.09.93		

recursos, para a ção, fala sempre em prostituição feminina. E nós estamos entendendo que a prostituição masculina, ela é altíssima, e é tão, ou mais grave que a feminina, nos centros da cidade, especialmente nas regiões de São Paulo. O aliciamento, e o abuso ~~sexual~~ sexual, com relação a menino é muito maior, do que com relação a menina, e não aparece tanto, até porque o menino, ele tenta fazer uma distinção, eu vendo o meu corpo para ~~ganhar~~ ganhar dinheiro, sou macho sim senhor, então ele mantém a namorada. Então até do ponto de vista da AIDS, ele transmite com mais facilidade por conta, que ele acaba sendo o etero sexual, aí, ou o bisexual, e eles não entendem que ele está sendo aliciado, aquilo é um trabalho e acabou, não tem nada a ver com a vida sexual dele. Bom, mas esses abusos, também causam outros problemas emocionais, ~~psicológicos~~ psicológicos, etc... Finalmente, nós estamos entendendo o seguinte que com os meninos de rua hoje, ~~existe~~ existe uma moda muito grande, de que vamos trabalhar com os meninos na rua com a rua e pela a rua, há um bazismo num certo sentido, de que eu posso reabilitar menino na rua. Isso não é verdade, toda a experiência ~~que~~ inclusive do movimento nacional dos meninos de rua não é nessa linha, nem da pastoral do ~~menor~~ menor, então está se vendo demais isso, quer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 719 do proc.
1026 de 93
O funcionário N

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	4	dalva	C. Estudos	08.09.93		

dizer, e até o MEC, novamente, o Ministério da Educação, vai entrar
nisso, ~~isso~~ por conta da chacina da Gandelária, um objetivo crucial
trabalhar meninos e meninas de rua, institucionalizando uma profis-
são de ~~educador~~ educador social, que ~~trabalha~~ ^{estaria} na escola, mas trabalhan-
do a tal paquera pedagógica com os meninos e meninas de rua, a
~~idéia~~ idéia é que o educador saiba trabalhar os meninos na rua,
mas para tira-los da rua, o que envolve obviamente programas de
retaguarda, quer dizer, se eu não tiver como retaguarda centros de
convicência, ~~programas~~ programas diferenciados socio educativo,
porque obvio que ele não se ~~integra~~ integra mais na escola, é ingênio
pensar que eu vou tirar o menino da rua e vou levá-lo para escola,
porque ele não vai, nem para uma oficina profissionalizante for-
mal, eu teria que ter um outro programa mais ~~adequado~~ adequado a esses
meninos que estão na rua. Agora já se percebeu o seguinte, se você
tira hoje 100 da rua, nem ~~adanta~~ adianta fazer contagem de menin-
nos de rua, adianta só para ter uma idéia do universo, mas se você
tira 100 hoje e um território, suponhamos você limpa a Praça da
Sé, amanhã a Praça da Sé estará ocupada por outros meninos de rua.
Há um fenômeno, fruto da organização e da miséria, nos grandes cen-
tros onde eu posso ~~limpar~~ limpar um território, tirar os me-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 120 de 1993
de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	5	dalva	C. Estudos	08.09.93		

ninos daquele território, aquele território será povoado de novo, pela mesma população, não a mesma, mas outros segmentos da mesma população. Os homens de rua, ou meninos de rua. Isso tudo que eu falei tem haver com assistência social, obviamente, por isso que nós falamos em pacto entre assistência social, saúde, e educação, porque de fato, a assistência social de forma isolada, ~~ela~~ ela não resolve esses problemas e não resolve o problema aí do círculo da pobreza, da exclusão e da criminalidade, que a gente vê que a pobreza chega a um ponto, que ela tem relação sim com a criminalidade. Há um aliciamento da criminalidade junto a pobreza, pobreza para tudo, então eu faço da pobreza uma indústria lucrativa em todos os sentidos, até na linha do tráfico, da criminalidade, etc.... Daí que a assistência social sozinha não resolverá problema, ela pode ser compensatória um direito importantíssimo da população, mas se eu quero romper o círculo da pobreza eu tenho que fazer esse pacto dessas três políticas básicas: saúde, assistência social e educação....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 721 do proc
196 de 1999
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	1	Monteiro	C.Especial	08.09.93		

Obviamente, com o trabalho também contra ~~universalização~~ universalização, mas que a gente entende que está dentro do terreno da educação.

Acabei essa fala, Aldaísa. Não sei se o pessoal quer fazer alguma pergunta, e depois entrar na assistência social mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati) - Alguém tem alguma questão? Eu teria. Achei muito interessante porque a Carminha nos traz os pontos que estão em discussão em termos de um programa nacional e aqui no Município, inclusive pelos dados até apresentados por aquele estudo da Lida-CBIA, é demonstrado que as creches na cidade de São Paulo, as creches públicas ou conveniadas, elas cobrem 20% da demanda da população infantil até quatro salários mínimos. Quer dizer, nem se está falando propriamente na universalização em geral da criança, uma vez que a questão da atenção, vamos dizer, pré-escolar, nem está posta como uma área efetivamente de cobertura ~~mix~~ plena pelo Estado.

Mas o que me parece importante é a gente atentar que na cidade de São Paulo, que tem uma rede considerável, 20% da demanda de zero a quatro salários é que é coberta. Então, isso coloca em questão duas coisas para nós. Uma é de que está havendo uma proposta do atual Governo Municipal, de incentivar um programa antigo, que era o chamado "programa da rede indireta". Aliás, esse era o programa do então Brigadeiro Faria Lima, quando prefeito, que era de construir creche e pôr para a administração da sociedade, dentro do princípio da subsidiariedade, que não caberia, no caso,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 721 do proc.
196 de 1977
O Secretário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	2	Monteiro	C.Especial	08.09.93		

à Prefeitura ser responsável pela atenção de zero a seis anos. E agora, as creches que estão ficando ou recém-construídas ou reformadas, estão sendo incluídas no programa "Adote uma creche".

A gente não quer simplesmente fazer aqui uma análise rasteira no sentido de dizer que é totalmente descabido, mas a preocupação com a questão da qualidade da atenção num programa desse, do tipo "Adote uma creche", quais são as garantias. Ou seja, a forma de expansão é de ampliar a participação privada nos equipamentos públicos e não na orientação, como está sendo dita aqui até com essa orientação nacional, de que é ampliar o número de vagas em creches conveniando vagas de creches particulares. Quer dizer, em última instância, o que eu queria dizer: este programa, de certo modo, governamental ele reduz o investimento em creches e não amplia. Quer dizer, não é o fato de manter essas creches e mais vagas, digamos, contratadas à iniciativa privada, mas sim de fazer com que a iniciativa privada, vamos dizer assim, faça a gestão de creches públicas.

Então, nós vamos ter inclusive uma audiência pública para discutir essa questão do programa "Adote uma creche", existe uma Tribuna Popular dia 14, uma audiência pública dia 13, à uma hora da tarde, uma Tribuna Popular dia 14, com essa discussão e queria, uma vez que você fez essa avaliação, Carminha, talvez te ouvir um pouco sobre essa questão da expansão da rede de creches na cidade de São Paulo, embora vocês não tenham se dedicado especificamente à cidade de São Paulo, mas você é profunda conhecedora.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 423 do proc
196 de 19
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	3	Monteiro	C.Especial	08.09.93		

A SRA. CARMINHA - Olha, Aldaíza, eu acho que nós tínhamos conseguido na Prefeitura, quer dizer, eu, como funcionária dessa prefeitura há vinte e tantos anos, vinte e cinco, nós nos aposentamos, privilégio (eu sou contra privilégio, mas eu mesma me utilizei dele)... a idéia é a seguinte: nós tínhamos conseguido, eu acho que na...

- o - o -

- Intervenção fora do microfone.

- o - o -

A SRA. CARMINHA - Ah, vinte e cinco anos, são moços. Vinte e cinco anos, eu acho que não deixa de ser um privilégio que nós conseguimos que eu sou contra. (Pausa) Mas que eu quero me aposentar e que tenho direito, tenho. (Pausa) Não, eu digo pelo privilégio, mas não pela aposentadoria em si, que todos nós temos direito, por tempo de serviço. Eu não me aposentei por idade e nem pelo tempo (Ininteligível) Mas, olha, eu trabalhei 24 horas por dia muitas vezes.

Agora, nós tínhamos conseguido conquistar, acho que isso ficou como modelo não só para nós aqui, mas para muitos outros países latino-americanos etc., nós tínhamos conseguido aqui, via idéia Estado concedente, porque o Estado é concedente, em outras áreas ele pode eventualmente ser concedente nessa área, mas desde que e-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 724
1246
O funcio

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	4	Monteiro	C.Especial	08.09.93		

le garanta o recurso financeiro para que aquela ação seja efetivamente uma ação efetiva e de qualidade. Então, o custo per capita de uma criança tem que ser continuamente mensurado e nós temos que garantir um per capita denso suficiente para sustentar um determinado padrão de qualidade desejável no atendimento a crianças de zero a seis anos.

Então, ele pode ser um Estado concedente, ele pode liberar para entidades não governamentais a administração de equipamentos. E estou me lembrando disso no sentido seguinte: que a Sebs, a antiga Sobes, os nomes, milhões, que já tivemos nessa secretaria, na sum dos frutos desse nosso trabalho social foi conquistar um modelo de convênio que até hoje, eu não sei se mudou, mas da nossa época até os anos 80 era um grande modelo de convênio porque garantia a correção da inflação, sistematicamente, garantia um per capita realmente mensurado em função de um custo de criança dentro de um padrão de qualidade desejável. A Prefeitura de São Paulo exportou seus padrões, na realida foi onde a discussão mais acumulada sobre programa de atenção à criança e adolescente existiu.

.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 725
126
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	1	ANA	C;R.E.	8.9.93		

Eu acho até triste, às vezes eu falo, que a Fundação Carlos Chagas hoje é dita como a "expert" em atenção à criança e ao adolescente, quando na realidade esse expert" foi dos funcionários públicos desta Prefeitura que desenvolveram e chamaram os melhores técnicos de São Paulo, do Brasil, e montaram uma rede para ninguém "botar" defeito; tanto rede direta, como a indireta, como chamávamos, a conveniada. Agora, esse programa Maluf, "adote uma creche", eu não gosto, eu acho que o termo cheira de novo aquele missionarismo, aquele paternalismo, aquela coisa rançosa que precisamos acabar com ela, porque o programa de atenção à criança e ao adolescente é de direito da criança e do adolescente, aliás, colocado na Constituição, não só nas sub-leis constitucionais. É um direito da criança e o dever da Prefeitura, claramente colocado. Então, "adote uma creche" me parece o slogan dessa campanha é: distorce e desresponsabiliza o Estado, enfim, o que sou contra é o nome da campanha e a forma como ela está sendo feita. Necessariamente passar para uma entidade governamental, capacitada, supervisionada, avaliada, com repasse de recursos financeiros corretos, corrigido, com oera, eu não vejo problema. Como aliás, não tivemos problema. Aliás tivemos até um avanço, se você lembra a Amesp(?) e outras associações e entidades na Cidade de São Paulo, foram frutos desse trabalho de acompanhamento e supervisão, controle e treinamento. Essas entidades ganharam outro nível, vamos dizer, de discussão da problemática da ~~pau~~ pobreza e enfrentamento da pobreza. Elas são hoje parceiras nossas nas discussões mais amplas da política de assistência social. Então, houve até um crescimento, Que eu trabalhei com essa entidade como se ela fosse tão responsável como a nossa. Agora, eu continuo contra que as entidades se apropriem de um bem que é público, no sentido, vamos dar um exemplo,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 726
196 93
O 1000000

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	2	ANA	CEE	8.9.93		

a Associação Santo Agostinho, que ela tem até uma subrede dentro da rede da Prefeitura, ela administra várias creches da Prefeitura — administra bem as creches da Prefeitura, se você for olhar — agora, tudo parece ao povo que é a Asa, Associação Santo Agostinho, que é dona daquelas creches. O que está errado, porque também fragiliza a noção de direito. Quer dizer, deveria ter uma placa na creche dizendo: essa creche, a Prefeitura mantém todas as crianças dessa creche, ela paga tanto por criança. Tem que por claramente, esse tanto é corrigido, portanto todas as crianças do bairro têm direito a essa creche. Acho isso importante. Outra coisa que vocês podem questionar, eu não questiona mais hoje, eu acho que esse negócio de critério de renda, embora numa Cidade onde só atinjamos 20% da demanda, seja crucial, e a gente acabe pondo critérios, só até 4 salários mínimos, eu gostaria de outro critério, que é o das crianças que moram próximas da creche. Porque isso criaria uma heterogeneidade dentro da creche fundamental para a socialização das crianças e para o sucesso futuro dessas crianças. Quer dizer, essa história do gueto, na medida que ponho critério de renda, num equipamento que a Constituição já garantiu como universal, eu estou favorecendo o "apharteid" social, eu acho péssimo isso. Acho que o critério de uma creche é mesmo os 500 metros que ela more, ou no máximo de um quilômetro de distância da moradia da creche. Essa a idéia do critério salutar. Nós estamos trabalhando muito essa questão de padrões de qualidade, de controle, e mais, enfatizando a questão de treinamento de gestores e de pessoal para creche, uma vez que há há na cultura brasileira uma inserção muito grande dessa idéia de entidade não governamental dirigir creche. Então, precisamos investir nisso porque duvido que alteremos isso. Por outro lado, precisamos cruzar outro dado importante. Hoje temos fundações empresariais fortes, como a Abrinq, a



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	3	ANA	C.E.E.	8.9.93		

a Vitae(?), Abras, Credicard, C&A, uma série de fundações — está na moda agora essas fundações — e elas estão financiando "per capita" e estão fazendo estudos também. Por exemplo, a Abrinq chegou a fazer um estudo de um "per capita" que ela acha que é 50 dólares que você mantém uma criança numa creche. Então, acho que a gente precisa estar atento a essas coisas, atento às outras experiências hoje no resto do mundo. Por exemplo, na Inglaterra elas estão criando, o que eles chamam autonomia das escolas, dos equipamentos escolares, seja rede de ensino básico, seja colegial, seja creche, onde eles dão o dinheiro e a creche é absolutamente autônoma a escola é absolutamente autônoma para desenvolver o seu programa, lógico, naquela vertente: estado concedente que garante treinamento, competência técnica e supervisão dos padrões. Mas isso em função de criar uma certa competitividade entre uma escola e outra, entre uma comunidade e outra, mas uma competitividade num sentido assim de fazer forçar a escola garantir boa qualidade. Então, nesse sentido, Aldaíza, que estou trabalhando até que ponto não é válido esse tipo de eu ter várias alternativas de administração da rede de creche, desde que eu garanta — sempre estou falando isso — desde que tenha muita visibilidade para o usuário, que é o direito dele à creche, desde que o "per capita" que o Estado repassa seja um "per capita" decente, não uma migalha da LBA, por exemplo, porque é uma migalha, aquilo lá não é jamais um "per capita" decente. E desde que eu tenha uma supervisão real dos equipamentos, que não há hoje. Eu não tenho autoridade para supervisionar esses equipamentos.

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 728 do proc
196 de 197
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	1	emira	assist. social	8.7.93		

E aí, por exemplo, eu adoto uma creche, e é de novo perigoso enquanto campanha, porque o adote quase que eu posso ...k(forá do microfone).

Só uma coisa, não esqueçam que uma coisa é que temos que trabalhar, e eu não vejo CEP(?) trabalhando nisso, e ela deveria trabalhar, é a questão das creches na empres, porque pela Constituição, é obrigatório, hoje, o pagamento, o custeio das crianças. Então, não é a troca de nada que as fundações empresariais estão trabalhando nesse sentido, porque por lei elas deveriam ~~estar~~ dar uma atenção às crianças de 0 a 6 anos de idade, filhos de funcionários. Agora, isso não está regulamentado ainda, e não existe, por parte da assistência social, que é a que tem mais "know how" nesse campo, uma preocupação de regulamentar e de discutir essa questão de forma mais ampla.

A SRA. - Passando a palavra, e acho que registrando a presença da Vereadora Anna Martins, do Professor Ademir da Silva, ~~em~~ representando a Faculdade de Assistência Social da PUC e da assessoria da Vereadora Lúcia Correa.

A SRA. ANNA MARTINS - Gostaria de levantar, já que está se discutindo creche, é que eu acho um absurdo esse programa "Adote uma Creche", principalmente por negar todo o histórico de Movimento de Luta por Creche. Nós não conquistamos na lei a obrigatoriedade das empresas, ~~empresárias~~ com acima de 30 empregados, que elas tenham que tomar medidas com relação a creche, seja o auxílio creche, seja providenciar um local adequado para as funcionárias deixarem seus filhos. Nós também não conquistamos, aqui na cidade, as 317 creches diretas públicas, portanto, e as 258 conveniadas, que ainda existem, simplesmente com uma campanha, ou com uma forma superficial, como es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 729
106
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	2	emira	assist.social	8.7.93	anna	

se programa "adote uma creche" está sendo tratado. Eu acho que peca no conteúdo e peca na forma, porque inúmeras ~~x~~ creches conveniadas, que existem, e não sou contra por causa do histórico delas, seja a entidade, a população se organizou e criou condições de organizar aquela creche, com 40 crianças, com 60, em geral não passa disso, 80. Um número até razoável, porque, em geral, as dependências das entidades, etc. não são com a mesma qualidade do serviço público, porque adaptaram uma sede, criaram um salão, mais duas salas, mas criaram condições, discutiram e assumem aquilo com esse conteúdo. É diferente quando pega 32 creches, como está no programa, e que são as creches que estão em estado real de uso de ótimas condições, por que acabam de ser reformadas, ou acabam de ser construídas, tendo todo o seu equipamento renovado, etc., e sair oferecendo. É o que ~~x~~ aconteceu. Sairam oferecendo para empresas, ou entidades que queiram. É tão grave isso, e o conteúdo é seríssimo. O conteúdo e a forma. Inúmeras entidades que ~~mx~~ na minha região foram oferecidas, elas não aceitaram porque são creches de 150 crianças, 140 crianças, como o Jardim das Camélias, e as entidades, que já têm outros convênios, não é de repente que aceitam um convênio pesado desses. Pesado no sentido de quem tem responsabilidade. Porque quando ela até lutou para ter uma creche e ela ~~xxxx~~ atende 40 ou 60 crianças, ela foi se organizando para poder responder àquilo. E o que está acontecendo é que as entidades recém-formadas, como uma extensão dessa chamada casa, que hoje substitui o antigo CMV, quem está adotando essas creches são essa entidade chamada Casa, por um pequeno grupo que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 730 do proc
196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	3	emira	assist.social	8.7.93	anna	

se juntou os homens e as mulheres, não é nenhuma entidade com um histórico, naquele bairro, nem naquela região. Então, é uma coisa muito grave da forma como está sendo feita. *

A SRA. - Eu gostaria de um esclarecimento. Nesse..., quando você está discutindo o conteúdo e a forma, estou entendendo melhor, está descaracterizando o modelo de convênio que nós tínhamos? Está acabando com o convênio? Porque o convênio garantia um...(ininteligível por superposição de vozes)...

A SRA. ANNA MARTINS - Eu ponho tudo num papel bonito, se cada um quiser, como vai acontecer agora na Conferência Municipal de Saúde. O documento é discutidíssimo por cada região. Foi mudada cada vírgula, cada palavra. Será que isso vai adiantar alguma coisa? Exigem medidas. Então, esta Administração é muito difícil, por que na forma, ela é capaz de cumprir tudo, tudo. Como na forma ela está cumprindo as obrigações que ela tem, elas são o Conselho Tutelar,, o Conselho de Direite, na forma, na formalidade. Pode até ser que elas repitam, ou retomem, continuem^{usando} o mesmo convênio. É até possível. Mas, uma coisa é o que está escrito no papel, outra coisa é o que acontece na realidade. Veja, aconteceu na semana passada. A chamada Guarda Mirim~~(municipal)~~ já está se instalando em CBN. Eles estão ganhando todo o material de administração regional, e a Guarda Municipal já está construindo salas e salões para instalar a Guarda Mirim. Semana passada um guarda mirim, um guarda metropolitano desses, com crianças de um CJ, que estavam usando as dependências de um CDN para as atividades de esporte, levou um tapa de um guarda desses, porque ele achou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 731 de proc
de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	4	emira	assist. social	8.9.93	anna	

traquinagem da criança tinha que meter a mão na criança. Então,....
(ininteligível).... eles estão ali no CDN, porque eles querem segurar
esse CDN para fazer ali a Guarda Mirim. Na segunda-feira chegou já
caminhões de blocos, cimentos, etc, e já vão construir ali. E não dis-
cutiram com a população, se a população naquele CDN quer que ocupe
a área verde, quer que ocupe a área de fim de semana da população le-
var as suas crianças para brincar, trabalhar. Eles vão usar uma senho-
ra área para construção, [REDACTED] área



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A9	1	valéria	assis. social	8.9.93		

para fazer a chamada Guarda Mirim, numa área que não tem área verde quase nenhuma, aquela é a única que serve a 7,8 bairros. Então, vejam que no papel pode não mudar nada, mas está mudando na prática. E voltando à questão creche, numa discussão que acompanhei do Carmargo que a população e os funcionários não concordam que aquela creche seja adotada porque quem está ~~visitando~~ visitando a creche é o dono da Valrim que está querendo a creche e até hoje ele não cumpriu a obrigação que a lei exige dele, já que ele tem uma fábrica com mais de 2500 mulheres hoje e já teve 2600, ele agora vai ter de mão bajada uma construção que o Serviço Público fez, que a Administração fez, e recebe agora uma creche reformadinha e a administra. E o que o Secretário diz? Não, a Erundina fez muito poucas creches, nós vamos fazer 50, vocês escrevam aí, em dois anos e vamos oferecer para empresas, entidades que vão administrá-las muito bem. Por decreto, porque ele diz? Ele já entra no novo orçamento com mais de 50 creches. Nós não temos dinheiro para cuidar de tantas creches. A palavra é dele, está no documento Adote uma Creche. Vamos economizar para a Prefeitura. Quer dizer, que se economiza em detrimento de um serviço de qualidade que teve um avanço significativo aqui na Cidade na Administração passa da, do ponto de vista da creche não ser mais um lugar de largar a criança simplesmente, mas um lugar onde se desenvolve um programa educacional, em que se exija um trabalho de saúde; hoje as creches estão todas, podemos dizer que 20% tem uma auxiliar de enfermagem. Mas qual é o programa de saúde que está havendo nas creches? Estão acompanhando o quê? É à toa que estão morrendo crianças, que fogem crianças? Não, a qualidade é outra. Quando se oferece simplesmente para adotar, dá



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A9	2	valéria	assis, social	8.9.93		

para nós raciocinarmos o tipo de raciocínio, de concepção que se faz do serviço público para a população...

A SRA. - Dá para ficar claro então que quem vai pagar os custos da creche é o empresariado.

A SRA. ANA MARTINS(?) - Não, a creche Valeria está sendo oferecida àquela empresa. Ela cria uma entidade rapidamente, a mulher do dono cria uma entidade junto à casa, vai lá, adota a creche, a mulher do dono, ela faz tipo o que a D. Silvia está fazendo na casa; ela cria uma entidade de momento e ela vai receber a creche. Ela ia receber imediatamente se a população não estivesse lutando e vai lutar para não deixar acontecer. Mas, veja bem, a forma de acontecer é muito ruim porque não respeita o critério das creches conveniadas, que são entidades que foram se constituindo, têm um histórico com a população (aparte fora do microfone), têm uma diferença substancial. Também quero levantar...

A SRA. - Tem uma diferença substancial até porque havia um processo todo antes dessa entidade chegar a ser administradora da creche e ela tinha de ter vínculos com a comunidade.

A SRA. ANA AMARTINS (?) - Quando uma assistente social visitava uma entidade que queria um CJ, uma creche, ela acompanhava por 1 ano ou 2 aquela entidade para ver se ela tinha um credenciamento para segurar um serviço público de tanta importância. É diferente do que vir qualquer entidade e passa ... Acho também que vivemos situações bem diferenciadas dos outros países. Acho que é um grande avanço que as nossas creches, principalmente na Administração da Luiza Erundina, elas avançaram nos seus programas, trabalhou no seu conteúdo educacional e psico-pedagógico mais aperfeiçoado do que em qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 735 de 736
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A10	1	regina	Assist.Social	8.9.93		

muito a luta para aumentar o número de creches para esse direito poder ser colocado em prática. Por que? As mães que trabalham, a maioria das creches tem demanda de 300, 500, 600 mães esperando. E aí como é que uma diretora, que critério ela vai ter? Ela vai ter de fazer esforço de priorizar a mãe que está deixando os filhos sozinhos em casa. Não é nem vontade de não atender.

A SRA. _____ - Mas aí eu gostaria de dizer é ressucitar o movimento de luta por creche, no sentido dele ter uma força de novas estratégias na mão. Por exemplo, se eu tenho esse dado da demanda reprimida inscrita em cada crecha e eu poderia fazer uma ação cível contra a Prefeitura, exigindo um tempo máximo para que ~~uma~~ ^{se} criem novas creches, nós não estamos usando hoje o que a Constituição garante. Quer dizer, são novas formas de luta social que nós precisaríamos criar. Se eu tenho mapeamento dessa demanda reprimida, aliás o Ministério gostaria, o Ministério Público, de fazer uma ação nessa linha. Nós temos toda possibilidade então de fazer abaixo-assinado com várias mães, com movimentos populares da Cidade de São Paulo e iniciar um negócio desse. Porque eu acho que o movimento de luta por creches, na época do Reynaldo era tão forte, na época do Reinaldo de Barros, que ele não teve chance se não de propor como meta número um dele a situação da rede de creches, porque o movimento era fortíssimo na época. Tinha um visibilidade imensa. Agora esse movimento ficou como meio diluído na cidade. E, por exemplo, outra coisa. Quando você fala ainda em creche de 140 crianças, eu fico desesperada porque um padrão de qualidade hoje almejado é que as creches tenham no máximo, mais no máximo, estourando, 70 crianças.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
110	2	regina	Assist. Soci.	8.9.93		

A SRA. ANA MARTINS - Mas 80% das creches do Município tem 140, 150 crianças.

A SRA. _____ - Eu sei disso, mas é outra coisa que realmente... E tem formas de você fazer isso na periferia, um grande esforço, porque você pode adaptar certas casas na periferia, fazer outras coisas, para andar mais rápido a construção dessa rede. Porque aquela brincadeira(eu me lembro que participei no ~~XX~~ auge do movimento de luta por creche), nós ficávamos lá fazendo mil estudos. Onde é que tem terreno livre do poder público, e era aquela coisa. E aí a comunidade não queria creche naquele local, era uma coisa que adiava que complicava pôr a creche no lugar de maior importância e necessidade me termos da demanda. Eu acho que temos de ressucitar um grande movimento e usar as novas...

A SRA. ANA MARTINS - Ele está sendo retomado em várias regiões.

A SRA. _____ - Essa estratégia da ação cível eu acho fundamental.

A SRA. ANA MARTINS - Como nós estamos também discutindo subsídios a Lei Orgânica da assistência, como temos levantado esses problemas concretos, e até numa fala aí da Carminha, que a assistência não dá, não deve e não pode, é irracional, que atue isoladamente, mas de forma global. Essa compartimentação, foi a própria burocratização dos serviços que foi criando. Fui também tirando a visão global da pessoa, que nós muitas vezes vamos perdendo por uma educação que nos limita muito. Eu acho que a Lei Orgânica da Saúde nos dá uma luz no sentido de que nós poderíamos trabalhar como subsídio, para a questão da Lei Orgânica da assistência, que hoje a assistência social tem de ser abran



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 437 do proc.
N.º 196 de 97
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A10	3	regina	Assist. soc.	8.9.93		

gente relacionada com as áreas da educação, saúde, e mm trabalho mul-
tiprofissional, sendo que um grande esforço de amadurecer propostas de
que serviços essenciais, que a nova Constituição nos garanta, como saú-
de e educação, sejam, na nossa Lei Orgânica da Assistência, ~~uma~~ priori-
zadas como serviço público. A Lei Orgânica da Saúde é isso, a lei
8.142. Garantiu com a saúde que tem de ser serviço público. E todo ser-
viço privado está relacionado ao público, é parceiro. Mas as diretri-
zes, os princípios vêm do serviço público. Acho que isso foi conquis-
ta da 7a, 8a, e 9a. Conferência de Saúde, acho que o acúmulo de discus-
são foi importante para chegarmos a isso, mas está ameaçado com a revi-
são constitucional. Hoje estamos sofrendo ameaças porque é exatamente
esse item da lei que querem mudar, que garante a saúde como serviço
público. E o serviço privado pode e deve existir, mas tem de estar re-
lacionado ao serviço público, porque as diretrizes são definidas pelo
SUS, são definidas pelos SUS. Acho que isso ajuda a gente raciocinar
como é que vai entrar a questão da educação, a questão da saúde. E
que nós, dentro de um trabalho de assistência social, jamais podemos
trabalhar um problema social se não levarmos em conta a questão da saú-
de, a questão da educação, elas estão intrínsecas, não tem jeito de se
parar. O próprio poder público foi delimitando tanto que trata a popu-
lação muito compartimentada. Nós deveríamos amadurecer bem as nossas,
os nossos subsídios, o que a gente quer contribuir para a Lei Orgâni-
ca. Acho que é isso que eu tinha para falar, e dizer também o seguin-
te: acho que há uma certa perplexidade na população, com tanta coisa
que está acontecendo. Mas a retomada do próprio movimento de cfeche
vem se fazendo e vai se fazer mesmo, porque a situação é muito caóti-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 738 do 1916 de 23
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ALO	4	regina	Assist.Soci.	8.9.93		

ca e nós também, eu acho que os técnicos que estão nos diferentes órgãos públicos precisam contribuir com sua solidariedade em suas ações, porque há muitas ações dispersas, há muitas ações dispersas. Enquanto a gente não unificar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 739
176
O funcionário f

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	1	vand	a.social	8.9.93 15.9.93		

um pouco mais a força do povo organizado é muito pequena porque há muitas iniciativas, mas dispersas. Acho que a contribuição nossa é no sentido - sou Vereadora, mas sou também uma técnica, uma profissional, é o posicionamento dos técnicos também mais coerente no sentido de garantir a informação. Hoje os técnicos na Prefeitura fecham a boca, negam informação. Já está se implantando aquele clima do medo que existia no tempo do Jânio Quadros e que não se abre a boca. Então quando isso começa a tomar conta aí a coisa é grave. E o profissional técnico tem que por em risco alguma coisa. Essa história de que só a população pobre põe em risco a própria vida, é falta de compromisso dos técnicos porque no tempo da ditadura quem ~~por em risco a vida~~ topou alguma coisa pos em risco a vida. Hoje também não pode sobrepor só o interesse pessoal e precisa segurar o seu cargo. É preciso por um pouco em risco, não que queiramos, pois isso é um absurdo do ponto de vista da liberdade, mas não podemos negar informação. Os funcionários competentes não podem sacrificar a sua ação profissional em nome do medo. E a gente deve combater isso.

A SRA PRESIDENTA (Aldaíza Sposati) - A Norminha está ~~está~~ inscrita e depois a Carminha.

A SRA NORMINHA - Só queria fazer um comentário a respeito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 740 do Proc.
Q. 196 do 93
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	2	vand	a, social	8.9.93	norminha	

da discussão da creche, da adote uma creche. Temos participado de algumas reuniões que estão ocorrendo no sindicato dos funcionários públicos municipais para discussão dessa questão das creches no município. Não é só em relação à privatização das creches, mas desde as denúncias de morte de crianças, desaparecimento de crianças até essa última proposta de adoção de creche. É uma situação muito complexa essa que se instala hoje na Cidade até porque coloca de um lado entidades sociais, a Amese a Abrinc, de outro, os funcionários públicos municipais. E se instala uma divisão. Adote uma creche, vamos partir para um programa de privatização onde você não tem critérios claros de como se vai dar essa privatização. As entidades sociais se posicionam num primeiro momento num compasso de espera sem assumir a defesa de uma perspectiva estatizante. Se instala já uma discussão dividida onde você tem atores presentes em posição distinta onde você não consegue estabelecer uma unidade de movimento. Por trás desse processo deve existir uma intenção de não tornar o processo transparente e não democratizar essa discussão dos critérios para privatização. Era esse o comentário que queria tecer.

A SRA CARMINHA - A lei vocês já sabem que está no Congresso, mas ficamos sabendo hoje pela manhã, pelo próprio



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 741 de proc
196 de 10
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	3	vand	a.social	8.9.93	carminha	

ministério, de uma dificuldade porque dentro do PSDB há uma divisão. E parece que houve uma reunião entre o ministro Fernando Henrique Cardoso e o Serra, onde tentavam desguardir o M Jutai com relação a essa lei. Eles querem que ela saia do regime de urgência e seja transferida para depois da revisão constitucional. Aham inviável a lei e não querem apostar na sua aprovação. Precisamos fazer um movimento urgente junto ao PSDB no sentido de rever essa posição até porque a lei orgânica da assistência social é o reordenamento político institucional que estamos ganhando. Para o povo mesmo já fizemos várias... Na linha de negociar estamos até retrocedendo porque todos os compromissos com relação aos benefícios continuados estão lá que vão acontecer após 36 meses. Estamos permitindo isso no momento porque a gente acha fundamental ter uma lei orgânica da assistência que compõe com a seguridade social. Garantir o reordenamento institucional, garantir a extinção do CNSS que é uma barbaridade. Para os cofres públicos o gasto da assistência social não representa nem ~~xxx~~ 0,7%. Teríamos que sair com as lideranças do PSDB dentro do ministério que é do PSDB que está boicotando a tramitação da lei. Vamos tentar conversar com o Serra e o Alquimin que é um dos que propõe lei orgânica da assistência social, conversar com Ciro Gomes que está mais aberto, ~~com o~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 742

O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	4	vand	a. social	8.9.93	carminha	

Mrs Montoro, Luci Montoro, enfim fazer um grande movimento com a liderança do PSDB. Talvez Aldaíza até



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 743 do livro
P. 6
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A12	1	morg,	CEE ass, soc,	8,9.93		

provavelmente conversar com Franco Montoro, Luci Montoro, enfim, fazer um grande movimento com a liderança do PSDB, talvez até a gente marcar uma reunião com o Sérgio, que é o Secretário do partido, para que eles leiam a lei, porque eu acho que eles não leram a lei na medida em que eles falam que a lei vai ser inflacionária com relação aos custos, que o déficit público já é grande demais. Estou dizendo um retrocesso, e até o André parece que já fez uma emenda nesse sentido, porque a renda vitalícia para o idoso embora ela seja burocrática, ela é universal. Qualquer indivíduo com 70 anos, se provar, com duas testemunhas simplesmente que trabalhou cinco anos na vida tem direito a renda vitalícia para o idoso, e o nosso benefício continuado para o idoso ele limita isso a um quarto de renda per capita. Quer dizer, na realidade é um retrocesso porque o benefício vai haver uma triagem, não é todo idoso de 70 anos que vai ter direito ao benefício, essa é uma questão terrível. Mas diria, abro até não disto neste momento porque acho que a luta é contínua e temos que analisar o momento conjuntural. Então, ter uma lei orgânica que garanta a visibilidade à assistência, que garanta o reordenamento político institucional é importante, depois podemos batalhar para ampliação desses benefícios. Eu acho que é possível depois batalhar por isso. Agora, a visibilidade, a composição da seguridade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

744
196
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
al2 2		morg.	cee ass.soc.	8.9.93		

é extremamente necessária antes dessa revisão constitucional.

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Spasati) - Aproveitando o que está acontecendo, o que a Carminha descreve, nós estamos marcando uma reunião na sexta-feira de manhã, na Sala R-65 da PUC, virão dois técnicos, dois dirigentes do Ministério do Bem Estar Social para estar discutindo tanto essa questão do encaminhamento quanto até mesmo a gente poder trocar idéias com relação às emendas ao projeto de lei. Estamos com a idéia de ser na sexta-feira, foi sugerida por dirigentes do próprio Ministério, está aqui em São Paulo a Presidente da Nacelba que estaria também presente, a Fátima, estaria presente também as representações da LBA, do CREA, do núcleo da PUC, que tem um trabalho nessa direção, e entendemos que seria interessante os componentes desta comissão de estudos, assessores que puderem estar nessa reunião, seria interessante para ver até que está pegando a tramitação da lei.

A Sra. Elisa (Crea) - O Conselho Regional tem tentado desde a conferência nacional ocorrida em Brasília, está organizando no Estado uma segunda plenária para fazer a discussão da assistência. Ocorreu em junho uma primeira plenária promovida pelo Crea e outros setores só que essa articulação não está fácil, a gente está tentando com a Secretaria de Estado, com a LBA, com Prefeituras Municipais,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 745
126
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A12	3	morg.	ces est.soc.	8.9.93		

Diadema, Ribeirão Preto, Santos, São Vicente, dentre outras é a gente conseguiu e está marcando para o dia 23 a realização dessa plenária. O objetivo é unificar as discussões e os forums que estão acontecendo como a gente percebe em todas as questões, desarticuladamente, então, é uma tentativa de unificar essas iniciativas de discussão e pensar o conteúdo da lei e as formas de ~~seu~~ implementação. Então, é no dia 23 de setembro, das 14 às 19:30, e a gente vai estar discutindo propostas, no conteúdo da lei, formas de mobilização visando a aprovação da mesma.

A Sra. PRESIDENTE(Aldaíza Spasati) - Recebemos o informe pelo deputado Eduardo Jorge que parece que até o dia 15 de setembro a lei já teria condições de estar posta para votação em plenário,. A Comissão de seguridade que esse deputado faz parte, já está mobilizada e ciente do conteúdo da lei. Sabem que a relatora é a deputada Fátima Pellias, do PFL, que já está organizado em termos de discussão com os demais componentes da comissão de securidade no sentido de uma relatoria favorável ao andamento da lei. Até o dia 15, deverá estar indo a plenário, ou estará habilitada, digamos assim, com o parecer da Comissão de Securidade, a ir para plenário. Agora, tudo vai depender do que está acontecendo em termos dessa novidade que recebemos hoje



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al3	1	florência	com.esp.estudos	8.9.93	akdaíza	

estará habilitada, digamos, com o parecer da Comissão de Seguridade, a ir a Plenário. Agora, tudo vai depender do que está acontecendo em face dessa novidade que recebemos hoje, dessa desmobilização interna do do PSDB, que está encabeçada pelo Deputado José Serra, contra a Lei Orgânica. Então, isso vai exigir que a gente realmente atente.

Bem, acho que em relação a isso, acho que são essas as notícias. O que nós queremos então registrar mais uma vez a não-vinda a esta Comissão de Estudos da representação da Prefeitura de São Paulo, embora não só ciente pela última reunião, como feitos ^{mais} convites, digamos, e gestões no sentido da sua presença e pronunciamento, o mesmo acontecendo com a Secretaria de Estado.

Nós queríamos solicitar ^{para} mais uma vez, ~~xxxxxxxxxxxx~~ que não seja dito que esta comissão tomou qualquer atitude partidária em termos da não-presença, e inclusive queríamos solicitar ao Gabinete da Vereadora Lídia Correa, se possível, uma entrega pessoal do convite à Secretária, Rose. Quer dizer, a gente faria esse convite e pediria inclusive à Secretaria da Comissão que se possível fizesse um novo convite empenhando que essa é na verdade a terceira vez que a gente aguarda o pronunciamento da Secretaria, e se poderia haver o empenho do Gabinete da Vereadora no sentido de pessoalmente fazer chegar às mãos da Secretária o convite e inclusive uma interpretação ^{do} que é essa comissão para que não seja entendido como, digamos, uma partidarização de uma discussão e com isso um alheamento da Secretaria, mas realmente da dimensão da questão que está colocada. E enquanto comissão a gente fazer novamente aqui e reiterar os contatos com o Pedreira, que é o representante ofi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 947
-TAQUIGRAFIA- 196 91

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A13	2	florência	com.esp.est.	8 9.93	aldaíza	

cial, e telegrafar no sentido de a gentex conseguir reiterar ~~representantes~~ a presença, até porque nós temos na próxima segunda-feira às 10:00 hs. o debate com os representantes das coordenadorias, que representavam os grupos chamados discriminados - idoso, mulher, negro, pessoa portadora de deficiência. Ao final, depois, no dia 15 teríamos pela manhã a participação das ONGs e nós poderíamos então pedir que esses órgãos viessem no dia 15, quarta-feira, pela manhã, ou mesmo na segunda-feira e depois, às 17:00 hs., vamos ter a população de rua, com a presença das representações da população de rua.

A SRA LURDES (Gabin. Ver. Lúdia Correa) -

A gente vai tentar conversar com a Vereadora e isso já foi até falado nos corredores, aí a gente vai tentar contactar, de acordo com sua solicitação, mas independe, como todos nós sabemos, da nossa vontade. Então, gostaria que isso ficasse claro, porque isso a gente não pode ...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI -

Não dá para garantir. Mas acho que é no sentido de um empenhamento para que seja interpretado o que é esta comissão.

Então, acho que podemos encerrar os trabalhos de hoje, referendando então o dia 13, às 10:00 hs. quando vamos estar saindo do segmento da criança e adolescente, que tem absorvido as nossas discussões para ir para os demais segmentos e também para as parcerias nessa discussão, que são as ONGs em seguida.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 748 do 126 de 99
-TAQUIGRAFIA-
O Secretário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A13	3	florência	com,esp,est,	8.9.93		

Agradecemos a todos e depois daremos continuidade.

Obrigada.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos - elaboração de propostas
referentes à assistência social.

Presidenta: Sr.ª V.ª Aldaça Spasati

Reunião em 13/setembro 1993

f

A' Sr.ª Vereadora Aldaça Spasati
(via)

Folha n. 750 do proc
N. 196 de 1993
O funcionario

SEM REVISÃO

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Th. de Freitas Muzzi
THERESINHA DE FREITAS MUZZI
Diretora Téc. Depto. Taquigrafia
DT. 10



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO
DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

MEMBROS: Srs. Vereadores:

Lídia Corrêa

Ana Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada na Sala Tiradentes, da Câmara
Municipal de São Paulo, em 13 de setembro de 1993, das 10:00
às 13:00 horas.

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati.

(Memorando CEE /Nº 141/93, da Secretaria das Comis-
sões Temporárias).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 752 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El	1	Dalva xxxx	C. Estudos	13.09.93	SEM REVISÃO	

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Sposati) - Bom dia

a todos. Nós estamos abrindo essa sessão, inclusive, em caráter extraordinário, já que as ~~manhãs~~ manhãs das comissões de estudo, da assistência social, tem sido às 4^a feiras. Já caminhando para o prazo final ^{dos trabalhos} dessa comissão, e a ~~manhã~~ necessidade de nós estarmos ouvindo aqui algumas representações da sociedade civil, ~~em~~ em termos de algumas questões contidas na discussão da Assistência social, uma delas diz respeito a seguimentos populacionais, entendidos, ~~mas~~ e mais do que entendidos, eu acho, cuja as condições de vida fazem parte das exclusões sociais, é da da relação dessas exclusões, e a política de assistência social. ~~No~~ No caso nós teremos duas sessões com esse objetivo, a de hoje, pela manhã, e a de ~~quarta-feira~~ quarta-feira às 17:00, onde também estaremos discutindo essa questão das exclusões e no caso a política de assistência social. Na quarta-feira, pela manhã na reunião ordinária, nós vamos estar com a presença das organizações governamentais. Agora eu estou me dando conta, que exatamente, os seguimentos excluídos ficaram em reuniões extraordinárias. Isso não quer dizer, nenhuma exclusão, mas a constatação, de que, não sei porque fatores, eles terminaram ficando em duas sessões extraordinárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 753 do proc
L-0 196 de 1972
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E1	2	dalva	Comissão de Estudos	13.09.93		

E na próxima semana, só para dizer que isso não é uma marcação com os excluídos, nós, na segunda-feira de manhã vamos estar discutindo propostas, portanto, as conclusões também se darão em reuniões extraordinárias, como também, na quarta-feira próxima, dia 22, que seria a reunião oficial, final dessa comissão em termos do seu circuito de audiência, porque a partir daí nós vamos estar no processo de elaboração do relatório.

Quero lembrar, que hoje, nós convidamos, seguimentos e representação da população da terceira idade. Seguimento de representação das mulheres, dos negros, das pessoas portadoras de deficiência. E na quarta-feira à tarde, nós convidamos a população de rua, que teria que incluir também, os movimentos das crianças de rua. Teremos, que estar incluindo, para quarta-feira, também, à tarde, para que não fiquemos só com o recorte da população de rua adulta, sem na verdade, essa questão das crianças de rua, apesar de que discutimos, em inúmeras sessões, a questão da criança e adolescente, todavia, para que não fiquemos aqui com o vazio, e até termos a presença contínua na comissão, do representante das crianças da Praça da Sé. Quer dizer, que eles tem um, processo de reorganização, mais entendo que a gente deve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 754 do proc
N.º 196 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El	3	dalva	C. Estudos	13.09.93		

rechama-los, para cá, quarta-feira às 17:00hs.

A mesa, de hoje, ela trás uma polêmica, que é o seguinte: na área da assistência social, ela tem sido marcada mais fortemente, pelas questões ligadas, a situações tangenciais da pobreza, e os chamados, grupos vulneráveis, a questão da vulnerabilidade. Com isso, ela imediatamente, ela tem historicamente tomado para o seu âmbito, discussões a respeito da família, quando família de baixa renda, questões da criança, por entender, inclusive, maternidade, infância, como uma faixa, um seguimento de vulnerabilidade. Tem também, tomado, no seu canto, a questão da deficiência, também como componente do aspecto da vulnerabilidade, digamos, mais até recentemente se envolvido com os programas não asilares da 3ª idade. Porque não asilares? Porque via de regra, a questão do idoso ela ficava atinente a filantropia privada, no sentido dos chamados asilo de abrigos, isso é um processo bastante antigo. Os programas que seriam programas de promoção em relação as pessoas da 3ª idade, que são programas que



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E2	1	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

necessariamente um recorte pela questão da renda, acho que esse é um ponto muito interessante, mas são programas mais abrangentes até do ponto de vista sócio-educativo, terapêutico, cultural, de lazer, eles foram se estendendo com esse recorte de renda a menos. Até, ao contrário, eu diria que há uma tendência dentro dos programas em relação à 3ª idade de eles até não terem esse, vamos dizer assim, esse espectro tão forte de serem voltados para a população de baixa renda.

É possível até que eles estejam mais tomando o segmento de classe média baixa do que realmente a gente falar da população de zero a quatro salários, uma vez que até a população de mais baixos salários morre mais cedo. Quer dizer, então não tem nenhum espectro de vida, uma esperança de vida tão alongada.

E, de outro lado, é que até o próprio recorte dos programas de terceira idade, talvez por estarem centrados na questão do lúdico, na questão da sócio-terapia, digamos, eles supõem um grau de consciência, de adesão que nem sempre a população de mais baixa renda de terceira idade tem. Quer dizer, a mulher de mais baixa renda é a avó que fica cuidando dos filhos, ou seja, ela tem uma inserção inclusive na família de apoio à mulher que vai trabalhar. Então, acho que é até essa, embora nós estejamos aqui com representações para discutir isso do ponto de vista da terceira idade, mas eu entendo que a Elza, da LBA, tem uma incursão aqui, a gente podia dar uma polemizada, mas onde eu estava querendo chegar é o seguinte: dentro o segmento dos excluídos, a questão do gênero e da etnia, elas têm gravidade em geral nas políticas públicas,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E2	2	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

em diferentes áreas sem ter um nicho específico onde elas se localizam. Ou seja, a questão de gênero entra muito fortemente na questão da saúde, entrando, vamos dizer, muito com um recorte da discussão da sexualidade e os apois, no caso a mulher, deste ponto de vista, desde da questão da saúde da mulher e as vezes... às vezes não, já se começa uma certa tradição também da inserção dessa discussão do ponto de vista da segurança, dos direitos humanos e da violência.

Mas, não existe um nicho, eu queria dizer assim, do ponto de vista da globalidade, onde a questão do gênero, ou da exclusão pelo gênero, ela se situa. Uma das indagações que a gente faz, e inclusive eu sei que isto é tema da Rosalina Santa Cruz, que foi Secretária do Bem-Estar Social, é que ela defende a proposta de que essas representações dos segmentos de exclusão deveriam ficar numa relação com uma das áreas de políticas sociais dentro da divisão de trabalho governamental e entende a Rosalina que seria essa área uma indicação seria a área da assistência social, entendida que ela não é uma área, digamos, meramente da questão ligada à indigência ou à pobreza, mas da perspectiva da LOAS que ela é uma área de defesa dos mínimos sociais, entre os mínimos estaria, na verdade, o confronto com as discriminações de gênero e com as discriminações da etnia.

Então, eu acho que tem essa questão, que me parece provocativa para esta Mesa, que é: até onde nós deveríamos vincular, na política da assistência social, na inclusão da defesa dos mínimos sociais, esta questão de política de enfrentamento às discrimina-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 757 do proc.
N.º 126 de 1979
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	3	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

ções. Quer dizer, a etnia também entra, ela permeia muito mais pelas discussões de defesa dos direitos humanos do que propriamente uma política em específico. Quer dizer, ela é muito mais acusatória das discriminações, não referendando, no caso, os direitos humanos, do que propriamente uma área, digamos, a questão, até diferentemente da questão da mulher, que está encerrada em uma

~~questão de gênero, que está encerrada em uma~~...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E3	1	ANAX	CEE	13.9.93		

que até encontra um grau, eu vou dizer assim de sedimentação maior na área da saúde, de interlocução maior na área da saúde, a questão da etnia não tem nenhuma sedimentação em nenhuma área da política nem social, nem nenhuma das políticas públicas. Ela entra muito mais como referência do ponto de vista da defesa dos direitos de cidadania e da defesa dos direitos humanos e sociais. Eu queria por um pouco essa preocupação para que nessa mesa além da gente ouvir a questão, no caso estamos com a representação aqui da Graziela, que vai nos trazer a questão do apoio à mulher, principalmente sobre a questão da égide da violência, acho que aí, é o depoimento dela que vai enriquecer, mas que a gente tivesse a preocupação de travar uma discussão sobre a interrelação da assistência social não só com a infância e com o idoso, por serem considerados de vulnerabilidade, mas essas outras dimensões da discriminação. Já fiz um intróito bastante alongado. Vou passar a palavra para a Graziela.

A SRA. GRAZIELA - Sou assistente social, aqui na Prefeitura, atualmente trabalho na Casa Helena de Gramont. Gostaria de esclarecer que não estou representando oficialmente a Casa Helena, tendo em vista que não chegou o convite. A gente foi avisada por telefone e não vou comunicação com a coordenadoria que nos apóia administrativamente, apoiando o trabalho. Então, estou comparecendo em função da importância da discussão, mesmo porque estou nesse trabalho desde o início e considero de extrema valia a gente pensar numa forma de enriquecê-lo e poder fortalecê-lo. Acho que a Aldaiza colocou questões bastante importantes com relação à questão de gênero. Em termos da Casa Eliane, nesses três anos de trabalho a gente fez uma série de discussões, principalmente quando estávamos vinculadas à Coordenadoria Especial da Mulher, mas essa relação entre gênero e assis



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E3	2	ANA	CEE	13.9.93		

tência social sempre ficou no início, nunca foi uma coisa bastante aproximada. Acho que isso é bastante importante. Houve algumas tentativas de aproximação com a Secretaria do Bem Estar Social, mas na ocasião não foram bem sucedidas, a gente só teve apoio de uma das supervisões de serviço social, onde o abrigo das mulheres foi instalado. Ai, sim houve um apoio bastante efetivo, mas não houve vinculação perfeita ~~entre a coordenadora Especial da Mulher e a Secretária do Bem Estar~~ da época. Isso me parece que prejudicou um pouco. Eu e a equipe da Casa Helena vimos pensando um pouco a respeito dessa relação da locação do gênero. Como se faz essa discussão dentro da política pública? Sinceramente não tenho muita clareza a respeito da definição, se ela deveria ser ligada ao mínimo social. Porque me parece que pensar desse ponto de vista, talvez a gente caia numa possível redução de como estamos compreendendo o gênero. Se a gente avançar na discussão do gênero e entender que gênero é uma atribuição sociológica ao sexo, que ~~ela é uma construção histórica~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E4	1	valéria	assis. social	13.9.93		

é a construção histórica social do sexo, do masculino e do feminino, não havendo dissociação entre masculino e feminino, gênero não é só se aprofundar na questão do feminino, mas é nessa relação recíproca entre o feminino e o masculino. Em todo o processo de socialização que existe nessa construção. Se a gente pensar dentro dessa perspectiva, não consigo pensar isso dentro do mínimo social, eu consigo pensar isso enquanto pressupostos, diretrizes que devam estar presentes em todas as políticas públicas. Então, isso me parece que é um desafio para a gente avançar e me parece que a questão da etnia também passa por aí. Então, fica difícil você pensar a questão da mulher hoje em São Paulo a nível de política pública, você pensar isso a nível de Brasil se você não usar essa perspectiva de gênero, esse processo de construção social. Porque se a gente trabalhar a mulher na questão de gênero e na área que eu estou que é a área de violência, na área de violência, e isso já é uma avaliação feita na Casa Eliane de Gramont, se não existir o suporte de uma assistência social pública, realmente é impossível você fortalecer o trabalho de uma forma consistente. Por quê? Porque quem procura o Serviço Público, mesmo em se tratando de situação de violência são as mulheres de baixa renda. Nós não utilizamos o corte de renda para dar prioridade no atendimento - isso é feito para o abrigo, mas se houver necessidade de atender uma mulher com uma maior índice de renda, superior a 4 salários mínimos, isso vai ser discutido. Mas em termos de serviço de orientação geral da Casa Eliane não existe essa prioridade da renda porque a gente identifica que no caso da violência ela toma uma força tão forte essa situação de submissão, subalternidade, de falta de laços simbólicos, de total ausência desses laços, que a vida cotidiana resulta numa panca-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E4	2	valéria	assis.social	13.9.93		

daria, resulta numa coisa muito grosseira, numa convivência muito grosseira. E temos inúmeras situações onde a questão da baixa renda não impediu a mulher de tentar sair dessa situação. Agora, isso fica frontalmente complicado, difícil, porque se uma mulher vive em uma família de 0-4 salários mínimos e ela não tem nenhum serviço público que possa lhe garantir apoio a nível de habitação, apoio a nível de creche, apoio a nível de emprego, ela fica sem condições de estar resolvendo alguma situação. Então, me parece que se nós pensarmos, inclusive na Loas, nós encaminharmos alguns critérios que possam priorizar - isso é uma coisa bastante polêmica, mas acho que é discutível - de que forma poderíamos dentro da Loas considerar alguns critérios de prioridade para o atendimento a mulheres. Por exemplo, se considerarmos que hoje temos um índice elevadíssima de chefias de famílias quebradas por mulheres, se percebermos que no Brasil existem cerca de 300 ocorrências de violência contra a mulher diariamente - isso de violência denunciada, sem considerar a não denunciada - mas se a gente considerar que essa violência cotidiana não é mensurável economicamente, socialmente pela sociedade e pelo Estado, isso fica complicado. Se você não levar em conta que são as mulheres que ainda administraam a família, a casa, são as mulheres que ainda assumem a dupla, a tripla jornada n- nós, com toda a liberação assumimos a dupla e a tripla jornada mas a gente não encontrou a fórmula de dividir a jornada doméstica com o companheiro, nós não avançamos nessa direção, avançamos para o mundo público, mas não avançamos para a socialização do mundo privado, das relações privadas - então, ainda permanecemos com uma carga bastante grande que nós ainda não desenvolveu bastante como dividir isso. Então, criação e educação dos filhos conti-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E5	1	valéria	assis.social	13.9.93		

mua ainda a cargo das mulheres, administração doméstica continua a cargo das mulheres. Se ela trabalha fora de casa ela cumpre e acumula a dupla jornada de trabalho. Se há uma separação do casal, as mulheres, na sua extensiva maioria permanecem com os cuidados e a guarda dos filhos e ainda é ela que tem de se virar para conseguir a pensão alimentícia porque na maioria das situações o companheiro nem sequer se dá ao luxo de pensar na alternativa que ele deve pagar essa pensão sem ela ter de requerer. Então, me parece que quando a gente olha a mulher dentro dessa perspectiva e se a gente acrescentar a essa situação uma situação de risco de vida e sem políticas públicas, uma situação de risco de vida, está certo, e sem políticas públicas, essa mulher fica sem chão para se virar. Então, essa é uma das situações que fazem com que a mulher viva em processo degenerativo de qualidade de vida, fazem com que os centros de saúde fiquem cheios de mulheres pedindo calmantes, tranquilizantes para lidar com o seu sistema nervoso porque é difícil ela ter de arcar com isso. E ela se vê de forma muito alienada, ela se vê de forma muito isolada, ela ainda não consegue identificar a possibilidade de se ver como um cidadão politicamente. Ela ainda se percebe de forma muito isolada. Então, se a gente olhar dessa forma me parece extremamente crucial pensarmos em critérios que poderiam nos fazer ponderar a presença das mulheres dentro da Lei Orgânica da Assistência Social. Acrescento um dado: no seminário de Assistência Social 92 a Prefeitura apresentou um perfil das usuárias de creche e acho que 42% das famílias eram famílias quebradas chefiadas por mulheres. Isso é um número bastante significativo. Então, por isso que não concordo muito com a ideia da gente pensar no gênero dentro do mínimo social. A gente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 763 do proc.
N. 196 de 1953
O func. 100

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E5	2	valéria	assis.socia	16.9.93d		

deve pensar a questão do gênero enquanto uma das diretrizes que possa ampliar o espectro de atendimento da assistência social.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Acho que você coloca uma questão fundamental e até quero dizer que a Loas - estou com a versão dela que está no Congresso Nacional, indo com a proposta de urgência urgentíssima para ser votada na Câmara até a semana que vem e depois ir para o Senado com a perspectiva de que até o final de setembro e começo de outubro seja votada. E as suas ponderações - estamos até discutindo emendas - nos leva a uma revisão onde a Loas contempla em alguns de seus itens a questão da mulher e vale a pena pensarmos isso. Porque tínhamos numa das primeiras versões, proposto que a legislação incluísse auxílio à mãe nutriz, porque a mulher que amamenta não tem um apoio, então se fazem várias campanhas pelo aleitamento materno mas você não converte essas campanhas em efetivo apoio, que fossem um estímulo, até financeiro, para essa mulher garantir uma melhor alimentação, assim como digamos a mulher regularmente empregada, quero dizer com carteira assinada, tem direito ao chamado auxílio-gestante, embora também isso já foi dito até em uma mesa que fizemos uma discussão da mulher, que hoje as empresas não só querem o testemunho de que a mulher empregada não está grávida, como pedem atestado de laqueadura. Então, a questão traz um grau muito maior porque está sendo retirado até o direito a

~~de qualquer forma, quero dizer que na semana passada a Maria da Glória~~

~~almeida, que é a esposa do Sr. Almeida, que é o Sr. Almeida, que é o Sr. Almeida,~~

~~que é o Sr. Almeida, que é o Sr. Almeida, que é o Sr. Almeida,~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 764 do proc.
726 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E6	1	regina	CEE-Aldaiza	13.9.93		

de poder ter filhos. Mas de qualquer forma eu queria dizer isso porque a semana passada a Maria do Carmo Brandt(?) de Carvalho, em depoimento sobre a Criança e o Adolescente, falou sobre a preocupação de programas de apoio à mulher, considerando até o conceito de família stressada. Acho que é exatamente essa a discussão que você coloca. O quanto as pesquisas em relação à criança e ao adolescente estão mostrando que os maus tratos, assim chamados, com a criança estão numa derivação direta desse nervoso, desse pedido, me dá um remédio para eu me acalmar, porque eu não estou aguentando o nervoso. E aí o nervoso acaba realmente fluindo em algum campo e a catarse vai acabar na criancinha, mas por conta desse massacre todo. Eu queria só dizer que tem assim: ainda que fragilmente(só para dar essa ponte), as pessoas pensando ou alguns segmentos pensando sobre a criança e o adolescente estão chegando também nesse mesmo ponto. Quer dizer, não partiram na questão do gênero mas partiram pela questão da criança e estão chegando no stressamento da mulher, também aí ~~uma~~ como uma questão a trabalhar. Agora, do ponto de vista da questão dos mínimos sociais, acho que uma discussão é até a gente entender se a gente tem uma visão minimalista ou maximalista, digamos, desses mínimos. Se a gente entender que os mínimos chegam a ser tão reduzidos, do ponto de vista do ter o que comer, realmente fica extremamente restrito. Agora, se esses mínimos foram já recheados de uma série de condições, de uma vida com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 765 do proc.
N. 196 de 1993
C. funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
E6	2	regina	CEE	13.9.93		

qualidade de vida, uma, vamos dizer, perspectiva maximalista dos mínimos, a gente tem uma condição de ampliar. O que eu quero dizer é que, via de regra, pelo IX grau de espoliação também a definição dos mínimos é muito restrito. Aliás a gente está se dando conta de que nós, a tarefa agora, é politizar o que são os mínimos sociais. E recheando com a idéia dos mínimos sociais, dos direitos humanos, dos direitos sociais, quer dizer, o conjunto de garantias básicas que não se pode abrir mão. Esse é um campo em construção. (Pausa).

A SRA. _____ - Acho que a ponderação é bastante válida. Eu queria falar a respeito um pouco sobre a Casa Eliane(?). Ela foi criada março de 1990, pela Prefeita Luiza Erundina e, desde então, a gente vem..., esse período foi um período em que a Coordenadoria Especial da Mulher investiu bastante na montagem do quadro de pessoal, na questão da infra-estrutura e principalmente na perspectiva política do trabalho. Nós tínhamos atendimento bastante significativo. A gente chegou a atender 84 de mulheres que viveram situações de violências cerca de 600 mulheres, acumulando trabalho de prosseguimento, de atendimento psicológico, social e jurídico, deu mais de 1.000 atendimentos nesses três anos de trabalho. Nós também montamos um abrigo, em agosto de 91, esse abrigo era todo mantido pela Prefeitura e a Casa Eliane(?) também. Esse abrigo acolhia mulheres e dependentes legais em situação de extremo



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E6	3	regina	CEE	13.9.93		

risco de vida, Essa é uma situação bastante delicada. Parece-me que essa situação do risco de vida, pensando na situação do mínimo social deveria ser incluído como critério bastante sério. Talvez a gente pudesse pensar em como "criterizar isso". Um dos critérios que a Casa Eliane usa é a configuração do crime, ~~legamente~~ legalmente constituído, seja a nível de ameaça, seja a nível de tentativa de homicídio, seja a nível de violência psicológica, onde a mulher chega a ser, em uma determinada situação, não consegue mais se manter lúcida, se manter segura no dia-a-dia. Ela chegou a um determinado ponto de insegurança que ou ela mata o companheiro ou ela se mata. Essa é uma situação bastante calamitosa. Não é uma situação rara em São Paulo, mas sim mascarada, sem visibilidade social. Mas não é uma situação inexistente. Do outro ponto de vista, não interessa se são 100 mulheres, 10 ou 5 diariamente, interessa que nenhuma mulher deve passar situação de risco de vida, de perder sua paz cotidiana para poder viver sua vida. Parece-me que a situação de risco de vida é critério bastante sério para pensarmos como critério para mulheres terem algum privilégio a mais no atendimento, alguma garantia dos seus direitos a nível do atendimento. A Casa Eliane está configurada, desde a última gestão, na Secretaria do Governo Municipal. Sempre foi pensada dentro de uma perspectiva de trabalhar a questão do atendimento integral, social, político e jurídico, ~~tentando~~ tentando não só desenvolver essa estratégia a nível individual, mas trabalhar isso ao nível de ~~reflexão~~ reflexão política mais ampla, a nível da Cidade. Mas essas iniciativas estão engatinhando, estão muito primárias ainda, precisa de infra-estrutura para desenvolver isso. E me parece que é só a partir do desenvolvimento dessa reflexão, de uma sensibilização mais aprimorada a nível da máquina burocrática



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 767 do proc.
N.º 196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E7	1	regina	CEE	13.9.93		

estatal, a nível dos governantes, a nível da sociedade. Aí sim a gente vai poder trabalhar com mais profundidade, a perspectiva de gênero como diretriz diretamente incorporada ao nível dos direitos sociais, e não dando tanto privilégio ou não só dando privilégio a questão da renda. Mas como incorporar a questão ~~administrativa~~ gênero como mais um dos critérios, com a mesma qualidade que o de renda tem. Hoje a Casa Eliane vive situação bastante difícil no sentido de que o decreto que a institui é de projeto piloto, enquanto projeto piloto tem todo uma... O conteúdo do decreto da Casa Eliane é bastante profundo, bastante extenso, contém as preocupações que estou colocando aqui e agora, do ponto de vista do atendimento direto, como da qualidade desse atendimento, como também da proposta política de como se compreende a violência, mas está reduzido, a Casa Eliane está reduzida na sua natureza, enquanto projeto piloto. Isso é uma coisa bastante séria que deve ser pensada. Eu acho que na medida do depoimento da Rosalina, ela coloca a questão se ligara etnia e o gênero dentro das políticas sociais, parece-me pertinente mas precisa ser aprofundado onde administrativamente, dentro da burocracia, melhor se aloca essa questão. Isso realmente é uma coisa bastante séria. Se você aloca na política de assistência social pública, parece-me que você reduz. Por que como é que você penetra essa discussão de gênero na política de habitação por exemplo? Se a gente olhar para quem participa dos projetos mutirões, das reuniões, dos credenciamentos, da construção das casas, são as mulheres. É fácil pegar qualquer revista que tenha foto e ver a visibilidade de como esteja acontecendo o projeto mutirão, ou como ele aconteceu ou aconteceria, a identificação é clara da participação das mulheres. Se a gente vai para o movimento de saúde, a situação das mulhe



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 768 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E7	2	Regina	CEE	13.9.93		

res é extremamente expressiva. As mulheres hoje, mesmo aquelas que vivem na situação privada violência bastante desgastante, quando elas vão para o mundo público conseguem avançar ao nível da participação política. Inclusive existem muitos trabalhos demarcando essa ambiguidade, ou essa contrariedade. No espaço privado vive uma situação ainda bastante tradicional, ainda bastante de subalternidade, e ela rompe isso quando vai para alguma participação da comunidade. ~~Em algumas situações, a participação na comunidade é mais fácil do que no espaço público. Não é para o bem público, a maioria das vezes, a participação é apenas para o bem pessoal. A participação na comunidade é mais fácil do que no espaço público. Não é para o bem público, a maioria das vezes, a participação é apenas para o bem pessoal.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 769 do proc.
N.º 126 de 1939
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E8	1	Marcelo	Com. Esp. Est.	13 09		

~~normalmente~~ normalmente ela vai ter alguma participação na comunidade que até supera a sua própria reivindicação, mas é para o bem público do bairro, ~~uma~~ daquela questão pública tal.

~~M~~ A gente teve algumas iniciativas nessa direção, atualmente nós fazemos só o atendimento direto. Estamos planejando a montagem de trabalhos que possam fortalecer esse processo de reflexão política a respeito da discussão de gêneros junto à ~~parce~~ parcerias de outras secretarias municipais e a partir dessas secretarias municipais a gente começar a avançar para a sociedade como um todo e privilegiando algumas áreas bastante carentes da cidade de São Paulo, tanto em serviços e de todas as formas aparentes.

Acho que é isso que poderia colocar e estou aberta para esclarecimentos.

X X X X

- Intervenção feita fora do microfone. Inaudível.

X X X X

A SRA. _____ - Atualmente nós somos uma ~~equipe~~ equipe. Trabalhamos e atendemos diariamente, somos ~~uma~~ uma equipe com três assistentes sociais, duas ~~psic~~ psicólogas, uma advogada, que é funcionária da Prefeitura, tem desvio de função e faz orientação jurí-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 770 do proc.
N.º 196 de 1989
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E8	2	Marcelo	Com. Estudos	13.09		

dica e temos um administrativo. Estamos atualmente só fazendo o atendimento e planejando essa segunda dimensão. Não existe definição de uma coordenação dentro da casa. A atual gestão não definiu ainda essa coordenação, mas somos diretamente ligados à coordenadoria do apoio administrativo. A Coordenadoria Especial da Mulher só tem funcionárias administrativas, ainda não tem coordenadora, não foi determinada equipe. Isso é bastante sério porque nós ficamos um pouco insegura a nível de determinação política do trabalho.

O abrigo. Existe uma determinação interna de manutenção da sua abertura, nós temos as colegas vinculadas ao abrigo, mantendo o abrigo, mas ele ainda merece uma realocação, um local. ^O ~~um~~ espaço físico que ~~ele~~ ele está é um espaço físico que na gestão passada a gente já fez a avaliação, temos documento em mãos mostrando isso, o seu sigilo do grande público foi completamente quebrado e a gente considera que não dá para a gente manter as mulheres em situações de risco de vida naquele abrigo. Ele ainda merece algumas reformas e também nós ainda não recebemos ~~alimento~~ alimentação. Então o abrigo está mantido aberto, mas não está em pleno funcionamento. Existem acordos, iniciativas de apoio ~~com~~ com serviços da região, mas ele não está aberto.

Isso é bastante sério, porque apesar de existir bastante polêmica a respeito do abrigo, e nós mesmos da casa Eliane temos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 771 do proc.
N. 126 de 1999
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E8	3	Marcelo	Com. Estudos	13.09		

uma avaliação de que é muito complicado a manutenção desse serviço porque é uma manutenção com custo elevadíssimo e ela precisa ser pensada, precisa ter um espaço maior onde você possa ter um grupo maior de mulher para que você possa trabalhar a rede de solidariedade entre elas, para você poder ~~se~~ desenvolver atividades mais coletivizadas, onde você tenha mais eficácia do trabalho. Por isso existe uma avaliação nossa que já foi encaminhada aos ~~a~~ coordenadoras ponderando essa situação e ainda não obtivemos respostas de todas as ~~reivindicações~~ reivindicações necessárias. Por enquanto devemos manter o abrigo aberto, mas existe essa impossibilidade;

Nós estamos bastante ~~reduzidas~~ reduzidas em termos de atividades. Somos todas funcionárias concursadas, todas profissionais de nível universitário, todas passamos por um período de estudo, de ~~reciclagem~~ reciclagem para melhor a qualidade do serviço. Acreditamos que esse serviço a nível de política pública é uma iniciativa que em 90 foi considerada modelo para outras prefeituras. Ainda recebemos inúmeros pedidos de prefeituras do nordeste, prefeituras de outros estados nos solicitando assessoria, apoio, até porque existem uma série de experiências que já passamos e outros trabalhos semelhantes não precisam passar pelas mesmas dificuldades. Além de que pelo fato de termos sido o ~~primeiro serviço desse porte da América Latina, para o qual não havia~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 772 do proc.
L.º 196 de 1998
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E9	1	Marcelo	Com. Estudos	13.09		

Além de que pelo fato de termos sido o primeiro serviço desse porte da América Latina, parece-me que traz para a Prefeitura de São Paulo uma ~~nova~~ consistência, uma possibilidade de reinventar, de recriar, de fortalecer o trabalho que a gente só pode somar às demais políticas públicas, não reduzir.

Quanto eu olho o ~~x~~ trabalho contra a violência que a gente faz na Casa ~~x~~ Eliane, eu só vejo somatória, porque a nossa ~~am~~ amplitude de trabalho é muito maior do que um centro de saúde, quando ele recebe uma violência, o nosso espectro de trabalho é muito maior do que uma delegacia, que ela tem a intervenção policial, ela tem uma natureza bastante definida em termos de definir o crime ali colocado. Mas nós não. Nós, enquanto serviço público do Poder Executivo, nós podemos trabalhar a nível de assistência ~~mx~~ social, nós podemos trabalhar ao nível dos direitos, nós podemos trabalhar ao nível da socialização das informações, nós podemos somar com as demais políticas públicas. Então eu identifica que quanto maior for o apoio, quanto maior for o incentivo melhor. Nós temos uma ~~mx~~ equipe onde existe uma série de sementes criadas, mas a gente precisa de infra-estrutura para poder desenvolver isso, ~~paradox~~ precisamos da definição de uma coordenação de trabalho, precisamos ...

A assessoria de cidadania e direitos humanos existiu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 773 do proc.
196 de 1979
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E9	2	Marcelo	Com. Estudos	13 09		

até dezembro ~~xxxxxx~~ de 92. Eu não tenho conhecimento da retirada ~~da existência~~ do decreto da existência da assessoria, mas foi criada a coordenadoria de apoio administrativo, que assessorava a Coordenadoria Especial da Mulher, a Casa Eliane. É a Coordenadoria de Apoio e Assessoria. A Coordenadoria da Mulher, a ~~uma~~ Casa ~~Eliane~~ Eliane, o Conselho Municipal da pessoa deficiente, a Coordenadoria Especial do Negro, o Grande Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Conselho Municipal da Criança. Eu não sei agora, mas é fácil localizar, é de março deste ano.

A SRA. LIEGE - Eu sou da ~~assessoria~~ assessoria da Vereadora Ana Martins e eu trabalhei na gestão passada ~~na~~ na Coordenadoria Especial da Mulher, fazia parte da coordenação e atualmente sou conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina. Eu gostaria de estar levantando algumas coisas a respeito dessa questão de gênero, porque acho que esta discussão ~~nessa~~ nessa comissão de assistência para mim tem dois aspectos fundamentais. É Um é o subsídio, a contribuição que pode ~~estar~~ estar dando na Lei Orgânica da Assistência Social e a outra ~~acho~~ acho que ~~é~~ é uma coisa mais voltada para ~~o~~ o nível do município, que é como a gente pode estar tratando a questão das políticas públicas para a mulher no Município de São Paulo, quer dizer, ~~o~~ o que foi que nós conseguimos, o que foi que nós avançamos, qual a situação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 174 do proc
Nº 106 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E9	3	Marcelo	Com. Estudos	13 09		

hoje e o que nós poderíamos estar contribuindo nesse aspecto.

Gostaria de levantar aqui alguns dados. Por exemplo, o Conselho da ~~Sanctificação~~ Condição Feminina está completando 10 ~~de~~ anos de existência. Foi o primeiro órgão institucional a nível de políticas para as mulheres, vamos dizer assim, um ~~órgão~~ institucional em defesa da mulher criado no Brasil. Ele ~~foi~~ foi criado em 1983. Isso exatamente a partir de um espaço conquistado pela mulher quando da instituição da ~~década~~ década da mulher pela ONU, em 1975, que foi de 1975 até 1985, que foi quando se deu toda, ~~eu~~ não sei se a gente pode dizer assim, ~~em~~ uma redescoberta, uma rediscussão de todas as ~~as~~ questões ligadas à questão da mulher. ~~Então~~ Então, quando a ONU instituiu o Ano Internacional da Mulher, depois a década da mulher e se começou todo um ~~trabalho~~ processo de discussão da convenção ~~a~~ contra todas as formas de discriminação contra a mulher, isso acabou tendo uma ressonância aqui no Brasil, foi um momento muito rico de reagrupamentos, de muitos grupos de mulheres, do surgimento da imprensa feminina no Brasil e foi toda uma discussão. Naquele momento se ~~considerou~~ considerou-se

~~funcional em relação à situação da mulher no Brasil e foi toda uma discussão.~~

~~...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 775 do proc
N. 196 de 1979
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
ELO	1	vand	a. social	13.9.93		

que era mais um espaço que a mulher deveria ocupar, quer dizer, esse espaço institucional significa você estar tendo oficialmente a compreensão da necessidade da garantia dos ~~direitos~~ direitos da mulher. Até então isso fazia parte do âmbito dos movimentos autônomos, das reivindicações das mulheres. Em 32 teve todo ~~direito~~ luta pelo direito a voto, depois desse período houve a conquista desse espaço a nível governamental. Essa é uma vitória que não podemos achar... Acho que essa é uma discussão, inclusive nós da coordenadora tivemos e sofremos muitas críticas do movimento de mulheres como se quiséssemos substituir essa organização de mulheres. É compreensão equivocada porque todos os espaços são válidos. Hoje pelo avanço das mulheres elas têm que estar no sindicato, nos órgãos institucionais porque você cerca todas as partes desse movimento e você faz com que essas conquistas sejam garantidas. Em 88 quando tivemos todas as conquistas na constituinte foi a partir de todo um avanço desse movimento. Quase ~~tam~~ todas as nossas reivindicações foram contempladas na constituição de 88, inclusive é considerada uma das mais avançadas no que diz respeito à questão da mulher a nível internacional. Isso significa que essas conquistas se dão na vida isso é um espaço muito grande que temos que garantir. Acho que esse não é o momento de uma revisão constitucional temos que por em prática o que conquistamos. Se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 776 do proc.
n.º 196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E10	2	vand	a, social	13.9.93		

pegarmos a situação da mulher hoje. Pelo último censo as mulheres são 25% chefes de família. Vivemos hoje uma inversão de valores, hoje a questão da reprodução está no âmbito do público. É o público que discute a questão da esterilização ~~familiar~~ da mulher, do planejamento familiar quando isso devia ser privado, da decisão do casal. E a questão da educação ~~na~~ social, dos equipamentos, isso está no privado. Isso sobrecarrega a mulher, pois quem tem dupla jornada de trabalho? Quem tem responsabilidade com os filhos? Temos que batalhar para corrigir a inversão. A gente vê muito bem isso com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Essa foi a grande batalha das mulheres nos últimos tempos. A fundação Cead há 2 anos disse que já somos quase 45% da mão de obra no Estado. Isso significa que entramos em condições de igualdade no mercado de trabalho? Claro que não. Hoje a batalha das mulheres se coloca no outro patamar, não é só mais a entrada no mercado de trabalho, mas a entrada em condições de igualdade, com a garantia dos equipamentos sociais que não se reduz só às creches. Foi uma discussão que levamos na coordenadoria que se leva quando se discute a questão da política pública. Para você ter a garantia da política pública uma das coisas que vimos é que essa questão da inserção de gênero a nível da administração tem que estar desde



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 777 do proc.
N. 126 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ELO	3	vand	a, social	13.9.93		

o ~~o~~ nascedouro do planejamento urbano. Quando você discute a questão da mulher, você discute departamentalizada no gueto, você simplesmente aumenta essa discriminação. A questão da mulher não pode estar alocada nessa ou naquela secretaria, mas perpassar todas as secretarias. Isso não significa que esse órgão da mulher ele vai ter o instituto da mulher, não, ele vai ter uma autoridade que permita ele interferir na Secretaria de Saúde para que ela aplique o programa da saúde da mulher. Ele vai ter que ter interferência na secretaria de assistência para que esses programas assistenciais sejam implementados. Uma das ~~questões~~ questões que tinha sua especificidade e que não poderia estar em nenhuma dessas secretarias seria a questão da violência porque até para tratar disso você precisa de um conhecimento de causa e uma sensibilidade. A gente leva também em conta o papel das delegacias das mulheres que foram criadas e precisam ser rediscutidas na sua implementação. Não basta você ter uma mulher na delegacia de mulher. É preciso uma mulher que pense como mulher e tenha sensibilidade de mulher e não pense como um delegado. Quando a gente levanta a questão das políticas públicas essa reivindicação das mulheres é uma necessidade de estar sendo discutido no planejamento urbano e no orçamento porque se você não garante no orçamento você não garante a implementação dessa política. É preciso ter



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 778 do proc.
N.º 196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El	1	vand	a.social	13.9.93		

isso quando se discute a questão de gênero na cidade. Tivemos uma experiência com Sebes, inclusive fazíamos parte desse grupo de trabalho, era CP Mulher. Esse grupo era para tratar dos equipamentos sociais, da violência e de um projeto que tínhamos ~~maior~~ em defesa da criança e da menina adolescente, da questão da saúde e da educação. A trancos e barrancos chegamos a fazer algumas discussões e chegamos à conclusão, claro que existia uma certa divergência, por exemplo, do nosso ponto de vista a questão da mulher não é uma questão de renda. Quando reivindicamos creches é principalmente para a mulher que trabalha. A creche direta na sua maior parte hoje atende a mulher que não é trabalhadora. A renda da mulher trabalhadora não permite que ela coloque seus filhos na creche direta da Prefeitura porque a renda vai de 0 a 4 salários mínimos. A mulher que trabalha e tem um companheiro que trabalha a sua renda é superior a isso. Como levamos essa questão da mulher entrarno mercado de trabalho em condições de igualdade se os equipamentos sociais do município por uma série de questões que já discutimos anteriormente não atende essa parcela das mulheres? Como vamos incentivar o direito na lei seja cumprido? A CLT diz que qualquer empresa com mais de 30 mulheres em idade fértil tem que ter um berçário. Já a Constituição dá esse direito universal da criança



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El1	2	vand	a, social	13.9.93		

que não é mais direito da mulher, é da criança e do trabalhador. Como resolvemos essa questão dos equipamentos sociais no que diz respeito às creches? Muitas mulheres questionam a creche no local de trabalho por conta dos problemas da periculosidade, da dificuldade de acesso. Então ~~mas~~ como resolvemos? Essa é outra discussão nessa área que a gente precisaria estar travando para garantir essa conquista na lei da mulher e da criança. Outra questão a nível de política pública que a gente vê, a Aldaíza levantou uma questão em relação à saúde, acho que foi onde se conseguiu avançar. Você tem pelo menos em tese também o ~~paesmo~~. Nós tivemos aquela discussão

~~.....a~~

~~.....e~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 780 do pro
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL2	1	morg.	CEE ass.soc.	13.9.93		

porque nós tivemos aquela discussão e a gente vê que não é aplicado nem planejado, toda essa discussão na conferência municipal da saúde, a municipalização e o SUS e dentro disso está também a implementação do país então, como é que nós garantimos isso, a saúde está um caos tão grande, como é que vamos estar aqui lembrando uma questão de programa de saúde da mulher, quer dizer, se a gente não começa nos vários setores organizados a exigir os seus direitos, quer dizer, vamos continuar afundando nesse caos e nessa falta de possibilidade. Então, uma das outras questões que nós vimos, muito é a especificidade e a importância da vontade política da implementação dessas políticas relativas à questão da mulher, então, se você não tem vontade política, se você não tem decisão política não adianta e a outra coisa, contra partida é a organização desses movimentos autônomos, a pressão desses movimentos para a implementação dessas políticas essa mobilização é fundamental senão você não consegue viabilizar nenhuma dessas conquistas e uma das outras coisas que nós observamos também, quer dizer, se você não consegue sensibilizar determinadas pessoas chaves nessa secretarias nesses órgãos públicos não adianta porque você não viabiliza a aplicação dessas políticas todas. Se você quer mudar os livros didáticos e quebrar com a questão dos estereótipos na educação você tem que sensibilizar a cabeça para que isso interfira nos programas educacionais, nos livros didáticos que vão ser utilizados e isso é papel que joga esse órgão institucional essa sensibilização, essa articulação, se você quer que na saúde esse programa seja implantado e nós seria interessante se Mazete pudesse ter vindo aqui, ela mostrar o quanto elas sofreram e era numa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 781 do proc.
196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL2	2	morg.	cee as. social	13.9.93		

administração contra o caráter democrático e popular, a força e os embates que elas tiveram dentro dessa secretaria para implementar o programa de saúde da mulher, porque era uma coisa que vinham aquelas loucas, nós também sofremos isso a nível de gabinete, lá vêm as loucas que querem ~~em~~ nós tivemos que fazer reuniões de sensibilização, essa questão da mulher é um negócio muito difícil porque mudou o tipo de governo, mudou o caráter desse governo, mas isso permeia até na cabeça das próprias mulheres então é um negócio assim, você briga com a máquina, você briga para mudar a cabeça da situação e você briga, então, a gente diz o seguinte, a gente vive eternamente brigando e era um pouco isso, nós passamos três anos que conquistamos espaços através de brigas, pra sair o último folheto da coordenadora especial da mulher, com os serviços da Prefeitura precisaram um dia bater na mesa e dizer, eu quero isso esta semana, então, é o outro trabalho na questão das políticas públicas que precisa ser feito e se você...

A Sra. Presidente (Aldaíza Spasati) - Queria pedir antes de você terminar, duas coisas, uma se essa separata dos artigos da Constituição, você tem até para a gente poder conferir até onde a proposta da Ioa, mas isso a gente precisa urgente hoje para poder referendar. E a outra coisa isso queria te pedir para poder estar entendendo mais, já que eu não sou militantes dos grupos de defesa dos direitos da mulher, sou aderente, mas não militante, se você pudesse dar um quadro geral dessas formas de organização, quais são os grupos, como você citou os dez anos da condição feminina, acho que é importante se pudesse dar esse quadro e até para anunciar aqui formalmente nesta mesa, porque vai depender muito de nós levar esta idéia à frente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 782 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL2	3	morg.	ass.social	13.9.93		

é que na audiência pública sobre aquele projeto do planejamento familiar que teve na semana passada aqui na Câmara com a presença de várias organizações de defesa da mulher, nós tiramos uma conclusão que vai depender do nosso fôlego colocá-la em pé, que é criar na Câmara de São Paulo um forum de defesa das questões do gênero na cidade, isto entendi que no interior da Comissão de Política Urbana, Então, parece que a preocupação era que a gente instalasse esse forum dentro dos próximos 30 dias, aí temos todos esses fatores, dez anos de lutas da condição feminina, temos na presidente da Comissão de Política Urbana uma mulher que é militante das questões referentes à defesa da mulher, então, temos algumas condições que são favoráveis para a gente instalar essa discussão na Câmara, ou seja ocupar também um espaço na Câmara Municipal de São Paulo. Então, queria salientar, colocar um pouco essa preocupação mais geral.

A Sra. Eliege - Eu posso passar para vocês, fizemos um trabalho, inclusive, pela Coordenadoria especial da mulher junto ao conselho, Graziela participou e outras mulheres da comissão também participaram no ano da convenção paulista, contra todos os órgãos de discriminação, nós fizemos um livro que a Lei e a Vida, e nós fizemos um estudo desde a convenção da ONU, contra a discriminação até a Lei orgânica do Município, Então dentro do âmbito do trabalho, da saúde, da educação, creche, violência, esses aspectos, se tivesse lembrado tenho um exemplar e poderia dar para cada uma daqui. Então, isso aí tenho um exemplar posso dar para cada uma daqui, Então, isso aí eu poderia passar para a comissão exemplar, a convenção paulista e tem este livro que fizemos num trabalho conjunto da coordenadoria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 783 do proc.
N. 196 do 183
C funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL3	1	morg,	ass. social	13.9.93		

ou coordenado pelo conselho, mas que participaram os sindicatos, organizações autônomas de mulheres e já tem tudo sacramentado. Eu atualmente faço parte da comissão de revisão constitucional do Conselho da condição feminina, apesar de ser contra a revisão constitucional eu sou integrante do conselho e nessa comissão a gente está vendo o que temos que batalhar até o fim para garantir as conquistas das mulheres, então, nós também temos esse quadro que foi feito pelo conselho nacional e que a gente está trabalhando em cima disso. Isso aí poderia passar para a comissão. A Graziela está aqui lembrando o seguinte porque além da criação da coordenadoria especial da mulher ela foi aprovada no apagar das luzes, só para terem idéia, no dia 30 de dezembro de 92, e ela não foi regulamentada então é essa uma coisa e não sei como é que isso vai acontecer porque isso foi um projeto de lei que veio do Executivo, não sei como é que agora nessa gestão se eles vai ou não regulamentar, se tem interesse porque a gente percebe que é o esvaziamento da coordenadoria especial da mulher e a Aldaíza fez uma pergunta se existia a assessoria de cidadania e direitos humanos e quando ele criou essa nova assessoria ele não fez um decreto desmanchando o anterior, porque inclusive o anterior entrou dentro de uma reforma mais global que o anterior tinha feito porque de um projeto mais global, quando cria outras assessorias como dos movimentos populares, que era o Plep, a Assessoria de Direitos Humanos, então, dentro desse projeto maior foram criadas essas assessorias e foi quando teve aquela reformulação que se pensava em acabar com a Secretaria de Negócios Extraordinários, mais por conta do projeto de reforma administra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 784 do proc
NO 196 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL3	2	morg.	ass.social	13.9.93		

tiva que estava conclusão, não poderia ser feita, então, foi feita esse projeto maior, ele não fez, para criar essa assessoria não terminou a outra, então, existe, deve estar lá alocazinha, com os Ex^{as} Da^s zinhos dela talvez sendo utilizado para outras pessoas, quem sabe, mas existe essa outra assessoria lá. Agora, essa pergunta que você fez. Recentemente tivemos uma discussão muito interessante onde discutimos essas organizações de mulheres. Hoje consideramos que tem, eu particularmente, acho que poderíamos considerar em quatro níveis, isso aí temos as mulhres organizadas, ocupando um espaço institucional, ~~as~~

~~também as organizações de mulheres, que são as~~

~~as organizações de mulheres, que são as~~ is,

~~as organizações de mulheres, que são as~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 785 do proc.
N.º 106 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E14	1	Angela	ASSIST.SOC.	13.09.93		

nós temos as mulheres, hoje, organizadas nas ONGs, e vou explicar por que a diferença de ONGs, e as mulheres organizadas nos movimentos de mulheres.

Hoje, podemos, também, considerar um avanço a organização das mulheres nos partidos políticos. Os partidos políticos, hoje, têm as suas comissões de mulheres. Tem a Comissão de Mulheres do PT, tem a Comissão de Mulheres do PC do B, e assim por diante.

Então, nesses cinco níveis, nós temos a organização das mulheres, com essa especificidade que de estar levando em conta a questão de gênero. Não estou colocando, aí, os clubes de mães, etc, etc. Isso aí estaria dentro do Movimento Popular mais global.

Quando eu falo em ONGs e em movimentos de mulheres é porque temos uma compreensão da diferença desses dois níveis de organização. As ONGs, hoje, são órgãos financiados e essas organizações são como coletivos, que têm uma especificidade, ou discutem a questão da saúde da mulher, ou discute a questão da violência contra a mulher, ou discute a questão ...

X - X - X

- É feita uma observação fora do microfone.

X - X - X

A SRA. _____ - ... O SOP (?) é o ONG.

O SOP, o coletivo, é o ONG; o (ininteligível). O (ininteligível) é o instituto da mulher negra. ECOS é ONG. E tem as outras que eu considero que são movimentos de mulheres. Algumas delas nem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 786 do proc. 1096 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL4	2	Angela	ASSIST.SOC.	13.09.93		

recebem financiamento e têm uma característica diferente, que trabalha, e são feministas também. Eu me considero feminista e não sou da ONG, sou da União Popular de Mulheres, e sou feminista.

Então, por exemplo, a União de Mulheres São Paulo é composta por feministas, mas não ~~são~~ são ONGs. Eu sou da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo e tem a União de Mulheres de São Paulo. Essas duas são movimentos de mulheres mas não são ONGs e ~~são~~ têm pessoas que estão à frente e que são feministas.

Esses Movimentos de Mulheres não recebem, na sua maioria, financiamento e eles têm um trabalho de mobilização das mulheres. Por exemplo, as ONGs não trabalham visando a mobilização das mulheres, são mais um grupo de estudo, de prestação de serviços. Eu fiz uma ~~uma~~ colocação, na reunião do (ininteligível), que pode ser considerada meio provocativa, mas eu afirmei para elas que acho que essas ONGs, num certo nível, esvaziavam as políticas públicas.

Por exemplo, na medida em que essas ONGs prestam um serviço à mulher na área da Saúde, elas não batalham para que no país isso seja implantado. Então, essa é uma discussão que temos de fazer. Na medida em que você presta um serviço de violência, você não vai incentivar e não vai batalhar para que o governo mantenha a Casa Eliane De Gramon. Coloquei isso na reunião.

Se eu tenho ~~um~~ interesse de receber um financiamento e tenho um serviço de atendimento à mulher ~~uma~~ vítima de violência, para que eu vou exigir que o governo tenha esse serviço?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL4	3	Angela	ASSIST.SOC.	13.09.93		

Então, essa é uma discussão que precisamos fazer no âmbito desse movimento feminista, que engloba as ONGs, os movimentos de mulheres, os sindicatos, os partidos políticos, etc. (Pausa.)

Não, não há. É por isso que eu digo que na minha avaliação, na minha compreensão, porque eu sou do movimento de mulheres e já estive no órgão institucional, tanto no Conselho da Condição Feminina como na Coordenadoria, e hoje sou conselheira do Conselho da Condição Feminina, e vejo que não existe essa parceria.

Por exemplo, o Conselho chamou, hoje, várias reuniões para discutir o País. Quem foi? Foram os movimentos de mulheres e não as ONGs. Quer dizer, eu acho que as ONGs precisam entender que elas não vão ter condições de atender toda a população, aliás, o que é uma obrigação do Estado.

Então, nós temos de batalhar as ONGs. Elas podem existir com as suas especificidades, com a sua concepção feminista da política pública, até, mas é preciso reivindicar para que esses órgãos institucionais estejam ali, porque a maioria da população vai procurar quem?

Esse quadro dos movimentos de mulheres é amplo, cada um tem a sua concepção de participação, etc... Nós, nesta discussão, por exemplo, colocamos que hoje existe uma profissão feminista. Essas pessoas que trabalham nessas ONGs são profissionalizadas, elas estão ali como profissionais. Então, eu sou uma feminista, trabalho oito a doze horas por dia, às vezes, em fins de semana, e tenho a minha militância na minha organização de mulheres e tenho a minha militância enquanto pertencente a um partido



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 788 do proc.
1016 de 1993
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E15	1	Angela	ASSIST.SOC.	13.09.93		

político, como o PC do B.

Existe essa diferença e nós até questionamos. Se você for ver, as ONGs promovem as reuniões e os encontros durante a tarde. Para nós, que trabalhamos, fica difícil da gente ir. Então, essa discussão nós colocamos para elas e elas concordaram.

Essa variedade de organizações e que eu acho que se complementam, como é que nós, do Movimento de Mulheres, como é que poderemos fazer parceria com essas ONGs? Como é que poderemos estar trabalhando em parceria com essas ONGs?

Mx A Maria Luiza Helu, quando veio aqui, deu o exemplo da Casa da Mulher da Bela Vista. Ela presta um serviço de atendimento à saúde da mulher. Elas têm médicos, psicólogos, advogados, etc. A Casa da Mulher da Bela Vista é uma ONG. Dentro do meu ponto de vista, ela não faz parte dessas organizações que a gente chama de movimentos de mulheres, porque não mobilizam, ~~em~~ prestam serviços.

Então, quais são as diferentes? Existem as nuances. No próprio Sindicato nós, há oito anos atrás, defendíamos os departamentos femininos. Por quê? Porque era uma necessidade que as mulheres estivessem organizadas dentro do Sindicato. Hoje, achamos fundamental que a mulher esteja na executiva do Sindicato, tenha uma secretaria da mulher na Diretoria, senão ela vai estar no seu departamento feminino, vai guetizar as ONGs, vai estar discriminada nas ONGs e se auto-discriminando. Assim, ela não vai fazer com que o Sindicato assuma as suas reivindicações específicas de mulher.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 789 do pro.
N. 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL5	2	Angela	ASSIST.SOC.	13.09.93		

Tivemos, uma vez, uma discussão na Coordenadoria com as centrais sindicais e vimos que ~~temos~~ em todos os dissídios, etc, etc, a creche está incluída, mas quando chega na hora "H", das reivindicações, ela passa para uma das últimas prioridades.

Essa é, hoje, uma batalha. ~~uma~~ a gente quer que tenha departamento ~~feminino~~, comissões de mulheres ~~em~~ nos sindicatos, mas o fundamental é que exista uma ~~uma~~ secretaria na Executiva que garanta a presença da mulher lá. E hoje existe a discussão das cotas, que são os 30% de participação das mulheres no sindicato, que ainda é polêmico, entrou em discussão, passou, está na CUT? etc, etc.

Esse é um outro patamar de participação. Há ^{uma} própria questão da participação das mulheres nos partidos políticos. Existem as mulheres, as ~~as~~ executivas, no corpo de direção, mas é uma batalha. Também, há secretarias específicas de mulheres nesses partidos políticos.

Então, eu acho que essa é uma evolução...

A SRA. _____ - Só um aparte.

Eu acho que é muito interessante, até para completar essa questão do partido político, é que deu para perceber, na ~~na~~ eleição do ano passado, que alguns partidos políticos fundaram o Comitê Feminino Pró-Eleição do Candidato X, ou seja, a questão do feminino entrando como mobilização no momento de candidatura e não que a organização partidária tenha e mantenha um espaço para a mulher.

Eu queria fazer essa lembrança, mas eu ainda fico aguardando a sua fala sobre os movimentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 790 do proc.
NÚMERO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL5	3	Angela	ASSIST, SOC,	13,09.93		

A SRA. _____ - Os movimentos, se voc^a
for ver, quando a Graziela fala que os movimentos não são feminis
tas, acho que as organizações de mulheres, _____

_____ do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 791 do proc.
PAULO 1026 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL6	1	florência	CEE	13.9.93		

ONGs e entidades de mulheres. Então, as ONGs são essas que eu falei, do financiamento, que ^{existem} ~~há~~ grupos de reflexão e prestação de serviços.

As entidades de mulheres são, como a União Popular de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres...

A SRA. _____ - A União Popular funciona onde?

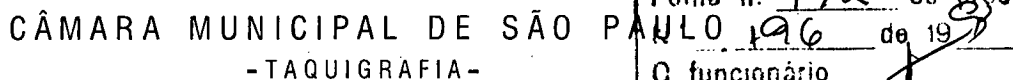
A SRA. _____ - Aqui na Rua do Bixiga, 64. É uma casa ^{em} que funcionam a revista "Presença da Mulher", a União Brasileira de Mulheres e a União Popular de Mulheres.

A SRA. _____ - E a União Brasileira de Mulheres tem sede aqui em São Paulo, mas tem uma articulação de entidades a nível nacional. Então, essas entidades têm um caráter diferente das ONGs, porque, por exemplo, elas não são apenas ...

A SRA. _____ - É uma casa numa travessinha ali em cima, perto da Novê de Julho...

A SRA. _____ - Não, é aqui, subindo a Santo Amaro... Aquela da Santo Antônio, que você está pensando é a União de Mulheres.

Então, as entidades de mulheres têm caráter feminista. Claro que cada uma delas tem uma concepção diferente. Elas não têm a mesma concepção de atuação, as mesmas prioridades nem nada. Vamos dizer, * cada uma tem a sua especificidade. Essas entidades de mulheres ~~em~~ tra-



Folha n.º 792 do proc
AULO 196 de 1997
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El6	2	florência	CEE	13.9.93		

balham pensando no seguinte - elevar o nível de consciência das mulheres, organizar o maior número possível de mulheres; então, elas trabalham com um leque mais amplo da população do que as ONGs, porque as ONGs ficam um pouco no seu local, estudando, prestando serviços, etc. Elas não têm, por exemplo, a preocupação de mobilizar as mulheres, de organizar politicamente as mulheres; têm outro caráter. As entidades têm esse objetivo, de ampliar o seu leque de ação. Agora, todas elas trabalham com seus boletins específicos; quer dizer, também têm esse sentido de influir num certo ... Por exemplo, o SÓF[?] tem um boletim muito bonito sobre a questão da saúde da mulher, que distribui amplamente, porque aí a ONG tem também esse processo educativo específico da Saúde; principalmente, essas ONGs se voltam mais para a questão da Saúde ou da Ecologia, algumas. E uma das discussões hoje é sobre essa questão dos Direitos Humanos.

A SRA. _____ - Quer dizer que a União Brasileira de Mulheres e a União Popular de Mulheres?

A SRA. - E a União de Mulheres de São Paulo. A Casa ^{Lilith} ~~XXXX~~ também tem um caráter de entidade de mulheres, assim como a Casa da Mulher do Grajaú. Elas têm um misto de ONG e entidade de mulheres. O ^{AMZOL} ~~XXXX~~ da Leste, Associação de Mulheres da Zona Leste. também tem esse caráter de entidade, e há o que a gente chama mais de um movimento. E aí entram os clubes de mães, porque aí não há necessariamente esse caráter feminista, nem essa concepção feminista. Então, você vai ver que há os clubes de mães, que surgem, aquelas organizações que às vezes surgem ao lado das igrejas, que são para fazer crochê, fazer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 793 do proc.
N. 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E17	3	florência CEE		13.9.93		

não sei o quê. Então, não há uma concepção, não há uma reivindicação específica, não levam em conta a questão de gênero. Elas se reúnem. É como se fosse assim: vamos ocupar aqui este espaço, fazer tricô, trocar receitas, vamos fazer bazares, mas não têm essa concepção feminista de movimento, de reivindicação, etc.

A SRA. _____ - E os Conselhos, como é que você coloca?

A SRA. _____ - Essas questões dos Conselhos de Coordenadoria, aí já existe um caráter completamente diferente. E essa foi uma das nossas grandes discussões em termos de qual é o caráter de um órgão ~~institucional~~ institucional? Um órgão institucional tem um caráter eminentemente político, evidentemente, porque se ele está ligado ao Governo ele está defendendo um determinado tipo de proposta política; ele está dentro de uma proposta de governo. Então, apesar de esses órgãos terem surgido a partir da reivindicação das mulheres, como o Conselho da Condição Feminina, que foi o primeiro; depois foi que surgiram o de Minas e o Nacional, em 1984. Então, esses conselhos têm algumas definições básicas: primeiro, eles têm que estar ali para elaborar e executar políticas públicas, não é? E assessorar o nível de governo em relação a ~~isso~~ isso. Por exemplo, os conselhos não têm um caráter de mobilizar as mulheres, não têm um caráter de organizar as mulheres; mobilizar no sentido que a entidade faz, mas, por exemplo, eles podem ~~dar~~ dar uma assessoria, digamos, a um movimento na medida em que eles fazem um seminário, na medida em que eles fazem uma palestra, na medida



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E17	2	florência	CEE	13.9.93		

eles fazem publicações. Por exemplo, o I Conselho Nacional teve um caráter muito mais de ~~articulador~~ articular o movimento do que esse caráter de órgão institucional e de elaboração de políticas públicas, porque foi um momento específico dele, entendeu? Então, ele jogou um papel fundamental no processo da Constituição de 1988, porque ele fez as discussões a nível nacional, ele jogou um papel de articulador. Mas, por exemplo, em termos da implementação de políticas públicas não teve, porque foi um outro momento. Por exemplo, a Coordenadoria da Mulher, nós tínhamos isso claro; quer dizer, o nosso papel não é estar mobilizando o movimento, não é estar levantando as reivindicações do movimento; nós auscultamos o movimento e vamos ^{ver} através dessas reivindicações, o que nós podemos traduzir em políticas públicas; esse é o papel desses órgãos institucionais. Quer dizer; aí existe uma diferença também entre Conselhos e Coordenadorias dentro da própria concepção da instituição desses órgãos. O Conselho não executa políticas públicas. ^{Na Coordenadoria} Ele executava políticas públicas através da Casa Eliane de Gramont. É diferente. Na medida em que nós pensamos nos equipamentos sociais e lavanderias nós estamos executando a política pública. O Conselho não; o Conselho é um órgão eminentemente de assessoria aos Poderes Públicos na elaboração de políticas públicas. Ele pode até elaborar uma política pública, como foi o caso da Delegacia da Mulher, mas ele não executa essa política.

Então, existe um caráter. Por exemplo, a Coordenadoria de Santos executa; então a concepção da Coordenadoria e do Conselho, existe essa diferença no que diz respeito à execução e isso é uma coisa que tem que aprofundar, porque na própria administração essa era uma das nos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 795 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El7	3	florência	CEE	13.9.93		

sas polêmicas, das nossas reivindicações. E essa questão que Graziela levanta da Casa Eliane de Gramont ter saído da lei como projeto-piloto foi uma discussão que nós tivemos com a Assessoria Jurídica, porque uma coisa que já existe há dois ou três anos não é um projeto-piloto... Já é efetivo, já é uma política que foi implementada. Então, por conta da lei, por conta disso e daquilo tinha que ser visto como um projeto-piloto. Então, essa foi uma batalha.

A SRA. - Só uma coisinha, que é grande.

Existe uma certa relação também orgânica entre determinadas entidades de mulheres e partidos políticos. Quer dizer, há uma tendência de algumas entidades terem uma relação mais próxima deste ou daquele partido político, não é? Quer dizer, e às vezes fica até bastante difícil a gente conseguir transitar aí entidades de mulheres. É entidade de mulheres, mas eu não considero ... Não sei se é muito pesado falar isso aqui. Por exemplo, a Federação de Mulheres é uma entidade de mulheres. Mas do meu ponto de vista ela não tem uma concepção feminista de ação, entendeu? Aí é um movimento de mulheres.

Eu acho o seguinte. Isso é uma discussão que nós, por exemplo, a nossa entidade ... Eu acho o seguinte, Aldaíza, nessa questão da relação com os partidos políticos eu acho que, por exemplo, algumas entidades foram até criadas por pessoas ligadas a um determinado partido político. Mas necessariamente não só pessoas daquele partido participam dessas entidades, entendeu? Então, por exemplo, há algumas entidades que a gente sabe que são ligadas mais ao PT; outras são mais liga



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 796 do proc.
Nº 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL7	4	florência	CEE	13.9.93		

das ao PD do B.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Digamos, democratizar essa discussão significa chamar na mesma mesa União Brasileira de Mulheres, União Popular de Mulheres, União de Mulheres de São Paulo, Casa da Mulher do Grajaú, Casa Lilith, AMZOL, Federação de Mulheres... Além das ONGs. Tem mais?

A SRA - Tem. Eu posso lhe dar uma relação ...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Veja, Eu acho que isso é fundamental porque inclusive até para a gente fazer essa discussão, do ponto de vista até da Lei Orgânica e tal, é saber se nós percorremos todo o espectro, no mínimo até para as pessoas terem referência

do.

o.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 797 do proc
196 de 199
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E18	1	dalva	C. Estudos	13.09.93		

... de receber um convite, de que essa discussão está acontecendo. Se participa ou não, mas até a presença do registro dessa discussão. O ~~SE~~ SIM, é um Centro Informação Mulher, então ela tem um caráter diferente, porque ela é um MJ, mas voltada exatamente para prestar esses serviços na área da informação, e ela joga um papel fundamental, porque é um dos maiores centros de informação sobre a questão da mulher na América Latina. Hoje ocupa um espaço na Praça Roosevelt, uma escola que foi cedida na época do governo Erundina, e que por exemplo, também hoje continua lá, e foi todo um espaço cedido, e eu não sei se isso foi formalizado, tanto que quando saiu aquela lei, eu não ~~me~~ me lembro se foi portaria administrativa, que iria ser levantado todos os espaços institucionais usados por entidades, eu até fiquei com medo da gente ter que cair fora, porque é um espaço ótimo. Eu acho que você convidar essas entidades, por exemplo, tem ainda, ~~mas~~ porque tem várias, a rede mulher, se bem que a rede mulher não é bem numa MJ, porque a rede mulher, tem sua ~~uma~~ articulação nacional voltada para a articulação, apesar de também ter financiamento, eu não sei nem como a gente caracteriza. Tem o CLABEM ele é uma organização que tem seu ~~xxxx~~ escritório, vamos dizer assim, no Brasil, CLABEM - Centro Latino Americano do Direito da Mulher. Eu acho vou dar um



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El8	2	daiva	C. Estudos	13.09.93		

livrinho para voces, sobre ~~exat~~ os direitos humanos. Então uma das pessoas responsáveis, a qui no Brasil, pelo CLABEM, é a Silvia PIMENTEL, ~~exat~~ e elas fazem essa articulação a nível Latino Americano ou fazem atividades a nível nacional.

A SRA: PRESIDENTA (Aldaíza Sposati) - ~~Resumo~~

Desculpa, ter esgotado a sua paciência, mas eu acho que saber transitar, nesse campo é bastante importante. Eu pediria, só, a Elza, se ela gostaria de complementar, quanto a questão do idoso, já que nós não tivemos aqui representação dos negros e dos portadores de deficiência. Em relação aos negros, vai haver um ~~esforço~~ esforço, naquele representante do conselho tutelar, ainda de estar arrebanhando, digamos, pessoas, informações para escrever aqui na comissão, numa das próximas sessões. Eu estou solicitando a Elza, em função, de que a LBA, é um dos órgãos que desenvolve programa de atenção a terceira idade, e também nós conseguimos receber um folheto da Secretaria ~~de~~ de Estado, da ~~Grande~~ Criança, Família e Bem Estar Social, e neste folheto, a Secretaria faz menção, digamos, fazer um apoio a questão do atendimento a terceira idade.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL8	3	dalva	C. Estudos	13.09.93		

A SRA. ELZA - Com relação ao trabalho do idoso, que vem sendo desenvolvido pela LBA, nós passamos por um processo até interessante, porque esse programa, veio do INPS para a LBA em 1978, quando houve então a ~~criação~~ criação SIMPAS, que era o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social. Então todos os programas de assistência passaram para a área de LBA, e os programas que a LBA tinha na área da saúde, passaram então para o INAMPS. No início, nosso trabalho começou com um grupo de idosos em comunidade, nós sempre tivemos dois tipos de atendimento, que é o axilar, e os ~~idosos~~ idosos em comunidade. Esses grupos vieram ~~prontos~~ prontos já do INPS, alguns, nós ~~formamos~~ formamos a partir de contatos que tivemos com a comunidade. No INPS, a idade era uma coisa levada, assim, muito a sério, ~~quer~~ quer dizer, as pessoas, só a partir dos 60 anos que poderiam participar dos grupos, nós de início começamos, já com os 45 anos, porque nós verificamos que em muitas comunidades as pessoas tinham necessidade de convivência, ou seja,...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E19	1	Dalva	C.E.E.	13.9.93		

Ou seja, havia pouca disponibilidade de lazer. As pessoas não tinham condições de procurar espaços de lazer e sentiam falta de reunião em grupo; não se encaixavam no grupo de mães porque o grupo de mães tinha uma outra proposta. E elas queriam discutir coisas da vida, fazer tricô, crochê, bordado etc. Daí começamos a mesclar a questão da idade, houve uma certa resistência por parte não dos membros mais idosos do grupo, mas por parte da própria instituição. Enfim, esses grupos foram sendo formados e a idéia básica, o que eles mais desejavam, eram grupos mistos, e claro que maioria de mulheres. O número maior era de mulher. Mas tínhamos alguns homens nos grupos. O que eles discutiam basicamente era essa questão de como as pessoas, quando você chega a uma certa idade o que a família exige de você, ~~mas~~ basicamente é que você tome conta dos netos. Ou seja você é uma pessoa que já viveu, já teve oportunidades de vida e eu sou uma pessoa produtiva, então, você tome conta dos meus filhos, tome conta da minha casa, faça comida, enfim, me ajude. E nesse grupo que se via muito, que os idosos reclamavam era a exploração que eles sofriam da própria família, além do que, em alguns casos, eles não só sofriam essa exploração, mas também dentro do espaço físico da família, eles já não tinham mais um espaço privilegiado. Eles já ficavam no fundo do quintal, vários já moravam no quartinho dos fundos, porque não tinha lugar para eles naquele espaço físico do núcleo central da família. Então, havia esse tipo de segregação na própria família e havia também a questão de que por eles muitas vezes não terem uma saúde adequada, enfim, a degenerescência física, não resta a menor dúvida, então com uma certa dificuldade de andar pela própria casa, muitos deles foram até proibidos de entrar na própria casa, embora fossem também solicitados no momento em que a mãe não estava e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 801 do proc
N.º 196 de 1993
C. funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E19	2	Dalva	C.E.R.	13.9.93		

que era para tomar conta das crianças e tomar conta da casa também. Então esse tipo de exploração é até muito interessante nos grupos de mulheres idosas, dá até teses e teses de mestrado e doutorado, porque ok que a gente huve em termos de ... você tem um histórico da exploração. Elas têm isso na memória, muito claro. Esse processo de exploração que vem desde a questão familiar, é uma questão histórica e a família reforça, a sociedade reforça, a mulher que hoje reclama da administração do lar, sobra para ela também na velhice essa administração como uma obrigação, com uma cobrança maior porque como ela não produz lá fora, ela tem que fazer alguma coisa em casa. Já que você come a comida que eu trago, então você vai ter que de uma certa forma, pagar essa comida. Então, esse trabalho que nós fazíamos, que a Legião Brasileira de Assistência fez, foi um trabalho que começou com a boa vontade, porque não tínhamos uma ~~exata~~ experiência efetiva de trabalho direto com o idoso. Não é um trabalho fácil. Muita gente acha que é um trabalho simples e interessante, e eu confesso que até eu mesma quando acompanhei um grupo de idosos na Zona Sul, num determinado momento me vi até chorando neste grupo, porque o assunto era muito morte, separação, solidão, perdas — são muitas perdas, não só perdas físicas do companheiro, mas a perda do status na família, a perda do espaço na sociedade, enfim — é um trabalho muito angustiante, que realmente, se a gente não estiver muito bem preparado, a gente entra até em parafuso. Mas, enfim, a gente foi aprendendo e vai e discute com um que tem experiência, mas basicamente o trabalho foi criado pela Legião, no que lhe competia criar, no sentido de criar espaços de discussão para que as pessoas pudessem efetivamente poder falar de ~~as coisas que estavam acontecendo~~

...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 802 do proc.
N. 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E20	1	ANA	CEE	13.9.93		

e vê que uma situação que ela considerava que fosse ~~da~~ só dela, era uma situação que ela percebia ser comum à própria idade e às pessoas que estavam naquelas mesmas condições. É claro que os grupos não tinham só disso, só do choro, enfim, de recordar esse processo de exploração. Também o que havia era essa preocupação de tentar de alguma forma o mínimo de renda que lhes desse condições de dizer em casa que ele poderia produzir alguma coisa. Então, algumas solicitações ocorreram no sentido de cursos, aí já vem a parte comum que são cursos de pintura, de crochê — que elas gostam muito — e depois com o produto disso faziam bazares, e a renda dos bazares ficava um pouco para o grupo porque eles ~~tinham~~ também sentiam a necessidade de viagens, lugares próximos, é claro, que seria o espaço que teriam para o lazer deles. Nós tivemos a satisfação de ver como os grupos foram se organizando e foram tomando corpo. Nesse sentido, vejamos o que é a instituição, veio uma determinação da direção nacional de que a LBA não trabalharia mais com a execução direta, ou seja, não se poderia ter técnicos diretamente nos grupos. Então, os grupos tiveram que criar associações para que essas associações conseguissem um convênio com a própria LBA. Então, os técnicos foram afastados da execução direta, porque era uma determinação da direção nacional que a execução indireta você atinge um maior número de municípios e pessoas, que a LBA não teria condições de contratar mais pessoas. Então, a LBA ficaria numa linha de assessoria nas associações criando agente multiplicadores de trabalho. Numa linha de assessoria, supervisão, acompanhamento. Inclusive a Norma sofreu muito isso. Em alguns casos, vocês sabem muito bem que a vida profissional é muito difícil. Há aqueles que odeiam o idoso, há aqueles que gostam do idoso, dependendo do técnico que estivesse na chefia de uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 803 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E20	2	ANA	CEE	13.9.93		

determinada região, ele até proibia os idosos de entrarem num centro, que era um espaço público e que ficaram proibidos de entrar, às vezes. Nós temos um trabalho grande na Zona Oeste, tem também na Zona Sul, esses grupos formaram associações, no início com bastante dificuldades, mas depois, como todas as pessoas nesse mundo encontraram estratégias de sobrevivência além da instituição. Então, temos grupo que, por exemplo na Zona Sul, que trabalham no ano todo, fabricam brinquedos de madeira e no final do ano escolhem alguma creche que eles próprios selecionam para distribuir esse s brinquedos. Também mensalmente fazem um trabalho junto aos asilos, então, são idosos de grupo de convivência que frequentam asilos. Fazem uma programação de ir um dia no asilo. E há outros grupos que se preocupam com outras coisas que a gente diria que está mais engajado em movimentos políticos. Há muitos grupos que acompanham muito a questão da revisão constitucional, inclusive da aposentadoria, inclusive neste mês de setembro é o dia nacional do idoso, dia 27 de setembro. E o Conselho Nacional do Idoso, na sua programação, não porque o conselho quis, mas porque os idosos quiseram, não se faz somente festividades. Realmente eles tiveram uma discussão, um dia específico, só os idosos discutindo a questão da revisão constitucional. Eles estão com um pouco de medo do que poderá acontecer na revisão.

A SRA. ALDAÍZA - Nós recebemos, tivemos notícias disso na semana passada, que até pensei que estivesse aqui; recebi cópia de um projeto de lei, de uma lei em relação à questão dos idosos que estão querendo aprovar. E há uma discussão de até onde essa lei colide ou soma com a LOAS(?) Eu não sei se você tem idéia, eu não tive condições de apreciar. Só na sexta-feira que recebi uma cópia da lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 804 do proc.
N.º 126 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E21	1	ANA	CEE	13.9.93		

A SRA. ELZA (?) - Então, só complementando: nesse mês de setembro os idosos estão voltados pra a questão da discussão da revisão constitucional. Então, eles fizeram um dia pó para eles, para estar discutindo com alguns especialistas e depois então seria um dia só dos técnicos e daí os técnicos discutiriam a questão da revisão constitucional, mais especificamente no que se refere ao idoso. Com relação a esse projeto de lei foi até interessante porque o Conselho estava discutindo esse projeto de lei, e nós temos um representante da LBA que participa do conselho estadual do idoso. Ela trouxe, inclusive esse projeto e não tive tempo de ler ainda. Mas como ela participa de outro grupo da LBA e também discute a questão da LOAS, então ela mesma levou a LOAS para esse conselho estadual do idoso. O conselho não conhecia a LOAS, não tinha a mínima idéia do que estava acontecendo e nós inclusive, essa representante fez até com bastante insistência dizendo que não seria possível hoje se discutir qualquer coisa na área do deficiente, do idoso, ou qualquer área sem que se conhecesse a LOAS, porque está tudo relacionado. A LOAS realmente é a lei-mãe, depois nós teríamos os filhotes da LOAS, no caso específico da LBA, que é o idoso, o deficiente e outros mais. Então, eu não li esse projeto de lei ainda; sei que estava uma discussão bastante grande. Agora, com a discussão da LOAS eu não sei como eles conseguiram fazer porque eu mal estou ficando na LBA. Mas eu vou procurar saber e depois te informo.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Acho que de certo modo a sua análise contempla, mas só para sublinhar que a desencadeante da LOAS, que são os Art.s 203, 204 da Constituição e o que eles avançam do ponto de vista do benefício é estabelecer um salário mínimo para o idoso e um salário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 805
26
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E21	2	ANA	CEE	13.9.93		

mínimo para o deficiente. A grand epolêmica, porém que está contida na LOAS e vai estar agora no debate no Congresso é qual é o patamar pelo qual se considera o idoso. Ou seja, são 70 anos ou são 75 anos. Essa é uma discussão que os movimentos para elaboração da LOAS, apontavam 65 anos, todavia o Ministério do Bem Estar Social está ampliando para 70 anos, considerando que o impacto de alterar essa faixa dos 70 para os 65, quintuplicam os valores ~~financeiros~~ financeiros para sustentação da lei. E mais do que isso: a questão é que a LOAS vai tocar numa alteração da chamada renda mensal vitalícia. Nós lembramos que a questão da renda mensal vitalícia foi um processo de conquista e até que delongou por muito tempo, tanto para absorver o trabalhador rural, como o urbano e para envolver a mulher e o homem como pleiteando a renda mensal vitalícia. E a renda mensal consiste na cabeça da população, muito bem colocada, como uma forma mínima de aposentadoria, que é o valor de um salário mínimo, outra conquista também para fazer é equivaler ao valor de um salário mínimo — mas é uma forma de aposentadoria, sendo que para obtê-la, então, o cidadão, a cidadã tem que mostrar que contribuiu, me parece que no mínimo um ano à Previdência e encontrar testemunho de que trabalhou. Ora, a LOAS altera essa questão. E essa é um apolêmica muito considerável para fazer.

~~... O que é isso?~~ ... Monteiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 806 do proc.
WLEO 126 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E22	1	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

O que que a LOAS altera? A LOAS desvincula, digamos, o recebimento do salário à comprovação do do trabalho. Isto é até muito digno do ponto de vista de dizer que uma pessoa que chegou aos 70 anos, se ela sobreviveu, não é necessário comprovar como é que ela sobreviveu até lá. Quer dizer, é de um mínimo social que o cidadão aos 70 anos tenha no mínimo um salário mínimo para sobreviver.

Mas o problema é que a LOAS faz uma interrelação entre esse direito e a renda familiar, já que a própria pessoa não é portadora. Ai começa uma polêmica muito grande de duas ordens, até de dizer que seriam incorporados os mais pobres. Portanto, isso não quer dizer que ele é um direito universal, só vai atender aos mais pobres. Então, do ponto de vista da renda mensal vitalícia, isso poderia estar havendo um recesso, do ponto de vista de um direito conquistado, entre ser o direito de todos e só ser um direito para os mais pobres.

E ainda nessa discussão tem duas discussões. Uma que é a seguinte: já que então está se relacionando, ou a LOAS obriga a relacionar pelo próprio corte ou recorte que a Constituição faz, a questão da família e da renda familiar, nós propúnhamos que o benefício fosse dado a todos aqueles que ganhassem, cujo o per capita familiar, ou da unidade familiar, fosse menor que meio salário mínimo, igual ou menos. Todavia, há uma posição oficial de redução disso para um quarto, ou seja, corta ainda para famílias mais pobres. Portanto, uma segunda discriminação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 807 do proc
PAULO 1996 de 1993
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E22	2	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

E, por último, é o próprio conceito de família, que a gente entende que uma outra polêmica. Por quê? Como família pode ser tido como um conceito de uma unidade extensiva, isso pode juntar os filhos e tudo mais, se for reduzido de unidade familiar, quer dizer, um conceito em termos do lar, do lugar onde mora, você pode ter efetivamente uma tendência de reduzir aquela unidade familiar básica. Então, esta é outra polêmica também.

Então, o que eu queria, e é uma pena a gente não,,, as pessoas que foram convidadas em relação à defesa dos direitos do idoso não estejam aqui porque me parece que essa é uma polêmica... me parece não, tenho certeza que essa é uma polêmica que vai ser travada agora na Câmara Federal e depois no Senado e que nós estamos debatendo exatamente isso, que ela seja para meio salário, a renda familiar, e para 65 anos, no sentido de uma extensão e que há uma pressão, principalmente do Ministério da Fazenda, para uma seletividade ainda maior, o que é uma regressividade frente a renda mensal vitalícia.

Portanto, acho que essa é uma área que precisa muita cautela. Do ponto de vista do deficiente, embora aqui não presente, não existe esta censura enquanto faixa etária. Até nasce deficiente, a família pode reivindicar o salário mínimo. Todavia, também reduziram a um quarto do per capita da renda familiar. Ora, um quarto é realmente ínglisório para a gente pensar do ponto de vista da família. Então, nós vamos continuar a pleitear a questão de, no mínimo, meio salário mínimo per capita, que já é pouco, mas su-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 808 do proc.
PAULO 496 de 1933
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E22	3	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

põe que você esteja abrangendo as famílias que ganham até três sa-
lários mínimos. No caso, a um quarto, eles estão só pegando as
famílias de um a dois salários mínimos e a gente quer esticar is-
so até, no mínimo, quatro salários mínimos porque aqui nesta mesma
Comissão nós ouvimos o debate que hoje as famílias com oito salá-
rios mínimos de renda familiar estão inscritas realmente no circun-
cuito da pobreza, principalmente se nessas famílias tem algum pa-
ciente, algum doente crônico. Quer dizer, para sustentação de uma
família de uma renda familiar de oito salários mínimos, ela se
inscreve no circuito da pobreza. Então, reduzir par dois, você já
está no limite da miserabilidade.

Então, queria acenar que essas são pontos polêmicos e
que nós tivemos oportunidade ainda de na sexta-feira, naquela reu-
nião que nós indicamos na última reunião aqui e convidamos os Ve-
readores, foi feita a reunião na PUC, voltamos a isso, estamos ho-
je ainda referendando emendas nessa direção.

Então acho que, de qualquer forma, fica faltando mesmo a
gente estar discutindo mais isso com as representações dos idosos
e dos deficientes. Tem uma falha nessa questão.

A SRA. LIEGE - Eu estive com Dona Maria Antônio, do Fo-
rum da Terceira Idade e Elza levantou algumas questões que ela in-
clusive... quer dizer, não é que ela questione, mas ela acha que
não deve ficar só na festinha ou no lazer, que ela acha que inclui-
sive o idoso tem que exercer a cidadania dele, quer dizer, na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 809 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E23	1	Monteiro	C.Especial	13.09.93		

questão da exigência dos direitos, batalhar nessa questão da legislação, das provas políticas públicas e tal. Acho que é um aspecto interessante e acho que Elza pegou os dois lados da questão. Quer dizer, pegou tanto o aspecto das atividades de lazer, ou ocupacionais mesmo, quando estão produzindo alguma coisa, essa coisa dos brinquedos de madeira eu achei super interessante, mas também o outro lado, quer dizer, de como é que você se organiza, tanto na luta pela aposentadoria como na luta pela garantia dos direitos.

Nós, quando estávamos na coordenadoria, fizemos um convênio com a CMTC, da coordenadoria, que era super interessante: era a questão da mulher, o deficiente e do idoso, para que a gente incluísse nos treinamentos da CMTC essa garantia da cidadania nesses três segmentos. Então era você participar dos treinamentos dos operacionais da CMTC, motorista, cobrador, fiscais etc. para garantir os direitos conquistados. Então por que que o motorista não para quando o idoso dá o sinal do ônibus? Quer dizer, é um direito que ele está conquistado. Por que que a mulher grávia não tem lá... entendeu? Então, essas são coisas ligadas à questão das políticas públicas, que nós chegamos até, a Administração passada, através da Assessoria da Cidadania e Direitos Humanos, assinou um convênio com a CMTC na garantia de estar influenciando nos treinamentos, que acho que é aquela coisa de ir por dentro, quer dizer, de como é que você atua para implementar determinadas políticas públicas que estão aí.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 810 do proc
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E23	2	Monteiro	C.Especial	16.09.93		

Acho que o idoso tem esse aspecto dos dois lados da questão, do lazer e de exercer a cidadania. É uma pena, não sei... vocês convidaram o Conselho?

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati) - A Norma não está, eu não tenho o quidaro, o espectro todo dos convites. Eu sei que eu pedi para convidar o Conselho Municipal e tal. Então, eu proporia o seguinte às Secretarias aqui: que nós lutássemos, mesmo que não agendado, voltássemos a insistir no convite às representações da terceira idade e da representação, no caso também dos portadores de deficiência porque acho que é uma questão de incidência fundamental e aí nós podemos estar... podemos tentar para o dia 15 ou para o dia 20, que é segunda-feira. Dia 15 nós temos pela manhã, as questões das ONGs e à tarde a população de rua.

Acho que devíamos insistir para essas representações, e aqui pedindo o auxílio das pessoas aqui, para que dia 20, pela manhã, nós voltássemos a insistir na presença das representações do idoso e das representações dos deficientes. Da etnia nós já fizemos a mobilização e penso que, de certo modo, a questão da mulher foi aqui explorada, ainda que dentro do limite do tempo.

Então, a gente quer agradecer a todos porque nós temos, já já, aqui uma audiência pública sobre a questão das creches da Cidade e vamos precisar encerrar os trabalhos para poder dar início à audiência. Muito obrigada e até a próxima sessão.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

Comissão Especial de Estudos

"Assistência Social"

Presidentas Sr.ª Aldaíza Sposati

Em 15-Setembro-1993

Ao Sr. Assessor Jader A. Pimenta

SEM REVISÃO

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Th. de Freitas Muzzi

THEREZINHA DE FREITAS MUZZI
Diretora Gco. Depto. Taquigrafia
DT. 10



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

PARA ELABORAR PROPOSTAS

REFERENTES À ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

MEMBROS: Srs. Vereadores

Lídia Correa

Anna Martins

Alberto Calvo

Éder Jofre

Reunião realizada na Sala Tiradentes da Câmara Municipal de São Paulo, em 15 de setembro de 1993, 10 horas

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

(Memo OEE/Nº 142/93, da Secretaria das Comissões Temporárias)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
C-21	1	alice	as.social	15.9.93		

SEM REVISÃO

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) = Vamos neste momento dar início a mais uma das sessões da Comissão de Estudos da Assistência Social.

A temática de hoje diz respeito à questão da relação da política de assistência social, a relação estatal-privado, principalmente no que diz respeito à relação com as organizações sociais, digamos assim, os critérios dessa relação entre o estatal e o privado. Não estou usando essa distinção sob a denominação de público-privado, até porque no campo da assistência social essa discussão tem um contorno muito particular. Ou seja, historicamente foram as organizações da sociedade que iniciaram todo um processo de trabalho social, sejam nas formas de lares de atendimento à criança, ou aos doentes, os tuberculosos, em geral isso sempre caminhou ou pelas chamadas irmandades de caridade, as formas então de auxílios mútuos, mesmo a solidariedade e até mesmo a filantropia privada. O Estado vai comparecer no campo da assistência social bem mais tardiamente. E quando ele aparece, é muito como uma função de regulamentar o privado. Foi assim na virada do século o primeiro congresso nacional de assistência social feito pelo Ataulfo Paiva, que eu até ainda não consegui descobrir se



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-21	2	alice	as.social	15.9.93		

esse Ataulfo Paiva tem a ver com a mesma família que tem relação com a Legião da Boa Vontade, mas foi esse senhor, que era jornalista, que apresenta no Brasil as primeiras produções da passagem do Império para a República desta preocupação em regulamentar o campo da assistência social, que tinha uma contrapartida com o jogo, enfim, tinha uma série de questões que atravessavam este pedaço, onde o Estado ficava muito com o papel só de subvencionar a ação.

Uma outra medida que eu acho que ao longo do tempo surge na regulação desse campo, foi em 1937, sob o Estado Novo, a formação do chamado Conselho Nacional de Serviço Social. E não estou querendo remexer o baú, mas acho que essa questão é muito importante porque um dos pontos que a Lei Orgânica da Assistência Social toca, e ela altera essa lei que está em regime urgente urgentíssima na Câmara Federal, é a dissolução do Conselho Nacional de Serviço Social. Então, eu acho que esta questão é muito importante e tem muito a ver na nossa discussão, porque este Conselho Nacional de Serviço Social, se a gente pegar a lei de 1937, foi a primeira regulamentação até para dizer o que deve fazer o Serviço Social. Era como uma Lei Orgânica mesmo da ação social, mas que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 816 do proc.
N. 1126 de 1953
C. funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-21	3	alice	as. social	15.9.93		

não era propriamente um aparato da Secretaria, porque depois ele fica com o Ministério da Educação, quer dizer, ele não era um aparato burocrático, mas que depois ele vai se tornando um aparato burocrático do Ministério da Educação, depois hoje do Ministério do Bem-Estar Social, no sentido de reconhecer, ou dar atestados, digamos, às entidades sociais, o tal do atestado de filantropia, e proceder à isenção. E um órgão que funciona desde 1937, sob critérios que absolutamente foram atravessados pela democracia, não foram nem atravessado pelas idéias do pós II Guerra, porque ele é de 1937. Imaginem que ainda a concepção é pré II Guerra Mundial. Então, essa relação entre o Estado e as organizações sociais ela ainda é atravessada por princípios burocráticos, Claro, vão tendo alterações de leis, mas essas alterações não mudaram o fundamental que é esta lei de 1937. Então, esta é uma lei que primeira vez vai alterar esta relação. São exatamente os pontos que a LOAS define sobre esta relação, digamos, estatal-privado, que a gente poria fortemente em discussão. Por quê? Acho que quase toda essa área da assistência social, seja a nível nacional, pela LBA, pela CBIA, nível estadual, pela Promoção Social, Criança, Família, pelo nível municipal, todos esses órgãos trabalham com os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 847 do proc.
N. 196 de 1999
C. funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-21	4	alice	as. social	15.9.93		

chamados convênios, ou seja, a rede de prestação direta é sempre reduzida face à rede conveniada. Ou seja, a relação é de uma extensão da ação do Estado através das entidades sociais, onde não fica claro nessa relação o que é que é efetivamente parceria, o que não é, é um campo muito obscuro nessa relação até para se definir o que é política pública, o que não é, até porque muitas dessas relações são fundadas numa certa miserabilidade. O que é que é essa miserabilidade, infelizmente? Os valores dos convênios são extremamente insignificantes e fazem com que muitas entidades para poder realizar um serviço elas fiquem de pires na mão para diferentes órgãos pedindo esse subsídio, aquela subvenção, aquele convênio, havendo uma multiplicidade, um paralelismo entre os vários órgãos Federal, Estadual, Municipal, nos convênios com a mesma entidade. Quer dizer, há um desperdício de burocracia de papéis que talvez reduzidos até pudessem produzir mais recursos para os próprios serviços.

Uma outra questão que a nova Lei Orgânica toca, é a questão da construção do que a gente poderia chamar de caráter público das políticas de assistência social. Quer dizer, no que nessa relação de parceria Estado-Organizações Privadas pode ser cons-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 818 do proc.
40 196 de 1997
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-22	1	alice	as. social	15.9.93		

truído uma relação de direito, e não somente uma relação de execução de serviços, mas efetivamente uma relação de direitos. Esse campo ainda tem muito para caminhar, apesar de que muitas organizações de defesa de direitos foram surgir na última década de 80, expressivamente mais em 90, e que tem polemizado, sublinhado, mais essa questão. Mas nós não temos ainda uma discussão ainda suficiente e entranhadas nos órgãos mesmo de assistência social, sobre o que é uma política pública de assistência Social, o que é uma política de defesa de direito. Então, é esta situação turva que faz muitas vezes uma visão das entidades sociais, de organizações subalternas ao Estado, e não uma relação de parceria, mas também um outro campo que nós sabemos de um campo minado, que a gente até chama numa analogia, da chamada "pilantropia", que ela é principalmente acusada de existir na região norte e nordeste do País mais fortemente, inclusive associada à própria verba dos deputados federais e senadores, que mantêm fundações. Nós temos várias acusações nessa direção, principalmente do Amapá e tal, fundações essas para as quais eles carregam recursos que advêm dos mandatos, os recursos orçamentários, e depois essas fundações operam dentro de padrões de clientelismo e não de uma política pública de assis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 819 de proc
N.º 1906 de 1993
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-22	2	alice	as.social	15.9.93		

tência social. Quer dizer, há uma apropriação privada de uma verba pública, e um direcionamento privado de uma política que deveria ser pública. Mas assim como este caso, muitos mais no sentido de reorientar essa política pública de assistência social. Então, a Lei Orgânica tenta firmar claramente isto. O campo da assistência social é um campo de uma política básica, uma política social básica, não é só o conjunto de práticas que cada órgão faz o que bem entende, cada governante faz o que bem entende, mas a lei procura trazer a democracia para esse campo e colocar a assistência social como um campo de defesa dos mínimos sociais. E aí abre um outro capítulo que também é muito complicado e tem de ser acumulado. Nós temos muito pouca discussão no Brasil sobre os mínimos sociais, Quer dizer, quando eu digo discussão não é a questão da generalidade, aprofundando mesmo quais são as garantias mínimas que todo brasileiro deve ter assegurado de fato, de lei e de fato. Então, isso abre um campo para uma discussão da relação entre assistência social e a ética. Eu acho que isso é um campo inclusive que o Betinho está trazendo muito fortemente nessa discussão da fome e tal. Então, o ângulo da nossa discussão e o convite feito à AMESC, na pessoa do Presidente; à FOS, já passo a lista de presença por-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 820 do proc
196 de 1993
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-22	3	alice	as.social	15.9.93		

que eu ainda não sei o nome de vocês, foi feito também à BONGs Associação Brasileira das ONGs. Nesse meu introito meio alongado, eu acho que nesse campo da relação entidades sociais também surgiram as chamadas ONGs, eu acho que isso também é uma coisa, a meu ver, ainda muito pouco decifrada, se a entidade social é ONG, qual é o conceito de ONG, tudo é ONG, o que é que é ONG, o que é que não é ONG, e acho que tem uma certa fumaça para a gente clarear. Eu esqueci de dizer isso naquele meu introitozinho. Mas então a gente chamou para esta conversa a representação da BONG, da AMESC, da FOS, para discutir essas questões. Eu estava comentando com vocês da FOS, eu queria dizer que eu recebi um telefonema ontem à noite solicitando que hoje, até às 11 horas, a gente enviasse para Brasília qual é a melhor redação do artigo 72, porque eles estão fechando as emendas. E como eu coloquei aqui que na quarta-feira nós enviaríamos as sugestões, mas eu não imaginei que fosse até às 11 horas da manhã, porque eles estão tendo outra reunião na Câmara Federal para decidir essa questão. Ainda hoje quando cheguei já tinha um novo telefonema aqui. Então, eu acho que talvez fosse oportuno inverter a ordem e primeiro fazer uma discussão objetiva deste artigo 72 e depois as considerações ge-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 821 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionário f

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-22	4	alice	as. social	15.9.93		

rais. Tudo bem?

Eu só quero assinalar que compõe esta Comissão a Vereadora Anna Martins, Lídia Correa, que está a sua assessora aqui, o Vereador Eder Jofre e Vereador Alberto Calvo. Possivelmente ao longo da reunião eles devem chegar. Estão presentes também Nazi Miserani, que também trabalha com a questão da criança e do adolescente, principalmente na questão da atenção ao infrator e a relação do infrator e o judiciário, e também a Rosana, que é também do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, e do Conselho pela Puc-São Paulo.

A gente poderia começar a discutir.

O SR. - Eu sou representante da Comissão e sou Secretário Executivo da AMEC, não Presidente, senão o Presidente vai ficar muito chateado ao saber disso.

A SRA. ALDAÍSA SPOSATI (PT) - Eu só vou fazer aqui uma leitura do que está posto no artigo 7º da lei, para a gente poder trabalhar.

Primeiro, eu dizia a vocês que extingue o Conselho Nacio-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 822 do proc.
PAULO 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-23	1	alice	as.social	15.9.93		

~~xxxx~~

nal de Serviço Social e ele cria no seu lugar o Conselho Nacional de Assistência Social, cujas atribuições vão diferir completamente, ou melhor, completamente não porque é evidente que têm temáticas que são preservadas, mas eu quero dizer que o posicionamento dele fica totalmente diferente porque ele, assim como o Conselho Nacional da Saúde por exemplo, ele vai ter a sua composição com membros eleitos, membros designados da sociedade civil pelos fóruns, quer dizer, ele vai ser democratizado, e esse Conselho vai ter uma interferência efetiva nos órgãos de assistência social. E a lei também determina que em 120 dias haja um pleno e novo ~~reordenamento~~ reordenamento institucional, o que supõe uma revisão das atribuições da LBA, até mesmo o próprio nome LBA, CBIA, enfim, esta área toda passará por uma reformulação e por uma nova reformulação ou hierarquização de funções entre a instância federal, estadual e municipal, vigendo aí nessa relação uma forte descentralização. É esse o princípio da lei. E no artigo 7º, que fala das entidades sociais, ele diz o seguinte: "Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como a que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 823 do proc.
PAULO 196 de 19 9
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-23	2	alice	as.sócial	1 5.9.93		

atuam na defesa e garantia de seus direitos." É só isto o artigo.

Existe uma proposta de emenda, que é esta que a gente está pondo em julgamento, de que fosse modificada a redação desse artigo incluindo a prestação gratuita de serviços aos beneficiários. Então, a redação ficaria: "Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam gratuitamente atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos."

Esta é uma primeira mudança. Agora, uma segunda mudança ainda é a sugestão de incluir um parágrafo único que diz o seguinte: "Excluem-se da definição contida neste artigo, as organizações que distribuam lucros e dividendos, ou concedam remuneração, vantagens ou benefícios a qualquer título a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores e benfeitores e que constituam patrimônio de indivíduo ou de sociedade, sem caráter filantrópico, ou com fins lucrativos, e que tenha como finalidade precipuamente recreativa, esportiva ou comercial."

É por entender extremamente polêmico isto, e que pode talvez com medo de se alimentar a "pílantropia", fica aí uma proposta altamente não profissional, quando não supõe, quer dizer, elimina



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 824 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-23	3	alice	as.social	15.9.93		

as possibilidades de remuneração, esta maneira como está colocado, então isto preocupa bastante, por isso que a gente colocaria na mesa. Não sei se ficou claro ou se merece uma nova leitura.

Este parágrafo único e o outro é o gratuitamente na definição. "Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam gratuitamente atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos". A vantagem deste conceito é que inclui também aquelas que trabalham com os direitos e não só as que prestam atendimento, do mesmo modo do campo da criança e do adolescente, quer dizer, pega os dois lados. Agora este parágrafo único, esta sugestão, diz assim: "Excluem-se da definição contida neste artigo,", portanto não são de assistência social, "as organizações que distribuam lucros e dividendos, ou concedam remuneração, vantagens ou benefícios a qualquer título a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores e benfeitores, e que constituam patrimônio de indivíduo ou de sociedade, sem caráter filantrópico, ou com fins lucrativos, e que tenha como finalidade precipuaemente recreativa, esportiva ou comercial."

É assim justificada esta proposta deste parágrafo:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 825 do proc
1996 de 19 99
O funcionário #

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-23	4	alice	as.social	1 5.9.93		

"Estabelecer critérios e definir limites mais precisos para o universo de entidades e organizações de assistência social é requisito básico para dar a seriedade e eficácia de uma política que as inclua como parceiras. A imprecisão nos critérios de inclusão ~~tem sido causa de distorções, como a publicação na revista~~
~~em 1993 de 11.72 do junho de 93, que tem a publicação~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 826 do proc.
UNL O 196 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
024	1	ant.	com.est.	15.9		

tem dado ensejo a distorções como a publicada na revista "V2ja" do dia 18.6.93, que torna pública uma série de irregularidades praticadas por instituições que avocam para si o caráter de prestadora de assistência social e contam para a realização dos seus objetivos com aval dos órgãos governamentais encarregados de fiscalizá-las. A prática habitual dessas instituições, amparadas pela legislação existente, peca pela falta de rigor na definição das entidades assistenciais permitindo que clube, sindicatos, sentros culturais, fundações e outras entidades que por manter ações assistenciais em caráter secundário, se beneficiem do repasse de verbas públicas, isenção de impostos e taxas e obtenham com isso vantagens comerciais e eleitoreiras. É assim a justificativa. Então a gente põe em discussão.

PO SR. NAZIMEZERANI (?) Eu gostaria de saber se a redação de exclusões se ela preenche as exclusões do testa-de-ferro que de um modo geral atuam em nome daqueles que foram excluídos?

A SRª. - Eles dizem assim. Exclui-se da definição contida neste artigo as organizações que distribuam lucros e dividendos, ou concedam remuneração, vantagens ou benefícios a qualquer título, a seus diretores. Por exemplo, eu acho que a questão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 827 do proc
196 de 193
C. funcionário #

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C24	2	ant.	com.est.	15.9		

de diretores ára mim é muito complicada porque muitas vezes muitas organizações remuneraram seus diretores que são profissionais. Quer dizer, eles trabalham e, portanto, têm uma remuneração. Diferente é a consideração de conselheiros, sócios, instituidores e benfeitores. Agora, diretores eu acho que é um campo executivo, senão vamos cair num puro artesanato, levado, talvez, isso pode dizer tirar profissionais do campo remunerado do campo das entidades. Essa é a minha preocupação. Então eles dizem, ou concedam remuneração, quer dizer, aquelas que distribuam lucros e dividendos, ou concedam remuneração, vantagens, ou benefícios a qualquer título a seus diretores conselheiros, sócios, instituidores e benfeitores e que consistam patrimônio de indivíduo ou de sociedade ~~xxxx~~ sem caráter filantrópico, ou com fins lucrativos e a que tenha como finalidade precipuamente recreativa, esportiva ou comercial.

O SR. NAZI MEZERANI (?) - Estou pensando numa hipótese um pouco mais ampla e pautada numa malícia no sentido de que parentes venham a ser colocados ao nível de empregados bem remunerados e que não constam aí, quer dizer, não é lucro, não é dividendo, não é repartição, mas o dinheiro se esvai canalizado sob o rótulo de ordenado e vencimentos, no caso de parentes. Então, fulano é senador, a esposa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 828 do proc
PAULO 196 de 199
C funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C24	23	ant.	com.est.	15.9		

não pode ser diretora, não pode reseber, mas terá um alto cargo remunerado como se fosse um trabalho que nem sempre é trabalho.

A SRA. - Nós temos aqui com toda possibilidade de alterar isso. Eles estão aguardando a nossa sinalização. Portanto temos que usar o máximo da nossa capacidade de avaliar isso.

O SR. LUIZ - Sobre essa emenda aditiva acho que está correta a redação, porque se a gente for detalhar tudo, fica uma coisa um pouco perigosa, talvez, porque daqui a gente não permite um parente, não permite nem a indicação de um parente, acaba detalhando muito, esmiuçando demais essa questão. Um exemplo, o bem-estar social de São Paulo, quando a família é muito contritada nas ações de uma entidade, tipo emprego, tipo repasse, isso fica muito claro na rematrícula da entidade. Os técnicos já têm orientação de não permitir esse tipo de abuso da entidade ficar aquele familismo explícito, porque se colocar mais uma vírgula aqui, e familiares dos mencionados...

A SRA. ALDAIZA - A sua proposta é de acatermos essa nova redação que é do artigo quantos a introduzir o parágrafo. Você acha que é conveniente?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 829 do proc
PAULO 196 1993
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C24	4	ant.	com.est.	15.9		

O SR. LUIZ - A emenda aditiva é clara e acho que já se assegura um mínimo de execução correta por parte de recursos públicos, colocando esses cuidados aqui.

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI - E também alteração no artigo 7 colocar gratuitamente?

O SR. LUIZ - Essa questão do gratuitamente, tivemos um embate muito grande na Gestão da Prefeita Luíza Erundina, que se confundia gratuidade com parceria e a parceria ela se pretendia que as entidades colaborassem até com recursos, por exemplo, para atendimento de uma criança numa creche, ou num centro de juventude conveniado. Então a gente via que ou se esperava por uma contribuição nas entidades mais periféricas, nas tradicionais não existem recursos próprios, então a gratuidade ela só é assegurada quando o recurso é repassado, porque a parceria se estabelece apenas administrando recursos corretamente, abrindo mão do seu equipamento físico e impossibilitando a sua execução correta, a iniciativa, o contado a comunidade, se responsabilizam pelo recurso público. Se ficar claro que o gratuito é com o recurso público das 3 esferas de governo acho que tudo bem. Essa é a grande questão da palavra gratuidade, que a população tem que ser atendida gra-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C25	1	ant.	com.est.	15.9		

tuitamente, a gente entende que isso é correto, mas a gente precisa ver o que está por traz dessa questão chamada parceria. Se isso não seria um implicador grande nessa discussão.

A SRS. ALDAÍZA SPOSATI - Só aprofundando essa discussão, no caso ~~xxxxxxxxxx~~ diremos que as parcerias seriam formadas com aquelas que são conveniadas, quer dizer, porque são as conveniadas, achei muito interessante esse conceito que o Luiz nos traz, que na verdade a entidade, a organização que é privada ela abre as suas instalações para serem publicizadas, quer dizer, ela deixa de usar a partir dos critérios que regem o estatuto daquela organização mas ela abre para ser publicizada, quer dizer, acho que esse processo, que acho muito interessante, que dá o caráter de parceria. Agora, no caso, o gratuitamente ele estaria referido às conveniadas e não conveniadas, porque nós sabemos que, por exemplo, e aí essa é uma questão complexa porquvocê tem as subvencionadas que não são parceiras, podem ser, podem não ser as conveniadas que, aí sim, são parceiras, e as que não são nem subvencionadas, nem nada, quer dizer, elas são autosuficientes, mas podem ser isentas de impostos. Acho que talvez sejam 4 tipos, embora eu acho que é muito difícil você encontrar a que não tenha relação, quer dizer uma que é privada a pleno, uma que é privada com isenção de impostos,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 831 do proc.
PAULO 1916 de 1917
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C25	2	ant.	com.est.	15.9		

a para ter isenção de impostos ela precisa ter a declaração de utilidade pública. Todavia, aí é uma coisa muito complexa, porque a declaração de utilidade pública, ela não está associada a relação de parceria, o que até merece uma discussão. Quer dizer, daí onde procede, vem o caráter de utilidade pública na medida que não é parceiro de uma política pública. Acho que essa é uma boa discussão para caminhar na própria legislação de utilidade pública. Então, é privada mas que tem isenção de impostos desde que declarada de utilidade pública. Se tem a privada que tem também a subvenção. Em geral ela é de utilidade pública e subvencionada e você tem a privada que é conveniada, e às vezes com utilidade pública conveniada e subvencionada. A gente também pode ter isso, subvencionada e conveniada, as duas coisas. Então, esse é o tipo máximo. Quer dizer, ela é privada conveniada, utilidade pública e subvencionada. Essa é mais do que pública nesse ponto de vista em termos de parceira. Não estatal, ela é publicizada. Então, nessa distinção que o Luiz põe, queria saber, o termo de qualquer forma, em qualquer um dos casos, ela será uma entidade de assistência social se ela prestar, gratuitamente, atendimento e assessoramento. Isso é demarcação de assistência social?

O SR. LUIZ - Eu só queria colocar o seguinte. Braticamente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 832 do proc
196 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
025	34	ant.	com.est.	15.9		

tem um segmento que está colocado na Regulamentação dessa lei, por exemplo, os diversos segmentos de deficientes físicos são praticamente a sua totalidade, cuidados pela iniciativa privada ou por entidades sociais que tenham essa competência. Então você não vê praticamente nessa área iniciativa nenhuma por parte do governo. Você não vê nenhum serviço público estatal tratando dessa questão. Esse é o exemplo bem claro. Nunca se tratou essa questão com uma política pública; A gestão passada já procurou dar atendimento público ao serviço conveniado, era uma extensão do serviço público. Agora, as entidades que tratam da 3ª idade, dos deficientes físicos, essa questão nunca foi discutida nem abordada por eles, porque eles têm programas de repasse independente do entendimento público, inclusive quando é possível, a própria família que usa desse serviço, contribui de alguma maneira, não obrigatoriamente, mas é levada, de alguma maneira, a contribuir. Esse é um complicador em tornar esse texto genérico. Mas eu não sei se dá para detalhar tanto numa lei que se pretende iniciar essa discussão. Acho que ela não vai esgotar todos os problemas a diferentes maneira de atuar dessa rede, ainda mais abrangendo segmentos que nunca foram tidos como conveniados ou públicos.

A SRS. SOLANGE - Trabalho na Federação de Obras Sociais,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 833 do proc
PAULO 196 de 1933
O f... ..

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	1	ant,	com,est,	15.9		

do Serviço Social, então a gente tem entidades que oferecem seus serviços gratuitamente e também entidades que cobram 1/3 de gratuidade e também aquelas que a própria comunidade dá uma contribuição para que o serviço continue porque sem a contribuição muitas entidades não têm esse convênio, ou essa subvenção. Então eles acabam tendo que pedir muitas vezes até desinformação que existe um serviço que vai estar subsidiando o trabalho da entidade. Então eu não sei se tivesse colocado como esse trabalho gratuitamente, essas entidades estariam sendo beneficiadas com essa lei, ou como ficaria, já que elas precisam de contribuições da própria comunidade que usam dos seus serviços, e essa também de presidentes que trabalham nas entidades e são remunerados também. Mas, é uma remuneração super baixa, mas que eles acabam recebendo por seus serviços e são pessoas que fazem parte da diretoria.

A SR^a. ALDAÍZA SPOSATI = Acho que é esse mesmo o quadro de dúvida. Acho que essa pergunta que você faz é que a gente fez nesse artigo. Se colocar o gratuitamente, elimina essas situações e algumas organizações que até usam quase que um simbólico como processo educativo. Tem alguma coisa desse tipo. Ou é tipo bazar, bazar de roupa, coisa desse tipo, se isso quebraria o conceito de gratuitamente que sabemos que tem isso. Essa é uma primeira questão. Por isso que estamos aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 834 do proc.
N.º 126 de 1959
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	2	ant.	com.est.	15.9		

com vocês que representam os interesses das entidades, tentando analisar. E segundo grande ponto é essa questão se incluimos a palavra diretores na redação desse parágrafo único. Acho que são essas grandes dúvidas que a gente põe na mesa.

O SR. NAZI (?) - O Luiz Ferrêti parece que está muito preocupado com a redação da lei e detalhamento e vou dizer que há 40 anos que lido com leis, ~~nenhuma vez~~ sou assistente jurídico do Tribunal de Justiça, trabalho com desembargadores, e a nossa função é interpretar a lei, tanto faz se elas tenham detalhado ou não detalhado. Eu gostaria que aqui a gente discutisse sem essa preocupação de redação e detalhamento. Essa questão que eu disse dos parentes, por exemplo, eu ocupo um cargo em razão de uma lei que exclui parentes de desembargadores. Todas as leis, há uma série de leis que excluem parentes, para evitar essa questão de oligarquia. Uma palavra a mais, ou duas, ou um capítulo, um item, um parágrafo, acho que desde que seja válido o pensamento, não se deve preocupar com redação e detalhamento. Pode-se detalhar sem essa preocupação de complicar a lei.

A SR. ALDAÍZA EPOSATI - Para debater também. Se nós delimitarmos melhor o que é entidade filantrópica ou não, já nos ajuda a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 835 do processo
Q. 126 de 1993
C. funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	3	ant.	com. est.	15.		

definir o que é entidade assistencial. Acho que com essa amplitude que está aqui, que acho importante, que é essa questão de que além de que ela tenha um trabalho de assistência porque está nesse campo dos serviços que a população precisa, mas que também se garanta que as entidades que também atuam na luta pela cidadania, os direitos sociais, acho que é muito importante que a gente garantisse os dois aspectos. Mas acho que o buraco, e que a grande dificuldade que pelo menos eu enxergo hoje, e é uma dificuldade que muitas entidades filiadas à AMESCO (?), que não são entidades com fins lucrativos, não são tipo centro social, associação de bairro, ~~xixx~~ etc. e que, no entanto, têm o mesmo ônus que tem uma entidade como um hospital, que um hospital privado ele tem uma parte de atendimento que visa lucro, sim, porque é caríssimo o serviço dele, só que ele acaba encaixando um item no regulamento dele que presta alguma assistência. É diferente o caráter da entidade é diferente. Acho que precisaríamos, sim, deixar claro o que é entidade filantrópica na forma que usa. Quando ela é só filantrópica, ela é o quê? É porque ela quer fazer caridade? Nós não vamos proibir que existam entidades que querem fazer caridade e pega isso como norma e que é já um conceito bem tradicional. Tem algumas que insistem que elas são filantrópicas, mas no sentido de caridade, de ajudar. Quando a gente diz a assistência, nós que somos assistentes sociais e que



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C27	1a	nt. n	com.es,	15.9.93		

entendemos o que é serviço social, a assistência que entendemos, não é só o parâmetro da caridade, é acima disso. Então, precisaríamos definir entidade assistencial na conceituação justa que o Serviço Social faz que é prestação de serviço que ao mesmo tempo ajuda-se estimular a organização da população para que ela tenha direito à cidadania, ao mesmo tempo faz isso.

Acho que o art. 7º, na redação, como está na lei, parece que ele cumpre isso que você diz. Resta indagar, tenho uma sugestão, de se colocar a palavra gratuitamente. Esse é um ponto. Põe ou não. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, então aqui a sugestão, gratuitamente atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangentes por esta lei, bem como as que atuam na defesa de garantia dos seus direitos. Coloca-se ou não gratuitamente? Essa é uma primeira questão. O pessoal da FOS está levantando que isso pode criar conflitos com algumas frentes de trabalho de algumas entidades que supõem atividades com uma pequena remuneração do usuário. Até no processo de autonomia, alguma coisa assim. Alguns dirão que é regra de mercado. Acho que tem alguns princípios desse tipo.

O SR. LUIZ - Eu já dei exemplo das entidades que cuidam dos deficientes físicos. Não sei como contemplar numa redação tão gené-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 837 do proc.
PAULO 1976 de 19 53
C funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
027	2	ant.	a scoms,	es. 15,9		

rica assim, que é a preocupação delas. Agora, o detalhamento da questão dos parentes, eu não sou contrário, não. Só levantei que fica uma coisa muito... a gente vai excluindo, excluindo, não sei se é o correto, mas se for para deixar explícito, pode até ser que entre nesse consenso. Em ~~princípio~~ princípio não sou contrário. Só acho que não deve fazer uma lei tão excludente de tantos segmentos que são envolvidos uma entidade social.

A questão da gratuidade, precisa ver o que está por traz disso, porque já vi discussões bastante deturpadas nessa questão de gratuidade e parceria. A única preocupação minha é essa. Em princípio sou favorável à redação. Pondo gratuidade, se não tiver uma interpretação muito maldosa, porque acho que as entidades sociais elas não têm recursos público para investir nos serviços. Esses recursos sempre têm que vir do governo.

A SRª. = Será que não tínhamos que definir melhor quando usa esse termo gratuitamente, nós não deveríamos termos alguns acréscimos, já com a experiência que todos têm aqui, de que ajudam a organizar as entidades. Então, me vem assim. O que aconteceria se as entidades assistenciais, todas as diretorias se achassem no direito de ganhar, seria o caos. Se achassem no direito que elas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 838 do proc.
Nº 196 de 1972
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
027	3	ant.	com.est.	15,9		

têm que ser profissionais e que ganham. Acho que não seria o caso. O que aconteceria se tivérmos essa rigidez e, então, todo serviço tem que ser gratuito a ponto de que impediria algumas iniciativas que até são formas da população e criando condições, ou porque ela fabrica, pinta os vasos, vai criando condições de venda para ela também aprender o mecanismo de mercado. Então, deveríamos ter algum item, me lembro dessa dificuldade, nas discussões da CONAM, em 84, 86, que eu era da diretoria, e o que eu sentia dos mais maduros na discussão, é que diretoria de sociedade não devia ser remunerada mesmo, para manter o caráter da entidade e garantir. Porém, num determinado serviço que aquela pessoa ficasse por conta de um programa, ela passasse a ter uma ajuda de custo, que se arrumasse uma forma dela, pontualmente em cima daquilo, porém discutido na diretoria para não deixar brecha de que qualquer diretoria que mantém um asilo, o presidente, ou a presidenta é mais esperta e ela arruma o salário dela e acabou. Ela arruma por conta dela. Sem discutir na diretoria ninguém sabe que ela está recebendo aquele dinheiro e aí é o que vem de corrupção nas entidades e tem. Não vamos dizer que não tem, porque tem. São dois aspectos. Uma de nós arrumar um parágrafo. Vou ver se consigo achar uma formulação. As atividades vinculadas aos programas que tenham objetivo de capacitar as pessoas para organizar atividades e que elas venham se desenvolver para enfrentar o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 839 do proc.
1946 de 19
C funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C27	4	ant.	com.es.	15.9		

mercado de tralho... Nessa linha, deu para entender? (fala fora do microfone) Agora, precisaria garantir que as diretorias, isso fossem coisas discutidas em diretoria e constado em atas, etc. é tentar que isto se institucionalize. Isso mais por conta da segunda questão que vou falar e excepcionalmente quando algum membro da diretoria que garante o serviço gratuito, etc., etc., ~~excepcionalmente ajuda de custo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 840 do proc.
N.º 126 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
28-0	1	Paula	CEE- Ass.Soc.	25.09.93	Ana Martins	

Excepcionalmente, ajuda de custo tem que ser vinculad^o a um determinado serviço que foi definido pela diretoria. Dá para entender a minha sugestão? Acho que alguém ^{pode} ajuda a formular melhor. Assim, não vira uma camisa de força e nem dá abertura para aproveitadores, que sempre existem. Não é maioria.

O SR. _____ - A restrição se dá no seguinte: remuneração das diretorias das entidades em determinado momento no Congresso Nacional foi trocada pela isenção da cota patronal. Pelo que vejo aqui, a cota patronal será mantida. Não é essa a lei que regulamenta essa questão. A cota patronal está mantida como ~~uma~~ isenção. Acho que essa questão da não remuneração da (?) deve ser mantida. Hoje vejo, numa reciclagem, que é algo extremamente oneroso para o país. Se for emitir essa isenção de cota patronal não remunerando as diretorias das entidades. Na verdade, os funcionários das entidades, que geralmente são a grande maioria, têm direito à aposentadoria. Inclusive, é até uma coisa um pouco maluca. Por exemplo, um caixa que está quebrado como o da Securidade Social, com a isenção dessa ordem no país, ajuda a aumentar e muito esse déficit. E, pelo que vejo, essa isenção será mantida.

A questão da gratuidade em função de atividades "comerciais" que a entidade desenvolva numa rifa, num bazar, numa festa, não quebra o vínculo do programa conveniado. Ela não deturpa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 841 do proc.
196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
28-C	2	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

isso como comércio; não deturpa o serviço prestado que é gratuito.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI (PT) - É compatível com o conceito de gratuidade e da prestação de serviços a realização de atividades vinculadas a programas assistenciais de geração de renda. É uma coisa assim.

X O SR. ADHEMIR - Estou representando a Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo. Uma primeira consideração de ordem geral que é relacionada à própria discussão sobre esse âmbito de atuação na sociedade brasileira, ou seja, as ONGs, as Associações Não - governamentais. A gente sabe que sob essa denominação há um arco muito grande de atividades sobre esse título. Temos uma diversidade muito grande de atuações, de modelos, de intervenção, de entidades. Evidentemente que ninguém está propondo aqui a defesa de um padrão ou de um modelo único. Pelo contrário, em respeito às iniciativas da sociedade civil, nós estamos apoiando o princípio de que precisa mais força a sociedade civil, o fortalecimento dos poderes locais, não palacianos como a gente diz, não necessariamente vinculado ao Legislativo, Executivo ou Judiciário, mas de qualquer forma os poderes que estão relacionados à sociedade civil. Então, com base nesse argumento, trata-se de estimular aqui essas inúmeras iniciativas que recebem o nome de ONGs, organizações não-governamentais. Isso é um primeiro princípio.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
28-0	3	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93	Adhemar	

Diante da dificuldade de redigir na lei que entidades assistenciais são essas, ou seja, fugindo dessa generalidade, dessa diversidade que queremos das ONGs, quais são as de assistência social? Acho que não é difícil de definir. Ela já tem uns recortes aqui. Nos próprios princípios e diretrizes da lei há um recorte, uma seleção, se é que eu posso chamar assim, que tem a ver com a inserção na produção, no acesso à renda. Ou seja, não instituições por definição que atuam no âmbito da baixa renda ou com pessoas destituídas de renda. Portanto, trata-se de gratuidade, sim. Nós não temos dificuldade de defender o princípio da gratuidade. Pelo corte que é dado da própria clientela é um corte relacionado à renda: ou é uma população sem renda, destituída de qualquer renda, desempregada, subempregada, alijada do mercado formal de trabalho ou é uma população com baixíssima renda. Portanto, justifica-se plenamente, por todos os argumentos a gratuidade. Quando entra a parceria com o poder público na forma de convênio vem outro argumento reforçador da ideia de gratuidade. Os próprios convênios que são feitos pelo Poder Público, pelas Secretarias de Bem Estar Social, de Promoção ~~de Bem Estar Social~~ e Desenvolvimento Social já estabelecem nas suas normas a exigência de ou gratuidade social ou uma proporção de gratuidade para a clientela atendida. Então, por essas razões todas me parece claro que o princípio da gratuidade tem que ser reafirmado e consagrado na Lei Orgânica de Assistência Social. Com relação à remuneração dos protagonistas das entidades, ~~xxx~~ é sabido que hoje é possível



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 843 do proc
PAULO 196 de 1953
C funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
28-0	4	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93	Adhemar	

detectar nessas entidades um movimento no sentido da profissionalização. Cada vez mais o voluntariado, o amadorismo, a improvisação vão dando lugar a uma profissionalização nessas entidades. umas mais e outras menos até para realizar a parceria com o Estado, para discutir o per capita, para enfrentar a questão dos custos, dos alunos, dos salários; enfim, para fazer o planejamento das suas atividades, elas tem que se profissionalizarem. Então, tudo isso vai impondo a necessidade da remuneração. Remuneração de qualquer maneira retribua aos funcionários da entidade, coordenador da atividade, supervisor pedagógico, monitores, educadores, zelador, cozinheiro, serviço de vigilância; enfim, pessoas que fazem a unidade funcionar. Evidentemente que isso é muito diferente de remunerar a qualquer título e sob qualquer denominação diretores, conselheiros, fundadores e outros.

Em suma, estou representando a Faculdade de Assistência Social da PUC de São Paulo, falo como alguém que está muito envolvido na discussão da Lei Orgânica de Assistência Social, favorável aos dois princípios: gratuidade e não remuneração às direções. Muito obrigado.

A SRA. _____ - Vereadora Aldaiza,
aproveitando a oportunidade, um estudo que você já conhece, certamente, mas é resultado de um seminário que foi realizado na UNICAMP sobre as relações público privado e que tem a ver exatamente com esse



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 844 do proc
PAULO 196 de 93
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
29-C	1	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

tema das organizações não-governamentais. Nós participamos desse estudo e que o CDIA publicou. Então, passo às mãos da Vereadora Aldaiza esses exemplar que ela já conhece, mas que não deixa de ser uma contribuição. Obbidaga.

O SR. - A respeito dessa colocação do Adhemir, eu gostaria de fazer uma colocação também. Se os convênios poderão ser assinados no sentido de que não haja gratuidade, acredito que isso deverá constar de uma exceção desse artigo porque os convênios, dentro da hierarquia, estão subordinados às leis. E, se aqui prevalecer gratuidade, os convênios serão prejudicados. Então, acredito no que a senhora falou a respeito de abrir um parágrafo. Acho que poderia ser aberto nesse sentido. E, quando se trata de convênio, essa gratuidade será estudada de uma outra forma. "Estou analisando esse artigo sem conhecer bem o contexto da lei. Não sei se em outros artigos há referências nesse sentido. Se não houver, compete um parágrafo ao artigo 7º.

A SRA. - Acho que precisaria ficar mais claro esse conceito do que é organização não governamental. Tivemos uma discussão aqui na segunda-feira pegando a questão da mulher, do idoso e da pessoa deficiente e entendo que existem diferenças no que hoje se chama de entidades não governamentais e uma entidade, uma associação e etc. Acho que eles têm caráter diferente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 845 de proc
PAULO 1926 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
29-C	2	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

Pelo menos no Movimento de Mulheres nós identificamos dois tipos de entidades: as ONGs e as demais entidades de mulheres. Se você considera dentro de um conceito mais global de não governamental, até podem ser considerados como tal. Mas, acho que é complicado porque você não pode colocar hoje todas as entidades dentro dessa conceitualização de ONGs. Existe uma diferença. Existem algumas ONGs que recebem financiamento ~~em~~ e todas as pessoas são remuneradas. Elas trabalham em cima de determinados programas e projetos. Não existe uma diretoria com presidente, vice e etc. Existe um colegiado, um coletivo que trabalha em cima de determinados projetos e recebe financiamento em cima de determinados projetos. Eles têm que prestar contas daquelas atividades.

A SRA. _____ - E eles recebem como ajuda de custo? Como é isso? Como são essas lideranças?

A SRA. _____ - Essas lideranças são profissionalizadas para exercer aquela atividade. * por isso que digo que existe a diferença. Têm algumas entidades chamadas ONGs que recebem financiamentos para exercer, elaborar determinados projetos. Elas recebem um salário profissional para aquela atividade. Não existe a diretoria, vamos dizer assim. A entidade é constituída de um colegiado. Não existe diretoria, presidente e etc. Existe a coordenação e existe os funcionários da entidade: secretária, telefonista, datil-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 846 do proc
PAULO A 26 de 19 75
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
29-C	3	Aula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

lôgrafa e etc. Elas recebem também a sua remuneração profissinal. Existe um pouco aquilo que o Adhemir falou, por exemplo, em geral, a coordenadora do projeto que recebe a remuneração enquanto coordenadora do projeto. As entidades funcionam em função dos projetos que estão desenvolvendo. Existe um outro tipo de entidade que, inclusive, por exemplo, no Movimento de Mulheres, nós não consideramos ONGs, mesmo sendo uma entidade que não é governamental. Então, essas entidades não recebem financiamento, são entidades sem fins lucrativos, tem diretoria, ninguém recebe porque é um trabalho voluntário e o mais que se faz, é o que ele falou, voce paga uma secretária um salário para exercer a função do dia-a-dia. Essa é uma diferença que existe e esse pessoal desse tipo de entidade que não é remuneração, é voluntário mesmo. As pessoas que recebem são só as operacionais: o datilôgrafom secretária, telefonista, um boy. Muitas vezes voce só tem uma funcionária que é telefonista, secretária e boy. Então, acho que existe essa diferença. Quando tem os encontros com as associações não-governamentais, claro que essas outras entidades que não são chamadas de ONGs participam. Por exemplo, quando teve o encontro em Viena sobre os direitos humanos, teve um encontro paralelo das ONGs e, na verdade, as que vão são aquelas que tem os financiamentos que podem custear a passagem. Então, por exemplo, quando teve a Eco-92 no Rio, teve um encontro oficial da ONU e das ONGs. Mas, por exemplo, dentro do conceito amplo de não-governamental, claro que a gente pode considerar uma sociedade amigos como não-governamental. Dentro do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 847 do proc
N. 196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
30-0	1	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

conceito amplo. Mas, dentro desse conceito mais restrito elas não
então dentro dessa conceituação das ONGs. Então, acho que são
especificidades de cada uma que tem que ser tratada com essa es-
pecificidade. Quando a Ana levantou essa questão da remuneração,
entendo que não a remuneração fixa da diretoria, que acho que também
não deve ter. Entendi, quando ela fala, de uma remuneração quando
se fala da elaboração ou da execução de um determinado projeto e ser-
viço específico. É como você fala: é como se estivesse coordenando
um projeto. Não é uma remuneração permanente como se fosse um salário.
O salário que a pessoa recebe porque é diretor da entidade, porque é
presidente da entidade. Ele receberia essa ajuda de custo. Entendi
assim porque acho que existe essa diferença. Por exemplo, se a pes-
soa vai exercer um serviço profissional na entidade, ele não recebe
uma salário enquanto diretor. Mas, se ele vai exercer a coordenação
de um projeto, como é que fica nessa situação? Seria ou não remunera-
do? Teria ou não uma ajuda de custo? Existe uma diferença naquele
momento específico, naquele período ele estaria exercendo uma ativi-
dade profissional e não enquanto diretor de entidade. Esta é uma
discussão que precisamos fazer. Como poderíamos ter essa remunera-
ção num caso específico sem que isso vire uma rotina onde todo mundo
vai elaborar um projeto para poder receber um salário. Esse é o fa-
moso "jeitinho brasileiro". Então, como é que vamos, como você pode
enquadrar sem colocar uma camisa de força e sem que, abrindo a
porta, tudo seja uma braba, um "jeitinho brasileiro" para ver como



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 848 do proc
PAULO 196 de 1989
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
30-0	2	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

ganhar um dinheirinho a mais. Eu compreendo a preocupação do Luiz porque a gente sabe como são as coisas . Acho que esta discussão não se esgota aqui. Estamos levantando toda es a discussão hoje dessas organizações e movimentos e chegamos a uma caracterização. Existe a militante do movimento que é aquela que não recebe remuneração e etc. E, existe a profissional que é aquela que é remunerada para exercer a sua atividade. Ela tem determinadas "vantagens" em termos do tempo que ela dispõe. Eu posso ser uma militante, mas tenho que trabalhar oito horas por dia. A minha militância é fora do horário de trabalho. Não é o que acontece com ela porque ela milita e trabalha profissionalmente naquelas ~~mutras~~ oito horas de trabalho. Então, existe essa diversidade de atuação. Como faremos a integração desses dois níveis de atuação ? Como faremos a integração desses dois níveis e representatividade? E qual o peso e a facilidade que essas entidades têm no desenvolvimento dessa ação política, dessa ação de prestação de serviço. No geral , as ONGs prestam serviços e a entidades em si não prestam o serviço como o atendimento de saúde . Elas fazem um trabalho mais voluntário mesmo.

A SRA. SANDRA

- Sou assessora da

Vereadora Lúcia Correa . E, mais no sentido de reforçar a preocupação da Liese que a Ana X levantou que é o seguinte: muitas vezes , nós que trabalhamos nas camadas populares e via de regra as entidades com as quais mexemos , que apoiamos são entidades que trabalham



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 849 do proc
126 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
30-0	3	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

com pessoas de baixíssima renda e em lugares extremamente carentes, é a dificuldade de você estar mantendo esse militante ativo. "Ele é militante, e tem uma grande boa vontade, quer trabalhar no programa, por exemplo, de depuração do Rio Tietê; quer trabalhar num programa educativo, mas ele também tem que viver. E, esse trabalho exigiria uma dedicação. Não sei como seria, mas é importante estarmos abrindo essa possibilidade de a entidade estar desenvolvendo alguns projetos e que haja a possibilidade de remuneração de alguns de seus diretores profissionais. Não sei como seria. Estou colocando um problema. Existe um problema. Como é que resolvemos esse problema? A classe média, e a classe alta, a burguesia, resolve o seu problema com doação. Eles têm um fundo de onde sobreviver. Agora, os nossos militantes não têm. Então, acho que cabe a nós pensarmos em uma solução

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Ana Martins.

* * *

A SRA. ANA MARTINS (PCdoB) - Para construír no debate, me lembro de inúmeras entidades na região Leste e Sul por ocasião do programa do leite que quero levantar como dados para ver como raciocinamos. As melhores associações de moradores que são aquelas que têm 200, 300 associados e que na ocasião pagaram metade de uma passagem de ônibus, começaram a ser procuradas e foram procu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 850 do proc.
PAULO 496 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	1	dalva	C. Estudos	15.09.93		

...(...)... da Vila Verde, foi incriminada, a Presidenta, ~~mas~~
quase presa, porque, ela cobravam mensalidades dos associados. E
as pessoas então, do leite não podia pagar aquela mensalidade.
Então por isso que nós temos que ajudar, que fique claro, na lei.
Porque eu vou dizer para vocês, eu ~~acrescentaria~~ acrescentaria, é diferen-
te, a mensalidade que um morador paga por uma associação de mora-
dores, ~~eu~~ vou dizer o preço da leiteira hoje, o que é uma mensa-
lidade, na Zona Leste? É 20 a 30 cruzeiros, máximo 50, é o preço
de uma passagem. Será que não é educativo, desses moradores paga-
rem a sua mensalidade, e manterem a entidade, e no ~~entanto~~ entanto
no programa do leite eram incriminados, porque aquelas senhoras
aqui do SEAC, que cuidava em São Paulo, quem se lembra o nome dela?
Começou a agilizar o ~~pro~~ PROCON, para irem nessas entidades. Vocês
entenderam o aspecto educativo da entidade, que não pode misturar,
se ela é uma entidade que tem um corpo de associados, e eles tem
uma mensalidade que é discutida em assembleia, que a diretoria ban-
ca, ~~mas~~ aqueles associados não podem usufruir de um programa. E aí
que não pode ser confusão. Porque os bairros tem associação, que não
só filantrópicas, elas são associações, o caráter delas, é realmen-
te associativo, porque reivindica melhorias, lutam para ~~melhorar~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	2	dalva	C. Estudos	15.09.93		

melhorar o ensino naquele b'irro, lutam para melhorar o posto de saúde. Então vejam: é diferente de uma tal entidade filantrópica que agrupam, um ~~xx~~ número de pessoas que estão bem de vida e querem fazer caridade. O ~~xxxx~~ caráter é outro, e não fica claro na lei isso. ~~xxxxxx~~ E Com isso as dificuldades aparecem.

Com a palavra o Ademir, e logo a seguir o Luiz.

O SR. ADEMIR - Eu estou achando que não há divergências, aqui, porque a sua fala e a dela, são no sentido de que em alguns casos, há um processo de profissionalização. O reconhecimento por um trabalho profissional, que é feito, seja na forma de coordenação de uma frente de trabalho, de ~~ix~~ elaboração de um ~~xx~~ projeto, ou de assessoria, mas de qualquer forma trabalho profissionais portanto, remunerados, mesmo ~~x~~ a questão da remuneração do militante que compatibiliza essa militância, com caráter ético, político, com ~~xx~~ uma prestação de serviços, cotidiana, diária na instituição não há problemas a respeito, está certo. Isso é muito diferente do diretor, do fundador que não tem vínculo empregatício com as entidades. As entidades todas que operam no campo com convênio, por exemplo, com o poder público, elas vinculam as pessoas empregaticiamente, sobre regime de assalariamento, isso é muito ~~xxxxxx~~ claro, não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 853 do processo 196
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	4	dalva	C. Estudos	15.09.93		

cional com a questão genérica da lei. Porque eu acredito, a gente fica muito melhor respaldado, mantendo a redação ~~xxxx~~ da emenda aditiva, quando ela está colocada, a questão dos parentes, não sei como é que a gente vai encaixar isso, mas eu volto a reiterar por tudo que já foi dito, que a gente deveria manter a redação e acrescentar o seguinte: o campo dos profissionais, ele deve ser preservado, ~~xxxxxxxxxx~~ até porque a diretoria, ela tem que ficar a margem do processo operacional, não é ~~xxx~~ porque a gente vai destinar ~~xxxx~~ recursos, aos que não tem nada, que a gente não tenha que ter corpo técnico, profissionais competentes operacionalizando esses recursos. Vou até dar um exemplo; os grupos comunitários, em alguns casos que se constituíram como entidades, por exemplo, na gestão do Reinaldo de Barros, do Mário Covas, onde foi ampliada a rede pública dos convênios públicos ~~xxxx~~ aqui de São Paulo, a própria direção da entidade, se misturava, aos critérios das decisões ~~familiares~~ familiares e sociais, da própria ~~orientela~~ orientela. Então eu acho que essa ~~xxxx~~ independência do diretor, da entidade, tem que ser assegurada, com a disponibilidade de recursos para que se contrate, independente do programa, um quadro técnico, pelo menos um, que assegure, não só o tratamento profissional da criança



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	5	dalva	C. Estudos	15.09.93		

tela, mas como também o repasse de recursos,

AX ARA, _____ - Um aparte, por favor. Veja bem. Pegue uma ocupação da Zona Leste a Zona Sul, eles organizam a associação deles, aliás, lutam para que ~~ela~~ façam isso, para eles não serem só comissão, serem mais ~~representantes~~ respeitados, a ~~medida~~ medida em que fazem isso, vou dizer uma grande ocupação que tem na Zona Leste com 3 200 famílias, primeiro objeto: organizar a associação deles: não existe naquela ocupação, corpo técnico. Não existe. Eles formam sua associação, registram e trabalham. Chegou o programa do leite; vejam: eles não podem ser intermediários, como aconteceu ~~naquela~~ ~~naquela~~ ocasião. Eles vão ser impunes. É uma atividade que a associação está assumindo. Está claro quando o Ademir fala. Agora veja, porque se nós dermos o peso, que a entidade ela está numa situação, que ela vai para determinados programas contratar técnicos, essa não é a realidade das duas três mil associações de São Paulo. Não é a realidade. Eu entendi perfeitamente o que você disse Luiz, mas nós temos que mostrar que ~~o~~ LBA trabalha com isso, conselho e ~~uma~~ sociedade de São Miguel trabalha com isso, as inúmeras entidades, que no seu, nem é no seu quadro associativo, não é ~~em~~ isso que estou dizendo, na sua



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 855 de 300
196 de 19
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	1	dalva	C. Estudos	15.09.93		

área de abrangência de atuação, não tem corpo técnico, muito menos tem condições de contratar técnicos. E no ~~entanto~~ ~~entanto~~ desenvolvem trabalhos, ~~em~~ Nós temos que pedir revisão do todo, dessa realidade que é São Paulo, e outras ~~xx~~ cidades piores ainda...

O SR. LUIZ - Aí que está. Você deu um exemplo que está, tem ~~x~~ até uma representante da LBA aqui mesa, mas eu acho assim ~~pse~~ perverso a maneira que são tratados alguns repasses. Então na medida que a gente, num ~~xxx~~ futuro, a gente luta por um ideal o que eu me atenho a ~~xx~~ redação sugerida, é porque eu imagino que essa políticas que estão regulamentadas nessa lei, sejam colocadas de maneira sérias nesse ~~x~~ País, com recursos ~~iguais~~ ~~iguais~~ dignos, e logicamente concedido o quadro técnico, um quadro profissional, ~~porque~~ porque o repasse que a LBA faz, é o repasse simbólico, irresponsável até, certo? Então na ~~medida~~ medida do possível nós temos que angariar esses setores recursos dignos de se ter um quadro técnico no mínimo coordenando essas atividades.

O SR. NAZIR - Eu gostaria de lembrar que o que estamos fazendo aqui, é a procura de uma definição legal, do que já ~~xx~~ está definido, ao nível estatutário. Eu trabalho com direito civil, analiso ~~analisando~~ uma média de três ~~xx~~ processos por dia no Tri-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 856 do proc
Nº 126 de 93
O funcionário 8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	2	dalva	C. Estudos	15.09.93		

bunal de Justiça, em razão das apelações relativas as associações civis. E todos os estatutos dessas associações já trazem em si os fins não lucrativos e a não remuneração aos diretores. Então às vezes é muito mais extensivo. Então o que nós estamos tentando fazer aqui, é dar um salto a mais do nível estatutário, para o nível legal. Essa lei, não me parece que venha conflitar, nem com a Constituição, e muito menos, com o capítulo de sociedades civis, do ~~meu~~ código civil. E ela terá uma denominação, um pouco afetada, seria uma leicogente, ou seja, uma lei com caráter imperativo. Eu acho muito bom que haja esse ~~xx~~ caráter imperativo, que saia das negociações estatutárias esta questão que ~~xxxx~~ estamos discutindo aqui, sobre tudo a questão de rins lucrativos, e não pagamentos a uma gama de ~~exploradores~~ exploradores. Então, é mais um ~~salto~~ salto. É um reforço a mais e um caráter imperativo.

O SR. LUIZ - Nós temos feito na Leste, nestes últimos dois ou três anos, nós temos vários grupos comunitários que tem chamado a gente, a dar assessoria para fazer um estatuto, para ser regulamentado, nós temos discutido com esses grupos, efetivamente, duas questões: quem é operacional no movimento? E quem vai dar o suporte jurídico administrativo? Para que eles mesmos discutam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 857 do proc 126
C funcionario J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	3	dalva	C. Estudos	15.09.93		

o papel de cada um. Porque nós conhecemos, vários grupos que se formaram, e depois miturou tudo. O Presidente queria ser diretor da Credhe. Então nós estamos dando uma orientação, já prevendo esse tipo de imperfeições que acabaram criando os próprios movimentos populares e entidades que depois secadas-traram, se registraram. Quem vai dar o suporte jurídico? E quem é o campo operacional? Para que eles, mesmo desempenho com clareza o papel de cada um.

A SRA. ANA MARTINS - A emenda modificativa, vamos ver como ficaria, para que depois da discussão nós já consigamos raciocinar melhor e vê se responde; Então dentro do Artigo 7º a seguinte redação: "Consideram-se entidades e organizações de assistência social, aquelas que prestam gratuitamente atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia dos seus direitos." Eu acho que aqui tem uma contradição. Porque tem que haver um esforço nosso, de quem trabalha nos programas de assistência, também lute pelos direitos de cidadania. Então esse "bem como", substituiria "e atuam". Agora justificativa: "e que atuam na defesa e garantia dos seus direitos". Porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 858 do proc
PAULO 196 do 9
C funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	4	dalva	C. Estudos	15.09.93		

"seus" quem? Da entidade ou da população? Então justificativa: "A assistência social, enquanto política, não contributiva, que visa garantir tnedimento as necessidades sociais, básicas, devem ser prestadas gratuitamente, tendo como alvo, o seguimento, ~~mas não~~ eu não colocaria o mais expoliado, -- é o expoliado --, porque se não fica o mais, o mais já está se rastejando. Vamos tirar o mais? Então: "o seguimento expoliado da população, não pode exigir nenhuma forma de contrapartida, a fim de promover efetiva justiça social e o necessário resgate da cidadania. Esse princípio deve ser estendido a todas as entidades e organizações e assistência social, excluindo deste grupo, aquelas que exijam qualquer forma de ~~pagamento~~ pagamento por seus serviços", -- aí eu acrescentaria -- "porém que não se confundam, com a mensalidade associativa". Fica bom? Porque vocês agora ~~excluem~~ excluem, como aconteceu naquela ocasião. Vai lá, não não pode cobrar a mensalidade, dos que estão recebendo no programa do leite, e aí fazia dois grupos, Os que criavam isso, vejam, os que eram associados tiveram que sair, onde a Dona. Marlene exigia tiveram que sair das associações para poder eceber o leite.

O SR. ADEMIR -- De acordo com o seu argumento, eu só penso que não seria necessário aqui. Porque os próprios estatutos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 859 do proc.
PAULO, 196 de 1993
C. funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C331		dalva	C. Estudos	15.09.93		

das entidades ~~ja~~ já estabelecem as formas de direção. Tudo isso já está previsto, no corpo do estatuto das ~~x~~ entidades. É uma outra natureza. Aqui está tratando da gratuidade, pela prestação de serviços. E nesse caso a redação contempla. Concordando com você. Mas achando desnecessário.

A SRA. ANA MARTINS - Vamos passar a emenda aditiva.

Acrescentar um parágrafo, que não sei se vai ser único... e antes porém, aquela formulação que nós tínhamos iniciado, enquanto a Aldaiza estava ~~xxxx~~ aqui... Sim por isso que eu estou... ~~xxxx~~ Então vamos ver como é que ficou aditiva, e vamos já analisar o que nós definimos anteriormente. Então: "acrescentar exclui se da definição, contida nesse artigo: as organizações ~~xxxx~~ que distribuem lucros e devidendos ou concedam remuneração, vantagens ou benefícios a qualquer títulos aos seus diretores, conselheiros, socios, instituidores, e bem feitos e que constituam patrimônios de indivíduos ou de sociedade sem caráter filantrópico ou com fins lucrativos e a que tenham como finalidade principalmente recreativos, e portivos ou comercial." Nós tínhamos amadurecido aqui, de que nós poderíamos acrescentar a questão, por conta dos basares, ou alguma ~~atividade~~ atividades que vinculadas ao programas, são também edu-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C33	2	dalva	C. Estudos	15.09.93		

cativos no sentido de que a população participante, se integram no mercado de trabalho, em atividades até na organização de uma pequena oficina, então vamos ver se contempla o que nós iniciamos aqui na elaboração. "É compatível, com o conceito de gratuidade com prestação de serviços, a realização de atividades nucleadas a programas, assistenciais de geração de renda, sem pre assumida de forma coletiva por suas diretorias." O que significa, não que um elemento da diretoria foi buscar, ~~mas~~ organizar sozinha, ~~in~~ ~~div~~ individualmente uma feira de não sei o quê. Porque aquele basar, aquela feira, aquela oficina, foi discutida, foi debatido. Não foi uma pessoa que tomou iniciativa, aí que dá o desvio do chamado dinheiro do lucro, quando uma pessoa sozinha quer fazer uma ~~uma~~ promoção, ~~o que faz, e não uma coisa... fica então assim,~~

~~uma "coisa que acontece de forma coletiva por suas diretorias"~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	1	ANA	C.E.E.	15.9.93		

(Pausa) vinculadas a programas assistenciais de geração de rendas, sempre que assumidas de forma coletiva por suas diretorias.

U SR. R- Só um esclarecimento. Se é uma entidade associativa, tem projetos de natureza igualmente associativa, então é de se esperar que as decisões sejam tomadas pelo coletivo, ou seja por assembléias. Está certo? Então, não é assumido coletivamente pelas diretorias, mas pelo corpo de associados. E a instância, no caso, é a assembléia, ou uma reunião geral, no mínimo.

A SRA. ANA MARTINS - Então, "de forma coletiva"...

O SR. - Por todos os envolvidos, ou seja, assembléia geral, por esta entidade. Mesmo que não seja coletiva, é de se esperar que não seja só da diretoria, que seja da assembléia, que é uma associação, não é? E o exemplo que foi dado, pelo menos que eu ouvi aqui, fífis, bazares, enfim, outras formas, estariam na categoria de bem-feitores; pessoas que contribuem para a manutenção das atividades são bem-feitores, no caso. Ou porque fazem contribuições, ou porque compram a rifa, porque deixam legados, enfim, contribuem para o funcionamento da entidade. Nesse caso, se estou entendendo, se integram na categoria dos bem-feitores da entidade; já está contemplado na redação. Quem de alguma maneira contribui para o funcionamento da entidade; contribuinte, doador, que deixou um legado, transferiu um patrimônio, qualquer coisa, ele já está contemplado na redação. (Comentários entrecruzados)

A SRA. ANA MARTINS - Ademir, a forma coletiva, ela tem uma instância que é da diretoria, que não dá para negar. Porque vou lhe dizer: todos os movimentos de moradia, que eu conheço aqui na cidade, e que iniciaram como movimento, hoje são associações; diretorias pequeníssimas,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 862 do proc.
196 de 1989
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	2	ANA	CEE	15.9.93		

O SR. ADEMIR - Tem núcleos dirigentes.

A SRA. ANA MARTENS - Isso. E que tem coordenadores de agrupamentos. E muitas vezes as diretorias hoje, têm que tomar muitas medidas. Elas não tem condições... Não adianta. Nós termos um perfeccionista absurdo, não podemos. Agora, poderia ficar: sempre que assumido de forma coletiva, porque o coletivo também se dá na diretoria. É um coletivo, uma instância, e o outro coletivo, é esse caráter que você levantou, que são os membros. São duas instâncias de coletivos. Tudo bem? (Comentário longe do microfone) Nós estamos supondo, como ele disse, que está estudando o Estatuto. Eu estou racionionando, nós estamos, ~~uma~~ coletivo como uma coisa que é discutida, uma coisa que uma pessoa sozinha não toma iniciativa. Porque as dificuldades que houver nas entidades, que inclusive o Luiz disse que elas se desmantelaram, é porque uma outra pessoa passa a agir sozinha. E ela não tem mais com quem dividir a s responsabilidades de forma criativa de como superar aquelas dificuldades. E as formas coletivas são exatamente usar as instâncias que são as diretorias para debater as questões, como também o corpo de associado. Essas as formas coletivas. É quando a pessoa não age sozinha. Mesmo os movimentos por moradia, eles se afundaram quando um só, um dos primeiros mutirões da Moipa(?), lá no Itaim Paulista; o que coordenava sozinha foi embora para o Ceará em 89, oito milhões foi de bolo(?) e até hoje aquele mutirão não pôde mais ir para frente. E era movimento, não era entidade. Os problemas não se dão só nas entidades, se dão nos movimentos, se dão nos agrupamentos. Então, a forma coletiva é caracterizando a discussão, o assumir junto.

O SR. - (...) a defesa desse critério democrático da participação, que aliás que está no corpo de toda a lei: está



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 863 do proc.
196 de 12 98
O funcionario ☒

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	3	ANA	CEE	15.9.93		

aqui no sétimo. Mas o princípio da participação democrática, inclusive criando os conselhos municipais paritários com a presença de usuários, prestadores de serviço, o governo, de alguma forma todos nós aqui que somos protagonistas desta luta por essa lei, está assegurado em outros capítulos, em outros artigos, o critério da participação democrática, tanto quanto possível horizontal, das instâncias coletivas, etc. Acho perfeita essa defesa, agora, só insisto que neste caso especificamente, sem essa redação, já não estaria, que não quero reduzir nem simplificar nada, já não estaria contemplando o caso dos bem-feitores. Nessa redação, na emenda aditiva que você acabou de ler.

A SRA. ANA MARTINS - Você pararia onde?

O SR. - Os exemplos que foram dados, como eu disse, a meu ver, já estão contemplados na categoria de bem-feitores. É que fica meio abstrato que é meio difícil você localizar se o bazar, a rifa, as formas de arrecadação, mas dá --- está contemplado. Em nome de que a entidade faz uma feijoada no domingo? E em nome de que ela organiza um bazar? Em nome de que ela faz uma festa do folclore, cobrando nas barrquinhas, por exemplo, as coisas que são vendidas? Em nome de arrecadar fundos para completar o orçamento e manutenção da entidade. E nesse sentido, quem lá comparece, no meu modo de entender, são bem-feitores da entidade --- estão contemplados na redação. E claro que aquela festa, aquele bazar, a feijoada, ou o que quer que seja foram resultados de um planejamento da entidades associativa, como parte de uma decisão, que eu quero entender, coletiva nos seus fóruns legitimados por tal, ou assembleia, ou colegiado, enfim, o que o estatuto prevê.

A SRA. ANA MARTINS - Responde ao que você colocou, se colo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 864 do proc.
196 de 93
O funcionário 8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	4	ANA	Cee	15.9.93		

car: "sempre que assumidas de forma coletiva nos seus fóruns, nas suas instâncias. Porque aí é a diretoria, é a assembléia, nas suas instâncias. É isso? "De forma coletiva nas suas instâncias organizativas" porque não é qualquer instância. Isso vai bater no que está no estatuto. Porque a Norma também passa, depois dá uma cópia para nós. (Comentário fora do microfone) Vou ler até o fim.

~~XXX~~ Então, isso é para incluir no parágrafo 1º. É compatível com o conceito de gratuidade de prestação de serviços a realização de atividades vinculadas as programas assistenciais e geração de renda, sempre que assumidas de forma coletiva nas suas instâncias organizativas. Ficou bom? Elza tem alguma coisa a falar?

A SRA. - Perguntam se vai aumentar o per capita. Eu fico preocupada com a questão da instância organizativa. Sempre a organizativa é a decisória?

A SRA. ANA MARTINS - Nos estatutos, o que tem como instâncias organizativas? Olha, o que é organizativo: a diretoria, o conselho e a assembléia, como órgão soberano. Isso que existe nos estatutos, então são as instâncias organizativas.

O SR. - Organizativas, são as instituições decisórias por excelência. Vamos separar que é organização, da decisão, senão, ou anda junto, ou então... destruiu toda luta.

A SRA. ANA MARTINS - Tem alguma coisa a mais, que alguém gostaria de acrescentar. Essa parte da contribuição para as emendas, nós encerramos aqui. A Norma poderia informar a todos, porque vamos continuar o debate sobre entidades não governamentais. Ela informa e como está. A Norma assessora da Vereadora Aldaiza, como está a questão, porque houve a reunião da PUC, e como está em termos de encaminhamento da Lei Orgâni-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 865 de proc.
196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
035	1	ANA	CEE	15.9.93		

ca da assistência.

A SRA. - A Elza também estava presente. A Elza do CRES(?), a Elza da LBA, que também vão poder contribuir se eu tiver esquecendo de algum informe. Na sexta-feira passada tivemos uma reunião na Pontifícia Universidade Católica, com a presença de representantes do Ministério do Bem-Estar Social. Estavam presentes componentes da assessoria do Ministro Jutahy Magalhães e a proposta era então discutirmos alguns encaminhamentos com relação a tramitação e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social. O que foi discutido, eu acho que alguns pontos fundamentais que foram discutidos, primeiro, a manutenção do caráter de urgência urgentíssima, com relação à aprovação da LOAS. A presença do Deputado Geraldo Alckmin e do Deputado Eduardo Jorge que reforçaram aí um compromisso nesse sentido: de estar sensibilizando suas bancadas e as demais nessa perspectiva da manutenção do caráter urgente urgentíssimo. Nós ficamos, nós da sociedade civil, participantes, representados nessa reunião de estar encaminhando as propostas de emenda que seriam encaminhadas até hoje, que seria a data limite estabelecida, 15 de setembro. Então daí também estar aproveitando esse momento para estar fazendo essa última discussão antes do encaminhamento das emendas. Outra coisa, é conseguindo a manutenção do caráter de urgente-urgentíssima, estar mobilizando os segmentos envolvidos nessa discussão para reforçar uma necessidade de aprovação dessa lei antes mesmo da definição da revisão constitucional. Acho que basicamente é isso.

A SRA ELZA - Só lembrando que a lei, esta semana vai haver a discussão e na semana que vem que ela vai entrar para votação.

A SRA. - Não, não. A questão que a Elza coloca é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 866 de proc.
196 de 1973
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C35	2	ANA	CEE	15.9.93		

que na semana que vem, uma vez conseguido todo esse movimento da tramitação, já ir para votação e na semana que vem plenário, lá em Brasília, na Câmara.

A SRRA. ANA MARTINS — Nós temos meia hora, e gostaria que dividíssemos o tempo para todas as entidades, que debatêssemos um pouco a questão das entidades não governamentais, as organizações não governamentais. São várias ~~as~~ entidades presentes, não queremos alongar muito por conta de compromisso de todos e nossos também. Se dividirmos o tempo acho que todas terão direito a falar porque estamos acumulando uma série de discussões por conta da lei Orgânica da Assistência, que está sendo formulada e é a regulamentação da nossa Constituição.

Nós também temos como objetivo nessa comissão de assistência, que se amadureça, subsídios ~~na~~ para a questão de assistência da Cidade de São Paulo — nós colocamos o duplo objetivo. Acho que seria interessante que todas as entidades que quisessem se pronunciar sobre a questão das organizações não governamentais.

A SRA NORMA — É que o Dr. Nazir(?) está lembrando com ~~XXE~~ relação ao esgotamento dessas propostas, nós ainda teríamos um ponto a ser levantado. O ~~que~~ Sr. Não quer levantar, Dr. Nazir, por favor.

O SR. NAZIR — Eu gostaria de saber se todos concordam com a questão da não gratuidade em se fazer um parágrafo regulamentando a não gratuidade. Que me parece que ficou um pouco no ar. Foi dito que no caso de não gratuidade, isso deverá ser regulamentado ao nível de convênio das partes convenientes. E não sei se isso deverá ou não. Então deverá ser posto em votação. Não sei como se faria.

A SRA. — A sua preocupação são com as entidades,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 867 do proc.
PAULO 1916 93
C. funcionário 8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C35	3	ANA	CEE	15.9.93		

que fazem convênio. É isso?

O SR. NAZIR - As que fazem convênio. Quer dizer, ~~xxxxxx~~
de
não só as que fazem convênio mas as que também recebem alguma forma
subvenção, sei lá, alguma pagamento de quem queria se valer ~~das~~ dos servi-
ços da entidade.

A SRA. ANA MARTINS - O senhor está sugerindo que se acrescen-
te um novo parágrafo.

O SR. NAZIR - Para não ficar tudo ao nível de gratuidade. Ha-
ver uma escala e mais: as entidades que nem sempre são gratuitas, mas
que vivem de convênio. Então essa remuneração deverá ser regulamentada
pelos convênios.

A SRA. ANA MARTINS - Acho que a IBA tem essa experiência. O
Luiz que é ~~presidente~~ secretário da Amex(?) tem. Então, poderíamos ouvir a opinião,
há a proposta do professor que deveríamos ter um parágrafo por conta de
que inúmeras entidades que tem essa prestação de serviços, a assistência
social, elas são conveniadas, têm subvenções. Então, deveríamos destacar
isso num parágrafo para que também norteasse melhor essa questão. Eu até
estou concordando com ela que grande parte das entidades, são entidades
civis, elas não têm convênio e têm atividades em cima do caráter que a
entidade tem, caráter reivindicatório, associativo etc. Mas a maioria das
que prestam uma assistência mais organizada, mesmo incluindo os aspectos
que colocam aqui, a necessidade de profissionais, de uma assessoria,
é porque elas trabalham, mas trabalham com convênios. Elas têm verbas do
próprio poder público para poder prestar a assistência.

O SR. NAZIR - Mas eu também me lembro, vamos supor, uma enti-
dade do tipo de Santa Casa de Misericórdia. Há uma entrevista inicial com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 868 de proc. 1016
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C35	1	ANA	CEE	15.9.93		

a assistente social, para ver a possibilidade de aquele usuário entrar com uma contribuição, pelo serviço médico prestado pela Santa Casa. Então, acredito que devia existir uma válvula para isso. Nem todas são gratuitas, embora a gente gostaria que fosse.

A SRA. — O que estou entendendo do que o Prof. Nazir está colocando é que nós defendemos a gratuidade. Ao defendermos a gratuidade, colocamos aqui um esclarecimento do que é essa gratuidade. Ele acha que é importante também contemplar, na perspectiva dos termos do convênio firmado entre público e privado, a não gratuidade. Em casos em que isso não ocorra a gratuidade, isso deve estar esclarecido nos termos do convênio, é isso?

O SR. NAZIR — Exato. Porque não é bem contrato, vamos dizer em termos de direitos civis, de prestação de serviço, que a Santa Casa faz. Ela tem um serviço assistencial, paralelamente ela atende usuários que podem. Vamos supor alguém da classe média que possa pagar não tanto quanto se paga num consultório médico ou num hospital, não com caráter assistencial. Acho que deverá ter uma válvula para isso.

A SRA. — O Prof. está levantando uma questão das entidades conveniadas e que tem subvenções etc. Ele vai falar e queremos ver se fechamos se entra ou não mais um parágrafo. Essa a decisão que precisamos tomar.

O SR. NAZIR — Os princípios da lei, os Art. 23 e 24, eles querem que o serviço seja direcionado à família, ao idoso, ao deficiente, de maneira gratuita. A gente não pode abrir um precedente dessa natureza. Vai me desculpar, mas discordo.

O SR. NAZIR — Está valorizando o artigo sem conhecer bem o contexto da lei. Então, você esclarece.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 870 do proc
N. 196 de 1993
C. funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C37	1	emira	assist. social	15.09.93		

deixado aqui um artigo da Folha de S. Paulo, onde ele começa falando exatamente o que me chamou a atenção. Ele diz, claro, "esse desmonte do Estado é são os governantes abrindo mão de responsabilidades e obrigações que são dele, e ~~em~~ eles abrindo mão dessa responsabilidades...; e veja, isso, imagina a questão da saúde, nós temos uma Lei Orgânica, clara, definida, e que nada está sendo cumprido. Nós temos, também, além da Lei Orgânica da Saúde, os itens da nossa Constituição que estão agora sendo ameaçados de serem revistos e que nos garante..., na realidade a população tem, em questões sociais, garantias da lei, e não estão sendo na vida, na prática, porque os governantes estão deixando isso sendo, cada vez mais, com uma certa irresponsabilidade, um certo cinismo, vão deixando, deixando, e quando a coisa vira um caos, passa para mãos de terceiros e privatiza. E na assistência é a mesma coisa. Eu me lembro, e acho que vocês vão se lembrar, quando houve a Conferência Nacional de Assistência, em Brasília, naquele dia, no Diário Popular, o artigo do Secretário Municipal da Família e Bem Estar Social, sobre a privatização da assistência, eu ouvi depoimentos, depois, de vereadores daqui, colegas meus, que já foram secretário do Bem Estar, dizendo o seguinte: "São Paulo não tem jeito, tem que privatizar a assistência". Ouvi um Vereador, há 15 dias, dizendo o seguinte: "Arruma algumas empresas que acabam todos os mendigos da Cidade, os meninos de rua, esse Anhangabaú vira outra coisa e o centro vai ser outro". O que é esse projeto do Centro Vivo, senão isso? É limpar a cidade. Contrata empresas, elas limpam mesmo. Mas, isso é trabalho de assistência, na nossa concepção? Então, vamos terminar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 871 do proc.
N. 196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G37	2	emira	assist. social	15.09.93	anna	

por aqui?

- (aparte fora do microfone)

A SRA. ANNA MARTINS - Levante a questão, por favor.

O SR. - Quando se falou da não remuneração a diretores, conselheiros, sócios, instituidores(?) e benfeitores, eu pedi que se apresentasse, e a seus parentes também. Porque, de modo geral, eles excluem, mas colocam seus parentes como testa de ferro nos pontos de renda. Então, eu seria mais rigoroso, nesse particular.

A SRA. ANNA MARTINS - É na aditiva, não é?

Tem alguém com opinião contrária, que não devam entrar parentes? Devem entrar, é a opinião de todos?

Elza quer falar, é ainda a aditiva, art. 7º, Lei da aditiva.

O SR. - Eu estou pensando nas entidades filantrópicas, por isso que então a gente fecha aqui, eles abrem para os parentes. E fica aquela oligarquia familiar.

~~xxxxxxxxxxxx~~

A SRA. ANNA MARTINS - Acrescenta "parentes".

Vamos colocar no geral "parentes", porque já estão seus diretores, conselheiros, sócios e instituidores, benfeitores e parentes.

Podemos ~~encerrar~~ encerrar, então?

Quem quer se inscrever para contribuir com alguma coisa a mais, sobre as Organizações Não Governamentais?

Nos últimos anos, acho que nos últimos 3 anos, vem crescendo essa concepção das chamadas entidades não governamentais. Nós



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 872 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C37	3	emira	assist. social	15.9.93	anna	

achamos que no debate, para acumular um pouco mais sobre a política da assistência, deveríamos também ouvir algumas opiniões sobre essa questão. Então, hoje, nós temos isso na pauta. Alguém gostaria de contribuir com alguma questão?

O SR. - O que eu acho muito interessante, acompanhando essa evolução das entidades sociais, nas últimas décadas, é que a gente vai achando, a cada nova década, uma nova nomenclatura. Quando a gente começou a atuar, acho que não gostava e nunca gostou dessa coisa de entidades filantrópicas. E foi constituído um conselho nacional para se dar certificado de filantropia. Uma coisa maluca. Ainda bem que essa lei ^{não} ~~se~~ pretende rever essa questão também. A gente sempre achou as entidades sociais um pouco mais coerentes, e acho que todos os seguimentos vão evoluir para a questão do não governamental. Essa nomenclatura vai acabar absorvendo todos os seguimentos que não são governamentais, e deixando claro, de maneira genérica, o papel de cada um. É uma coisa que vejo como algo que vai naturalmente ocorrer. Então, a gente vê até as entidades mais tradicionais de São Paulo, como a Associação Evangélica Beneficente, a Associação Metodista de Ação Social, se colocando já como organização não governamental. Entidades tradicionais usando essa mesma denominação. Eu não tenho, realmente, nenhum conceito acabado sobre essa questão. Mas, eu acho que essa nomenclatura vai ser utilizada e generalizada com o seguimento que seja governamental, seja ele movimento popular, entidade filantrópica de serviço, ou seguimentos de classe.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C37	4	emira	assist. social	15.9.93		

A SRA. ANNA MARTINS - Há mais de 20 anos eu tenho vínculo com algumas associações, porque eu moro em bairro, e ~~xxxix~~ tenho a vida que a população tem no bairro, e de uma forma ou de outra a gente esbarra nessa questão. Eu acho que no histórico das associações de moradores, sociedades amigos, nós vivemos um impasse grande, porque no tempo da ditadura militar diminuíram significativamente as organizações sindicais, as associações de bairro, porque tivemos um grande golpe na democracia. Então, houve um recuo. Por que o recuo? Porque todas as entidades que se reuniam, elas obrigatoriamente tinham que discutir o que estava acontecendo. E discutir o que estava acontecendo dava prisão, tortura e até morte. E houve, então, e aí um certo período de muito pouco ímpeto das chamadas organizações populares. Estímulo, incentivo..., eu me lembro em São Miguel Paulista, 1972, as 3 últimas associações de bairro de homens muito simples, do Parque Paulistano, do Jardim Santana, e no Itaim Paulista, as 3 diretorias foram presas. Não tinham nada, nada, nada de ~~xxxx~~ contestação de ditadura, coisa nenhuma. Eram as que estavam resistindo. Elas continuavam se reunindo, lutando por asfalto, lutando por ... Então, vejam bem, depois quando foi esse período que nós conquistamos, que nós lutamos contra a ditadura, lutamos para que o estado de direito fosse voltando à normalidade, a partir de 80, 82, começaram uma retomada dos movimentos sindicais, suas associações, retomada do movimento de mulheres, que depois na década de 75..., a década da ONU sobre a questão da mulher, de 75 a 85, estimulou que também as questões da mulher viessem mais à tona. Mas, também as associações de bairro, os movimen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 874 do proc
UN.º 196 de 89
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C37	15	emira	assist. social	15.9.93	anna	

tos de bairro passaram a crescer muito, e houve um impasse que acho que acabou provocando essa questão do governamental e não governamental. Quando em São Paulo, em 82 tivemos eleição para governador, e no programa do PMDB abordava a questão da participação, da democratização, etc., e inúmeras entidades, num ímpeto ~~extremista~~ — eu vou dizer com muita franqueza —, querendo se estruturar de novo, se ligaram demais com o próprio poder público. Foi o caso de muitas associações de bairro e entidades e... (ininteligível).... entidades, porque eu participei da Fundação ... (ininteligível)...., em 82, essa não é uma entidade governamental. É uma entidade popular mesmo. Mas, algumas marcas em associações de bairro, sociedades amigos, que de uma forma ou de outra a própria política eleitoral tentou usá-las como trampolim político, já um resto da Arena, etc, deixou essa marca de se misturar. Mas, eu acho que hoje há uma demarcação muito maior. As associações de bairro que se mantêm, se mantêm porque ~~elas~~ elas têm uma independência, porque se não elas não se mantêm mais. Elas morrem por si. Ou elas se aproximam da sua finalidade e se unem com os movimentos e as lutas que existem, ou elas também morrem. Então, essa questão que aglorou, com uma marca muito forte por ocasião da Eco-92, das entidades não governamentais — foi um período que apareceu muito isso para tentar uma demarcação própria do que é governamental e do que não é governamental. Então, eu acho que quando a gente discute entidades não governamentais, e se formos levar em conta o que é entidade no Brasil, o Brasil tem sim muita associação de morador, clube de mães, ~~grupo~~ grupo de rua, entidades filantrópicas, não filantrópicas,... (trecho não gra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 875 do proc
PAULO 198 de 1993
O funcionário 8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C38	2	emira	assist. social	15.9.93	anna	

vado),... prestigiadas, respeitadas, mas elas precisam ter sua autonomia, precisam ter a sua independência para também contribuírem para que se mude a política no Brasil. Nós estamos vindo de uma história à que acho que devemos primar(?) e respeitar, que é a história da luta contra a ditadura, da luta pela anistia, a luta pelas diretas, o movimento constituinte, o movimento pelo "impeachment", que foi ganhando o apoio da sociedade civil, das entidades, e estamos vivendo exatamente um momento importante, se considerarmos o ato que houve na segunda-feira na Faculdade de São Francisco, que todas as entidades, do movimento sindical, do movimento de bairro, das mulheres, da juventude precisam se unir para garantir que os aspectos democráticos, que os avanços sociais que conseguimos na Constituição precisam ser garantidos. Então, é o momento, de novo, das entidades — se quiserem se chamar não governamentais, e eu vou chamar de entidades populares —, que precisam de novo se posicionar e garantir que não se mexa de forma indevida e ilegal na Constituição. E estou falando isso aqui para informar o que houve ~~as~~ na segunda-feira, o que devemos primar por isso, e que para o dia 29 de setembro já está convocado o Dia Nacional de Luta Contra a Revisão, e vai haver em todas as grandes cidades atos, inúmeras atividades, e hoje é quarta-feira, e à noite, na Ordem dos Advogados do Brasil, vai haver uma reunião para preparar esses atos. Então, acho que temos que primar por aquilo que temos de entidades não governamentais, e que umas fazem parte do movimento popular, e outras são entidades civis simplesmente, mas que devemos primar pela sua independência, pela sua autonomia para quem não se pense que por democracia é só o voto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 876 do proc
PAULO 196 de 93
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C38	3	emira	assist.social	15.9.93	anna	

Eu me arrepio quando escuto alguns dizerem que Cuba só vai ser democrática quando tiver eleição. O Brasil tem eleição e não tem democracia para os setores populares. Será que é só o voto? O voto é uma instância democrática, mas não é só. No Brasil nós precisamos aperfeiçoar os mecanismos democráticos, garantir o voto, mas também aperfeiçoar os outros mecanismos.

É só isso que eu tinha a dizer.

Tem a palavra o Prof. ~~aviz~~ Nazi.

O SR. NAZI - Eu gostaria de fazer uma pergunta, e confesso, logicamente, a minha ignorância.

Essa questão das ~~não governamentais~~ entidades não governamentais ou governamentais, eu não sei se trata de um simples neologismo, uma questão meramente semântica, porque, na realidade, as entidades são públicas e ou privadas, e existem as entidades civis. Se não são de direito, são de fato. Então, surgiu, ou está surgindo agora a questão da nomenclatura das não governamentais. E eu não sei bem o que isso significa, além do que já existe. Que preocupação que se possa ter a respeito desses nomes: o que é, e o que não é governamental. Ou é oficial, ou é particular, ou é público, ou é privado, se não é de direito, é de fato, então, acredito que é uma questão de somenos. A não ser que eu não esteja entendendo bem o que sejam as ONG's. Para mim é uma questão mais de nomenclatura, de sigla, que está sendo simpática na área de linguística. Simplesmente isso. Não sei se tem algo mais do que isso.

O SR. - Essa distinção conceitual está perfei-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 877 do proc
PAULO 196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C39	1	emira	assist.socia	15,9,93		

ta, e a nossa preocupação, absolutamente, não é a nomenclatura, mas, como todos falamos aqui, a diversidade de iniciativas, abrigadas sob esse rótulo. Está certo o que se faça com essas entidades, quais são essas entidades, o que que elas fazem. Então, por exemplo, a Vereadora Anna Martins acabou de fazer uma defesa da autonomia dessas entidades. E o que a gente sabe é que no dia a dia, é que muito além da distinção entre público e privado, é essa complexidade que se dá na busca de recursos para viabilizar os seus projetos, elas se aproximam cada vez mais do Estado, e se transformam cada vez mais independentes do Estado. Então, é uma coisa muito complexa. A perspectiva da manutenção da autonomia e a proximidade com o Estado. Essa proximidade com o Estado assume várias formas: ora de parceria, mantida a independência e autonomia; ora de cooptação; ; ora de total observância de diretrizes de determinada política; ora de boicote, de oposição a essas diretrizes. Então, é essa complexidade que estamos analisando aqui. Esse embate que se dá na prática, na relação entre público e privado. Feita a distinção do que é público e privado, o que é mais importante aqui, que relação é essa. No caso das entidades chamadas, ou assistenciais, ou filantrópicas, ou sem fins lucrativos, sabemos que todas não são governamentais. Nem todas filantrópicas, nem todas não cooperativas, mas, de qualquer maneira, não governamentais.

O SR. _____ - Sim, mas estamos discutindo uma lei que tenta regulamentar tudo isso.

O SR. _____ - No caso aqui, uma fatia, digamos, um setor das ONG's, quais sejam, as da tipicamente assistenciais. Como eu



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C39	2	emira	assist. social	15.9.93		

diese na minha primeira intervenção, que atinge, atua e atende uma parcela da população, muito claramente identificável, extremamente pobre, destituída de renda, ou detentora de uma renda mínima, ou seja, os pobres. Porque nós estamos atuando aqui na âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social, sem qualquer demagogia, sem nenhum exagero, é a lei que vai prestar ^{algum} serviço à população mais pobre da sociedade. Nós discutimos, agora há pouco, os espoliados, mais ou menos. Mas, de qualquer maneira, esse setor. ~~Em~~ Então, é um setor, é um pedaço, digamos assim, da ONG, genericamente aqui denominado.

O SR. — Então, quais os instrumentos, os mecanismos e para a gente combater isso, ou frustrar alguma coisa nesse sentido, que possa ser assim mais pejorativo?

O SR. — Mesmo nesse setor, especificamente demarcado, sabemos que existem entidades muito sérias, identificadas com os anseios populares, fazendo um trabalho de formiguinha lá e na periferia, e prestando serviços decisivos para a população: seja de alimentação, de recreação, de lazer, de orientação, de educação, de cultura, de arte popular, mas, de qualquer maneira, presentes, coisa que o poder público nem sempre consegue essa presença lá na periferia, ou dentro do bairro. Então, o que vimos defendendo é a parceria, Estado-sociedade civil, com políticas de convênios claras, estabelecendo diretrizes que são públicas, embora sejam executadas, operacionalizadas por entidades que são privadas. Sabemos que muitas dessas entidades são merecedoras do dinheiro pública, porque embora não sejam estatais, ou públicas, prestam um serviço de interesse público. Então,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 879 do proc.
PAULO 196 do 93
C. funcionario J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C39	3	emira	assist. social	15.9.93		

há uma mescla, há uma complexidade na relação pública-privada. Preservada a natureza de cada instância, na prática se associam, fazem parcerias, sempre sob a égide de uma política pública, que é o que estamos defendendo na Lei Orgânica. Mas, esse movimento é muito contínuo, e às vezes fica difícil demarcar fronteiras, até onde o público e até onde o privado. Que ela, no seu estatuto, na sua natureza, se declara privada, com personalidade jurídica e de uma instituição privada. Mas, presta uma serviço de relevância social de interesse público, ao ponto de defendermos na Lei Orgânica — e aí há um neologismo — a "publicização" maior dessas entidades. E do próprio Estado. A Vereadora já disse alguma coisa nessa direção, de que o próprio estado, no Brasil, às vezes ganha fóruns de instituição privada. Ele não chega a ser público em alguns episódios. Pelo contrário, ele é apropriado, tomado de assalto, muitas vezes, por grupos, e por famílias, por entidades, que se apropriam, e "pk privatizam" muitas vezes, uma máquina, dinheiro, recursos, servidores, que deveriam estar a serviço do público, mas que são privatizados — bem entendido o que estou dizendo — na forma como se usa o próprio Estado. E outras entidades, de outro lado, que embora não governamentais, não estatais, ganha um caráter cada vez maior de interesse público, ao ponto de merecerem verbas públicas, convênios com o poder público.

O SR. _____ — Eu queria lembrar que no direito administrativo tem as figuras de para-estatais, as sociedades mistas, então, por que não se imiscuir também para fins beneficentes? Desde que não seja no sentido criminoso da palavra. Agora, se for criminoso, então, existe o Código Penal, e basta denunciar. ~~Agora, quando se trata de~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C40	1	valéria	assis. social	15.9.93		

Agora, previamente, como coibir, como frustrar essas iniciativas sociais privadas que se ligam ao Estado, não têm sentido, porque a tendência do Direito Administrativo é no sentido de coligação, mesmo do próprio Direito, quanto menos privado e mais público, ou então encontrar uma forma melhor, sair desse romanismo do Direito, desse arcaísmo todo, acho que estamos vivendo os tempos modernos, mas sem saber para onde vamos, simplesmente isso,

A SRAZ - O Luis vai falar?

O SR. LUIS - Só uma questão, ele disse que não tem algo acabado, formulado, do lado governamental, mas acho que essa relação é perversa porque a entidade não explicita se ela está fazendo um atendimento "público" e ela torna, com a nomenclatura não governamental, que o Governo não funciona e ela funciona, apesar de receber recursos do Serviço Público. É uma contradição medonha essa.

O SR. - Eu só queria lembrar que a Marcia também é uma sociedade, uma entidade civil registrada, está sendo muito perseguida e ninguém consegue nada. Em todo o caso, são coisas da vida, né?

A SRA. ANA MARTINS - Alguém mais quer fazer uso da palavra? Se não, vamos encerrando. O tema de hoje foi bastante trabalhado para contribuímos na reformulação da Lei Orgânica da Assistência. Agora, estamos vivendo aqui no Brasil, nestes últimos 50 anos, se formos avaliar um pouco, do ponto de vista do crescimento da consciência que a população foi criando, as formas que ela mesma foi criando, acho que temos muito que estudar, não é, professor, porque se formos avaliar mesmo, vamos precisar reformular todos esses códigos e muitos de nossos conceitos precisam ser atualizados. E não, precisamos abrir muito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 881 do proc
196 de 1999
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C40	2	valéria	assis.social	15.9.92		

nossos olhes para a população, aos mecanismos que ela criou para sobrevivência, ela criou. Falo isso porque todos nós nos enriquecemos muito quanto mais nos aproximarmos da população - pelo menos, minha experiência de vida é essa. Em 77 comecei um trabalho em uma favela e não entendia como é que aquele povo sobrevivia, mas a solidariedade que existe as formas que eles criam, eles conseguem. Por que esse povo está vivo ganhando o que ganha? Nós temos de interrogar. É porque o Poder Público vem ao encontro e resolve? Onde? Ainda não vi. Porque hoje estamos discutindo essa questão das entidades não governamentais e os programas de assistência. Eles são programas tão deficitários, atingem uma população tão pequena sempre, como é isso? Acho que estamos precisando aprofundar melhor e as formas organizativas que o povo constrói. Elas estão ainda muito distantes do Poder Público e ainda existe o processo de cooptação, às vezes até com o processo de imploração, ele estoura com as que não lhes interessa, mas elas sobrevivem de outras formas. E isso não é só na zona urbana não, na zona rural também. A Vereadora Lídia vai falar uma palavrinha para encerrar. Gostaria já de comunicar que a próxima sessão desta Comissão será hoje às 17:00h com a população de rua, aqui mesmo no 8º andar. E depois disso, no próximo dia 20, setembro, e dia 22 faremos a organização e sistematização de propostas apresentadas no decorrer dos trabalhos da Comissão de Estados, o trabalho que fizemos nessas inúmeras sessões. Então, será um trabalho mais de organização e sistematização. Os que quiserem contribuir estão convidados; se não for a mesma pessoa da entidade que compareceu poderá mandar uma pessoa, mas já é a etapa final desta Comissão de Trabalhos de Assistência Social. A Vereadora Lídia vai falar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 882 do proc.
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C40	3	valéria	assis.social	15.9.93		

A SRA. LIDIA CORREA - Quero dizer que a reunião foi muito rica em todos os sentidos pelo pouco tempo que pude participar hoje aqui e pude perceber que a participação das entidades, da sociedade civil é da maior importância. Acho que estamos ainda num processo de evolução nessa área também. Acho que a Ana colocou muito bem sobre a questão do papel e da importância da independência e autonomia das entidades, que só vão poder cumprir com o papel que se propõem na medida em que cada vez mais essa independência for evoluindo. Mas acho que isso é um processo da democracia, do desenvolvimento da democracia. No caso, o Brasil depende muito do Governo, da sociedade, e relação respeito, a importância da sociedade se organizar em entidades para diversos fins, para que possa contribuir para que a sociedade possa contribuir de modo geral. Por exemplo, uma contribuição através de subvenção, convênios ou outras formas do Governo para as entidades de forma que alguma pode ser tomado como uma dependência do Governo, pelo contrário, isso é obrigação do Governo, do Estado, o Governo representando a sociedade. Hoje a gente acaba vendo como uma certa forma de dependência mas isso não é verdade, de forma nenhuma, isso é obrigação do Estado, obrigação do Governo que representa a sociedade, e a sociedade tem o papel que é contribuir através principalmente de suas entidades. Então, também há uma participação muito grande de minha parte junto a entidades, meu trabalho é fundamentalmente feito com entidades, femininas, sindicais, de bairros e tenho também que o trabalho nosso é sempre ajudar que a sociedade se organize cada vez mais em entidades. Mas, para encerrar, até porque esse tema foi bastante debatido por vocês hoje, devo colocar uma questão a respeito do que foi colocado aqui sobre as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 883 do proc.
Nº 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C4D	1	valéria	assis. social	15.9.93		

ONGs, as entidades não governamentais. Concordo com o professor que esse termo, essa nomenclatura ainda não expressa, porque também é muito difícil um termo expressar de fato a complexidade desse trabalho todo. Acho que de fato ONGs não expressam, como ele mesmo diz que entidades filantrópicas ele também não se sentia representado nessa sigla, e ONGs também não, porque entidades não governamentais são não caracterizadas, a diversificação de todo esse trabalho das entidades não governamentais, mas acho que a gente chega, não precisamos ficar ansiosos de querer definir o termo. Mas no entendimento essa sigla não contempla todo o caráter desse trabalho social que tem. E só reportar a questão dessa dependência das entidades, que acho que é um processo que a gente tem de buscar cada vez mais, mas acho que isso faz parte do processo da democracia aqui no Brasil. Acho que já avançou muito com a nova Constituição, com as leis orgânicas e já prevêm a instância de poder das organizações, das entidades não governamentais, mas é possível, ainda esse poder, mais uma instância de poder, como é o Poder Legislativo, o Poder Executivo, acho que a gente ainda não conseguiu manifestar isso de uma forma mais concreta, que é a organização do poder dessas entidades, uma nova instância talvez de poder na sociedade, mas a gente está caminhando para isso.

O SR. _____ - Olha, tenho um certo receio de que não possa comparecer às reuniões futuras, porque talvez entre em férias. Fui convidado aqui em razão de um artigo no jornal sobre homicídios dolosos entre jovens. Me comprometi a mandar uma cópia desse trabalho e mandarei tão logo seja possível. No momento está passando por uma revisão da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 884 do proc.
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C41	2	valéria	assis. social	15.9.93		

de 25 anos. Eu gostaria desde já de deixar a minha proposta que é uma recomendação que faço no final desse trabalho de pesquisa, é que diz respeito à responsabilidade objetiva do Estado pelos atos ilícitos que aparecem na população. A Artigo 70 §6º da Constituição Federal é muito restrito com respeito à responsabilidade do Estado, uma responsabilidade objetiva mas que deve ser mais ampliada. Eu fiz um ofício à Ordem dos Advogados do Brasil pedindo que se movimentem com isso, um encontro de juristas para que se possível até se mude a Constituição para ampliar a responsabilidade do Estado pelos atos ilícitos, não só dos praticados por seus funcionários no exercício de suas funções, mas pelas omissões do Estado ou de seus funcionários, porque é muito simples se eximir, eu não funciono, alguém mata ou alguém se associa, ou aparece uma ONG e se associa ou não ao Estado e está dando golpes pela omissão do Estado. Então, gostaria que essa minha sugestão constasse nas conclusões dos trabalhos desta Comissão.

A SRA. ANA MARTINS - Nós estamos encerrando. Aldaíza, você quer dizer alguma coisa?

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Só cumprimentar e parece que se chegou a um termo, botou a gratuidade, ressaltou a gratuidade, e incluiu a questão dos amigos e parentes. Quer dizer que resolvemos.

A SRA. ANA MARTINS - Agradecemos a presença de todos. A etapa final, de elaboração e sistematização, que vai exigir mais de todos nós, contamos com a presença de vocês, ou mesmo de quem não tenha participado hoje mas tenha vindo em outra etapa. Muito obrigada.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Folha n. 885 do proc
N. 196 de 1993
O funcionario ☒

SEM REVISÃO

Comissão de Estudo p/a elaboração
de uma política de Assistência Social

Presidente: Sra V^{ra} Aldaiza Spasati

Em 15-setembro - 1993

Ho. Sn. Impressor: Jader H. Pimenta
(1 via)

Folha n.º	886	do proc
N.º	1916	de 1993
C. funcional		

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISAO

Th. de Freitas Nuzzi

THEREZINHA DE FREITAS NUZZI
Diretora T60. Depto. Taquigrafia.
DT. 10



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO
DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidenta: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

Membros: Srs. Vereadores

Lídia Corrêa

Anna Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada na Sala Tiradentes, da Câmara

Municipal de São Paulo, em 15 de setembro de 1993, 17 horas

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

**(Memo CEE/MS 143/93, da Secretaria das Co-
missões Temporárias)**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 888 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D26	1	emira	assist.sócial	15.9.93	SEM REVISÃO	

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Dando início a mais a uma das sessões da Comissão de Estudos, uma comissão especial da Câmara Municipal de São Paulo, para a discussão da política de assistência social. Esta Comissão foi aprovada pelo Plenário da Câmara por 51 Vereadores, no mês de junho, e o objetivo dela era, em sabendo, em acompanhando a discussão na Câmara Federal, nos órgãos federais, para aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamenta o art. 203 e 204 da Constituição — nós vamos poder falar um pouco sobre isso,xx

Nós pedimos para ser formada esta Comissão, aqui na Câmara, no sentido de que São Paulo, a sociedade, os grupos que têm uma presença na política de assistência social, na defesa dos direitos dos excluídos, tivessem um espaço para poderem manifestar o seu modo de entender a questão, e com essas informações, com essas posições, pudéssemos fazer dois encaminhamentos principais: um que é encaminhar para Brasília as sugestões que surgem deste fórum; em segundo, uma vez que a Lei Orgânica, na verdade ela vai criar a municipalização dessa política, quer dizer, ela define não só o que cabe a nível federal, mas também, a estadual e municipal, o debate aqui criado, ser indicativo de um começo de discussão para criar realmente, amplamente, e com a sociedade, a política de assistência social para a cidade de São Paulo, e o fórum político dessa política, que é como outras áreas que buscam a sua democratização, a construção de um fórum com a participação de um fórum civil, definindo essa política de assistência social.

Uma dificuldade de saúde, é que temos uma história muito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Proc. N.º 889 de 1993
de 1993
funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RÓDIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D26	2	emira	assist. social	15.9.93	aldaiza	

ruim na área de assistência social, no sentido de que ela tem sido muito pouco politizada, e somente quase que a vítima do assistencialismo, do primeiro mundismo(?), daquela coisa que a mulher do governante diz que é boa, que faz isso e aquilo, dos governantes mudarem a sua política a cada governo, da gente não ter continuidade. Quer dizer, o que vemos é também uma multiplicidade de órgãos, ou seja, o governo federal tem a LBA, CBIA, e um monte de órgãos, e um se aperta com outro. O governo do Estado tem outros órgãos, e a prefeitura tem outros, e um não se acerta com o outro, fazem coisas semelhantes, às vezes um por cima do outro, e não tem garantia nem da continuidade das verbas, das propostas, nem da responsabilidade de cada um desses órgãos. Então, essa proposta da Lei Orgânica propõe que a gente faça com que essa área da assistência social ganhe um estatuto de política social. Ou seja, que ela comece a delinear um conjunto de direitos sociais para que realmente escrito em lei, para que a população possa não mais ficar a mercê da decisão dessa ou daquela senhora bondosa, deste ou daquele governador, mas que tenha uma proposta na mão, que dê a condição de ser cidadão. Isso é um bocado difícil, porque tem que mexer com a cabeça de muita gente poderosa, organizações que já estão muito estruturadas, de estado mesmo, muito estruturadas, ~~mexem~~ na sua forma de pensar. Em geral, nessa área, é muito difícil inovar. As coisas se repetem, pela antiguidade, vão se repetindo. É muito difícil novos projetos serem aceitos. Então, a Lei Orgânica é a proposta de criar uma política para a política de assistência social. e os artigos 203 e 204 da Constituição são dois artigos que, embora cuide de uma das políticas de seguridade social, a Constituição de 88 criou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 890 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D28	13	emira	assist. social	15.9.93	aldaiza	

esse campo de direitos, que é chamado de seguridade, que junta a Previdência, a Saúde e a Assistência Social. A Previdência teve sua lei, que já cria referências, e isso não quer dizer que ela já esteja boa e acertada, mas teve a sua lei. A Saúde também teve sua lei. E na Assistência Social o Collor vetou a sua lei, evocês lembram muito bem o que a Rosane fez na LBA, e não se conseguiu a aprovação da Lei Orgânica. Em 90 ele vetou, dizendo que a lei era inflacionária. Quer dizer, toda a vez que você vai inscrever o benefício social, vira inflacionário. E esse art. 203, diz que deve ser atribuído um salário mínimo à pessoa idosa e ao portador de deficiência. E também cria uma série de obrigações de programas governamentais, com vários seguimentos da população, onde eles chamam de seguimentos que estão sujeitos à vulnerabilidade. E Deste modo, a população de rua, um dos seguimentos mais vulneráveis, que não têm nem teto, nem lugar para ficar. E embora não se tenha uma tradição de trabalho com a população de rua, nos órgãos governamentais, vocês sabem muito bem que a primeira decisão, o primeiro posicionamento da prefeitura sobre a população de rua é de dois anos, é muito recente, as dificuldades que tiveram para botar os projetos em pé, e tal, vocês acompanharam a pesquisa, os debates, aqueles encontros nacional, o primeiro que se fez, quando veio o pessoal do Canadá. Então, é alguma coisa que precisa ganhar um campo de força de defesa. E ~~por~~ nós entendemos que não podíamos discutir essa questão do encaminhamento da Lei Orgânica sem ter uma das sessões daquela do trabalho, para discutir as questões da população de rua. E aí até agente tendo presente que quando estamos falando de população de rua, temos que pensar em dois seguimentos, não só o adulto,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO. 891 do proc.
Folha n. 196 de 1993
N. 196 de 1993
Gratificação 0 com JAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
D27	2	emira	assist.social	15.9.93	aldaiza	

mas também o adolescente, e até mesmo a criança. Quer dizer, hoje a população de rua não é só o seguimento do adulto, infelizmente...

(trecho ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ sem gravação)..... Vereadora Anna Martins, que eu disse a vocês, membro da comissão, relatora, presente nesta batalha, meio ingrata, e só a gente que fica dando quórum. E nós vamos lá.

Então, a gente entendeu — eu estou fazendo a apresentação dessa comissão — que o que vamos discutir nessa lei da assistência social, as questões dos vários seguimentos, de uma política para a assistência social, precisamos ter a clareza do que que uma política teria que se comprometer com a população de rua. Por exemplo: ter uma rede de casas de convivência, o que seria uma proposta para uma política da população de rua. E essa é a pergunta para a gente discutir aqui.

Nós tivemos alguma experiência, enquanto ...(ininteligível)... .., que era muita demanda da população trabalhadora de rua, os catadores querx era por conta das brigas todasx que tinham com os carrinhos, "pega carrinho, tira carrinho, bota carrinho", a história com as empresas coletoras de lixo e tal, aquela questão da aceitação da regulamentação do Copamares(?), até que fizemos um decreto bom, da possibilidade de um suporte para o trabalho e tal. Mas, o que a gente pôde perceber é que não está criada, ainda, uma certa unidade das várias frentes de trabalho com a população de rua, no sentido até de a gente poder discutir uma política para valer e brigar por essa política. Por isso que procuramos, hoje, tentar ver se localizava os di-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 893 do proc.
JUL 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D28	2	emira	assist. social	15.9.93	aldaiza	

o que seria pensar numa política pública, a relação nessa questão pública, com o setor do governo, do Estado, e o setor privado para a população de rua. É um começo de conversa, não quer dizer que vamos acabar com essa conversa hoje, mas é até sentir um pouco de vocês, se vocês têm garra para a gente conversar isso, para deixar essa área inscrita em lei, como um campo de política social. É isso, de forma geral, o objetivo desta sessão.

A SRA. ANNA MARTINS - Boa tarde, estas palavrinhas é só ... (ininteligível) ..., nós temos uma postura aqui na Câmara, de que os diferentes setores da população tem no seu próprio espaço, ~~passam tempo~~
~~em um espaço próprio (diferente)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 894 do proc.
N.º 196 de 1992
O funcionário *[assinatura]*

ROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D29	1	dalva	C. Estudos	15.09.93		

(...) possam, também, chegar aqui e trazer sua ~~na~~ problemática, e nós habituarmos a Câmara ser um espaço mais do povo, do que ele é. E nós estamos, aqui, principalmente para ouvir hoje os depoimentos que vocês tem para fazer, ~~porque~~ porque essa comissão ela realmente está preocupada em organizar os subsídios, orientações que ajudem a formulação da lei orgânica da assistência, mas que também ajudem apontar caminhos para a questão da assistência aqui na cidade, e essa parte da população, que com a crise que foi se agravando, ela foi sendo mais duramente atingida, ela precisa, sim, de alternativas, e essas alternativas, elas serão verdadeiras e eficazes, se os que vivem essa problemática são ouvidos, porque senão não tem saída. Só do Poder Público, não viram as ~~x~~ saídas, porque ele ainda é muito distante desses problemas mais graves que vários setores da população vivem. A mesma coisa é com que está acontecendo hoje com a proposta que o Sr. Prefeito tem para as favelas. Não é verdade que não tem solução. Não é. Porque as entidades e os movimentos de favelas não foi ouvidas, não foi levado em conta o que já se acumulou de saídas, então ~~x~~ certamente o que está sendo feito não é saída, pode ser na cabeça do Prefeito, do Secretário, de dois ou três assessores, mais nada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 895 do proc
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D29	2	dalva	C. Estudos	15.09.93		

Mas não é saída. É um absurdo os alojamentos que eles estão construindo, o tamanho é absurdo, a forma como é feita, é um absurdo, então eu acho que vocês que trazem aqui a problemática dos cidadãos de rua, é muito importante que em outras vezes vocês também venham, vocês tenha conosco a paciência que nós temos, que demora um pouco para a gente cavar um espaço, mas nós temos que acreditar que é possível cavar esse espaço, porque os princípios democráticos que exigem que a gente tenha um espaço para que os que vivem aqueles problemas possam falar e serem ouvidos. Nós estamos também empenhados para que essa revisão constitucional que está sendo feita, não saia. Porque ela, a Constituição Atual, ela não é perfeita não. Mas ela tem 19 itens que aborda a questão da participação popular, e nós temos certeza que não interessa as elites, as classes dominantes, esse espaço da participação popular, haja visto que nós estamos vivendo em São Paulo, então eu acho que esse ponto é importante, o fato de vocês virem, fortalecer a organização de vocês e de irem somando com os vereadores na Casa, tem, querem, e fazem questão de que as organizações populares sejam respeitadas. Era o que eu tinha para falar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 896 do proc
N. 196
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D29	3	dalva	C. Estudos	15.09.93		

O SR. NILTON - Represento o Centro Social do Parque Fernanda, eu acredito que nós estamos passando por um momento de descredito, nós não estamos acreditando muito, porque nesse exato momento está acontecendo em São Paulo, várias coisas, onde as pessoas estão querendo buscar soluções imediatas tudo acontece muito rápido. Posso citar para vocês a questão da saúde, a quarta ~~manifestação~~ conferência, que nós estamos lutando, em um grupo pequeno, porque a maior parte não acreditam mais, até o texto que saiu com relação ~~em~~ a saúde ~~são~~ homens de rua como desajustado ~~x~~ social. E nós estamos um pouco cansado disso. Outra briga constante, nossa, é com a política ~~de~~ atendimento da população de rua, que nós já estamos desgastados de estar discutindo, lutando e essa política nunca sai, ~~foi~~ E de repente a gente recebe esse convite, eu vim particularmente porque eu, ~~estou~~ dando, crédito também, a pessoa da Vereadora que eu conheço, de outros momentos, de outros espaços, então a gente acredita um pouco. Agora falar em Assistente social num País como esse, eu não sei até que ponto a gente pode até que discutir buscar, trazer algumas propostas, eu gostaria, particularmente que essa Casa chegasse antes, para nós reunirmos com o povo e com isso abrir uma discussão, e que as propostas saíssem deles.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 897 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D30	1	daiva	C. Estudos	15.09.93		

Porque eu acho importante, é que eles falem, nós somos apenas o porta voz deles. Mas é bom, eu acho que está chegando o momento que o povo tem que ser porta voz de si ~~mesmo~~ mesmo. Hoje eu fiz uma reunião lá na casa, e eu falei para ~~xx~~ eles, eu acho que está chegando o ~~momento~~ momento da gente recuar e a gente tem que brigar, porque só a gente falar, eu acho que o poder público já não acredita mais. Então seria uma ~~pa~~ proposta minha também, de estar rediscutindo essa questão com o povo, porque eles tem muitas propostas, eles são sábios, é um povo que entende, busca suas soluções. Eles constantemente, falam que não ~~querem~~ comida, essa campanha de fome, eles não querem comida, eles querem é trabalho, eles querem é ser cidadãos, chegar no supermercado e comprar aquilo que eles querem ~~comer~~ comer, essa dignidade que está se perdendo o poder público não faz muita coisa, ou não está fazendo quase nada. O povo de rua não tem que está mendigando as coisas, é um direito que eles ~~tem~~ ^{tem}, nós pagamos impostos, para isso e muito. Agora com relação a essa proposta da questão social, é muito ~~interessante~~ ^{interessante}, até mesmo para ver se ~~x~~ cabe aqui a questão da ética dos profissionais dessa área. Há poucos~~os~~ dias um médico chamava uma mulher de rua de coisa, e eu liguei para ele e disse, se ele estudou, eu também estudei, porque o diploma dele não vale mais que o meu ou de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 898 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

D30 2 dalva C. Estudos 15.09.93

qualquer outra pessoa. E as pessoas que não estudaram tem um valor até ~~maior~~ maior do que ele. Outro dia eu estive no CETREN, onde pegou um rapaz na cadeira derodada e jogou num banco na Praça do Brás, do jeito que o rapaz caiu no chão, aleijado, eles deixaram e levaram a cadeira derodada, eu e mais outra irmã, pegamos ~~o~~ e levamos o rapaz na cadeira de rodas ~~o~~ e levamos de volta para o ~~CETREN~~ CETREN. E uma estudante de estudos ~~sociais~~ sociais, ela falou para mim assim: que esse tipo de gente, essa coisa deveria morrer cheio de bicho na rua. Então num País onde ~~existem~~ os próprios profissionais que estão trabalhando nessa área, não respeita pessoas como gente, então fica um pouco difícil e se pensar ~~qualquer~~ qualquer tipo de lei, tem que sensibilizar ~~antes~~ antes os profissionais dessa área. Eu acredito que antes de mais nada, tem que criar um mecanismo de sensibilizar e até mesmo fazer com que essas leis sejam cumpridas. Agora mesmo, querem acabar com o manicômio, mas os órgãos do estado tem uma lei que não pode atender ~~doente~~ doente mental. Então chega num momento a gente fica cansado diante de tanta briga, por tão pouca coisa. Mas aqui cabe, e a gente está revendo e eu gostaria realmente de levar essa proposta, para o pessoal, porque eles tem propostas boas, eu posso ter algumas, mas são propostas minhas, eu não quero falar pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 899 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D30	3	dalva	15.09.93	C. Estudos		

povo, porque eu acho que os políticos, eles ficam criando projetos para poder aliviar suas consciências, e sua questão moral, e com isso ele alivia sua consciência, mas não pergunta o povo o que eles querem, e a gente cai naquilo, criar projetos, leis, ^{mas o} ~~monex~~ povo não tem participação. Dentro desse código, outra coisa que eu gostaria que tivesse, é a questão como a gente poderia reivindicar para que essas leis, sejam respeitadas e que o povo conheçam essas leis. Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. _____ - Eu proporia, as pessoas que estão chegando, se apresentar, seria interessante dizer o tipo de trabalho e o nome.

A SRA. ROSAIA - Trabalho com o pessoal da FUC, que ficam ali na região da FUC, eles são guardadores de carro. Então nós temos um trabalho de integração com eles e educação também, voltado para educação, integração, eu não gosto usar muito o termo reintegração. Então eu prefiro usar integração. E a gente está tendo várias dificuldades, porque, inclusive ontem foi falado no SP TV, eu não sei em qual jornal, mas me parece que foi dito por um Tenente, da Delegacia do Pacaembu, onde ele diz que pretende acabar com essa coisa de guardadores de carros, que

CHDAN...
...

...

...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 900 do proc.
UN-0 196 do 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D31	1	dalva	C. Estudos	15.09.93		

vai assim policiar mesmo, e tirar eles de toda a região ali do
Pacaembu, que envolve a FUC, Palmeiras, então essa é uma medida
que inclusive está sendo mencionada na própria comunidade da reu-
nião. Quando foi discutido hoje e amanhã a questão da organiza-
ções não governamentais, eu não citei nada, porque é a assim, uma
questão que eu coloco em dúvida, nessa situação, onde são discu-
tidas esse tipo de problemas nessa comunidade por uma questão de seguri-
segurança apenas, e não se é discutido a participação efetiva para
que a população possa ter realmente, e a contribuição que eles
possam dar ao invés disso eles querem a segurança e querem colo-
car para fora mesmo, querem que eles fiquem longe, inclusive mon-
tar uma escola agrícola, que aí vai abarcar as crianças de 4
a 7 anos de idade, e assim, essas crianças vão ficar na
escola normalmente, e depois desse período da escola eles
vão para essa escola agrícola, para fazer então o trabalho
que eles acreditam que essas crianças são ingênuas ainda, não
são ainda, não tem ainda o vício, um mal, ou alguma coisa nesse
sentido. Então eu fico muito preocupada em relação
a isso, medidas sendo tomadas por essas organizações não go-
vernamentais, não sei se existe um estatuto que rege
todas essas entidades. Então é uma preocupação que eu tenho em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 901 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D31	2	dalva	O. Estudos	15.09.93		

relação aos meninos, por isso que eu trouxe um deles para partici-
par e colocar alguma coisa, também as dificuldades que enfrentam
no dia a dia ou qualquer ~~é~~ coisa nesse sentido.

O SR. _____ - Sou um pai de família
pobre, desempregado, não tenho emprego, então o que eu faço? Tomo
conta de carro, não exploro ninguém, ~~mas~~ a metade, eu falo assim:
dá uma ajuda para a gente, dá um dinheiro para tomar um café, algu-
ma coisa, e tem outros, que já quer prejudicar a gente, princi-
palmente antes da gente ter o crachá que foi autorizado pelo
Colégio Batista e a ~~Rumex~~ PUC, nós quando ~~viemos~~ ^{viemos} uma
~~viatura~~ viatura, nós, não só eu, como vários, o máximo que tem, ~~é~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 902 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D33	1	ANA	C.E.E.	15.9.93		

tomar conta ali na PUC, sente pouca a pessoa que toma conta. Nós viamos a viatura e saia correndo. Por que? Porque ele pegava a gente, levava para a marginal: Não quero que vocês tomem conta de carro aí. Então, o que acontecia? Nós corríamos com medo; não tomava conta. Então, apareciam os caras, quebravam o vidro, tiravam o toca-fita; de repente, levava até o carro. Só que aquele, não era uma pessoa como a gente. Eles mesmos têm carro. Larga o carro dele lá, quebra um vidro, tira o toca-fita, vai embora. Outro chega de moto, a mesma coisa. Então, ele vê a gente, nós não deixamos. Como na semana passada, tentaram levar um carro. Uma freguesa minha, que era gente fina, dá alguma coisa para a gente, até roupa eles dão para a gente. Chegou lá, eu fui conversar com os caras. Falei: não. Cheguei e expliquei para eles. Aí ele falou: não, vou só tirar isso daqui e vou embora, não quero saber de nada. Se você está precisando ou não. Só que eles não tinham armas nem nada. Falei: aqui é meu ganha-pão. Sou pai de família. Porque já dá para eu levar o leite, levar um arroz, levar um feijão. Porque estou desempregado e você vai me prejudicar. Porque você tirando o toca-fita, levando o carro, você vai me prejudicar. Porque todo dia estou aqui. Outro dia a dona aparece com o carro: Cadê o meu carro? Vai chamar a polícia. Eu que estava tomando conta do carro dela. Ó eu na cadeia sem dever. Isso que eu falo. Tem várias pessoas aqui... (Comentário longe do microfone) Não levou, não levou porque cheguei, conversei direito com ele, e ele entendeu o ponto de vista. Ele chegou: você está aí, pode deixar, eu vou roubar lá para os outros lados lá. Deixou, até hoje. Mas de vez em quando aparece algum. Só que eles vêem a gente. Dois rapazes na rua, não mexem. Nós somos unidos, ninguém bagunça, não risca o carro. Não falo só nós. Mas, em outros lugares tem cara que o dono



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D32	2	ANA	C.E.E.	15.9.93		

do carro não dá dez cruzeiros, ou cinquenta cruzeiros, já querem riscar o carro, furar o pneu. Nós, não, não fazemos isso porque todos os dias estamos ali. Saio de casa cinco e meia da manhã, seis horas, chega lá e fica até sete horas da noite. Sete horas vem outro que toma conta a noite. Nós vamos embora. Nós estamos ali porque precisamos, porque não temos emprego. Porque se tivesse emprego, eu não queria isso para mim, principalmente meus filhos. Eu tenho dois filhos, moro na casa dos outros, porque não tenho casa. É uma vida... Nem vou falar mais alguma coisa, porque é difícil. É muita coisa. Porque o pobre passa muita coisa que no momento assim, não tem muita coisa para falar. Obrigado, só isso.

O SR. JOSÉ FÁBIO DE CARVALHO - Boa noite, sou do espaço Zumbi, da região de Campo Limpo. Trabalho com jovens e adultos e hoje não estava nem sabendo desta Tribuna. A Terezinha que me falou e me confiou para esta Tribuna.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Queria até te dizer, é importante você do espaço Zumbi porque nós procuramos fazer aqui uma discussão também dentre as discriminações, a discriminação da mulher, do deficiente, do negro. Quer dizer, passar essas questões da etnia e tal. E faltou até representante neste dia e o pessoal ficou de se articular para voltar segunda-feira às 10 horas para voltar a discutir essa questão. Então queria já avançar com o companheiro. Se tiver também interesse de discutir essa questão da discriminação da cor etc que também desse uma chegada na segunda-feira de manhã, se puder, se tiver companheiro da sua organização que possa, às 10 horas, embora a gente vá encaminhar para discutir algumas conclusões. Nós também amarramos um espaço para inscrever essas demandas, aqui na Comissão.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D33	1	ANA	C.E.E.	15.9.93		

A SRA. TEREZINHA - Sou do centro de convivência do trabalhador. O nosso objetivo maior é integrar as pessoas no trabalho, que é a coisa mais difícil que tem hoje. Primeiro lugar, porque eles dormem na rua. Eles não são pessoas de rua, mas devido a perda do emprego, às vezes eles ficam três, quatro dias, até um mês na rua dormindo. Nessas noites que eles dormem na rua, eles são roubados; quase todos, quase 100%. Ai, a maior dificuldade está ai. Eles ficam sem documento. Tem que começar a fazer tudo de novo para conseguir encaixar eles no emprego. Ai a gente faz toda documentação e procura integrar em algum emprego que eles já trabalhavam. Só que as empresas também usam e abusam dessas pessoas. Pelo fato de elas serem pessoas mais humildes, então eles pagam aquela miséria para os coitados, eles não tem nem como sustentar a família deles. Ai, o que acontece? Ou ficam na rua, ou vão morar num cortiço, porque não têm condições de pagar aluguel. Então, precisa ver se consegue alguma coisa melhor para esse povo, porque realmente está muito difícil trabalhar assim. Agilizar mais essa política de trabalho.

O SR. RONAM - Sou da casa de convivência do Brás também. Eu penso que uma questão muito complicada para o povo de rua é saber dos seus direitos, não saber dos direitos que têm e aqueles que por ventura sabem dos direitos, não tem acesso a isso por estar sujo, mal vestido e não tem casa. Até mesmo a questão do trabalho que a Terezinha acabou de falar agora, ninguém é capaz de dar trabalho a alguém que não tenha residência fixa. Hoje, mesmo quando eu vinha para a casa de convivência, eu vinha de carona com uma médica que trabalha em nosso hospital, e falando disso. Ela falou: por que o pessoal não trabalha? Eu falei: eu, na casa de convivência, é um trabalho voluntário porque sou religioso, temos hospital em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 905 do proc
N.º 196 de 1993
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D33	2	ANA	C.E.E.	15.9.93		

Pirituba. Eu disse para elas: eu não dou trabalho no hospital para alguém que não tenha residência fixa. Quer dizer, é uma questão de entrar no sistema. Eu faço parte desse sistema e agente acaba não conseguindo ter isso. Quer dizer, com muita dificuldade hoje para convencer o pessoal da diretoria, conseguimos ~~conseguimos~~ dar trabalho a pessoas que não têm residência fixa. E conseguimos ~~conseguimos~~ montar barracos para essas pessoas. Mas na verdade a gente não faz isso. E o sistema, a sociedade não dá emprego a quem não tem residência fixa. Quem está na xx rua e não tem residência fixa. Quem está mal vestido e está sujo, não consegue nada. Eu penso que qualquer lei que surja a partir desse trabalho, de assistência social, acho que para ser realmente uma lei que favoreça, que seja de assistência a essas pessoas tem que ser feita a partir dessas pessoas. A partir do clamor dessas pessoas, e também depois de promulgada essas leis, devem chegar até eles. Penso que essas pessoas não têm acesso aos meios de comunicação com o jornal, televisão e rádio. É muito pequeno o acesso. Deve-se pensar nalguma forma de as leis chegarem até eles. Depois, também os meios políticos, as repartições públicas que não dão nenhuma atenção a essas pessoas. Qualquer pessoa hoje, por exemplo, na questão da saúde, que é uma questão que conheço um pouco mais, qualquer pessoa que chegue hoje no pronto-socorro, que está com sua mochila, com seu galo, ele não é bem recebido, ou melhor não é recebido por estar sujo e mal vestido. Talvez nessas leis, tivéssemos que pensar também num trabalho de educação, humanização das repartições públicas. Eu acho que principalmente na área da saúde, que é das mais procuradas por essa população. Inclusive, hoje, atendendo algumas pessoas na casa, falei: tem que ir no posto, tem que procurar um médico porque aqui, só com curativo não dá para fazer



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D34	1	ANA	C.E.E.	15.9.93		

isso. Mas eles não querem procurar por causa desse mal atendimento que recebem. Porque são pessoas de rua, são vagabundos, são coisas, como o Niltxon já disse, na visão da maioria desses profissionais médicos. São coisas, não são gente. Então acho que deveria se pensar muito na questão de humanização, incluir essas leis, que são de extrema necessidade. A manifestação desses setores, principalmente o da saúde, que é uma coisa que conheço um pouquinho e sei que é muito mal assistido pela população, em qualquer hospital de São Paulo hoje e em qualquer outro lugar. Obrigado.

O SR. RICARDO RODRIGUES - Também faço parte da casa de convivência do Brás junto com os companheiros aí. Também venho aqui falar um pouco o que penso. Um certo dia um cidadão chegou na casa de convivência e passou para mim que estava com emprego arrumado, tudo encaixado já e quando foi para entregar os documentos dele, o pessoal pediu endereço e deu endereço do Odair. A partir do momento que ele deu o endereço do Odair, o rapaz disse: você não pode preencher a vaga porque você não tem endereço de uma residência. Aí, ele procurou a gente e perguntou o que fazer. O que fazer, porque ele não sabia quais eram os direitos dele e a gente fica pensando: será que existe uma certa lei que passa levar um a reclamação até essa pessoa. Ele não sabe disso. Poucas pessoas sabem também. Ele chegou e disse: será que não existe uma certa lei que obrigue a me dar esse emprego, até mesmo pagar um fundo, para ir para um fundo de moradia, para a população de rua? Porque a população de rua são as únicas pessoas que não têm um fundo de moradia. E o povo só vive dizendo que a população de rua tem que sair da rua. Mas o mais importante não é falar: tem que sair da rua, mas sim chegar, procurar meios que possam tirar eles da rua. Hoje em dia o salário da pessoa é o preço de um quar-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 907 do proc.
NO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D34	2	ANA	C.E.E.	15.8.93		

to para morar. Acho que não tem como resistir à vida, nenhum deles. Porque o homem de rua está sendo discriminado por todos. Hoje em dia ele é discriminado quando vai beber água, quando entra dentro de um banheiro. Hoje em dia eles usam as ruas porque não têm onde ir. Acho que é uma coisa que a gente tem que rever cada vez mais rápido. Porque a gente estar aqui discutindo, não é tão assim duro, mas para eles que sentem na pele, é muito mais duro. É isso aí.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu estava aqui tentando localizar um documento. A Rosana deve lembrar. Eu também sou da FUC, e teve o dia, não sei se o Cícero estava lá, o dia da instalação do comitê da fome, na FUC; não éssa coisa da fome para ser a copa, mas era uma questão mesmo política. E estava lá o Ciro Gomes, o Franco Montoro e o Lula. ~~Essa reunião da população da rua, o Vagner, esqueci o nome dele, e o Vagner é o filho do Ciro Gomes, e estava procurando o documento.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 908 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D35	1	Norma	CEE-Assist.S.	09.09.93		

e um representante da população de rua, o Wagner, foi ? Era o Wagner ? Esqueci o nome dele, acho que é Wagner, se não é Wagner é Walter. Eu estava procurando o documento, você leu o documento? Era um rapaz ~~MM~~ claro, meio galego, magrinho ? Não, Não, é outro. E que fez uma leitura de um documento muito forte, pondo todas essas questões, e entregou ao Lula, e exigindo que se realmente o Lula é candidato a Presidente que tivesse um compromisso na sua proposta com aquelas questões. E foi uma coisa tão marcante que depois nós recebemos ~~MM~~ aqui uma solicitação de que o Lula estava querendo ter novamente um ~~contato~~ contato com ele para poder conversar um pouco mais, e aí a gente ~~tentou~~ tentou fazer essa localização para o contato.

Então acho que se de um lado eu entendo e concordo plenamente que a situação é muito precária que, vamos dizer assim, se a gente pode dizer que o primeiro ato de ~~MM~~ cidadania é a pessoa ter a certidão de nascimento, que dá o nome, e ~~o~~ o segundo é ela ter um endereço, que dá o lugar, quer dizer, ela não é alguém sem lugar, ela tem um lugar onde pode ser encontrada, ela tem um onde, não é ? Quer dizer, ela tem um lugar, e que a população de rua é a população que está sem lugar, ela vive mas não vive porque não tem um lugar para viver, não é ?

Então é um contrasenso isso, e a primeira questão, até a própria cidadania da população de rua é ela deixar de ser população de rua, é ela se negar, enquanto tal, ela se organizar para deixar de ser, não é ? Que é toda uma luta mesmo em termos da ~~MM~~ transformação da sociedade. Então acho que é realmente esse fato, ele é muito difícil de lidar, porque ao mesmo tempo, como é que a gente constrói ~~MM~~ uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 909 do proc.
Nº 196 de 1983
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D35	2	Norma	CEE-Assist.S.	09.09.83		

proposta de apoio, de assegurar direitos, mas que não seja uma proposta assistencialista, não é? Quer dizer, acho que M foi muito colocado aqui - até o Milton quando fala para a gente dá até uma desesperança, de discutir essas coisas, porque, e aí? Nós vamos ainda gastar mais a nossa saliva, certo? Ou vamos aqui só ficar arrumando coisa para dar conversas ~~para~~ para político mas não ter na verdade resultado concreto, não é?

Então eu vou falar de minha parte, depois acho que a Vereadora Ana Martins, era importante até a gente falar, assim, pessoalmente, sobre isso, que nós estamos entendendo é que no caso essa comissão não é que ela vai mudar as coisas, acho que isso está muito claro, mas que a gente queria muito é que procurasse formar uma opinião na Câmara de São Paulo, que fosse favorável, que somasse, que fosse solidária com as lutas sociais na Cidade, quer dizer, eu acho que isso, conseguir ~~isso~~ ^{avancar} isso é importante, porque este espaço aqui não é um espaço que, vamos dizer, as questões fortes que estão acontecendo na sociedade apareçam, apareçam com força, quer dizer, nós temos aí a primeira tribuna popular com população de rua, ontem nós tivemos uma sobre a questão da creche, as tribunas populares estão sendo agora regulamentadas, quer ~~isso~~ dizer que é um espaço de democracia.

Então acho que isso é pouco, é claro que é pouco, mas é alguma coisa de como é que as lutas sociais deixem de ser caso de polícia para ser caso não de políticos mas de políticas para mudar as coisas, entende? E a gente vê que só tem chance para aparecer, para ser discutido, quando tem a violência, tem o saque, tem isso, tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 910 do Proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D35	3	Norma	CEE-Assit. S.	09.09.93		

aquilo, para virar caso de polícia, aí que dá manêhete, não é? Mas não efetivamente é, vamos ~~mesmo~~ dizer, preocupação com uma política, não é?

|Então, agora mesmo, nessa discussão da Lei Orgânica, que cria alguns benefícios, eu dizia para vocês, quer dizer, benefício para o idoso, e a gente propunha que fosse considerado idoso aquele com mais de 65 ~~anos~~ anos, ~~que tinha a idade de 60 anos, e a gente estava~~ ~~insuficiente, que vai de ser a partir dos 60, então a gente está~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 911 do proc.
Nº 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A37	1	ant.	com.est.	15.9.93		

Quer dizer, a partir de 65 anos. Pois está entendido que isso é inflacionário, que tem que ser a partir dos 70. Então a gente está discutindo, escuta, quantos pobres chegam até os 70 anos, porque a vida é tão ingrata que para chegar nos 65 já custa, nos 70 já dá uma meia dúzia. Então, como é que é isso? É uma proposta para ajudar a viver ou para ajudar a enterrar? Acho que é assim, formar uma mentalidade de defesa é realmente muito difícil. E formar uma mentalidade que não seja assistencialista. Quer dizer, ao mesmo tempo temos que pôr o problema, botar luz nele para todo mundo enxergar, mas ao mesmo tempo ter uma proposta que atendendo problemas faça com que ele deixe de existir. É quase uma coisa de mágico. Quer dizer, ele tem que ao mesmo tempo tirar o coelho da cartola mas deixar o coelho solto no mato. Quer dizer é um negócio que é uma magia que a gente tem que fazer e pela luta ir forçando, encontrando meios dos acaminhos. Então acho que ao mesmo tempo que dá esse desespero, poxa, isso podia ser tudo diferente, por que é que é assim? Quantas vezes a gente se pergunta por que tem que ser assim, por que essa perversidade, mas não dá para arribar. Acho que tem sempre uma soma qz compessoas que lutam contra essa maré. A questão é transformar essa minoria em maioria. Agora, como é que nós vamos nos juntar? Acho que essa é a discussão e como vamos fazer ser propostas, na sociedade de São Paulo, como vamos ter fóro, como va-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 912 do proc.
Q. 196 de 1997
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A37	2	ant,	com.est.	15.9		

mos botar essa questão, acho que é essa busca de caminhos que a gente está aqui procurando discutir. Acho que o principal é trabalho, como criar formas de geração de renda, como dar condições para as pessoas escolherem o que elas querem .

Vou passar para a Ana.

A SRª. ANA MARTINS - Acho que esses momentos de a gente poder conversar é quando a gente aprofunda algumas coisas, troca idéias para saber como que os vereadores, nós vereadoras , que somos 5 aqui, comprometidas com a população, como vamos descobrindo para onde deve caminhar nossas ações aqui dentro, porque é muito difícil. Que eu digo muito difícil, certamente as consequências que o povo vive na rua, ou o povo muito pobre, do salário muito baixo, são consequências que foram tiradas diretrizes organizadas do poder público. É consequência disso. E nós ainda na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, ainda somos muito poucos , mas nós existimos. A Rede Globo ela trabalha desmoralizando essas instituições para poder esconder aquela minoria que está ali dentro lutando e aí é que temos que somar, o movimento popular, a nossa luta parlamentar quando queremos fazer uma política de mudança. Então queria dizer que toda vez que o capitalismo na visão das classes dominantes, das elites, ela deixa milhares



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 913 do proc
UNLO 196 de 99
C funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A37	3	ant.	com.est.	15.9		

marginalizados, provoca isso. Então veja isso que está acontecendo com a indústria, a informatização, a automação, nós já temos dados concretos que o PIB brasileiro está crescendo a um mínimo crescimento ~~contando a indústria nas telecomunicações~~

~~região~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A98	1	regina	Assist. Soc.	15.9.93		

dentro da indústria, mas o desemprego não diminuiu, os salários estão cada vez mais arrochados, mais defasados. Então nós temos que ver essas questões de fundo. Quem é que está norteando, direcionando essas políticas? É aquele setor menor da classe dominante, que tem todos os seus direitos garantidos, todos os seus interesses ouvidos. Eu acho, companheiro, que nós precisamos sim compreender isso. E nós precisamos acompanhar — e até eu ia sugerir para a Aldaíza — (e de algum momento a gente conversar com a Zulaiê), fazer um debate sobre alguns projetos do Maluf, aquelas 10 prioridades dele em termos de obras, e um dos projetos do Maluf é o chamado "operação urbana centro vivo". Essa "operação urbana Centro Vivo", no fundo, no fundo, no fundo e no fundo, eu acho que a gente podia pedir uma audiência com Zulaiê, debater, e ahamar os que vão ser atingidos por essa "operação urbana Centro Vivo". Quem é que vai ser atingido? Eles estão fazendo uma reformulação aqui do Centro, que pega desde lá da Clóvis, Cambuci para cá, pega toda a parte do Anhangabaú, pega essa parte da Praça Ramos, República, é esse centrão aqui. O que ~~XXX~~ eles visam com essa operação urbana? São os ambulantes, que eles vão tirar. Porque é que nem uma limpeza, desculpem a palavra, e não na minha visão... São os ambulantes, são os homens de rua, são os meninos de ruas. É tudo aquilo que para a grande burguesia incomoda quando os olhos deles vêem. Porque quando passa 9 ou 10 da noite, se eles passarem ali na Avenida São Luís para cá, irão ver aquele mundo de homens de rua que ali ajeitam sua colchonete, seus panos para poderem dormir ~~XXXXX~~ debaixo do viaduto da Consolação, debaixo do... Vejam bem, nós temos de analisar o que é essa operação urbana Centro Vivo, antes que comecem a tomar medidas, antes que comecem a colocar isso em prática,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 915 do proc.
N.º 196 de 1994
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A38	2	regina	Assist. Soci.	15.9.93		

por aí. Acho que nós precisamos analisar isso, para vermos quem será atingido. São os ambulantes, ~~XXX~~ porque o ambulante é um vendedor frágil, a gente pode dizer assim. O que quer dizer "frágil"? É a pessoa dele? Não estou dizendo isso, mas é a condição dele. Não é isso? Que direito trabalhista tem o ambulante? Nenhum. É o homem ou a mulher a derua, as mulheres em número menor mas existem, os meninos e as meninas de rua. Porque aqui nesse tal de centro rico, que a gente vê tão bonito, essas coisas incomodam. E eu acho que se houver uma organização desses setores vai incomodar mais e precisa incomodar. Precisa incomodar para exigir mudança. E eu acho, companheiros, que não basta a boa-vontade dos setores mais empobrecidos, eu acho que nós temos de fazer uma política de organização, de esclarecimento. Onde estão as causas desse problema? É esse capitalismo explorador sim. É esse capitalismo explorador, que os mais ricos ficam cada vez mais ricos e os mais pobres cada vez mais pobres e mais numerosos. E nós precisamos somar com os setores sindicais. Quando a gente for analisar a operação urbana Centro Vivo, que atinge esses setores, teremos de chamar os setores solidários com a gente. Que são os setores sindicais, que são os setores do movimento popular organizado, que são os setores que vem ganhando espaço de organização para ajudarem a construir uma nova política, porque nós temos de ter ~~uma unidade muito grande com aqueles que têm algum pensamento comum~~
~~com aqueles que não vivem discriminados e humilhados~~
~~com os trabalhadores rurais, os negros, os estrangeiros, etc.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 916 do proc.
196 de 93
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A39 1	beth	assist. social	15.9.			

Uma unidade muito grande com aqueles que têm algum pensamento que se soma conosco. Aqueles que não tratam discriminadamente os homens de rua, as mulheres de rua, as crianças, os negros, os setores empobrecidos e mais atingidos por essa crise do capitalismo que só atinge os que trabalham e os que já foram empobrecidos. Vocês podem ver que essa crise não atinge banqueiro, não atinge grande empresário, não atinge os donos de terra e não atinge grandes políticos. Sabem quem eu chamo de grande político? O político do dinheiro que é ligado ao banqueiro, que é ligado ao empresário, que é ligado às grandes imobiliárias. Essa crise não atinge eles nunca? Só somos nós? Então, precisamos fortalecer a organização, fortalecer o esclarecimento desses projetos que eles fazem e precisamos formar, criar grande unidade com os setores organizados. Vai ser necessário agora, por conta da revisão constitucional, aprender que essa revisão não presta para nós porque ela está sendo feita de forma ilegal. Portanto é retrocesso, atinge o que é de democracia para os setores populares, atinge sem fundo aquilo que os setores populares garantiram na lei. Quando está na lei, basta que a gente organize um pouco que temos mecanismos de defesa porque vamos ao Ministério público, vamos para a Câmara, para a Assembleia Legislativa, cobrar. Eu sou PC do B e eu chamo essa revisão de golpista porque não discutiram com os setores organizados o que vai mudar. Não discutiu com a sociedade civil em um amplo debate. Não deixou claro o que eles querem com isso e o que querem - até dizem - que negociem e não porem nas conquistas sociais. Meus companheiros, se mexem nas riquezas do subsolo, se tiram o monopólio do petróleo da mão dos brasileiros, se mexem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 917 do proc.
NO 196 de 1959
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A39	2	beth	assist. social	15.9.		

com o caráter das forças armadas, com o caráter de fronteira do Brasil, que o FMI, os americanos estão dizendo há dois, três anos, que os países pobres não precisam ter fronteira. Temos que ~~SEM~~ entender isso. Isso é o que empobrece o povo. É isso que tira aquilo que temos de bem e temos que lutar para distribuir a renda. Mas, quando nossa organização estiver maior e tivermos condições de distribuímos a renda, não existe mais a riqueza para isso. E a revisão constitucional tem esse pano de fundo. Precisamos não abrir mão, não negociar. Nem mexe em direitos sociais. Não mexe nisso mas mexe naquilo que vai dar o direito de ter renda, o direito de ter independência e soberania. Eu para entender o que quero dizer. São as questões políticas de fundo. Esse ato que teve no Largo São Francisco na segunda-feira foi um ato de reflexão, de estudo mesmo. Aquela carta que sai de lá, toda a liderança precisa estar por dentro disso para defendermos que não pode sair essa revisão. Dia 29 de setembro é o dia nacional de luta contra a revisão. Hoje à noite, na OAB já tem reunião para preparar as atividades de rua, panfletagem, etc, para não deixar acontecer essa revisão. Era o que eu tinha que falar. Acho que temos que discutir o problema dos guardadores de carro, dos meninos de rua, defender o direito de centros de convivência existir. Vocês vão dar sugestão do que aqui na Câmara temos que ir enviando a cunha para garantir a existência e a continuidade dos centros de convivência. Temos que matutar isso e acompanhar questões mais graves que são golpes que dão na população trabalhadora do Brasil e naqueles que nem sequer vão tendo o direito de ter um trabalho com direitos garantidos na CLT, na Constituição. Era o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 918 do proc
N 196 de 1999
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A39	3	beth	assist. social	15.9.		

que eu tinha para falar.

~~_____~~

~~_____~~



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A40	1	vand	a. social	15.9.93		

O SR NILTON - Quando a senhora falava na questão de política, falava a questão da política, como garantir uma política. Na administração passada estávamos tentando garantir algumas políticas, principalmente com relação à população de rua. Chega uma nova administração e joga tudo no chão e tem que recomeçar, ficamos meses escrevendo, refletindo e depois aparece uma política que em cada 3 páginas tinha uma palavra que falamos. Vamos brigar de novo. Aí vai entra outra administração e esse política de nova cai por terra. Garantir uma política é muito difícil. Queria descobrir um meio para assegurar o mínimo necessário dentro dessa política que se faz porque a gente se torna como palhaço do poder público. O poder pública chama as organizações para poder escrever política. Daqui alguns dias a gente vai acabar escrevendo a nossa própria política, vamos viver a partir da nossa política. É aquele caso de fazer justiça com a própria mão. Vamos fazer um tipo de política que isso seja reconhecido entre os excluídos porque o poder público não leva em consideração a opinião dos pequenos. Geralmente a gente vê projetos, se cria projetos, agora vão fazer a revisão da constituição para que? Existem tantas leis que não são cumpridas. E quando se faz uma discussão popular usam termos acadêmicos. Teve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 920 do proc.
196 do 12 93
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A40	2	vand	a.social	15.9.93	nilton	

de rua e eles não entenderam nada. Isso é ruim porque os políticos não falam a língua do povo e quando falam é na época de eleição. Garantir alguma coisa com esse tipo de gente é muito difícil. Precisamos de leis que garantam de não mexer nas leis que são feitas. Vejo conquistas que foram tudo por água abaixo. Será que as organizações populares vão viver eternamente de sentar, revisar e fazer leis que geralmente a gente faz as políticas e elas quando estão saindo já muda a administração e já muda tudo de novo. É preciso forum do povo para fiscalizar isso porque de repente tem a primeira dama da onde, a primeira dama de lá que chegam e mudam tudo, ela vai priorizar conforme o seu grupo de amigo, a ponto da primeira dama roubar do povo para colocar na LBA, tirar da LBA que é do povo para dar para a família dela. Tem que se criar forum para que o povo tenha acesso de dizer: "senhora Fleury, a senhora não pode fazer isso porque isso tem que passar por um conselho popular, senão passa a senhora não tem direito de mudar as diretrizes e estar mudando as ordens." Não sei se vocês estão percebendo está esvaziando essa discussão popular. Os movimentos não estão mais querendo participar. É um erro? É, mas é o desgaste que está se tendo de tantas reuniões, de tantas políticas feitas sem nenhum efeito. O que tem que garantir é a intervenção do povo, de um forum, de um grupo dentro dessas políticas das chamadas primeiras damas que às



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 921 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário J. J.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A40	3	vand	a.social	15.9.93	nilton	

vezes cometem tantas desgraças para o povo. Para que a primeira
dama vai inaugurar uma casa? Isso não dá Ibope, não sai em televisão.
Temos que garantir isso porque se não se garz garante grupo popular
para estar estendo o dedo no olho deles, ~~minha intenção é garantir~~

~~minha intenção é garantir~~

~~minha intenção é garantir~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 922 do proc.
196 de 1999
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	1	morg.	CEE ass.soc.	15.9.93		

Acho que não vai adiantar a gente sentar, revisar e fazer leis.

O Sr. José Fábio - Acho importante a tribuna popular, e é importante a gente manter este espaço, porque é um espaço que a gente não tinha antes, o movimento ficava na rua, chegava na porta e pronto. Hoje temos que usar este espaço, principalmente agora como estamos vendo aqui na Câmara a proposta da população é a minoria aqui na Câmara. A maioria aqui deita e rola porque domina, qualquer votação que eles fizerem eles ganham e o que está acontecendo é o seguinte, hoje é um problema sério porque o Estado e a Prefeitura um é igual ao outro, a política é a mesma, por isso que não tem nenhuma proposta de defender a população. Agora, também uma questão que está colocada é a seguinte, o governador não tem proposta, o Prefeito não tem pra defender a proposta dos trabalhadores, mas o que acontece é o seguinte, o movimento todo está na rua brigando isso tudo, mas quando chega na outra eleição, de quem vota em quem nunca chegou na porta, isso que é o problema e aí que se colocou um negócio claro, fala não adianta mais organizar isso ou aquilo, acho que adianta, agora, o que eu acho que acontece é o seguinte, acontece que se organiza e chega na hora vai votar o quê? Eles votam para aquele que dá camisa para ele, o neguinho passou anos e anos brigando com a casa, educação, saúde, ele esquece porque a pessoa comprometida com o trabalho popular não oferece camisetas, não oferece brindes etc. Esse que está no movimento popular tem que fazer a reflexão deles próprios, que é complicado, isso aqui em São Paulo é sério, desde 92, quando estava o movimento tudo bem, mas depois o pessoal quem não está na luta não consegue o voto, o neguinho não vê como é isso. Chegou o exemplo aqui na Câmara, tem neguinho aqui que se elege



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 923 do proc.
LAO 196 de 1999
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	2	morg.	CEE ass.soc.	15.9.93		

com nenhum compromisso, tem o seu escritório, bom emprego, está aí, quando chegar no próximo ano se quiser sair candidato vai lá com o pessoal da favela e votam nele. Isso que está a questão em São Paulo um problema sério. Agora, outra questão é a seguinte, a questão social que devemos brigar hoje é com a revisão constitucional, porque o que está colocado aí é o que a Ana Martins colocou, é um golpe mesmo e está no Brasil hoje está havendo um retrocesso, todos os avanços que nós conseguimos nos anos 80 estão querendo tirar prá trás agora, volta prá trás, porque com essa onda do neo-liberalismo a nível internacional e nacional então, tudo que é popular tudo que é do povo não é preciso mais isso daí, eles deixam para o privado que eles estão, deixam para os empresários que eles controlam, um exemplo hoje é a privatização está demais, estão entregando tudo que nós construímos, Cosipa, Usiminas, Açominas, é um negócio complicado, e o BNDES, diz que é o Banco do Desenvolvimento Social, Banco de Desenvolvimento do empresário isso está colocado, certo, porque só agora com a questão da Copisa, foi 200 milhões de dólares que ele passou para outro empresário comprar ações, aquilo que foi feito antes que hoje as empresas muitas estatais que o próprio governo militar compraram, porque estavam na falência para o estado, para o empresário comprar, estão fazendo a mesma coisa hoje e aí está uma questão, e aí se pede o quê, que se investe 200 milhões de dólares na questão da pequena empresa, para que o emprego seja em São Paulo, no nordeste, em Minas, etc., e diz que não tem dinheiro, mas quando fala de emprestar para o empresário para ele acumular mais, ele tem dinheiro. E outro fato também, eles privatizam, modernizam, mas não aparece muito emprego. Se tinha com empregos não vai aparecer mais,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 924 do proc
196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	3	morg.	CEE ass. soc.	15.9.93		

eles podem até diminuir, é uma questão séria que está colocado hoje que
muita gente não está percebendo a coisa e ~~isso é uma questão~~

~~essa questão é de importância de ordem, não~~

~~isso~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
142	1	ant.	com.est.	15.9		

Isso que está a questão social e aí entra uma outra questão, essa da importância da tribuna, devemos trabalhar, sempre manter esse movimento mas ter esta linha-básica, mas ter ações estratégicas a nível de Brasil. Para mudar a situação do homem de rua, de toda população de São Paulo e no Brasil, precisa mudar a nível de Brasil a política. O Betinho estava colocando no jornal de domingo mas, tem a proposta pela fome nesta visão, nesta linha. Se a proposta dá combate a fome também visando que o governo levanta bandeira de outras propostas, queremos que o Itamar se comprometa. Cadê o dinheiro que está entrando da privatização? Não está entrando nada. Temos que brigar pelo combate da fome, mas pelo combate da miséria geral e para isso precisa de emprego. O produto interno está crescendo. Hoje estava marcada a greve dos bancários, os banqueiros deram proposta quase igual que os bancários queriam, sem brigar muito porque tem dinheiro. Quem não tem dinheiro é o pobre. Temos que combater, se organizar, mas ao mesmo tempo visando uma estratégia que tem que mudar a política nacional. Não adianta ao Fernando Henrique ficar abraçando empresário, porque não vai melhorar nada. Inflação não se acaba com boa vontade. O negócio de tentar pedir para o pessoal da FIESP diminuir os preços, não vai não. Não adianta ele sentar com os banqueiros porque os banqueiros sabem o que eles querem. Não interessa para eles acabar com a miséria. É uma massa falida, é uma classe trabalhadora



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 926 do proc
NULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A42	2	ant.	com est	15 9		

que está sempre renovando. Quando o empregado não está servindo para trabalhar eles muda. Quem deve lutar para acabar com a pobreza, com a miséria somos nós os pobres. Para se organizar, não adianta se organizar... votar em pessoas comprometidas. Vamos chegar o ano que vem com uma eleição complicada, dobrada, presidente, senador, deputado federal, estadual. se nós não sobermos trabalhar essa questão, vamos botar o fulano de tal lá, só que na hora do apoio, aquele fulano de tal (ininteligível) (fala fora do microfone)

O SR. _____ - O grupo de base, acho que para mim é ~~uma~~ uma mágoa profunda que eu tenho, que acho que a gente se acomoda com pouca coisa. Eu lembro-me que tivemos 4 anos de trabalho e nesses 4 anos nós nos acomodamos, então nesse 4 anos muda a organização, nesse 4 anos ~~que~~ que era da base não pensou mais em base e foi nesse 4 anos que tudo ficou por terra. Agora, está aí a próxima eleição. Até agora se fala pouco disso. Faltando um mês os brasileiros não têm memória histórica. O país que o pessoal se alimenta mal como vai LEMBRAR DE coisas que passaram. Não tem memória histórica e o que acontece? Esse brasileiro vai votar, por quê? Porque o brasileiro, às vezes, é que nem o rato que (ininteligível) o que o (ininteligível) ~~fez~~ fez? ~~Tamã~~ Tamã Condicionou. Você tem que tomar água e fazer isso. E o povo somos assim



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 927 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A42	3	ant.	com.est.	15.9		

nós devemos estar condicionando o povo, a gente mesmo tem que dizer assim, nós temos político que não presta, que é vagabundo, que não tem nem nome para classificá-lo. Mas a gente não faz assim. A gente espera faltar uma semana, faltar 2, 4, meses e aí começa a campanha na rua. ~~Aí que a culpa é nossa, nós que temos condicionado, que somos~~
~~os culpados, mas que também a nossa memória acaba sendo esquecida~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 928 do proc.
N.º 196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
43-A	1	Paula	CEE-Ass.Soc.	15.09.93		

...acho que a culpa é nossa. Nós ~~quetemos~~ consciência e que somos de base, nossa memória acaba sendo fraca porque a nossa alimentação é fraca.

O SR. _____ - Apenas para concluir, nós falamos da Câmara, mas também tem a Assembleia Legislativa. Qual é o papel dela hoje? Ninguém sabe. A coligação tem maioria 1ª. Alguns ~~partidos~~ partidos não têm nenhuma influência. Existem pessoas que querem dar um papel à Assembleia Legislativa, mas que não têm poder. Os partidos que estão com o poder não dão oportunidade. Achá que é importante essa tribuna para que a gente possa influir mais. Muitos movimentos em São Paulo começaram assim. Eles começaram e pouco a pouco foram crescendo. Nós temos movimentos bem organizados e temos como levantar bandeira para outras questões a nível nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati - PT)- Essas conversas me entusiasmam muito. Eu concordo com o que você disse: se achou que se tinha um governo comprometido com os movimentos e que já estava tudo acertado, mas não é isso, não. Acho que nessa questão que está sendo posta aqui temos que ser muito fortes como sociedade civil, independentemente de quem está no governo. Se há um governo do nosso lado, ótimo. Mas, temos que ter sempre a nossa força como sociedade civil. Não podemos abrir mão dessa força para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 929 do proc.
n.º 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
43-A	2	Paula	CEE- Ass.Soc.	15.09.93	Aldaíza	

depois não fraquejar na hora em que tiver alguém que não está do lado, na verdade, dos segmentos que são segmentos que vivem a maior espoliação - o pessoal fala que ficamos usando termos difíceis, mas, realmente, ~~é~~ o mais explorado. Uma coisa que ~~me~~ achei muito importante e que me marcou muito foi a fala do companheiro do movimento (?), ~~onde~~ onde ele faz uma análise de toda a situação. Inclusive, eu estava pensando que se essa Comissão tinha por objetivo fazer uma análise da pobreza na cidade, acho que a sua fala agora, companheiro, foi uma síntese muito boa. Eu diria que eu ~~queria~~ queria que a Comissão começasse com essa tua fala. Acho que você colocou o problema de fundo que temos para enfrentar. Você disse que as diretrizes de vocês acabam não sendo seguidas, que são postas de lado e tal. Então, temos que fazer essas diretrizes conhecidas. O que precisamos colocar nessa Comissão, ~~quer~~ dizer, no relato dessa Comissão, porque isso não vai virar só um documento, mas terá a possibilidade de se tornar lei; com possibilidade de construir cadernos para a população. Nós temos a possibilidade de fazer dessa comissão coisas que voltem. O nosso compromisso é ver como fazemos para voltar. O que quero ver é o seguinte: onde estão essas diretrizes da luta da população de rua? Vocês têm isso escrito? Isso está meio solto, marcando uma conversa? Dá para vocês fazerem de uma forma mais organizada e mandar para a gente? É possível? Nós tiramos desses encontros as diretrizes para dar uma continuidade. Eu estava comen-

tando com a vereadora Ana Martins...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 930 do proc.
N. 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A44	1	florência	CEE	15.9.93		

~~porque não queríamos, com a gente, que a gente não queríamos~~
~~que a gente não queríamos, com a gente, que a gente não queríamos~~
~~que a gente não queríamos, com a gente, que a gente não queríamos~~
que a gente não queríamos, com a gente, que a gente não queríamos
na sessão nessa trabalhar as conclusões desses grupos, de toda a discuss
são para que os vários segmentos da sociedade pudessem estar convivendo
dado para ouvir, debater. Que a gente fizesse uma tribuna ampla sobre
a conclusão a que chegamos aqui. Acho que essa coisa é bem importante.

Então, podemos estar acertando isso? Você teria es
se documento das diretrizes?

- Fala fora do microfone. Inaudível.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Ótimo. Se pudesse nos ceder,
nós tiraríamos uma cópia para fazer constar aqui da comissão. (Aparte
fora do microfone). Isso, o que tiver para poder deixar aqui registra-
do.

O SR. - Nós temos uma análise muito
boa da M^{te} Luiza Montes, acho, que é uma antropóloga USP que fez um es
tudo sobre a questão da cidadania, Direito Civil, que é muito interessan
te mesmo. Então, poderia mandar junto porque acho que contém coisas mu
to interessantes não só com relação ao menino de rua, mas a nível dos
excluídos.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu participei daquele debate



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 931 do
196 de 1980
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A44	2	Florência	CER	15.9.93		

com ela e foi realmente muito bom.

A Vereadora Ana Martins quer falar. E quero saber se alguém mais quer falar alguma coisa?

O SR. - Eu só queria endossar o que o José Fábila disse no sentido de que esta fosse a primeira de uma série de reuniões assim e que se procurasse insistir no convite as outras entidades que fazem esse trabalho pois, como o Nilton já disse e repetiu, está se esvaziando pelo cansaço, não é? Acho que talvez a gente pudes se fazer uma força para vencer esse cansaço, que a gente sabe que realmente é cansativa essa série de reuniões e que se tem perdido muito tempo, mesmo para quem está com esse trabalho direto ao público de rua, perde-se muito tempo nas reuniões e até mesmo na burocratização do convênio com a Prefeitura, que se torna cada dia mais burocrático e que cansa muito a quem fica à frente desse trabalho e perde-se muito tempo que estaria na assistência... Então, que esta fosse realmente a primeira de uma série de reuniões e que se investisse mais no convite, na insistência a esse grupo para estarem participando e ajudando nessa reflexão.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu acho importante e queria já aproveitar para dizer o seguinte - no dia 22, quarta-feira da semana que vem, às 10:00 hs., a gente debate aqui pontos de conclusão que foram discutidos aqui nas várias sessões. Estar aqui no dia 22 para a gente inclusive fechar os encaminhamentos às 10:00 hs. e vamos começar pontualmente, porque deve ser uma reunião comprida, porque vamos pegar a síntese

dos vários pontos e discutir encaminhamentos dos vários grupos que a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 932 do proc.
196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A44	3	florência	CEE	15.9.93	aldaíza	

que passaram para a gente discutir. Então, o próximo convívio seria no dia 22 às 10:00 hs. e nesse dia a gente trata de quais as formas de continuidade, certo? Aqui mesmo nesta sala; possivelmente vamos precisar de mais cadeiras se todos que vieram durante as várias reuniões chegarem. Mas vamos insistir muito nisso porque é um momento em que a gente vai discutir os pontos de conclusão. E eu aqui falando, falando, está presente a Assessoria da Vereadora Lídia Correa, a Raquel, que está se encontra aqui.

Não se encontram presentes os Vereadores Éder Jofre e Alberto Calvo. Mas as mulheres, como sempre, se fazem presentes. Não é nenhum feminismo, mas um pouco para acentuar essa presença.

~~A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO~~

~~... e a vereadora Lídia Correa, a Raquel, que está se encontra aqui.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 933 do n.º
N.º 196 de 1993
O funcionário J

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A45	1	Monteiro	C.Especial	15.09.93		

A SRA. ROSANA - Eu só tenho uma preocupação, não sei se ela vai ser muito válida. Mas é assim: eu sinto, eu sei que o meu trabalho é pequeno perto da dimensão e da demanda que a gente sente aí nas ruas. Mas eu sinto que também há uma interferência de pessoas, como eu já coloquei no início da minha fala da outra vez, de pessoas assim que eu não sei até que ponto não querem, não se interessam realmente por essa questão. Então, não só que isso seja levado para mais discussões, mas que a gente também tenha uma posição de quais as atitudes que a gente deve tomar em relação a isso, porque a gente que trabalha com isso sente isso o tempo todo, é contradição em cima de contradição e há muita pressão.

Então, como é que a gente pode estar também direcionando esse trabalho no conjunto aqui, para combater isso realmente, efetivamente. Não sei, é uma preocupação que eu tenho.

A SRA. ANA MARTINS - Eu queria, companheiros, como está terminando já, eu acho que nós temos que deixar constando o absurdo que é essa publicação do Sr. Secretário Curiati, "Panorama Social - A FAHES no Governo Maluf". Dá um balanço de seis meses e depois trabalha artigos e mais artigos absurdos e mentirosos. Uma Secretaria nesta Administração tem a ousadia de fazer esse absurdo. Financiado por quem? "Anglo-Latino, cursos e recursos para a formação de seus filhos." Para quem? E depois bate essas fotos aqui, bonitas, dessas escolas modernas, as criancinhas lá sendo bem atendidas, quem, quem?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 934 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A45	2	Monteiro	C.Especial	15.09.93		

Então, vejam bem, eu quero deixar o absurdo porque aqui tem vários artigos absurdos, mentirosos, uma que usa mentiras em relação à Administração passada. Mas tem absurdos aqui, tipo essa: "Curiali cria a Guarda Mirim Metropolitana", "Guarda Mirim sai em setembro", fazendo a divulgação dos programas dele e são programas que são contra os princípios da Constituição. São contra porque não respeitam o ser humano, o desenvolvimento da criança nas suas idades.

Mas o que eu queria dizer é assim: eles dizem que creches ligavam para o Disk-Erótico na Administração PT (eu não sou PT, sou PC do B), mas acho que devemos lutar primar pela verdade, lutar. Uma Secretaria não devia falar mentira, eu acho que a Secretária não respeita o Secretário lá deles, ou ele também vai no mesmo bolo quando ele põe artigos aqui.

Mas os absurdos que tem aqui é assim, olhem: "Os setores mais empobrecidos são utilizados em nome de Deus, da religiosidade", tipo essa aqui: "Primeiro destaque visa Deus. OS partidos de esquerda vão tentar mais uma vez agora, no Plenário da Constituinte, retirar do texto do Preâmbulo da Constituição o enunciado "sob a proteção de Deus, de autoria do Deputado Haroldo Lima, PC do B (está aqui que é do Maranhão, não é da Bahia), apoiado ainda pelos líderes do PT, Luis Inácio Lula da Silva e do PFD, Brandão Monteiro. Esse foi o primeiro destaque pela Secretaria Geral da Constituinte nessa última oportunidade que têm os parlamentares para apresentarem sugestões de mudança ao texto da Nova Constituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 936 do proc.
196 de 199
O funcionario

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A46	1	regina	Assist.Soc.	15.9.93		

quem não pratica a justiça na sua função de parlamentar, não pratica a justiça na sua função de empresário, médico, professor ou seja lá o que for, e aqui tem absurdos nesses boletim. Roubadas 118 creches em apenas 6 meses, porque são incompetentes, não vigia nas creches. Tem gente concursada e não chama. Porque são incompetentes.

Também tem um artigozinho aqui que certamente é parente de um dos secretários. Quem assina é a Dona Pita, Maria Pita. Deve ser parente do Secretário. Ela levanta no artigo aqui depondo contra as pessoas que ficam nos faróis. Dizendo da angustia que sofreu, o socorro que ela pediu para Deus, e que Deus protegeu ela porque ela ia ser não o que, o que. Então, vejam, usa o nome de Deus, usa o nome ... Por que? Porque as pessoas mais simples tem a palavra Deus, tem um sentimento religioso profundo, que são confundidas com essas coisas. E isso é usado em campanhas, isso é usado em revistas da Secretaria.

Era isso que queria...(Aparte fora do microfone)

Hem?

Isso, então companheiros, vejam bem: acho que esse é um dos motivos para nós nos fundamentar nos melhor mesmo. Nós sabemos que está cheio de embusteiros, cheio de enganadores, cheio de maracutaiss. Isso aqui é muito grave e com certeza fazem isso para desmoralizar quem trabalha com seriedade, seja aqui no parlamento, na Câmara, na Assembleia, na Câmara Federal e também aí no dia-a-dia, no fortalecimento que nós precisamos dar aos movimentos organizados, dar aos movimentos populares.

Só mais uma coisinha. Como nas sugestões, Aldaiza, tem aquela proposta de um fórum permanente, não é tão fácil pensar num fórum permanente, não é tão fácil. Porque os que vem, os que vem pela primeira



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 932 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A46	2	regina	Assist.Soc.	15.9.93		

vez, vários que vem dizem: "como é que nós vamos manter isso?" Porque há uma certa angústia que todos estão tendo, de onde se respaldar para aquião que ele diz, algumas conquistas, como é que nós vamos nos respaldar? Isso para não deixar a gente perder as conquistas. Mas existe a proposta de um fórum da Cidade, que talvez tenhamos de fortalecê-lo, porque o fórum da Cidade, que está sendo proposto, na hora que ele tiver 200 ou 300 entidades ele cria força. Por isso que nós temos que ver, porque está tendo muitos fóruns companheiros, de saúde mental, de saúde. Não dá para ter 30, 40 ou 50 fóruns. Não dá. Tem que ir criando condições de ter fóruns unitários. Porque assim fica mais forte e tem algum respaldo o que se discute e o que se faz. Então acho que precisa...

A SRA. AIDAIZA SPOSATI - Eu acho que você colocou cada vez que eu mexo mais nisso dá vontade de... É o seguinte, acho que seria uma das propostas, já que isso é ano um, acho que a gente precisava se organizar para fazer um momento de responder isso aqui todo mundo, coletivamente. Acho que isso aqui a gente vê como é que se contrapõe. E construir uma resposta a partir da leitura. Acho que a gente pode inclusive com as creches, o que é que é? (Pausa). (Aparte fora do microfone). A Rosalina? Não, ela... Aqui diz que a Rosalina ficou surpresa com o disque-erótico. Eu acho que vocês podem por aqui várias manchetes: "morreram duas crianças", coisa que nunca aconteceu há 12 anos. Nós podemos por uma outra manchete: "sumiram duas crianças de creche", Coisa que nunca aconteceu. Nós podemos colocar que ela fala assim: "comida para criança de creche pode ser de segunda qualidade", pode ser igual comida de cachorro. Nós ~~podemos colocar muita coisa que os jornais estão publicando, como que~~
~~não temos que fazer a contraversão a partir das coisas que~~
~~podemos colocar? Quer dizer, quantas pessoas da população de São Paulo~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E24	1	vand	a. social	15.9.93		

podemos colocar muita coisa que os jornais estão publicando. Acho que temos até de fazer um pouco essa contraversão a partir das coisas aqui que estamos falando, quer dizer, quantas pessoas da população de rua morreram e como se conseguiu que 329 pontos, e nem sei se são esses pontos de pernoite tivesse. O que sei, o que fui, foi uma briga imensa para abrir, por exemplo, fui lá no dia da abertura do abrigo do centro educacional da Mooca, e a briga que foi para estar lá numa coisa a força do padre Julio. E quero por aqui também uma manchete, fotos que tenha quando botaram fogo nas coisas aos trabalhadores lá embaixo do Viaduto Guadalajara. Dá para fazer a nossa versão num trabalho mais coletivo. Onde é que isso... O que são as contrarespostas dos jornais.

A SRA ANA MARTINS - Acho um absurdo esse programa do "adote uma ~~empresa~~ creche". Amanhã eles já vão inaugurar primeiro a que eles estão conveniando. E a entidade que está assumindo essa creche do Jardim das Camélias é o desdobramento do antigo CMV que agora quem é presidente é Silvia Maluf e que um grupinho está organizando para cuidar da creche de 150 crianças. E secundarizar a qualidade da creche como serviço público. Amanhã já é a primeira inauguração. E vai daí para frente porque eles ofereceram para as empresas. E quando a população se organizou, fez abaixo-assinado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 939
Proc. 196
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B24	2	vand	a.social	15.9.93	ana martins	

os empresários recuam porque eles vêem que vai ter problema. Vão por um grupo que não tem história, não é nem uma associação. É uma forma muito vulnerável de tratar equipamentos públicos que foram conquistados com luta. Vai precisar muita unidade nossa e não ações isoladas. Somos de ações mais fortes, mais unidade.

A SRA _____ Dia 22, às 10 h, para a gente
amarrar as conclusões. Muito obrigada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 852 do proc
196 93
C. Funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	3	dalva	C. Estudos	15.09.93		

haja dúvidas a respeito. São assalariados daquelas unidades prestadoras, é diferente de remunerar a direção que não é empregada, assalariada entidade, é diretor, é com outro caráter, com outra ~~in~~ inserção na mesma entidade. Então me parece não haver dúvida nesse ~~sentido~~ sentido. Com relação a gratuidade, a fala da Vereadora, também, não há divergências aqui. O que está se tratando nesse momento, é de ~~os~~ serviços prestados aos beneficiários que sejam ~~gratuitos~~ gratuitos. Não está se ~~tratando~~ tratando do regime de associação por exemplo, você pode formar essa ou aquela associação e cobrar, digamos assim, ~~mensalidades~~ mensalidades, taxas associativas dos seus componentes, dos seus associados, é uma coisa de uma outra natureza, aqui está se falando, é para cobrar ou ~~não~~ não os serviços assistenciais prestados aos beneficiários desta lei. Eu estou entendendo que não é para cobrar, justamente porque ~~são~~ são beneficiários dessa lei, não tem condições de pagar inclusive, está certo? Então, acredito não haver divergências, mas apenas diferentes manifestações do mesmo ~~problema~~ problema, aqui no caso.

O SR. LUIZ - Eu acho até que seja bom que essa discussão aprofundada, porque nós estamos estudando o campo opera-

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Folha n. 940 do p. 1
N. 196 de p. 92
C funcionario [assinatura]

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos p/a elaboração

de uma política de Assistência Social

Residentas Sra V^{ra} Aldaia Spasati

Em 20 - Setembro - 1993

Ao Sr. Assessor João A. Pimenta.
(via)

Folha n.º	941	do proc
N.º	196	de 1993
C funcionário	J. A. J.	

SEM REVISÃO

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Jh. de Freitas Muzzi
YHEREZINHA DE FREITAS MUEHI
escretora Tão. Depto. Taquigrafia
DT. 10



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 942 do pros
196 de 1993
O funcionário *Al*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO

DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

Membros : Srs. Vereadores

Lídia Corrêa

Ana Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada na Sala Tiradentes, da Câmara

Municipal de São Paulo, em 20 de setembro de 1993.

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati,

(Memo.CEE/nº 146/93, da Secretaria das
Comissões Temporárias).



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DI	1	morg.	com.esp.est.	20.9.93		

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Spasati - PT) - Damos início

à 11a. sessão desta Comissão de Estudos sobre assistência social.

No dia de hoje e na próxima quarta-feira, nós estaremos buscando construir a proposta final, resultados das discussões desta comissão. Antes de passar a palavra para a Liese e para a Maria Norma que trabalham com os relatórios das diversas sessões para começarmos a fazer aqui uma síntese dos principais pontos, queria de início assegurar, que sem dúvida alguma do ponto de vista da contribuição desta comissão à elaboração da LOAs, eu quero dizer que ela cumpriu o seu papel acho que em dois grandes momentos. Um primeiro momento que foi quando da realização da conferência nacional, em Brasília, que estiveram presentes vereadores de São Paulo, no caso, a Vereadora Ana Martins e eu, reafirmando a presença da Câmara Municipal, na Conferência Nacional, e não só isso, como também foi encaminhada uma mensagem da Câmara em relação à LOAs. Mas, mais do que isso deu para a gente poder concluir, que as inúmeras discussões aqui realizadas, subsidiaram o processo de formulação de emendas para o projeto do Executivo, da LOAs, principalmente quanto ao artigo 7º, que foi objeto até da nossa última reunião. Tive oportunidade, na sexta-feira, de conversar com o Deputado Eduardo Jorge, da Comissão de Seguridade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 944 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DI	2	morg.	CEE ass. soc.	20,9,93		

Social, que me relatou exatamente essa situação que aqui está apresentada pelo repórter Vanildo Mendes, no Jornal da Tarde de hoje, onde ressalta que amanhã será votada na Comissão de Seguridade Social o texto da LOAs, quer dizer, melhor do que isso, a deputada relatora do projeto, Fátima Pelais, deverá estar apresentando amanhã, na Comissão de Seguridade Social, o projeto, o substitutivo do projeto do Executivo e quando também depois, na quarta-feira, ele será enviado ao plenário para votação em regime de urgência urgentíssima. Isso vai supor que na quarta-feira temos duas votações em plenário, uma primeiro da aceitação do regime urgente urgentíssimo e depois uma segunda votação do teor já aprovado pela Comissão de Segridade.

Então, penso que do ponto de vista da legislação federal, o que neste momento nos resta, realmente, é poder encontrar os meios da necessária influência política, para que esta legislação seja realmente aprovada pelo Congresso Nacional. Mas, na quinta-feira, ainda falando sobre a LOAs, em Porto Alegre, eu dizia o meu ponto de vista, que gostaria aqui de reforçar que é o seguinte: mesmo que esta legalidade, que ela não chega a ser o termo já, entendo que o conteúdo da LOAs tem uma legitimidade, ou seja, dificilmente vamos retroceder daquilo que ali está contido. E como ali se realizava o I Congresso Estadual da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 945 do proc.
PAULO 196 de 1993
O funcionario *AA*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DL	3	morg.	CEE ass.soc.	20.9.93		

Assistência Social, entendi que até coloquei que ficava para o próprio governo do Estado avançar a sua proposta na direção do conteúdo da LOAs. E, do mesmo modo queria estar pensando aqui, do ponto de vista desta nossa comissão, porque ~~que a mesma comissão não pagasse~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 946 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2-D	1	Aula	CEE-Ass.Soc.	20.09.93		

Acho que cumprido esse papel histórico de subsidiar o projeto nacional, penso que podemos nos dedicar à noção reflexão sobre a proposta local de assistência social, quer dizer, municipal da assistência social. Do ponto de vista das conclusões há um capô para a gente pensar. Ah, eu já levantaria como um dos pontos, não que seja ele, efetivamente, que vá absorver as nossas conclusões, mas gostaria de increver que fosse um dos resultados desta Comissão de Estudos a proposta de realização pela Câmara Municipal da 1ª. conferência municipal de assistência social na cidade de São Paulo. Entendo que esse poderia ser um resultado indicativo, marcante desta Comissão porque as demais propostas poderiam ampliar o seu respaldo numa conferência municipal de assistência social. Pode ser esse título ou outro, mas alguma coisa neste campo. Quando digo "se não é esse título" é que se isso for prerrogativa do Executivo, mas que pensemos, realmente em propor qual seria o nosso campo do ponto de vista do Legislativo para poder fazer acontecer uma conferência municipal e, inclusive, propor aos parceiros dessa discussão a realização de um evento dessa monta marcando um novo tempo para a política de assistência social para a cidade de São Paulo. Então, fica como um plano de fundo essa proposta que me ocorreu na quinta-feira quando discutimos a realidade do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra para a Lieje.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 947 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2-D	2	Paula	CEE-Ass.Soc.	20.09.93	Lieje	

A SRA. LIEJE - Sou assessora

da Vereadora Ana Martins. Na sexta-feira passada tivemos uma reunião da assessoria do gabinete da Aldaíza, com a Norma representando o gabinete; eu, Lieje, representando o gabinete da Vereadora Ana Martins e Sandra, representando o gabinete da Vereadora Lídia Correa. Na ocasião, ~~xxxxxxx~~ tentamos recapitular algumas propostas que foram sendo apresentados no percurso da atividade desta Comissão. Uma dessas propostas foi lançada pela Maria Luiza Elufe da criação de um forum junto a Câmara Municipal, onde se pudesse dar continuidade a essa discussão sobre assistência social, levantando os problemas da área social com representação dos diversos ^{segmentos} ~~segmentos~~, mulheres, negros, organizações institucionais. O que ela levantava na ocasião é que vários desses segmentos tinham trabalhos, realizavam trabalhos, tinham propostas, mas eram realizações compartimentadas. Então, ela colocava a necessidade desse forum para que ~~xx~~ houvesse uma articulação desse trabalho e para que pudesse gerar propostas de políticas públicas para o município de São Paulo. Na ocasião, o Prof. Nazi sugeriu que incluísse nesse forum pessoas de dentro do Estado, principalmente nessa área do Judiciário para que a gente pudesse estar ouvindo os dois lados. Isso, especificamente, quando ele levantou a questão da violência.

Outro aspecto que vimos dessas propostas, no que diz respeito a Loas, essa colocação da Vereadora Aldaíza, ela



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 948 do arac
LNO 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2-D	3	Paula	CEE-Ass.Soc.	20.09.93		

já ~~marcar~~ nos esclarece. O que vimos era o seguinte: se até a conclusão da Comissão a Lei Orgânica da Assistência Social já estivesse em votação, o nosso papel nesse percurso já teria sido cumprido, que é subsidiar a própria lei e etc. O que nós ~~temos~~...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 949 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D3	1	florência	CCE	20.9.93		

já estivesse em votação. Então, o nosso papel nesse percurso já teria sido cumprido, que seria subsidiar a própria lei, etc. E o que nós teríamos inclusive e principalmente nessas sessões era nós voltarmos para as propostas locais. Foi isso que nós pensamos na sexta-feira, quer dizer, como é que nós poderíamos estar dando continuidade a essa discussão e ~~isso~~ tirando disso propostas ligadas às políticas públicas dessa área social no Município de São Paulo. E tiramos também na ocasião que eu apresentou aqui um roteiro do que seria esse relatório, quer dizer, como é que nós achávamos ou achamos que o relatório deveria ser apresentado. Primeiro, deveria constar quais eram os objetivos dessa comissão. Quer dizer, essa comissão foi criada com que propósito? Então, o primeiro item do relatório seriam os objetivos. A segunda parte do relatório seria o diagnóstico da cidade de São Paulo, que foi aqui muito bem apresentado naquela primeira sessão pela Profª Mara, pelo João Pamplona, pelo Médici, que deu aquela caracterização da questão da pobreza urbana. Então, nesse segundo item, seria um pouco caracterizar isso. Quer dizer, em que situação estamos trabalhando.

Um terceiro item seria esse que nós já consideramos que passou, seria essa ligada à questão da (ininteligível), mas que deveria estar registrado o que foi feito e o resultado. Num outro ponto seria a gente estar relatando não só esse diagnóstico da Cidade, mas qual foi a abrangência da discussão dessa comissão de assistência; quer dizer, que pontos nós ressaltamos, digamos, qual foi o leque de discussões que nós tivemos aqui, porque se formos nos lembrar, nós passamos por uma série de abordagens: nós pegamos tanto as entidades que trabalham nessa área a nível do movimento autônomo, nós pegamos as políticas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 950 do proc.
196 de 13
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D3	2	florência	CEE	20.9.93		

oficiais, nós ~~xxx~~ pegamos os órgãos institucionais, nós pegamos os diversos segmentos - mulher, negro, deficientes, idosos, crianças, adolescentes, população de rua. Então, nós tivemos uma abrangência grande nessa questão da assistência. E o último ponto seriam as conclusões a que nós chegamos nessa discussão e que proposições nós teríamos que apresentar. Quer dizer, essas proposições, claro que não significam uma coisa fechada e acabada. Poderiam até ser proposições como essa da criação do foro, até indicativo de criação de políticas públicas. Então, esse daí foi o que nós vimos que seria a abrangência desse relatório.

Então, o que nós gostaríamos que fosse discutido nessas duas pelas pessoas que participaram e nós chegamos até a pensar em ver se para quarta-feira, porque para segunda fica muito em cima, mas para quarta-feira ver se a gente ~~xx~~ convidaria pelo menos uma dessas pessoas que estiveram nessa discussão. Por exemplo, a Maria Luísa Eluf, que fez a proposta do fórum, que ela estivesse aqui presente; ~~xxx~~ o Nazib, ^{es} que tivesse aqui; a Graziela, da Casa Eliane de Gramont; e de como a gente poderia estar reforçando essa política pública na área da violência contra a mulher; O Pe. Lancelotti; um representante dos homens de rua; um representante dos Conselhos Tutelares; para que a gente desse uma fechada nessas propostas porque, por exemplo, nos Conselhos Tutelares ~~é~~ muito discutida a necessidade da manutenção, da implementação, de ~~equipamento~~ se equipar, digamos assim, esses Conselhos para que eles pudessem funcionar.

Na área dos meninos e meninas de rua foram levantadas várias questões como aquele acordo assinado pelos governadores. Como



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 951 do proc.
NÚMERO 196 de 1996
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D3	3	florência	CEE	20.9.93		

é que nós vamos trabalhar com isso e que propostas nós podemos tirar desse documento oficial assinado pelos governadores? Era o caso de trazer isso a nível de município. Por exemplo, o riquíssimo relatório que foi apresentado pelo CBIA e pelo LIDAS em relação à situação da criança na Cidade. [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 952 do pros
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D-4	1	alice	assist.social	20.9.93		

Quer dizer, o que é que a gente pode tirar dessa apresentação em relação à questão da mulher, que tem um órgão que está, vamos dizer assim, desativado a nível do Município, como é que nós poderíamos estar batalhando para regulamentação dessa lei que foi aprovada no fim de 1992. Então, o próprio Comitê de Morte Materna, que é da área de saúde da mulher no Município. Então, a gente poderia nessa parte final das propostas, a conclusão vai ser a seguinte, quer dizer a conclusão que nós chegamos é que precisamos implementar esta ou aquela política pública. Então, eu acho que seria o caso de as pessoas aqui ficarem lembrando essas propostas para a gente estar podendo fazer essa sistematização.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI = Quero fazer algumas sugestões assim no escopo do relatório. Eu acho perfeito iniciar com os objetivos e sugeriria que faça os objetivos, aquele ponto assim sobre a abrangência da comissão, quer dizer, um pouco a metodologia dela, já fosse junto com os objetivos. Quer dizer, fizemos tantas sessões, tantas pessoas foram ouvidas, e o percurso que nós desde o começo decidimos. Acho que aquele percurso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 953 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D-4	2	alice	as.social	20.9.93		

poderia ser isso. Depois eu concordo plenamente sobre o diagnóstico de São Paulo. Agora, acho que antes de entrar nos segmentos Criança Adolescente, eu, embora você tenha colocado, ~~em~~ acredito que a gente poderia fazer uma parada na discussão, vamos dizer, os atores institucionais e a legislação, ou seja, um comentário sobre o que a Lei Orgânica Municipal põe no campo da assistência social, eu acho que isso era um ponto interessante para a gente poder pensar, e isso face a LOAS. Digamos, o que a LOAS põe. Eu acho que a gente poderia fazer uma certa análise comparativa entre a Lei Orgânica e a LOAS.

A SRA. - Só um esclarecimento. Nesse ponto que nós estamos colocando aí como sendo referente a LOAS, quer dizer, nós poderíamos estar fazendo um desdobramento nesse ponto, e pegaria a questão da legislação, e de como se situa na Lei Orgânica do Município hoje a questão da assistência social, fazer um paralelo entre ela e a Lei Orgânica da Assistência, e nesse mesmo capítulo, não sei se a gente pode ter essa pretensão, nesse mesmo item colocar quais ~~x~~ foram as propostas que essa comissão apresentou de emendas à Lei Orgânica da Assistência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 954 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D-4	3	alice	as.social	20.9.93		

A SRA. ALDAIZA SPOSTI - Perfeito. Então, esse aspecto jurídico e institucional, e aí quando eu abordei essa coisa dos atores, antes de cair no segmento da população, os grandes órgãos da assistência social na cidade de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 955 do proc.
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D5	1	Monteiro	C.Especial	20.09.93		

Quer dizer, então a nível federal a LBA e acho que o fato da LBA ter sido presente a todo momento. Acho que esse fato foi extremamente marcante aqui na Comissão e a CBIA, que se fez presente e a nível federal Acorde nenhum dos outros órgãos tem. É só LBA e CBIA, nãoé?

A nível estadual, nós não conseguimos a presença. Quer dizer, houve realmente uma omissão, apesar de múltiplos convites, acho que isso era importante assinalar. Todavia, nós conseguimos um breve... um resumo das atividades da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, que acho que isto poderia até, num certo quadro comparativo, a gente poderia colocar os grandes fatores institucionais, como tem aqui o material da LBA, tem o material, no caso, da Secretaria da Criança e Família e é de pasmar, mas nós não temos nada do Município.

- o - o -

- Intervenção fora do microfone,

■

- o - o -

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati) - Do Estado tem este folheto, os ofícios que nós enviamos não obtiveram resposta. Eu acho que isso é importante estar lavrado, que nós não obtávemos resposta nem da Secretaria da Família do Município e nem da Secretaria do Estado,

Estou assinalando isso porque isso reforça, para mim, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 956 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	2	Monteiro	C. Especial	20.09.93		

idéia de se fazer uma conferência municipal, até para saber quais os vínculos que realmente os órgãos públicos têm com essa proposta da IOAS. Então, o nível federal se fez presente a todo momento e o municipal e o estadual não. Per quê? Não foi esclarecido que nem através, embora uma reunião esteve o representante municipal mas não compareceu às demais reuniões, sem a gente ter a clareza do porquê.

Outra questão que eu entendo que é importante nós também fazermos referência são aos órgãos de primeira dama aqui para o Estado e para a cidade de São Paulo. No sentido do Fundo de Solidariedade, a nível estadual, uma vez que é esse órgão inclusive que absorve o Programa do Idoso. Acho que a gente precisaria fazer essa caracterização e, em termos municipais, eu queria apontar, e acho que isso inclusive deve ser puxado para a conclusão, a situação de ilegalidade desse órgão que foi denominado "CASA", mas cuja criação dele já foi dado na Câmara, digamos, pela não legalidade do decreto do Prefeito e se acha inclusive o decreto, quer dizer, essa revogação do decreto, como matéria aguardando votação do Plenário. Então, acho que isso tem que constar da conclusão porque é uma decisão que cabe à Câmara Municipal e tem que ser tomada e das informações que a gente tem estão sendo passados recursos e atribuições da Secretaria Municipal para esse órgão ligado à primeira dama no campo da assistência social.

Então, acho que é importante caracterizar esta relação, digamos, institucional, que está posta no Município. Agora, cabe-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 957 do proc.
196 de 95
O funcionário *MA*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D5	3	Monteiro	C.Especial	20.09.93		

ria também, desse ponto de vista institucional, lembrar a questão do ECA também, acho que não só a IOAS mas a gente colocar também uma ponderação sobre o ECA, a existência do ECA.

E por que que eu queria colocar, chamar atenção ao ECA? Porque me parece também que uma das conclusões que eu sugeriria aqui apontar, não só essa questão da fragilidade, da legalidade de alguns órgãos, mas é que ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 958 do pros
196 de 196
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D6	1	emira	assist. social	28.5.93	aldaiza	

o Eca, é necessário, diria assim, uma certa, uma revisão da Câmara Municipal no sentido do seu ajustamento às proposições do Eca. Quero dizer que o Eca não foi popularizado para os vereadores, tanto que temos à nos defrontado, e isso temos colocado aqui, com vários projetos de lei, de autoria dos vereadores, em confronto com o disposto no Eca. Então, acho que esse é um ponto que precisaríamos colocar, e inclusive com essa indicação da relação com os conselhos tutelares e esse processo todo de fiscalização, da efetivação dos conselhos tutelares, e mesmo dos conselhos de direitos. Eu acho que este corpo jurídico-institucional, me parece interessante, e inclusive poderia também haver a sugestão — não sei, eu coloco isso para o nosso debate — de que houvesse uma mudança regimental, no sentido de que tivesse uma comissão específica para as questões da assistência social, da criança, do adolescente, dos excluídos, quer dizer, esse campo da cidadania, das exclusões, tivesse uma comissão especial. Especial no seguinte sentido: outro aprendizado que eu pude assistir em Porto Alegre. A Assembleia Legislativa de Porto Alegre tem uma das comissões permanentes como uma comissão de cidadania, e enfrentamento das exclusões. Então, talvez acho que mereceria aqui uma reflexão, mas seria de oportuno uma comissão permanente, porque a questão da criança está dentro da comissão de saúde, dentro de comissão de educação, mas transformada numa área da política social. A questão da assistência social nem tem, ela está no meio da saúde, da ~~prevenção~~ promoção social e trabalho. E acho que caberia, face a toda essa situação que nós propuséssemos que fosse acrescentada às comissões existentes mais uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 959 do 1966
N. 196 de 1966
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D6	2	emira	assist.social	29.5.93	aldaiza	

comissão permanente, no sentido da questão do enfrentamento, não sei, mas do título, do campo da cidadania, as exclusões sociais, as atenções sociais que tivesse aí algum campo. E acho que tinha aqui mais uma sugestão: o fórum, a questão da fragilidade das instituições, a proposição de uma conferência municipal... Eu tinha mais uma sugestão, mas me escapa agora, e já, já eu devo estar lembrando. Sim, depois acho que pelas áreas, não tenho, acho que é isso mesmo: criança-adolescente e cada uma das temáticas. Ainda era uma outra coisa, mas eu acabo de lembrar é que nós temos condição de fazer também uma publicação mais extensa dessa comissão, que pode ser o relatório, se a gente optar por um relatório mais extenso, mas pode ser ainda uma segunda publicação, se a gente, por exemplo, entender de pegar todo o extrato das falas e organizar no sentido de que ele seja um produto mais completo.

A SRA. LIEGE - Aqui neste quatro item, porque tínhamos colocado exatamente o seguinte: era pegar toda essa trajetória da discussão. Então, como no terceiro nós fizemos um desdobramento da legislação da assistências, a nível do Município, Loas, e fazendo a relação, eu entendo que nesse quarto ponto a gente pegaria essa parte do que você falou dos atores, como cada um fez, e a segunda parte desse item seriam os temas que foram discutidos, não é isso? Porque aí você estaria dentro do que foi a realização dessa comissão da...(ininteligível) seria, vamos dizer, o conteúdo. Que órgãos, que instituições, que entidades tiveram um papel nessa comissão, e que temas foram abordados e discutidos para depois você chegar às conclusões e propostas?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 960 do Proc.
N. 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D9	3	emira	assist. social	20.5.93		

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Acabo de lembrar o que eu t inha esquecido. Uma das marcas que fica para mim, desse todo, é, de certo modo, uma ausência do legislativo municipal da cidade de São Paulo, no que se refere às ~~ex~~ exclusões sociais. Acho que isso é uma marca. Uma ausência, ~~maximista~~ de um lado, da incorporação das novas legislações sobre esse campo, que são do Eca, ou mesmo essa direção do Loas, e ~~x~~ uma ausência também porque não tem uma comissão específica para esse campo, e a questão do desconhecimento dos vereadores, isso que a gente dizia em termos dos projetos. Mas, o que tinha assinalado, é que também existe uma ~~aus~~ ausência da Câmara em relação ~~xx~~ a essa comissão da cidadania contra a miséria, e contra a fome. Acho quem esse é um ponto importante, e num dos dias nós discutimos isso, e nesta proposta desta grande mobilização nacional, como é que a Câmara Municipal de São Paulo se posta. Acho que isso teria que ser um dos pontos da nossa conclusão. Não sei bem clara a proposição ainda, mas colocaria como um campo que deveria estar em destaque nas conclusões. Era a questão da fome.

A SRA. NORMA - (gabinete da Ver. Aldaíza) - Eu queria terer alguns comentários. Eu acho que até superando os objetivos a que nos propusemos no início dos trabalhos, da instalação desta Comissão. O que fica muito claro é que a realidade de São Paulo, a dura e penosa realidade da população pobre desta cidade, está muito aquém de qualquer coisa pensada, ou sistematizada, talvez, dos projetos de lei, da Câmara Municipal. Então, acho que uma das constatações é que existe um longo caminho a ser percorrido, um longo trabalho, e acho que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 961 do proc
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D7	2	emira	assist.social	20.5.93	norma	

essa idéia de uma comissão permanente da cidadania, diante de todas as constatações que foram possíveis verificar nesse percurso, seria fundamental, de relevância inquestionável e irrefutável. Eu gostaria até de estar lembrando que várias foram as propostas, e acho que essa questão que, de um lado, tudo o que foi levantado e analisado aqui, em termos de realidade, tem, em contra ponto, uma discussão superficial, periférica, e quando transformado em leis, não reflete a dimensão e a profundidade desses problemas. Então ficam criando leis, e aprovando essas leis, muitas vezes, que nada tem de correspondência com o real da população pobre. Então, eu fico pensando que uma vez aprovada a Loas, o capítulo organização-gestão da assistência vai ter que, necessariamente, passar por um momento de parar e refletir como é que vai se dar essa organização e gestão na cidade de São Paulo. A idéia é de uma conferência, ou seja lá o que título que recebedr essa questão de reunir pessoas dessa área, ou que de alguma forma estejam afetas a essa política, acho que não deva ser só representantes de instituições públicas, organizações não governamentais ou técnicas...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 962 do proc. 196 de 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D8	1	emira	assist. social	20,9.93		

deva ser só representantes de instituições públicas, ou organizações não governamentais, ou técnicos, acho que deve ser mais ampla esse fórum de discussão para pensar como é que vamos realizar em São Paulo a organização de assistência. Acho que é importante, porque acho que esse é um papel que devemos cumprir e inclusive enquanto legislativo na cidade. Era isso que queria acrescentar.

MA SRA. ELZA (LBA) - Aldaíza, quando você colocou o esquema aqui, eu fiquei me perguntando: com relação a ~~Loas~~ Loas, você colocou a relação entre Loas-município e Loas-federal. E a questão da Loas-estadual? Por que não vai se trabalhar essas primeiras damas, quer dizer, a nossa primeira-dama corre um pouco solta e a gente não sabe bem se o que ela faz está exatamente de acordo com a Lei Orgânica do Estado, porque tem no capítulo da assistência na Lei Orgânica do Estado.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu acho que esse foi um dos pontos que a nossa comissão acabou não tocando. Era tanta lei, e nos começamos fazendo uma leitura da Lei Orgânica Municipal, fizemos uma leitura da Loas logo no início da comissão, discutimos as emendas, mas nunca discutimos a Constituição Estadual e o que ela põe na assistência social. Acho que aí tem um ponto para cobrir, e confesso que eu não tenho examinado, mas tenho informes de que a Constituição Estadual estaria aquém, para não dizer até em confronto — eu não tenho análise, isso são só informes — com a ~~proposta~~ proposta da Loas. Então, acho que uma das conclusões que a gente pode tirar é um encaminhamento para a Assembléia Legislativa, no sentido de que seja feita uma revisão, uma proposta de emenda à Constituição do Estado, naquilo que se refere a parte da Assis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 963 do proc
L.O 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D8	2	emira	assist, social	22.5.93	aldaiza	

tência social. Agora, para isso precisamos fazer um estudo, e até eu tinha pedido para a nossa Assessoria Jurídica, e a gente pode reforçar o pedido desse estudo, talvez para o Wagner Batela, de uma comparação entre a Lous e a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal para verificar os ajustes necessários entre uma e outra. Acho que isso vale à pena.

Aproveitando que a presidente do CREAS - Conselho Regional do Serviço Social está presente, a Elisa Gonçalves, eu queria só dizer que estamos fazendo uma proposta, se um dos encaminhamentos dessa Comissão seja o de mobilizar forças e a Câmara Municipal, para puxar uma conferência municipal de assistência social. Quando a gente está dizendo, não sabe se chama conferência, ou não, porque isso merece um estudo que talvez seja de competência do executivo, ou não, se a Câmara tem condição de puxar, isso merece uma análise, mas eu sei que no caso lá em Porto Alegre, claro que era de âmbito estadual a iniciativa, mas a Assembleia Legislativa ~~pm~~ puxava também a discussão. A nossa dúvida é porque o Executivo não compareceu, não respondeu aos convites desta Comissão, e nem respondeu formalmente, nem por escrito, nem pessoalmente. Ao que parece, o legislativo está mais preocupado com essa questão, pelo menos do ponto de vista de uma construção democrática, do que o executivo. Então, este é um ponto, foi retomada aquela idéia do fórum, que foi levantada aqui, e essa questão do fórum estou juntando a ela a perspectiva de talvez uma comissão permanente na Câmara Municipal, porque aí, essa comissão permanente poderia ela mesma já ser esse fórum, inclusive com uma capacidade de interferên-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 964 do proc
n. 196 de 1993
O funcionario [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D0	03	emira	assist.social	20.5.93	aldaiza	

cia regimental. Ou, pode ser assim, ou pode ser aquela proposta de que
esse fórum seja um coletivo...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 965 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D9	1	valéria	assis.social	20.9.93		

~~que tenha só o espaço da Câmara para se reunir mas sem ter uma vida presente na Câmara. Acho que são dois caminhos. (A parte fora do microfone).~~

A SRA. LIEGE - FOI exatamente o que nós levantamos na reunião de sexta. Nós tínhamos de ver se esse fórum pode ser uma articulação dessas entidades que utilizem o espaço da Câmara sem estar dentro do regimento da Câmara. Por exemplo, se você sugere essa comissão, esse fórum poderia até estar subsidiando, vamos dizer assim, ter uma ligação, mesmo que não seja formal, regimental, mas que estivesse subsidiando o trabalho dessas comissões, pudesse ter um organismo auxiliar, um organismo de referência, porque aí você tem, se você constituir esse fórum, você pode ter o CRES, a LBA, a Casa Eliane de Gramont, uma entidade de mulher, do negro, etc., etc., que vá depender de determinados aspectos que a própria comissão permanente esteja levantando esse fórum possa subsidiar, possa promover atividades na Câmara, que possa vir a implementar essa discussão. Porque acho que idéia do fórum foi um pouco isso, quer dizer, cada um está fazendo sua atividade, desenvolvendo seu projeto e às vezes tem um lá do outro lado da cidade que está fazendo alguma coisa similar e não há essa troca de experiência, o fortalecimento daquela idéia ou daquele projeto.

A SRA. ALDAÍZA - Enao, penso que nós, até para que o fórum não rodasse solto, no sentido de não perder objetivo e tal, poderíamos pensar se a gente entender que toma força essa idéia de realizar uma conferência municipal, poderíamos já chamar todas essas forças para ir preparando uma conferência municipal, cujo preparo poderia já ser, ela, conferência



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 966 de 966
C. funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
89	2	valéria	assis.social	20.9.93		

não seriam pessoas de fora falando, seriam os próprios grupos que organizados de fora refletindo discutiriam o produto desse seu trabalho. Nós não iríamos fazer conferências externas, mas nós realizaríamos uma conferência municipal que já fosse resultado de um processo o mais próximo de base possível. Então, diríamos que ela fosse programada para ser realizada em março do ano que vem, quer dizer, uma coisa de um tempo para que ela pudesse ser preparada realmente num processo de base, juntando categorias, juntando movimentos, acho que a gente poderia fazer um processo e criando esse coletivo, que pode vir a ser um fórum, como um mecanismo preparatório para essa conferência municipal, digamos. Isso permitira, talvez, pôr em questão uma demanda, recebemos alguma coisa na Cidade, e sabemos que profissionais da SEBS, da anterior, na gestão Luiz Erundina, procuraram criar o que eles chamaram de fórum da assistência social, mas um pouco sem um laço, sem um lastro, acho que foi mais uma atitude de encontro de pessoas, mas sem um lastro maior na sociedade. Existe todo esse trabalho do Cres, que vai ter a segunda plenária da assistência social agora no dia 23, que já é um passo de âmbito estadual, mas sem dúvida juntando muita força no município, que já é um passo nessa direção, talvez a gente também juntar forças para uma conferência municipal. O que quero dizer é que seria muito importante, a meu juízo, que essa conferência municipal não fosse um processo institucional, quero dizer, ela é uma conferência promovida pela secretaria A, B ou C, mas que realmente a gente conseguisse o apoio de órgãos, ou seja, que fosse esse fórum que estamos chamando como um coletivo da sociedade, juntando forças que passam pelos mais diferentes espectros para a gente realizar mais um processo de fundo. Digamos, que a minha utopia é irmos por aí. Colocaria assim



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 967 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DLO	1	valéria	assis. social	20.9.93		

para ver se dá para dar base de realidade. (

A SRA. ROSANA - Eu tenho uma preocupação, não sei se é viável, mas quando trouxe o rapaz aqui para ele participar, foi colocado assim: Câmara? Vão filmar? Eles mal sabem como é que funciona uma Câmara Municipal. Então, levei isso para uma discussão mais ampla, mesmo pela minha ignorância por não saber se existe um atendimento ao público aqui dentro da Câmara, de estar dando um respaldo, de estar viabilizando algumas coisas. Então, quer dizer, ficou meio, e tentei levar a fundo a discussão com eles, de falar o que era a Câmara, e senti falta disso, de uma participação deles aqui, por isso que os trouxe, de como trabalhar com isso daqui para a frente, para que não se perca a qu stão dos trabalhos.

A SRA. ALDAIZA SPOSTAI - Até hoje está nos jornais uma proposta da ~~ma~~ Polícia Militar de não permitir o trabalho dos guardadores de carro e lembrei muito o depoimento do Cícero que até pela história que ele relatou quando terminava a função de guardador de carro para a segurança e evitando o roubo, o relato que nos fez na comissão. (aparte)² Exatamente o contrário, que o guardador de carro seria um estimulador, do roubo e não alguém que está realmente... Acho que isso deve possibilitar depois pronunciamentos. Eu só queria talvez mais uma vez dizer que poderíamos concluir por aí.

A SRA. ELISA - Do Cres. Teria mais uma proposta que parece que não foi contemplada entre as apresentadas, com as quais eu concordo. Diz respeito aos canais institucionais de participação popular, que seria um embrião, talvez, do conselho municipal de assistência a nível do município de São Paulo. Até tenho uma dúvida se poderia ser de iniciativa do Legislativo, ou se tem de ser do Executivo, mas se epensar num ante projeto de lei para criação de um conselho municipal a nível de São Pau-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 968 do proc.
196 de 913
O funcionario

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DLO	2	valéria	asis.socia	20.9.93		

lo para nível de assistência. Essa seria a proposta.

A SRA. ALDAIZA - Inclusive, a respeito, temos alguns exemplos de cidades, como por exemplo Santos, já aprovado, em Ribeirão Preto em aprovação. Acho que é interessante a ideia porque inclusive se pode até criar um nariz de cera de um projeto de lei que fosse objeto de discussão nessa conferência municipal, para poder ganhar força para tramitação, ele já resultasse de uma discussão. Poderia se pensar, acho que é muito interessante isso. Acho que ficamos com um corpo de conclusões que me parece interessante. Quer dizer, de um lado se diagnostica uma fragilidade das instituições da cidade de São Paulo, acho que a comissão para mim marcou muito isso, muito mais a presença de movimentos nessa busca de novas alternativas, do que propriamente das instituições oficiais, acho que isso foi marcante e não foi falta de convite, foi preferência da Comissão, foi da própria realidade, e a meu ver, essa verificação é muito importante, que reafirma uma hipótese que a Vereadora Ana Martins levantou, logo no início dos trabalhos, de que as instituições no campo da assistência social estão muito mais atrasadas do que a própria realidade, quer dizer suas alternativas estão muito aquém da realidade. Acho que essa hipótese da Vereadora para mim confirma plenamente. Daí eu colocaria que nessa questão de uma revisão se põe que a Câmara Municipal precisaria estar repensando a Lei Orgânica frente a Loas, a questão da incorporação do ECA, seu posicionamento quanto à fome e tudo isso nessa proposta de se ter, quem sabe, uma comissão permanente ligada à questão da cidadania das exclusões sociais, pensarmos o escopo de uma comissão. Ao lado disso pensar nesse coletivo, fórum não regimental de ir articulando com a proposta da realização de uma conferência municipal e me parece que aí a

cópia sugestão de encaminhar a proposta de um projeto de lei de um conselho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 969 do proc.
PAULO 196 de 1993
C funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D11	1	valéria	assis.social	20.9.93		

municipal de assistência social, que talvez merecesse o debate maior da conferência municipal, a idéia que essa conferência municipal nós já puxássemos essas várias representações para que ela não fosse uma conferência institucional, mas efetivamente das forças da sociedade civil. Acho que fazemos uma publicação. (aparte). Uma proposta para assembleia. (apartes). E mais o outro ponto de pensarmos na proposta de uma publicação, além do relatório, publicação do material. Isso exigiria juntar assessorias de imprensa e discutir como é que poderíamos fazer essa publicação, precisaríamos pensar. Penso que... (aparte).

A S A. - Eu só queria lembrar uma coisa, fiquei entusiasmada com o fórum. Nos vários bairros de São Paulo têm acontecido vários fóruns, várias entidades se reúnem, inclusive a LBA participou na semana passada na Zona Leste, em Ermelino Matarazzo, na própria sede da LBA funcionava um fórum de entidades que não tinham espaço e requisitaram o espaço da LBA. Então, a gente poderia ver, Aldaiza esses vários fóruns que existem, nos vários bairros de São Paulo, e também estar convidando, porque eles não têm um coordenador oficial, cada dia é uma pessoa que coordena, se bem que são sempre entidades praticamente aquelas não governamentais, mas acho que vale... (aparte).

A SARA. ALDAIZA - Perfeito, acho que faria aí, inclusive, uma proposta, não sei se até quarta-feira nós termos o volume maior de pessoas aqui. Quero dizer o seguinte: se nós desenharmos que seriam essas as grandes conclusões - claro, a rodada de quarta-feira permanece até se já tivermos...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 970 do proc
UN-O 196 de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DL2	1	Norma	CEE, Assist. S.	20.09.93		

~~material mais do próprio relatório a gente pode dar uma discutida, ver já um pouco os pontos, a comparação de lei, algum conteúdo a gente já poderia discutir, mas eu já sugeriria que a gente tirasse agora uma data em que faríamos já um convite para esses vários foruns, para apresentar as conclusões da reunião e para submeter as conclusões no sentido, por exemplo, da criação de uma conferência, de um coletivo aqui na Câmara para a realização da conferência, e a criação de um conselho municipal da assistente social. Quer dizer, acho que a gente já podia fazer um convite apontando isso, que é aí do espectro maior e tirarmos aqui uma data, sei lá se daqui a 15 dias, vinte dias, que desse um tempo de mobilização para a gente poder fazer aí uma reunião um pouco mais ampliada, entendeu? O que é que acham disso?~~

A SRA. LIDGE

- Aldaíza, só esclarecendo,

quer dizer, você manteria, nós manteríamos a reunião de quarta-feira agora, que desse para dar mais uma rodada de discussão em cima dessa proposta, dessa questão dessa proposta, que poderia até estar vendo se alguma pessoa, das que já participaram, a gente daria um telefonema, se viriam; seria uma coisa.

Essa que você está propondo, mais ampliada, já seria, assim,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 971 do proc.
196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
DI2	2	Norma	CEE-Amist.S.	20.09.93		

a própria apresentação do relatório, então eu acho que seria nesse prazo mesmo, de 15 a 20 dias, para a gente não ser um pouco idealista e fazer daqui a uma ~~semana~~ semana e não ter acabado, e não ter dado tempo, então talvez fazer essa de quarta com algumas pessoas dessas que participaram nesse percurso. ~~Marcaria~~ Marcaria uma daqui a 15 ou 20 dias, porque nós temos um prazo, me parece, até 07 de outubro, não é isso, ~~Norma~~ Norma e Paulo, que a gente viu naquele dia com o Jäder, não é? Para apresentar o relatório final, e a gente poderia estar pensando nesse período de 15, teria essa de quarta e marcaria já essa maior, talvez.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Talvez ~~podéssemos~~ pudéssemos até marcar o próprio dia 07 de outubro, aqui, de manhã, ou à tarde, ou no dia 06, ~~que~~ que é a nossa tradicional ~~quarta~~ quarta-feira, só que eu proporia, em vez de ser de manhã, talvez à tarde, às 6 horas, a gente chamar essa reunião ampliada para validar os resultados, os relatórios e encaminhamentos, e entregar no plenário o relatório na quinta-feira, dia 07, ~~eu~~ não sei, o que é que acham? -(apartes)- Podia ser? No dia 6, às seis horas, que tal? Acho que dá.

A SRA. LIÈGE(?) - -(fora do microfone)-Porque

ai talvez, Aldaíza, por exemplo, se tivesse essa de quarta a gente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 972 do proc
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	3	Norma	CEE-Assist.S.	20.09.93		

tentaria chamar mais alguma pessoa, depois daria uma semana aí para a gente estar pelo menos redigindo isso um pouco...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Podemos parar a gravação, não é ?

Tudo bem, acho que chegou. Obrigada.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Folha n.º 973 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário JAU

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos para a elaboração

de uma política de Assistência Social

Presidenta: Sr.ª V.ª Aldaize Spasati

Reunião em 22-setembro-1993

1.º Sr. Assessor: Jader A. Pereira
(1.º.º)

Folha n.º 974	do proc
N.º 196	de 93
C funcionário	<i>[assinatura]</i>

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISAO

[assinatura]

YHEREZINHA DE FREITAS BUZZI
Diretora T6a Depto. Taquigrafia
DT. 10



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO

DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidenta: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

Membros : Srs. Vereadores

Lídia Corrêa

Ana Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada no Salão Tiradentes, da Câmara
Municipal de São Paulo, em 22 de setembro de 1993.

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati.
(Sem Memo. da CEE. - da Secretaria das Comissões
Temporárias).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	1	Marcelo	Com.Estudos	22 09		

SEM REVISÃO

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Vamos dar início a mais uma sessão da Comissão Especial de Estudos sobre Assistência Social, hoje dia 22 de ~~agosto~~ setembro de 1993.

Esta Comissão ~~x~~ foi instalada em junho, portanto está completando hoje 70 dias, é uma comissão temporária, portanto, já estamos concluindo os trabalhos. Os objetivos desta comissão, segundo uma avaliação que foi realizada, tem cumprido os objetivos quais sejam, subsidiar a Lei Orgânica da Assistência Social, em tramitação na Câmara dos Deputados, lei essa que propõe uma nova organização e gestão para a área da assistência social, inclusive com o sistema único descentralizado também para essa ~~área~~ área. Esse grupo que vem se reunindo ao longo desses dois meses buscou reunir e congregar aqui nos trabalhos, durante as ~~x~~ sessões, representantes dos organismos públicos, instituições públicas, organismos não governamentais, entidades sociais, representantes de movimentos, de segmentos tidos como ~~excluídos~~ excluídos na sociedade brasileira, especificamente de São Paulo. Ouvimos os vários depoimentos desses ~~representantes~~ representantes. Acho que dessas discussões nós tivemos um produto importante e rico que foram sugestões e encaminhamentos para que se possa pensar a assistência social no município de São Paulo, na política de assistências sociais que busquem realmente ser uma política cidadã, uma política que tenha sobretudo a pers-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	2	Marcelo	Com. Estudos	21.09		

pectiva do homem, da população pobre desta cidade, ~~tem~~ tornando possível o acesso aos serviços, garantir e lutar pela qualidade desses serviços, essa qualidade na prestação desses serviços, estender ao máximo de pessoas esses serviços e, de certa forma, acho que o que está sendo posto é uma análise dessa realidade nesta cidade de São Paulo, não só da perspectiva ~~daqueles~~ daqueles que precisam dessa prestação de serviços, mas dos prestadores desses serviços, ou seja, do governo municipal, da gestão municipal e como interferir e como contrapor, muitas vezes, o quem está colocado para nós, cidadãos desta cidade.

Então, a gente está dando início amais esta sessão.

O objetivo hoje é estar concluindo, fechando alguns pontos que foram percorridos neste ~~perí~~ período, estar pontuando, concluindo e encaminhando propostas para serem trabalhadas. Na última sessão, segunda-feira, foram levantados vários aspectos trabalhados, inclusive, foi ~~sugeri~~ sugerida a ~~realização~~ realização de uma conferência, que não sei se é essa a melhor denominação, mas, enfim, o momento que ~~podíamos~~ pudésemos estar discutindo, estar refletindo, estar debatendo a assistência social no município de ~~São~~ São Paulo com os vários segmentos envolvidos nessa área, não só técnicos de organizações públicas, instituições ou representantes de organizações não governamentais, mas ~~na~~ a própria população que recebe a atenção desses serviços. Nós estamos entendendo que essa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	3	Marelo	Com.Estudos	21 09		

conferência vai ser um marco para se discutir concretamente, para dar
viabilidade a um projeto político de assistência nesta cidade. Então
isso seria organizado, a gente teria que pensar em como nós estaríamos
realizando esse evento, envolvendo o maior número de pessoas possíveis
para que realmente não fosse um evento promovido, ~~uma coisa um evento~~
~~representativo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	1	Marcelo	Com. Estudos	21 09		

mas fosse um evento ~~reproduz~~ coproduzido pelas pessoas e, portanto, com um grau de envolvimento mais importante, para que todos se sentissem realizadores desse empreendimento. A idéia, também, da instalação de um fórum permanente de assistência social em que pudéssemos estar dando um tratamento a todas as questões desta cidade no sentido de dar a exclusão e ou da má qualidade da prestação de serviços. Também foi uma idéia, inclusive e Nadir Curi Mezerani, que está presente hoje na sessão apresentou essa proposta durante uma reunião, que a gente acha que é importante a gente estar vendo a possibilidade de dar concretude a essa proposta. A gente entende que o Legislativo caminha ainda muito aquém da realidade da cidade, quer dizer, muitas vezes nós constatamos que os produtos desta Câmara não refletem a realidade da população paulistana. Então, o que a gente percebe é que o Legislativo tem caminhado de costas para a população, ~~não~~ tem produzido uma série de leis, de projetos de leis e leis que acabam sendo regulamentadas que não refletem uma alteração ou uma melhoria da qualidade de vida da população da cidade. Então, que ~~foram~~ formas nós ~~poderíamos~~ poderíamos estar encontrando a partir de tudo que foi discutido, debatido, analisado e refletido aqui nestes dias da Comissão, de mudança dessa realidade na Câmara, onde pudesse ter uma participação mais efetiva da população, desses segmentos que são atingidos até pelas propostas daqui ~~origi~~ originadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	2	Marcelo	Com.Estudos	21 09		

Então acho que a gente poderia dar início aos trabalhos desta manhã, já nessa perspectiva da conclusão dos encaminhamentos propostos ~~pe~~ por esta Comissão. Acho que a gente poderia analisar esses pontos que eu levantei e que foram tirados na última reunião, e aí a Elza estará presente e a Rosana estará ajudando, na recuperação desses pontos. Na verdade a gente tem que elaborar um relatório final, que ficaria a cargo das assessorias dos Vereadores que ~~constituem~~ constituem esta Comissão. Esse relatório vai ser apresentado para vocês, e a gente pretende fazer uma reunião ~~ampliada~~ ampliada, submeter o resultado, que é o relatório, ao conhecimento dos participantes dos trabalhos, apresentar a proposta da ~~realização~~ realização da conferência municipal. ~~Outras~~ Outras propostas foram também sugeridas. Então gostaria que a Rosana e a Elza pudessem estar falando um pouco.

A SRA. ELZA - Com relação ao corpo do relatório foram levantados alguns itens. Parece-me que ~~aproxima~~ a pessoa responsável pelo relatório é a Vereadora Ana Martins, relatora, em conjunto com os demais assessores.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Na ~~verdade~~ verdade, como relatora, ela fica com a responsabilidade do relato mesmo dos trabalhos da Comissão. Isso vai ser feito em conjunto com as demais assessorias,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	3	Marcelo	Com. Estudos	21 09		

demais Vereadores.

A SRA. ELZA - De início foi apresentado um roteiro ~~para~~ para a elaboração desse relatório onde a Ligie, que é assessora da Vereadora Ana Martins e ~~mais~~ a Norma, que é assessora da Vereadora Aldaíza, ~~conjunto a~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	1	Marcelo	Com. Estudos	21 09		

em conjunto também com a assessoria da Vereadora Lúdia Correa, apresentaram um esboço inicial que seria no sentido de ~~xx~~ se recuperar o histórico desta Comissão no relatório, a partir da recuperação se fazer uma caracterização do município de São Paulo, se pautando especificamente naquele relatório de ~~x~~ CBIA (?) quando se trata do perfil da criança e do adolescente no município de São Paulo.

Depois se colocaria ainda no relatório quais seriam os subsídios que seriam levantados aqui para estar sendo incorporados à lei, se bem que a gente sabe que hoje, parece-me, vai ser votada a lei, mas seria importante a gente estar registrando tudo aquilo que foi registrado aqui. Então isso deveria fazer parte do relatório.

x x x x x

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

x x x x x

A SRA. _____ - Agora, já que você fez essa provocação eu vou falar. Em cima das coisas que eu atrasei é porque eu estava ligando para Brasília para ter as notícias. Neste momento está sendo votado no Congresso o caráter de urgência urgentíssima. O problema que está tendo é que o Líder do PDT tirou a ~~x~~ assinatura dele de apoio à urgência ~~xxx~~ uregentíssima e nós não sabemos o que isso vai dar no ple-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 983 do proc.
N. 196 de 1993
O funcionário *JA*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	2	Marcelo	Com.Estudos	21 09		

nário. A Deputada ~~Re~~ Fátima Pelai, relatora, fez um projeto substitutivo que me parece que envolve ~~m~~ várias questões de idade. Devemos estar recebendo daqui a pouco por fax, ~~até~~ vamos ver se até o final da reunião a gente tem. A notícia é fresquíssima do que está acontecendo agora lá.

~~X~~ A SRA. ELZA - Então, prosseguindo aqui no roteiro do relatório, que foi levantado preliminarmente, seria então se colocação subsídios como registro do que foi levantado por esta Comissão e colocar também a abrangência da discussão da Comissão, porque na realidade, a partir do momento em que se discutia a questão da lei, a defesa da Lei Orgânica da assistência e vários segmentos participantes dessa Lei Orgânica da Assistência, então surgiram algumas discussões que praticamente extrapolaram a questão da lei e que seria importante estar se registrando essas colocações também nos relatório. Aí seria também falar ~~me~~ sobre os movimentos autônomos, as políticas assistenciais, as instituições públicas e depois conclusões e proposições.

Com base nesse relatório preliminar a Aldaíza fez algumas colocações tentando juntar alguns itens e acrescentando outros. Na realidade seria quando se falaria no histórico da Comissão e se incluiriam quais os objetivos, se ~~me~~ colocando também a questão da abrangên-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	4	Marcelo	Com. Estudos	21 09o		

cia e da metodologia de trabalho. A caracterização do município permaneceria porque, ~~ainda~~ afinal de contas, o Plano de Assistência está sendo colocado para o município de São Paulo. Faria-se também o estudo comparativo da Loas, da Lei Orgânica Municipal, do Capítulo da Assistência que consta da ~~Constituição~~ Constituição Estadual e também da Loas no órgão federal. Faria-se, então, essa análise comparativa e se colocariam as propostas que esta Comissão fez com relação a Loas.

A Aldaíza lembrou também que na realidade a ~~questão~~ questão da assistência não perspassa apenas o âmbito ~~municipal~~ municipal e federal, mas que no âmbito do estado além da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar, nós temos também o Fundo Social de Solidariedade que faz um trabalho social, aí já não foi a Aldaíza que falou, fui eu, que na realidade esse trabalho da primeira dama do Estado parece que corre um pouco solto porque não sabemos exatamente e não tivemos nem representação aqui se ela ~~cumpr~~ cumpre efetivamente ~~aquilo~~ aquilo que ~~ela~~ se propõe na área da assistência. Sabemos por ouvir no "Bom-dia, Governador", e algumas coisas em jornal ~~aquilo~~ daquilo que é feito, mas não efetivamente se aquilo que é feito é aquilo que se espera para a população.

Também teria alguns registros que seriam colocados ~~na secretaria~~ na secretaria, ~~na relação a criança e família~~ na relação a criança e família, ~~na comissão de assistência~~ na comissão de assistência, ~~na comissão de assistência~~ na comissão de assistência.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
4-A	1	Paula	CEE-Ass.Soc.	22.09.93		

...do relatório que seria com relação do CASA que é o Centro de Apoio Social e de Assistência. É um órgão de assistência e do Município de São Paulo. Me parece que já houve uma aprovação pela Câmara Municipal, a legalização desse caso...

A SRA. PRESIDENTE (Aldaiza Sposati - PT) - Pa-

rece que um dos pontos que ficou patente nessa comissão e que não conseguimos é a presença de órgãos oficiais à exceção da LBA. Apesar dos múltiplos convites, nós não conseguimos que os órgãos oficiais do Estado e da Prefeitura estivessem presentes no debate. Nós só conseguimos informações indiretas desses órgãos. E, dentre essas informações indiretas, aí seria sob o aspecto legal, o CASA embora já esteja sendo identificado como o órgão da primeira-dama municipal, ele foi constituído ilegalmente. Existia o decreto do tempo do Setúbal quando criou o chamado Corpo Municipal de Voluntários. Agora, isso foi mudado na atual gestão e foi, inclusive, um projeto de decreto legislativo de autoria do Vereador Ítalo Cardoso que aguarda o interesse da Câmara em votar esse projeto que foi dado pela legalidade mostrando que o Prefeito Paulo Maluf teve uma exacerbação do seu poder. Ele, para criar, mostrou uma força que ele não tem enquanto Executivo. Teria que ter poder de lei para isso. Teria que ser uma lei passando pela Câmara. Então, está se falando nesse órgão, no CASA, inclusive se passando dinheiro da Secretaria para o CASA, mas sem que ele, de fato, esteja legalmente constituído. Então, esse ponto que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
4-A	2	Paula	CEE-Ass.Soc.	22.09.93		

colocamos é que de algum modo teria que aparecer em nossas conclusões como nós vamos lidar com essas questões. * mais ou menos isso.

A SRA. - E com relação a um tema que também tem que constar no relatório é a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente que, pelo que me parece e foi colocado aqui, os Vereadores não tem amplo conhecimento do Estatuto. E, a partir do momento em que não se tem amplo conhecimento do Estatuto ou pelo menos que se aproxime do Estatuto, quando forem elaborar um projeto de lei tomem conhecimento dele. Parece que isso também vai fazer constar em relatório.

Outra questão é que além da possibilidade de se fazer um forum , uma ~~m~~ conferencia municipal de assistência social, pensamos em março do ano que vem. mas também se criar uma comissão permanente com relação à questão da cidadania onde estariam sendo trabalhadas as exclusões sociais.

Bom, com relação a todos esses temas, tudo isso deve constar do relatório porque ele tem que ser um retrato daquilo que foi discutido preliminarmente . E, depois, numa publicação desse relatório ou como uma publicação ou como um relatório para que as pessoas tomem conhecimento do que se discutiu na câmara porque , me parece, é um marco histórico porque a questão da assistência, da pobreza nunca foi trazida com tanta veemência como foi o caso da coragem da criação dessa comissão para discutir uma questão que é especi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
5	1	Paula	Ass. Soc.	22.09.93		

ficamente relacionada a pobreza, mas pensada enquanto à questão da cidadania. Não mais a pobreza enquanto a estrutura do favor, mas a pobreza enquanto um instrumento de luta para o exercício da cidadania.

Outra coisa que a Aldaiza levantou foi a importância de se fazer um projeto de lei da criação do conselho municipal de assistência social porque pela Loas tem que existir esse conselho. É importante a criação desse conselho embora as pessoas pensem que é mais um conselho. Mas, esse é fundamentalmente importante porque junto com esse porque além de ser um conselho paritário, estarão representados nesse conselho não só os usuários, como as entidades que prestam o serviço e também os órgãos oficiais. Ocorre que temos que ter muito claro que tudo que diz respeito a assistência vai passar pelo conselho. Então, na hora de eleger um representante que vai ser o usuário, que vai ser a entidade, temos que tomar cuidado porque sabemos que aquelas pessoas vão representar muitas outras. Então, a criação de um conselho não pode ser pensado apenas o aspecto formal, mas lembrar que a vida da assistência vai passar por esse conselho. Além do conselho tem o fundo. Na realidade, as coisas estarão interligadas e lembrando-se que conselho tem que lutar por cidadania e o fundo é o manejo da verba pública que vai para o fundo que também é um grupo paritário. Nós temos que estar muito ligados na criação do conselho. E parece que isso no município de São Paulo ainda não foi cogitado e a Aldaiza estava colocando a importância de se encaminhar um projeto de lei

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
5	2	aula	Ass. Soc..	22.09.93		

nesse sentindo. E, depois do projeto de lei, quando for a criação do conselho que nós estejamos atentos para saber que vai estar nesse conselho; serão feitas as campanhas para ver quem vai participar do conselho. Seria isso.

A SRA. PRESIDENTE (Aldaiza - PT) - Acho que a Elza fez esse retrato e a nossa idéia é de seguir esse rumo e ver se ele aponta a conclusão dos trabalhos desta Comissão. Estamos marcando...quer dizer, esse relatório tem que ser entregueno dia 7 de outubro. Então, estamos marcando uma reunião ampla no dia 6 para batizar esse relatório. Só que o sentimento que fica é de que dizer que essa Comissão termina apenas entregando o relatório, é uma coisa que fica no mundo dos papéis, dos arquivos e o que acontece? Acho que a expressão de vontade, de força, de compromisso de vários setores das diferentes reuniões que foram feitas na mesa, não dá para a gente entender que o caminho é esse e que cumpriu-se o objetivo. A comissão tem o relatório, coloca na prateleira, publica e tal. Então, acho que esta questão levou muita gente a entender que a comissão permitiu um ffronte a frente entre vários setores que não tinham conversado. Não é porque eles não queriam conversar, mas esse espaço de diferentes setores que lidam com a questão da assistência social de diferentes formas, como o movimento da criança, do idoso, da população de rua, enfim, todo esse campo não tem um espaço onde essa conversa ocorra de maneira que possa ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
5	3	Paula	ASS. Soc.	22.09.93		

~~extremamente~~ prolongada. Acho que a primeira questão que quero assinalar e como foi ponto de uma das reuniões, a necessidade de ter um forum, e tem um campo aqui na Camara para essa conversas acontecerem, para fazerem denúncias e etc. O que proponho é o seguinte: que a Comissão, do seu primeiro ponto de vista, que era ela, influir na LOAS, ela teve o seu papel, quer dizer, ela conseguiu discutir a LOAS, viu a possibilidade de mandar emendas. Nós estamos no mesmo ritmo do que está acontecendo. Agora, fica a questão: e o município? O que a gente sente é que a LOAS é a LOAS e que ela coloca uma série de atribuições para o município. Existem uma Constituição ~~municipal~~ ~~estadual~~ Estadual que alguns dizem, inclusive, que ~~ela~~ ela está de costas para a Lei Orgânica. É uma discussão que temos que fazer, mas não fizemos ainda. A Constituição estadual, se ela é mais atrasada ou não do que a Lei Orgânica. Nós também não discutimos o suficiente se a Lei Orgânica Municipal, no caso, teve, realmente, tudo aquilo que a gente discutiu e que a nova regulamentação da Lei está pondo. Quer dizer, temos mais um campo para avançar.

Nesse quadro todo, a proposta que ficou de tudo o que surgiu nas diferentes sessões é que mais do que uma Comissão que encerra os trabalhos, esse nosso momento que se estendeu por dois meses e meio fosse mais do que o início de um processo do que um encontro para uma discussão que termina com o relatório. Então, nessa perspectiva que fizemos uma proposta para ser avaliada: será que não poderíamos ter como meta a realização no ano que vem, numa con-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
6	1	Aula	Assist. Soc.	22.09.93	Aldaiza	

ferencia municipal de assistencia social na cidade de São Paulo.
Por que estamos falando no ano que vem? Seria no sentido de que
essa conferencia não fosse uma fala dos entendidos, por exemplo,
fala fulano de tal que entende ~~isto~~ disso, o órgão tal que faz isso
ou aquilo, mas que a conferencia fosse uma resultante de um trabalho
que a gente desencadearia a partir de agora provocando discussões
conjuntas retratando toda a situação que a conferencia já pudesse
ter mesas, por exemplo, da base, de quem está com a mão na massa
para uma proposta. Não seria uma conferencia dedutiva, ~~mas~~ de cima
para baixo, mas uma conferencia onde pudessemos estar discutindo
~~o processo~~ e reunindo forças para fazer isso. ~~Porém~~ Onde? Po-
deria ser na Câmara um dos apoios para essa conferencia, mas que
não fosse uma conferencia bancada pelo Estado em qualquer uma das
suas formas. Mas, que fosse uma conferencia organizada pela sociedade
civil com a presença, o apoio se for o caso, e de órgãos do Estado.
Estive presente em Porto Alegre na semana passada e ra o 1º Congresso
Estadual e eles criaram uma comissão de articulação interintitucional,
quer dizer, de todos os movimentos que trabalham na assistencia social.
Então, é um campo muito mais aberto para todas as instituições.

A primeira proposta é essa: será que nós contin-
nuaríamos esse processo criando um processo que poderia ser essa forma
de forum, um coletivo que tem por objetivo criar, construir essa
conferência, onde uma das resoluções pode ser a de ter um forum
permanente na Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
6	2	aula	Assist.Soc.	22.09.93		

Uma outra indicação é de que entre as comissões permanetes, aqui tem a Comissão de Educação, a Comissão de Saúde Trabalho e Promoção Social e que, por exemplo, teríamos uma comissão permanente que trabalhasse com a questão da cidadania, a questão das exclusões sociais. O que a gente percebe é que não tem um leito, um abrigo aqui na Câmara para essas questões que a gente discute. Elas resvalam em várias comissões. Por exemplo, essa resvala na Comissão de Educação ou a questão da assistência social resvala para essa outra discussão no meio da saúde e tal e a gente não tem um leito, um lugar mesmo para essas discussões. É um espaço a ser construído. ~~Até agora não temos uma posição para a~~

~~da Câmara de São Paulo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	1	dalva	Assistência Social	22.09.93		

...(...).. nós não temos uma posição para a cidade de São Paulo, neste campo, clro que quando nós falamos cidade de São Paulo, é sempre um problema do tamanho de um bonde, que nós estamos falando em dimensões que não tem outra cidade igualm quando galamos em dimensãoo do estado, a nossa cidade é mior que o estado de Pernambuco, então os esforços que nós temos que fazer é muito grande, todavia, embora isso nps temos muito investimento em termos demovimento, muita comunicação em cima da questão, que é uma maneira, como que que a gente juntar isso tudo, discutir e tirar uma proposta. ~~Muitas~~ Muitas das minhas preocupações, é no sentido, de que o relatório que aas suas conclusões não fosse só uma indicação, para que o sujeito, não sei quem, entendeu, então vamos fazer uma pauta para apresentar para a Secretaria da Família do Bem Estar, para essa ou para ~~a~~ aquela, mas se a gente pudesse, essa proposta da Secretaria, tomar esse processo nas mãos como processo de organização da sociedade civil parza a gente poder caminhar para uma conferência. Se agente estiver ~~pensando~~ pensando num trabalho, mas ~~se~~ gente tiver fôlego e entender que poder ser esse ano, eu acho que essa questão de tempo, só foi uma indicação, no sentido que a gente, que a conferência fosse um ato de fecho, um patamar de um processo para começar um outro passo, mas que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	2	dalva	Assistência Social	22.09.93		

a gente não organizasse alguma coisa, vamos dizer assim, às vezes pelo tempo, não custar suficientemente as vários grupos para poderem se fazer presente nesse debate, e a gente ter as várias propostas para discutir. Então eu acho que isso paramim, é um dos pontos mais polêmicos do ponto de vista do relatório, porque isso insinua que a gente assuma mesmo um processo para estar realizando um processo de mais fôlego na cidade. Eu acho que ~~isso~~ essa proposta eu colocaria na mesa, para saber o que os presentes aqui acham se dá para assumir isso ou não.

* * *

- Fora do microfone.

* * *

A SRA. ROSANA - Eu só tenho uma dúvida em relação quanto ao instituído, no caso da Lei Orgânica, em relação a Constituição. Esse estudo ele vai ser realizado junto a esse fórum para poder ser apresentado nessa conferência ou não? Ou se esse estudo vai ser para o acompanhamento, apenas para discussão no seminário?

~~XX- SRA. ROSANA~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	3	dalva	Assistência Social	22.09.93		

A SRA. _____ - Esse estudo que você está se referindo e essa comparação das leis? (Pausa) Em louvor a a minha imaginação, era o seguinte: ~~deixar~~ se a gente tirar mesmo por esse, por criar esse coletivo, sendo como adjetivos próximos a realização da conferência, eu acho que esse coletivo, vai ter que tirar pautas de trabalho, e uma dessas pautas, é tomar uma posição quanto as leis, a lei orgânica, constituição, e esse pode ser um dos pontos da conferência e fechar uma posição lá adiante. Que pode ser daqui um mês, dois meses, eu acho que isso é uma discussão, e um dos pontos de pauta seria nesse coletivo, ter um subgrupo pegando essa discussão de lei. Outro grupo estaria discutindo, atenção a população de rua; outro que está discutindo diretrizes de trabalho com a população de rua; outro que está discutindo a questão da criança do ponto de vista, mulher, em fim eu acho que a gente aqui estaria um elenco, e isso seria para apresentar uma ~~na~~ proposta para a gente achar que é por aí mais organizada no dia 6, e aí ~~na~~ que também se discutirmos, aproveitando aqui a presença da Ana, do Conselho Regional, a plenária agora dia 23 ~~na~~ sobre Assistência social, também saiu a indicação ~~na~~ de levar essa proposta para essa plenária, e daí já permitir também a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AA	4	dalva	Assistência	social	22.09.93	

regimentação, que caminha nessa direção, já uma proposta e tal já articulada, para a gente poder caminhar. Então ~~digamos~~ digamos que isso superaria, quer dizer, não é contar que a conferência é só marcar dia e lugar, e convite, quer dizer, eu acho que nós temos que criar as condições de realmente, análise, e discussão de vários pontos, para que a conferência ~~que~~ já fosse um processo já terminando uma maturação de ~~as~~ algumas coisas, e tomar algumas posições e tomar algumas posições e ~~começar~~ começar o debate. Eu entendo, quer dizer, na reunião passada nós discutimos, a idéia de estarmos ~~fechando~~ fechando as propostas para o relatório da comissão de assistência. Então essas idéias, elas começaram a surgir, nessa reunião, e existe essa necessidade das propostas ~~se~~ se amadurecer, quer ~~dizer~~ dizer, isso é um ~~processo~~ processo, não vamos estar levantando estar aqui levantando propostas para esse relatório dada a uma perspectiva de ~~continuidade~~ continuidade, então por exemplo, quando se coloca a necessidade de discutir a constituição estadual, e fazer esse estudo ~~compativo~~ compativo com a lei orgânica do Município, isso é uma diretriz que essa comissão toma de uma ~~continuidade~~ continuidade de desse trabalho, nós nessa discussão toda que tivemos aqui, sentimos necessidade, já que o Município, não é uma ilha isolada do con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	1	dalva	assistência	social	22.09.93	

texto do Estado, mesmo da Federação do Brasil, então nós tínhamos que ~~ter~~ esse parâmetro, como é que assistência é ~~trata~~ tratada a nível de estado, e como é que nós podemos caminhar junto com o Município. Porque o Município está dentro do Estado, se ~~você~~ você destina determinar as políticas públicas, você tem que estar no âmbito global também, então eu acho que essa é uma perspectiva que se abriu na ~~na~~ discussão. A outra, quando se coloca a ~~na~~ necessidade da comissão permanente, se você define uma comissão permanente, claro que ainda nesse momento ela não vai estar ~~partin-~~ do do zero, porque ela teve toda uma discussão e um precedente dessa comissão especial que existiu, quer dizer, essa comissão especial, agora, da qual nós estamos aqui fazendo parte, chegou a conclusão de que para você dar uma continuidade no âmbito da Câmara Municipal e no âmbito do legislativo, é necessário você ter uma comissão permanente que vai estudar essas ~~questões~~ questões no ~~o~~ âmbito da Assistência social, onde vai estar englobando todos esses setores que permeiam todas as outras comissões: seja criança, adolescente, mulher, etc... Então isso é uma coisa. A conferência municipal, eu acho uma idéia interessante, agora, claro que para, se a gente for vê são foruns diferentes, ~~essa~~ essa conferência, apesar de ser uma decisão do executivo, como ocorre com a conferência municipal da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8	2	dalva	Assistência Social		22.09.93	

saúde, que vai acontecer agora no dia 25 e 26, ela até para existir, ela necessita desse Conselho Municipal, então por exemplo, eu acredito que o primeiro passo, seria a própria proposta para o projeto de lei de constituição desse conselho municipal, quer dizer, aí que a gente precisaria até ver, essa comissão permanente é que vai elaborar essa proposta do conselho municipal, porque a gente tem que ver as coisas, em perspectivas e nas etapas, que elas devem acontecer, então por exemplo, somos nós aqui que já vamos tirar essa idéia do conselho municipal e já vamos amadurecer de quem vai estar contemplado nesse conselho, porque todos os conselhos a nível do município eles tem, ~~xxxxx~~ contempla a comunidade, os funcionários da área no âmbito do ~~município~~ município, e ~~xxxxx~~ contempla os órgãos institucionais também, então quer dizer, isso é uma outra coisa que nós vamos ter que ver aqui, nós apenas vamos apontar isso como propostas eu nós vamos dar alguns indicativos dessa proposta, porque aí sim, eu acho que esse próprio conselho, é que vai amadurecer, e eu concordo, com a Adaíza, quer dizer, não dá para a gente pensar numa conferência municipal de assistência até dezembro, claro que tem que ser em 94.

~~Assinatura~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A9	1	ANA	C.E.E.	22.9.93		

e a condição permanente da Câmara, que é uma coisa no âmbito do Legislativo. Porque quando discutimos esse conselho municipal, já foi um avanço, vamos dizer assim, ou até paralelo com a idéia que surgiu aqui do fórum. Algumas pessoas daqui estiveram presentes na reunião onde se teve a idéia de se constituir um fórum. Por que o fórum? Porque hoje os vários segmentos estão organizados e discutindo determinadas questões no âmbito do social, no âmbito da assistência. Mas cada um está compartimentado. Os conselhos tutelares estão lá, são organizações governamentais que trabalham com a questão da criança, tem os negros que estão lá organizados, tanto a nível institucional como a nível não governamental, as mulheres também. Então, existe toda essa sedimentação, vamos dizer assim, e a compartimentação desses movimentos, cada um tendo a sua atuação. Mas muitas vezes não sabemos o que determinado setor estão levando ~~exatamente~~ nessa área em termos de proposta de assistência e do social. Tem assistência no âmbito do assistencialismo, mesmo porque acho que aí tem que ser dentro dessa perspectiva. Então, a idéia do fórum inicial que surgiu foi como a gente articular esses movimentos, como a gente tomar esses movimentos a nível do Município. E o Prof. Nazir propôs a inclusão desse fórum de alguma representação ~~xx~~ na área do Judiciário até para se ter essa visão dos dois lados da questão. Então, como vamos também checar esse Judiciário se ele está distante? Se você tem uma representação aqui, fica você cria também esse canal de reivindicação, de pressão e etc. Então, a idéia inicial foi desse fórum. O conselho de certa forma avança um pouco porque oficializa isso, o fórum fica um negócio meio fluido, quer dizer, ele não é nem ligado diretamente à Câmara, porque não existe essa instância. Na Câmara Municipal nem é uma coisa não governamental, nem uma orga-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A9	2	ANA	C.E.E.	22.9.93		

nição, nem uma entidade. Se você formaliza a nível do conselho, você pode ter essa representação dentro desse conselho como uma coisa oficial e que obriga --- quer dizer, não obriga no sentido autoritário --- mas que você de certa forma legaliza esse funcionamento e dá a perspectiva de legalizar uma estrutura, que tenha um funcionamento regular e que possa ouvir a comunidade, quem está envolvido na máquina e ouvir também os poderes constituídos que é o Estado. Então, acho que essa idéia do conselho formaliza a estrutura esse fórum que inicialmente se tinha pensado.

A Sra. ALDAÍZA SPOSATI - A dúvida que fica, acho que é perfeita a idéia de conselho, ela está prevista na Lei Orgânica, eu só levanto uma dúvida para a gente pensar. No campo da assistência social nós não temos ainda uma proposta articulada. A minha preocupação é que se a gente fecha o conselho antes de ter uma proposta, a gente não cria um conselho que fique já meio dependente da bandeira. Eu tenho uma dúvida por aí. Por exemplo, a experiência do Eca. Foi um movimento, tirou uma proposta, a proposta que foi um conjunto de conselhos, embora na proposta da Lei Orgânica a LOAS propõe os conselhos e ela em si já tem uma proposta. Tem essa nuance também. Eu quero colocar aqui para a gente resolver os melhores caminhos. Eu penso assim: como toda questão de conselho termina trabalhando uma discussão de campo, de poder, de interferência; isso esvaziaria ou não a conferência. Como essa articulação ainda é muito verdinha, eu fico pensando que se a gente cria logo o conselho,... Você entende a minha preocupação?

A SRA. LIEGE - Eu entendo o seguinte, Aldaíza, porque acho que de fato existem vários tipos de conselhos. Por exemplo, a nível de Município tem o conselho da pessoa deficiente. Inclusive pelo que conheço de trabalhar ao lado deles na Administração passada, o conselho da pessoa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
19 AIO	1	ANA	C.E.E.	22.9.93		

deficiente, ele é constituído de pessoas da sociedade civil. E tem um espaço na Administração e a equipe de apoio administrativo para que ele funcione. Ele tem um caráter específico, tanto que existem eleições nas Regionais. O conselho do idoso é do mesmo jeito, no Município ele é eleito nas regiões. Mas há uma eleição que tem o apoio da Administração e existe um conselho sediado no Gabinete do Prefeito que tem uma equipe de apoio. Mas a Administração não participa na direção do conselho, então o vínculo é mais administrativo tanto no conselho do deficiente como no do ~~idoso~~ idoso. Por exemplo, o conselho estadual da condição feminina tem um outro caráter. Ele tem representação das SEcretarias, da sociedade civil, dos movimentos organizados e de personalidades da área reconhecida, com história etc. na área da condição feminina. E tem a executiva que é nomeada pelo Governador, e as conselheiras ~~mesmo~~ sendo indicadas pelos movimentos, pela sociedade civil, ela tem o referendo do Governador. ~~Esse~~ é outro tipo de conselho. O conselho municipal da saúde tem outra composição também. Ele tem representação dos movimentos organizados da saúde, tem representantes dos funcionários, tem representante da SEcreta-ria da Saúde. Então, é uma outra composição. O que a gente poderia estar pensando, a Sandra até falou aqui, poderia se tirar uma organização provisória que pudesse até definir qual é o caráter mesmo desse conselho. É o caráter que vai congrega as diversas representações. Por exemplo, no caso de um conselho desse tipo, é claro que o Crea deveria estar participando. Então, qual é o caráter? Aí o que se poderia tirar como indicativo no relatório era se criar uma comissão. Aí não sei como seria o caso. Uma comissão que existira dentro do regimento da Câmara essa possibilidade de você ~~comprar~~ constituir essa comissão paritária, com representação da Câmara e da sociedade, que fosse discutir uma proposta que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ALO	2	ANA	C:E.E.	22.9.93		

pode ser tanto onome do conselho ou sei lá, porque tem uma idéia mais ampla. Não é só a questão da assistência. Você colocou uma coisa mais ampla que é a questão da cidadania que envolvesse os vários segmentos. Acho que talvez fosse precipitado a gente amarrar a idéia do conselho. O negócio é tirar alguma organização, não sei como ou se isso é regimental, que vá amadurecer a idéia do conselho. Aí sim, são etapas diferentes. A comissão provisória estudará a idéia da constituição de um conselho, critério de participação, seu conteúdo de trabalho e veja a possibilidade no ano de 94, ~~que~~^{de} realizar a conferência municipal da assistência e defesa da cidadania. Acho que pode se pensar nesses termos.

A SRA. SANDRA - Sou assessora da Vereadora Lídia Correa.

Eu estava pensando como a gente faria isso. Tenho impressão que esse fórum que foi falado, eu confesso a minha falha, porque não conheço muito bem o Regimento Interno e as possibilidades dele, mas tenho impressão que o fórum a gente teria condições de estar montando e esse fórum poderia estar discutindo diversas questões, entre elas o Conselho Municipal de Assistência Social, e poderia ser um local de debate, de denúncias, uma tribuna onde as pessoas pudessem estar falando. Eu tenho a impressão que a gente consegue ou com esse coletivo, ou com esse fórum ter o canal para estar discutindo essa questão do conselho, o caráter, como seria, quem participaria, se seria só de assistência social, se estaria envolvida também a questão da cidadania. Aí entra a discussão se entra a questão da cidadania, ele não estaria se sobrepondo aos demais conselhos porque todos os conselhos têm como objetivo estar resgatando a questão da cidadania. Mas tenho a impressão que o caminho seria a questão da criação de um coletivo, de um fórum que estaria determinando o caráter desse conselho, propondo a criação desse conselho e a partir daí a gente teria condi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ALL	1	ANA	C;E.E.	23.9.93		

ções de estar avançando. A conferência para esse ano, acho que ... não tem~~os~~ tempo hábil.

A SRA. _____ - Eu vou intervir novamente. Eu estou começando a ficar aflita pelo seguinte, acho que a gente está pegando a questão pela ótica da Câmara, e acho que... vou ficar mais, deixa eu ficar mais. Vou tomar água, depois eu falo.

O SR. _____ - Bom, eu acho o seguinte: a conferência, acho que ela deve ser de uma maneira bastante pé no chão como operacionalizar a tal da Ler(?) Acho que a grande finalidade dela seria essa. A respeito do conselho, queria saber como vamos resolver no nosso meio, do fórum que será criada~~x~~ o dono do recurso. Porque a gente está falando de uma coisa aqui totalmente desprovida. O jeito que eu vou intervir na política social do Município, a gente tem que saber como equacionar os recursos. Quero saber como a gente vai resolver nesse fórum o dono do recurso. O Sr. Salim Curiati.

A SRA. LIEGE _____ - Luiz, como você falou do recurso, claro tem que ter a destinação da verba. Então, é isso que a gente precisa ver: esse tipo de conselho, ele é constituído a partir do Executivo. Então a idéia seria você estar ...pelo Executivo, tem que ser porque envolve questões de recursos. Então no caso da criação do conselho ele teria que ser através de um projeto de lei, que crie um conselho e aí você teria que ter no orçamento que está em discussão agora, que vai começar a discussão para 94, você já incluir essa verba. Aí vem outra coisa que você levanta: esse conselho se está na área da assistência, claro que ele estaria, teria que estar ligado à Fabes. Isso é uma coisa. Por exemplo, é ligado a questão da assistência. Se for uma coisa mais abrangente, pode estar ligado à Secretaria de Governo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1003 do proc.
196 de 1993
o funcionário *CAF*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	2	ANA	C;E.E.F	23.9.93		

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Só uma questão aí, Liege. Eu queria fazer um destaque. Eu não fiquei aflita com sua fala. Eu acho que você começou dizendo uma questão, que acho que para mim... você falou: uma conferência que precisa ser feita com pé no chão. Vou começar por essa primeira parte da sua fala. Estou entendendo que está havendo uma aceitação de que cabe à gente fazer uma conferência e que se é para fazer com o pé no chão é com a cabeça de quem está com a mão na massa e o pé assentado. Se é isso, acho que, se a direção é essa, por exemplo, não podemos chamar de conferência porque tradicionalmente o Executivo como faz no campo da saúde, tal, nós podemos chamar de conferência da sociedade civil ou de assistência social. ~~acho que a gente entende que deve ser uma~~
~~uma fonte da sociedade civil numa conferência sobre assistência~~
~~sócio-sanitária~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1004 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al2	1	Norma	CEE-Assist.S.	22.09.93		

O que eu entendo é que nós deveríamos dar uma marca muito certa da sociedade civil numa conferência sobre assistência social. Por que é que eu estou insistindo tanto nisso aqui ? Porque uma das constatações desta Comissão não foi só o alheamento dos órgãos oficiais mas foi o tradicionalismo dos órgãos oficiais nesse campo, seja porque os programas que eles fazem já vêm do tempo dos afonsinhos, quer dizer, não muda, seja a presença do primordismo nessa história, quer dizer, a primeira dama, a primeira dama, a primeira dama.

Então eu acho que ~~para~~ a gente pegar um recorte da instância governamental, do Estado, Municipal, nós vamos ficar muito ~~amarrados~~ amarrados ao modo de ver, que é muito tradicional, não é ? Então acho que, assim, um dos pontos para a gente tirar é se nós temos fôlego mesmo para fazer uma conferência. Depois o título, se nós vamos chamar de pré conferência, não é ? Mas o negócio é que nós vamos querer efetivamente constituir na pós conferência, certo ? Quer dizer, ~~tem~~ o nosso fôlego para realizá-la e os objetivos que a gente tem para depois dela.

E quanto a essa questão do recurso financeiro, o Conselho Nacional da Assistência Social, que é o tal que substitui o CNSS ou o CNAS, ele, a nível nacional, federal, quem faz o orçamento é o Conselho, não é o Executivo. Agora, para a gente conseguir isso a nível municipal nós vamos estar com uma belíssima força de uma proposta enquanto as várias frentes que trabalham nesse campo, quer ~~dizer~~ dizer, ~~tem~~ amparo legal até tem, espelhando com a questão nacio



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1005 do proc
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al2	2	Norma	CEE- Assit.S.	22.09.93		

nacional, todavia para mim me preocupa que nós não temos articulada uma proposta. | Se disser: o orçamento fica com o Conselho e ~~o~~ começa a funcionar o Conselho amanhã, nós não temos proposta para esse orçamento, ou seja, nós temos de crescer, entende, uma proposta.

Então eu ~~o~~ entendo assim que se a questão já foi levantada, conselho é um ponto para amadurecer, orçamento é um ponto para amadurecer, mas não sabemos quanto é que o Estado tem de dinheiro na Cidade de São Paulo, quanto é que o nível federal tem de dinheiro aqui, e nós não conseguimos ~~o~~ somar isso com a Prefeitura, quer dizer, nós não temos ideia, e se nós vamos discutir municipalização esse tem que ser um ponto que ~~o~~ dinheiro e também aqui (~~o~~), quer dizer, tudo aqui está dizendo que nós estamos aqui ~~o~~ levantando alguns pontos, quer dizer, acertando as leis, acertando o orçamento, acertando o conselho, a questão da municipalização, acho que são pontos que necessariamente nós temos de ter posição, agora acho que entendo assim, como fechando, ~~o~~ que cabe a gente organizar uma conferência sobre assistência social na Cidade, ou não? Como fechando; alguém tem algo contra? Ninguém tem algo contra? E a favor, tem alguém ~~o~~? -(aparte fora do microfone)- Sim, porque aí, não, a ~~o~~ proposta é a seguinte, se o objetivo é esse, como é que nós vamos organizar, quer dizer, para mim a precedência é a permanência da ampliação desse processo, se assenta nisso, não é? E aí dia 6 estaria sendo colocado mais ampliado e já no dia 6 apresentar uma proposta sobre a forma com que nós vamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1006 do proc.
196 de 1983
O funcionário *OK*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A12	3	Norma	CEE-Assist.S.	22.09.93		

A13 1

um processo, não é ? Estou entendendo que seria isso.

Quer dizer, agora vem a questão posta, a seguinte: a ~~Liège~~ Liège está nos pondo uma discussão - nós deveríamos fechar a proposta do conselho na conferência, ou antes da conferência ? A Liège nos pôs esses dois quadros para também aqui a gente colocar; tem as duas alternativas. Nós podemos já levar para a conferência uma proposta madura do conselho, para lá ela ser debatida, e só então entrar como proposta de lei, ou entrar o mais rápido possível com uma projeto de lei sobre a criação do Conselho de Assistência Social.

Acho que tem dois encaminhamentos. Vamos aguardar para entrar com o projeto delei a partir da conferência ou vamos entrar o mais rápido possível com o projeto de lei, certo ? Tanto uma como outra alternativa põe uma discussão, que é saber como é que é esse conselho, não é ? Todos aqueles que a Liège aqui nos ~~mostrou~~ exemplificou.

A SRA. ELZA(?) - Eu não sei se eu estou um pouco bitolada na Lei Orgânica da Assistência, porque a gente faz parte da área federal, por exemplo, a Secretaria da Promoção Humana, que é um órgão vinculado ao Ministério do Bem-Estar Social, encaminhou para todas as prefeituras da Federação uma proposta para que se fizesse aquela Morar Bem - é um programa que tem nessa secretaria O programa Viva Bem, More Bem, quer dizer, ou seja, você, construção de habitação popular, e tal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1007 do proc.
196 de 19 93
O funcionário *JA*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A13	2	Norma	CEE-Assist.S.	22.09.93		

Em lendo essa proposta da Secretaria da Promoção Humana, que foi encaminhada diretamente ~~para~~ para os prefeitos, existe lá um item que a Prefeitura só vai poder receber o recurso quando ela criar o Conselho Municipal de Assistência Social pelo projeto de lei nº tal, inclusive com projeto de lei.

Por exemplo, a criação desse conselho municipal de assistência social que se está discutindo aqui é o mesmo que aquela proposto pela Lurdes? Porque na questão do recurso, junto com esse conselho vem o fundo municipal, e o recurso vai para o fundo municipal. Então, por exemplo, todas as verbas federais da LBA, a gente até já está se preparando para isso, nós não repassaríamos, nós, da LBA, para as entidades, esses recursos vêm para o fundo, e é o fundo ~~que~~ que vai ~~gerir~~ gerir os recursos e vai ~~distribuir~~ distribuir as verbas para as entidades sociais, porque inclusive os convênios têm de ser aprovados pelo conselho, as propostas são apresentadas para o conselho, tem também aquele grupo que vai fazer o plano municipal de assistência social, aí vai se saber exatamente quantos recursos ~~se~~ se necessitaria, se manda isso para o âmbito federal e a União repassa para o fundo e o Fundo para o Conselho e o Conselho que faz, aprova os convênios e a questão da verba também.

Então, por exemplo, nesse caso, em sendo hoje ...(incompreensível)- aprovada a Loas(?), então se for aprovada a Loas a gente tem, não são cem porque aí vai entrar o ~~reordenamento~~ reordenamento institucional, então, por exemplo, no caso, a gente tem 120



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1008 do proc
196 de 1993
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AL3	3	Norma	CEE-ASSIST;S;	22.09.93		

dias para estar se ~~est~~ organizando em termos de instituição, 36 me-
para
ses ~~est~~ efetivação, mas 120 dias para a gente já começar a pensar,
enquanto instituição, se dilui agora no âmbito do Município.

Então, por exemplo, em hoje sendo aprovada a Loas, ela
ainda passa para o Senado, e hoje, apesar do regime de urgência ur-
gentíssima ainda não está indo para o Plenário da Câmara para ~~est~~
a votação dela, não é? Quer dizer, ela ainda tem que ir para o
Plenário da Câmara, primeiro, para passar o regime de urgência ~~est~~
urgentíssima, para ser aprovado, quer dizer, o original do Executi-
vo, as emendas, o substitutivo em primeira e segunda discussão, então
isso supõe possivelmente, talvez esta semana, se for urgente urgentís-
simo, senão é para a semana que vem, depois ela tem mais 30 dias,
30 a 40, de tramitação no Senado, não é? Quer dizer, tudo dando
~~est~~ certinho, ~~est~~ sem problemas, nós já estamos com 31 de
outubro, já estamos nos Finados, quer dizer, tudo dando certinho, se
problemas, é só aí, tudo certinho, nós chegamos nos Finados, qualquer
problema no meio da caminho e isso aqui já está indo para os dias de
novembro, não é? Quer dizer, se realmente caminhar essa aprovação,
nós estamos lá adiante.

Agora, quer dizer, de qualquer ~~est~~ forma essa lei munici-
pal teria, como depois tem 120 dias, esses 120 dias vão bater em fe-
vereiro, março, não é? Mais ou menos. Estou aqui calculando um
conjunto ótimo de tempo aí.

Então, a rigor, nós teríamos de ter uma ~~est~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1009 do proc
PAULO 196 de 19 93
O funcionário JH

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al4	1	emira	aSSIstt social	22.9.93		

lei municipal lá adiante, em março, mais ou menos, aprovada, tudo passando liso esse processo, tem o recesso parlamentar, tem tudo isso aqui. É meta do Jutahi Magalhães ter a lei aprovada até fim de outubro. E é meta de conseguir em 90/120 dias a reformulação dos órgãos. Então, vamos ver se no carnaval a coisa já estaria pronta.

A SRA. - Meu medo é só acordar qualquer dia da semana, e ver que o conselho foi instalado. Porque, na realidade, na minha cabeça o que vai garantir esse diálogo, sociedade civil/governo é esse conselho.

A SRA. - É assim que precisa colocar, é prioritário a gente discutir esse conselho e formar. Agora, nós precisamos discutir como é essa forma de discutir esse conselho e formar. Estão entendendo. ~~E~~ ~~se~~ que ela está querendo trabalhar isso num processo mais coletivo, depois vê como encaminhar na Câmara. Nem sei se teria precedência do executivo essa questão do executivo a proposta de criação de um conselho, digamos. Mas mesmo até que seja nós temos que ter uma proposta. Esta a questão, até para dizer se por acaso o executivo fizer a dele ser aquela que se entende como adequada ou não, mas temos que ter uma proposta. E nós estamos hoje sabendo que vai ter uma lei que vai nos pedir um avanço, mas que não sabemos ainda o que nós queremos, coletivamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1010 do proc.
1996 de 19 93
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A14	2	emira	assist.social	22.9.93		

queremos propor para esse avanço, no caso..(ininteligível)...

Mas acho que é bem lembrado, tem uma premência de tempo aí.

A SRA. ELZA...(ininteligível)...- Porque pela Lei Orgânica Municipal, e isso aí foi publicado no Diário Oficial, existe uma ~~inver~~ são na questão do fundo. O Prefeito pede, naquela lei, que a gerência do fundo, ou quem vai mandar no dinheiro do fundo é o Prefeito, naquela proposta que foi publicada no Diário Oficial...(ininteligível)... Então é essa...(ininteligível)... Essa proposta, para a gente ter idéia foi feito um grupo de trabalho na interior da Secretaria Municipal da Família e Bem estar Social, que criou, apresentou uma proposta para o Ministério do Bem Estar Social federal, portanto, sobre como é que ele entendia que devia ser a Lei Orgânica. E esse entendimento dos dirigentes municipais traduz um pouco a maneira de ver. Acho que isso é muito bem lembrado pela Elza. Nós ~~precisávamos~~ teríamos que atentar que possivelmente o pensamento do executivo é esse que está no documento que foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo. Acho que possivelmente isso já teve, quer dizer, é um ponto de partida para a gente até pensar, como é preciso saber como é que o executivo pensa, sobre essa questão. Então, é bem lembrado. Agora, isso não está discutido, não sabemos ~~se~~ se isso vai ser transformado numa proposta de lei.

O SR. NAZI - Para mim, o conselho acho que já está praticamente aprovado, no consenso do grupo. O pessoal fica pensando como chegar a ele, e qual o caminho mais curto, se é a proposta ou o projeto de lei. Não sei como tramita o projeto de lei num órgão legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1011 do proc
196 de 93
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
A14	3	emira	assist.social	22.9.93	nazi	

Não sei se é mais demorado, eu tenho essa...(ininteligível)..., é muito demorado.

Agora, uma proposta mais rápida do que a apresentação de um projeto de lei?

A SRA. ALDAISA SPOSATI - O tempo aqui na Câmara, para aprovação de um projeto, vai na relação direta do interesse do político. Com exagerado interesse político, a ...(ininteligível)... o Regimento. Com nenhum interesse político, ele vira arquivo morto. Então, o....(ininteligível)... vai ter o grau de interesse. O grau de interesse interno em geral é um reflexo do grau de interesse externo. E o que estou querendo dizer com isso é que vai depender do interesse nosso, da força que temos numa proposta, para poder fazer essa proposta caminhar e ser aprovada. Você conversa com várias lideranças, depois tem o pessoal de trabalho, de sensibilização, de discussão aqui na Câmara. Mas nós temos que ter a proposta. Então, me parece que estamos chegando aqui a um encaminhamento que estamos ~~retirando os dois pontos~~... (ininteligível)... que os dois pontos são importantes. Fazemos a conferência e temos uma proposta do conselho, amadurecer a proposta do conselho. Isso tem que acontecer concomitantemente. Talvez até para o amadurecimento da proposta do conselho é vai ter ...(ininteligível)... para realização da conferência. Não sei se estou, se estou sentindo bem aqui, estou farejando um caminho nesse sentido, pegando o grande mote da nossa discussão, que seria a questão dos conselhos e a conferência, mas dando uma prioridade nos ...(ininteligível)... para organização desse conselho. E vai tudo isso, a questão do orçamento, a questão das leis,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1012 do proc.
196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A15	1	emira	assist.social	22.9.93		

a relação público-privado, ...(ininteligível)... é privado, a concessão do público, a relação com a entidade, a municipalização, a articulação dessas várias ...(ininteligível), ...que foi lembrado, os vários conselhos, que a assistência social tem uma relação com todos os conselhos: tutelares, da criança, da mulher, do idoso, terceira idade,...(ininteligível)... direitos humanos, e termina tendo uma interrelação pluri-dimensional.

O SR. _____ Por etapas...~~...(ininteligível)~~...do processo. Agora, é difícil prever quando se chega à etapa...(ininteligível)... Finalmente...

A SRA. ALDAÍZA - Não sei, acho que vai depender da nossa capacidade. A Elza colocou uma questão que acho fundamental. Vamos ver se nós adotamos aqui a perspectiva de até fevereiro do próximo ano estar desmanchada a LBA, desmanchada a CBIA. É uma nova organização sobre assistência social. Está todo mundo...(ininteligível)... Estou fazendo só um primeiro cenário. Mas vamos imaginar que realmente nesse cenário nós teríamos que pôr na prefeitura de São Paulo um conselho gestor e um fundo criado para poder receber esses recursos. Então uma das conclusões dessa comissão é indicar a prioridade para que se constitua o conselho gestor e o fundo, porque no caminhar da Lei Orgânica isso vai ser necessário até fevereiro, num cenário otimista. No outro cenário, não é fevereiro, é mais para abril, junho, julho, mas ao que consta a direção seria essa. Então, até lá, nós teríamos que ter essa proposta. Quer dizer, reabre a Câmara em fevereiro, e poderia dar entrada a um projeto de lei, acho assim, um desenho(?) para...(ininteligível)...

O SR. ~~...(ininteligível)~~ - ...~~...(ininteligível)~~...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1013 do proc.
196 da 1913
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A15	2	emira	assist.social	22.9.93		

provocação. Nós vamos sim ao encontro do dono dos recursos, para saber se a gente vai conciliar esses interesses com..(ininteligível)... da política, essa política daquele município, porque a gente pode trabalhar em projetos de interesses da...(ininteligível)...organizada, nos seguimentos funcionais interessados, e o executivo pode fazer outro. E para conciliar e...(ininteligível)... ao outro. De qualquer maneira, ...(ininteligível)... esta Câmara, o poder...(ininteligível)...

A questão número 2 é que...(ininteligível).....com um caráter bastante diferente de tudo o que discorreu...(ininteligível)..... porque o Conselho da Criança do Município, depois que foi criado, na gestão passada, esta gestão....(ininteligível)..... de fato, existe o fundo que tem a preocupação exclusiva de pagar conselho tutelar. Quer dizer, nem isso....(ininteligível).... e eu acho que(ininteligível).....várias cidades....(ininteligível)..... favoreça os equilíbrios....(ininteligível).....fazer certo gesto, até com...(ininteligível)....Se não vai ficar um jogo de forças sem fim.

- (aparte fora do microfone)

O SR. _____ -...(ininteligível)....Eu tinha algumas preocupações. Ele começou a falar de algumas, eu faço parte do Conselho da Saúde, em nível da...(ininteligível)....só que estamos com um pequeno problema. Aqui nós estamos vendo muito a questão jurídica, a questão de formação através das leis, e eu fico pensando como vai se dar a participação popular. A participação do povo dentro desse conselho. Porque a Saúde agora para a IV Conferência, em locais que fizeram cem vagas para delegados e mais 24 suplentes, só conseguiu...(ininteligível)...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1014 do proc.
196 de 1993
O funcionário *MA*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A15	3	emira	assist.social	22.9.93		

22 vagas. E começa a me preocupar um pouco isso.....(ininteligível).... a gente cria um conselho, tudo bem, o conselho é ...(ininteligível)... juridicamente, dentro das leis, municipais, estaduais e federais, e de repente isso não atinge todos. E acho também que não pode existir conselho sem existir uma proposta anterior ao conselho. Ou a gente vai lutar pelo conselho, ou a gente tem que levar a bandeira, aquilo que a gente acredita, e fazer com que os outros também acreditem naquilo. Então, fico muito preocupado com relação a isso, porque os conselhos, que só existiram em São Paulo, façam de uma forma.....(ininteligível)..., não é por falta da participação popular. Eu gostaria de estar ~~em~~ chamando a atenção nossa para estar lembrando um pouco isso, porque formar conselho acho até fácil, mas para a questão das leis, é fácil, mas num momento histórico, que o pessoal não está acreditando muito, principalmente nas questões políticas, o povo está...(ininteligível)..., eu particularmente estou também, temos um grande descrédito, porque luta, luta e não tem nada de concreto. Então, como fazer isso, nas primeiro levando essa participação do povo, educando para que o povo possa acreditar, a base realmente possa acreditar, que esse conselho possa ter eficácia.

O SR. _____ - Apenas para dar continuidade, porque você falou algumas coisas que eu estava começando...(ininteligível)... A minha preocupação é com os objetivos desse conselho. Se ele é ... (ininteligível)...para oferecer subsídios para conselho fiscal, se é executivo, e qual a força ...(ininteligível).... desse conselho. Porque de modo geral, os conselhos são um tanto gelatinosos, e acabam se por-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1015 do proc
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A16	1	emira	assist.social	22.9.93		

tando por falta de uma estrutura muito austera. Então, eu não sei se ... (ininteligível) quais os objetivos desse conselho. Eu não quero.. (ininteligível), mas acho um pouco difícil discutir uma coisa sem pôr uma visão muito clara e objetiva.

A SRA. NORMA - (gab. Var. Aldaíza) - E... (ininteligível) contribui aqui com a discussão, eu concordo com que o Milton falou dessa questão do ceticismo, e até de desacreditar das pessoas em estarem participando e estarem contribuindo para a discussão da política na cidade de São Paulo, ou da prestação de serviço, ou... (não gravado)

Eu acho que a discussão do conselho, ou dos vários tipos, como ele denominou aí, como deva ser constituído esse conselho, eu acho que é uma discussão prematura, neste momento. Acho que não deveríamos estar preocupados com a constituição de um conselho, ou na organização desse conselho. Mesmo considerando a aprovação da Lei Orgânica, e a regulamentação dessa lei, que prevê a instituição de um conselho a nível municipal. Pensando nessa perspectiva e da garantia, de assegurar a participação popular nessa discussão, quer dizer, trazer, batizar(?), estimular, sensibilizar para a discussão... (ininteligível) ... prestação de serviço da assistência na nossa cidade, com todo o caos que estamos vivenciando, acho que a gente tem que estar preocupado em como organizar uma conferência que consiga ser protudo de um coletivo, mobilizar as pessoas nessa perspectiva de ter um entendimento da importância da realização, desse empreendimento, e acho que isso também passa a ser uma das questões a serem tratadas na conferência do conselho, informar para o grupo pensar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1016 do pros
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A17	1	emira	asist.social	22.9.93	xxxx	

O SR. _____ - Eu acho que o ante-projeto....(ininteligível)....com voto...(ininteligível)...., ou não, no dia seguinte essa comissão, ou um conjunto de vereadores deve fazer o ante-projeto que sirva de instrumento concreto para que se debata nesta cidade. Ou.....(ininteligível).....o congresso. Porque aí os vários interesses vão vir conversar aqui, ou vão conversar com o Executivo, ~~para~~ o Executivo intervir nesse projeto. Eu acho que discordo um pouco da sua proposta. Acho que o ante-projeto é fundamental para que abra de maneira concreta os vários...(ininteligível)...., os objetivos que deverão ser inseridos nessa sessão de cada proposta. Ou seja, como cada seguimento da lei toca e será atendido por essa lei. Acho que a gente tem que pensar de maneira concreta e rápida, para que isso realmente não seja utilizado em demasia pelo poder executivo. Eu acho que o ante-projeto abre o debate na cidade de maneira concreta e, em seguida, ao Congresso.

A SRA. LIEGE - Eu acho que..., é só uma sugestão para ver se a gente vai avançando e fechando. Acho que essa preocupação que o ~~Luiz~~ ~~Luiz~~(?) levanta, ~~essa preocupação~~ acho que são pertinentes. Primeiro, ~~para~~ termos algumas propostas: conferência municipal, conselho municipal, comitê permanente na Câmara, fórum na Câmara, fórum de entidades... o que a gente precisa, na minha maneira de organização, sempre estou compartimentando as coisas na minha cabeça, por exemplo, acho que se a gente pensa em conferência, temos que pensar em quem é que vai organizar essa conferência. Então, se a gente pensa em conselho municipal, nós temos também que pensar quem é que vai estar discutindo essa proposta de conselho municipal. Porque, por exemplo, comissão permanente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1017 do proc.
196 de 1990
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al7	2	emira	assist.socia	22.9.93	liege	

é uma definição da Câmara, do regimento...(ininteligível)... Tira-se a proposta, encaminha-se para a Mesa da Câmara, a Mesa da Câmara decide ou não, aprova a lei, encaminha para o Plenário e tal. Quando você envolve essa discussão no âmbito mais geral, acho que a gente tem que ter claro como vamos proceder isso. Então, essa proposta....(ininteligível)....projeto, claro você tem que discutir em cima de alguma coisa. Se vai elaborar esse ante-projeto, aí vem como é que nós saímos daqui. Acho que essa tem que ser a nossa preocupação. Quer dizer, no dia 6 nós temos que apresentar um relatório desta comissão e nós podemos apresentar indicativos da conferência, do conselho municipal, da comissão permanente, da discussão da Lei Orgânica do Município, do Estado e tal. Agora, quem vai fazer isso nesse processo? Aí, vem aquela velha história das primeiras reuniões que nós levantamos, de fórum. Porque, por exemplo, essa proposta do ante-projeto, eu concordo plenamente com o Luiz. A experiência que nós temos dessa coisa de conselho, de coordenação, de órgãos constitucionais, de conselho gestor, etc., etc., depende principalmente de decisão política e vontade política. Você pode ter o modelo mais bonitinho possível no papel que você não envolve essa discussão, e termina acontecendo como essa preocupação, nem define, e acabou, e você não tem nem como mudar, nem como negociar, nem como discutir. Quer dizer, o próprio Conselho da Criança e do Adolescente teve um todo um processo de discussão aqui na Câmara, inclusive. Tinha o projeto do Walter Feldman, depois o projeto do Executivo, teve as negociações de discussão, teve a participação popular, e na verdade terminou saindo uma proposta que hoje a gente vê que está esvaziando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1018 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	1	emira	assist.social	22.9.93	liege	

com dificuldade de funcionamento. As experiências que eu tenho de conselho, de coordenadoria da mulher, por exemplo, na administração, foi toda um processo discutido com o movimento de mulher. Terminou funcionando até hoje, e está esvaziado nesta nova Administração. Então, eu acho que tem que ter esse envolvimento. Como é que nós podemos ter essa proposta? O Sr. Nazi...(ininteligível)... Nazi levantou essa questão do conteúdo. Isso é verdade. Como é que vamos querer? Então, é um processo, e quem vai fazer isso? É essa comissão permanente da Câmara? Eu acho que não. Quer dizer, você tem que ter uma instância onde os setores interessados vão ter que estar envolvidos nessa discussão, a partir de toda essa experiência. Vai se basear na Loas? Na Lei Orgânica do Município? Pode ser. X Isso tudo vai subsidiar. Então, será que não é o caso da gente manter aquela idéia do tal fórum, até para trabalhar esse ante-projeto que ele está levantando? Você ter uma apresentação desse ante-projeto? Quem vai bancar, quem vai ter a paternidade desse ante-projeto? Porque, senão, vai surgir do Executivo mesmo, do jeito que ele quer. Então, será que seria nesse dia fazer essa proposta, já ter uma proposta clara de embrião inicial desse fórum, constituído pelas entidades que participaram do processo de discussão dessa comissão da assistência? ...(ininteligível, por superposição de vozes)...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Liege, eu queria reforçar essa proposta, porque eu estava pensando na medida em que as pessoas falaram e você também, e acho que nós já tiramos clara a ~~na~~ realização da conferência, do conselho, por aí. Agora, qualquer outra proposta: criar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1019 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	2	emira	assist.social	22.9.93	aldaiza	

um fórum, uma comissão permanente, isso supõe uma aprovação, supõe um movimento de força e exige um tempo. Tem uma conclusão clara aqui — e sua fala vai de encontro —, que é o coletivo para implantação da ~~IMA~~ Loas na cidade de São Paulo. Esse coletivo é nascido dessas múltiplas reuniões, onde no dia 6, quando da apresentação do relatório, a gente já apresenta um calendário de datas, com temas nesse coletivo, por exemplo: primeiro tema, quais as ~~indicações~~ implicações da Loas na cidade? O conselho, não sei o quê, não sei o quê, tá, tá tá, o fque que está acontecendo? Segundo, como é que vamos organizar a conferência? Estou aqui colocando questões bem concretas, e cada uma dessas datas vai dar iniciativas de organização, para a gente chegar nessa data, se é março, se vamos chegar na conferência, não sei quando como meta, a definição de conselho, estou propondo que agente organizasse, já levasse à CEI essa proposta, de um coletivo para implantação da Loas. Esse coletivo não tem autorização de ninguém para se formar. Ou seja, a Câmara pede espaço físico, e a gente já reserva nessas ~~datas~~ datas a sala tal, porque não é como essa comissão aprovada em plenário, uma comissão especial de estudos e tal: Quer dizer, esse coletivo é uma organização da sociedade, e encontra apoio de um corpo de vereadores que banca o espaço para que esse coletivo se reúna e participe do andamento, da organização desse coletivo, por iniciativa de seus mandatos, e não por decisão do Plenário da Câmara. Quer dizer, não é mais um fórum, do ponto de vista de aprovação da Câmara. Até que esse coletivo organize propostas para submeter, digamos, a Câmara...(ininteligível)..... entender, e ganhar uma outra oficialidade. Eu queria só voltar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1020 do proc.
196 de 1993
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	1	XXXXXX Valéria	asis. social	22.9.93		

~~evidentemente, não há necessidade de se criar uma comissão de participação~~
~~do ponto de vista de aprovação da Câmara. Até que esse coletivo organi-~~

ze propostas para submeter, digamos, à Câmara, ou às instâncias que entender e criar uma outra oficialidade. Agora, queria só voltar um pouco na colocação do Luis que acho que, não hoje, mas posteriormente, desta comissão seja um grito de guerra ao Executivo, e não houve, tanto que o número de vezes que nós falamos, pedimos, o Pedreira, que assessor do é o Secretário Salim Curiati esteve em uma reunião, se inteirou, não houve nenhuma animosidade, e também não é a questão de fazer o grito de guerra. Haverá guerra se houver dilúvio, mas acho que o que a gente quer é ter uma proposta e ate saber, sei lá, vai ter essa proposta, a gente não está com a proposta clara, nós estamos vendo uma série de coisas atropeladas. Agora, nós não estamos há vários problemas que foram colocados, além de conversar. Quer dizer, é uma coisa meio complicada. Eu entendo que não foi espírito desta Comissão fazer espírito de guerra. Agora, é espírito sim não depender do Executivo, mas fortalecer a sociedade civil e fortalecer os que têm uma mente de participação, presença, e trazer uma proposta para essa área. Quer dizer, se alguém quiser ter uma visão autoritária e achar que isso é grito de guerra, é a visão autoritária, na nossa visão democrática não, a proposta da sociedade civil é democrática. Então, iria nessa direção. No relatório a gente propor esse coletivo que é uma decisão e agenda de datas, propostas para continuar.

A SRA. LIEGE - Eu acho que poderia ser, Aldaíza, exatamente isso: essas entidades e pessoas, porque nem todas as pessoas que vie-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1021 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al9	2	vléria	assis.social	22.9.93		

ran aqui são ligadas a entidades, mas, por exemplo, as organizações, é claro que as pessoas não são obrigadas a integrar esse coletivo, mas seria sugestão que essas pessoas que participaram desse processo de discussão e essas entidades constituírem esse coletivo e também acho que deveria estar aberto a novas adesões. Tem de estar claro isso, quer dizer, começaria com quem participou desse processo, que inclusive interessa está continuando e amadurecendo essas idéias, e estaria aberto a pessoas que porventura ou organizações queiram se integrar nessa discussão, para não ficar um negócio restrito a pessoas que participaram, porque podem surgir novas idéias. Esse coletivo estaria pensando nessas pessoas, o caráter desse conselho, como viabilizar, que seria essa coisa do ante-projeto, que já há uma proposta, que objetivos teria esse conselho, qual a abrangência dele, como se real-laciona, integra, alia a essa coisa da legislação já existente tanto a nível federal como estadual e municipal, como você fazer essa cadeia, e como você envolver os diversos setores na discussão. A idéia de você ter essa proposta porque acho que você tem de ter um objetivo, você tem de estar elaborando alguma coisa, se não discute por discutir e o resultado disso é o quê? Vai ter de ser aquele projeto mesmo, vai encaminhar como? É o Executivo que tem de encaminhar? Mas nós já temos nossa proposta. Como é que isso se dá. Tem de ter aquela estória de autoria do Executivo, pode se ver aqui na Câmara, até os Vereadores que já participaram aqui encaminham esse projeto autorizando o Executivo a criar, se vê um mecanismo por aí, regimental, legislativo, etc.

A SRA .ALDAIZA - Concordam com esse encaminhamento? Então, a gente preferia que no dia 6 houvesse uma busca de convidar os Pares que discutem essa questão para a gente poder batizar esse cronograma,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1022 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
113 120	1	valério	assis.socia	22.9.93		

ver o que vamos discutir, quando, tirar nossa agenda para dar corpo a esse processo. Fica aprovado que a gente não termina o relatório, que a gente desencadeia um processo. O horário dia 6 às 18:00h. É fim de tarde, fica mais fácil. Tudo bem? (apartes). Isso, dá, a gente tem agendas flexíveis aqui na Câmara. (apartes). Nesta sala? Aqui mesmo. Então, no dia 6 às 18:00h reunião aqui. Pedimos a quem tem relação com os conselhos tutelares, com os conselhos municipais da criança, para a gente tentar fazer uma reunião de entidades, todos os demais movimentos da população de rua, ajudar a fazer esse chamamento porque se a gente fizer essa reunião com maior densidade de representação a gente já sai para esse coletivo com uma solução para fazer acontecer. Então, agradecemos, e no dia 6 a gente se encontra.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

28

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos para a elaboração

de uma política de Assistência Social

Presidência SRª V^{ra} Aldaíza Spolati

Em 6 - outubro - 1993

Ao Senhor Assessor: Jader A. Pimenta
(total 2 vias) (1 via)

Folha n.º 1024 do proc.
N.º 196 de 1993
C. funcionário

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

Th. de Freitas Muzzi
THEREZINHA DE FREITAS MUZZI
Diretora Téo. Depto. Taquigrafia
DT. 10



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1025 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A ELABORAÇÃO

DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidenta: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati

Membros : Srs. Vereadores

Lídia Corrêa

Ana Martins

Alberto Calvo

Eder Jofre

Reunião realizada na Sala Tiradentes, da Câmara Municipal
de São Paulo, em 06 de outubro de 1993.

Solicitante: Sra. Vereadora Aldaíza Sposati.

(Memo CPI/Nº143/93, da Secretaria das Comis
sões Temporárias)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 4026 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A37	1	Raimundo	Assist. social	06-10		

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati - PT& ... esta Ses-
são Extraordinária da Comissão de Estudos sobre Assistência Social,
embora os trabalhos da Comissão enquanto tal tenham sido encerrados
no dia 22 de setembro, foi entendido como encaminhamento adequado sub-
metermos aqui a este ~~fora~~ foro antes de submetê-lo ao Plenário da Câ-
mara Municipal o relatório final dos Trabalhos.

Então, a sessão de hoje tem esse caráter extraordinário,
no sentido de submeter à aprovação o relatório e suas recomendações.
Passaria, então, a palavra a Liege para que pudesse fazer a leitura
do relatório para que possamos, então, concluir os trabalhos. (Pausa)

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - Não seria interessante, en-
tão, ler pelo menos por meia página e as pessoas vão fazendo os des-
taques, é isso ?

A SRA. - Faz o destaque e no final ~~de~~
discute.

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - Isso, porque conseguir a
LEITURA de conjunto é melhor. Não é isso, quexa lesse todo, mas que
o pessoal fosse fazendo os destaques. Porque até pode ser que uma
questão contemple mais na frente ~~exata~~ aí depois é simples, não é, acho
que é melhor.

A SRA. LIÉGE - Relatório da Comissão de
Estudos sobre a Assistência Social. Considerações iniciais, no dia 8
de junho de 1993, foi aprovado em plenário, por 51 votos, a instala-
ção da Comissão de Estudos sobre a Assistência Social, cuja abertura
dos trabalhos se deu no dia 06-07-93. Esta Comissão teve como objeti-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1027 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A37	2	Raimundo	Assist. social	06-10		

vo discutir e enviar subsídios à Lei Orgânica da Assistência Social em tramitação na Câmara Federal, diagnosticar a situação da assistência social na cidade de São Paulo, elaborar propostas de sugestões de políticas públicas para o âmbito do Município, discutir ações previstas no campo da assistência social na Lei Orgânica do Município, bem como o processo de municipalização da assistência social. Realizamos 13 sessões. Foram ouvidas 38 pessoas sobre os mais variados temas, ou sejam: a situação da pobreza e a condição de vida da população de baixa renda da cidade de São Paulo; a questão da criança e do adolescente; a ação de cidadania contra a miséria e a fome; a pesquisa do Instituto LIDAS (?) encomendada pelo CBIA quanto a atenção da criança na cidade de São Paulo; a gestão da assistência social pelos serviços públicos; a mulher e o idoso e a assistência social; as formas de atenção à população de rua; as organizações não governamentais e a política de assistência social. Presideiu a Comissão a Vereadora Aldaíza Sposati, do PT, tendo como relatora a Vereadora ANA Martins, do PC do B e ainda como integrantes os seguintes Vereadores: Lídia Correa, do PMDB?; Eder Jofre, do PSDB; Alberto Calvo, do PSB.

Os trabalhos foram encerrados em 22 de setembro de 93, sendo este o relatório final apresentado aos participantes em 6-10-93.

A SRA. ANA MARTINS - Liége, gostaria de pedir destaque no terceiro parágrafo. Acho que até já poderia matar a xarada: 38 pessoas. São pessoas de entidades, então que citássemos quais são essas entidades, porque dão um embasamento maior, representantes das entidades tais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 1028 do proc.
196 de 1973
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A38	3	Raimundo	Assist. Social	06-10		

A SRA. LIEGE - Uma explieção: esse levantamento que foi feito aqui, esse cronograma, a gente pode até colocar assim: ver anexo. Porque no anexo vai estar sessão ~~pr~~ por sessão as pessoas e ~~as sessões~~ ~~sessões~~ representanção...

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - Então, caberia: 38 representantes, conforme relação, porque não são só pessoas, não estão em nome delas. ~~XXXXXX~~

A SRA. LIEGE - Certo, porque aí vai ter o dia que falou, sobre que assunto falou e tal.

Então, continuando aqui: "O ~~apartheid~~ social na cidade de São Paulo; São Paulo uma cidade com mais de 9 e meio milhões de habitantes, dos quais a maioria é composta de mulheres ~~xx~~ e, na área metropolitana, cerca de 60% tem menos de 30 anos e só 7% atinge 60 anos.

Segundo o último censo do IBGE, no Município de São Paulo, ~~xx~~ existem 594 favelas contra 394 no Rio de Janeiro, perfazendo um total de 624 mil favelados e 134 mil ~~48~~ 448 domicílios.

Na última década, ~~xx~~ o número de favelas no Estado de São Paulo cresceu numa proporção de 91%, caracterizada por pequenos núcleos e principalmente localizadas na periferias.

O IBGE ainda nos diz que, do total geral de ~~xx~~ domicílios, somente 52.800 não possuem serviços de canalização interna para abastecimento de água."

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati - PT) - Um destaque aí, Liege, já que ela ~~xx~~ clareou, é que precisamos arrumar depois essa coisa de domicílio, porque não fica claro; como São Paulo não tem só 134 mil domicílios, não fica claro que essa canalização, esse 52 mil



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1029 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A38	1	Raimundo	Assist.Social	06-10		

são dos 134 mil e que esses domicílios são, na verdade, barracos, uni-
dades familiares, entendeu, só para depois clarear isso aqui. Pronto,
era só isso aí.

A SRA. LIEGE -X Certo, "As discussões da Comissão de Assis-
tência Social demonstraram uma característica peculiar da cidade de São
Paulo, como foi focalizado pela Professora Maura Pardiniveras (?) que
demonstraa a existência, de um lado, de uma cidade legal e, do outro,
irregular ou clandestina, dada a pobreza.

No período compreendido entre 73 e 87 a população de São
Paulo cresceu em 60%, enquanto que a ~~pop~~ população das favelas cresceu
em 1.39%. E esse contingente de ~~favelas~~ favelados cresceu principalmen-
te em decorrência do empobrecimento e não só devido a migração.

Podemos dizer que essa cidade da pobreza engloba uma popu-
lação de cerca de um milhão de favelados, somada aos moradores dos lo-
teamentos clandestinos que representam 40% da população da Cidade, além
dos moradores dos cortiços, hoje, 30% da população, que vem se deslo-
cando da área central para a periferia e, de ~~em~~ certa forma, se espa-
lhando pela cidade inteira.

X Segundos dados, ainda embrionários, apresentados pela Prof.
Maura Pardini Veras(?) os bairros que mais cresceram foram os da região
~~leste~~ Leste, Cidade Tiradente e José Bonifácio e a Vila Andrade, na X Zo-
na Sul. Os de maior concentração populacional são: Cidade Ademar, Sapo-
pemba, Jabaquara, Sacomã e Jardim São Luiz. Os que perderam população:
Bom Retiro, Pari, Santo Amaro, Sé, Cambuci e Pinheiros.

Outros aspectos foram abordados na Comissão para se enten-
der a pobreza na Cidade de São Paulo. O Prof. João Batista Pamplona



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1030 do proc.
PAULO 196 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A38	2	Raimundo	Assist.Social	06-10		

nos falou inicialmente do processo de urbanização e industrialização, no Brasil, nas últimas 4 décadas, que fez crescer a população das cidades, com uma taxa de urbanização superior a 75%, levando a uma concentração da pobreza nas cidades. São Paulo, segundo ele, é o exemplo mais acabado desse processo.

Ele caracteriza como existir na cidade de São Paulo a pobreza na cidade e a pobreza da cidade. A primeira, segundo ele, diz respeito às questões relacionadas com o modelo sócio-econômico brasileiro e cujas causas estão relacionadas - tem que tirar esse relacionadas - com o êxodo rural, a consolidação do latifúndio produtivo na agricultura brasileira, a modernização da agricultura, que expulsou a mão de obra e não promoveu a reforma agrária, a concentração de renda. As pessoas expulsas do campo chegavam numa cidade como São Paulo e não encontravam empregos e se encontravam eram com níveis salariais muito baixos.

A outra, a pobreza da cidade, é a pobreza eminentemente urbana, que decorre de um fenômeno chamado de segregação sócio-espacial (?), que nada mais é do que a versão urbana do apartheid social, onde você segrega a população na Cidade, gerando uma cidade dos pobres e uma cidade dos ricos.

Na sua fala o Prof. João Batista Pamplona diz que é o preço do solo que vai regular o acesso da população em determinada parte da Cidade. A população não tem condições de pagar o preço do solo das áreas centrais, que são áreas de boas condições ambientais e boas condições locacionais. Em decorrência disso, essa população é empurrada para a periferia. E essa população termina vivendo em piores condições



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 1031 do proc
Nº PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A39	1	Raimundo	Assist.Social	06-10		

de vida, seja na moradia, nos transportes, no acesso ~~serviços~~ aos serviços e equipamentos e, por outro lado, pagar o mesmo imposto que os setores mais privilegiados.

Na exposição do Professor André, entre outros, foi abordado o aspecto da desigualdade dos ~~indicadores~~ indicadores sociais(?) de São Paulo, quando ele cita dados do estudo da CBIA sobre a Cidade. Dezoito por cento da população do Município, em 1981, tinha uma renda familiar de até 4 salários mínimos; 26,1%, de 4 a 8 salários mínimos; 10,4%, e mais de 30 salários mínimos.

Outros dados significativos que foram levantados dizem respeito a distribuição de empregos em 1991; 23,9% da população está na indústria; 19,7%, no comércio; 21%, no setor de serviços; 21,3%, trabalhadores autônomos; 8,7%, funcionários públicos; 2,4%, no setor de transportes; 2,5%, na construção civil; 0,5%, nos outros serviços. Esses dados demonstram o crescimento do setor terciário na Cidade de São Paulo.

Na área da educação, temos os seguintes dados: 36% são analfabetos ou até a 4ª série do 1º grau ~~in~~ incompleto; 31,5%, 4ª completa e não tem a 8ª série; 13%, segundo grau incompleto; 11%, segundo grau completo e superior incompleto; 7%, superior completo. Apesar desses dados, como diz o professor André, demonstrarem uma situação melhor que o resto do país, o fato de 40% da ~~população~~ população não ter o 1º grau significa também um número elevado que não tem habilitação para prestar qualquer concurso.

O quadro da saúde no Município é caótico; os dados mais recentes da Fundação SEADE (?) mostram que o Município de São Paulo teve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1032 do proc
196 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A39	2	Raimundo	Assist.Social	6-10		

uma queda bastante acelerada de mortalidade infantil nos últimos anos. A taxa de mortalidade ~~estaria~~ estaria hoje em torno de 21 para mil. Uma taxa bem abaixo da média brasileira. Agora, existe uma desigualdade a ~~um~~ nível do município, que essa taxa pode chegar até 30 por mil a nível da periferia. Ou seja, reproduz ~~padrões~~ padrões nordestinos dentro de São Paulo, em termos de mortalidade infantil.

No que diz respeito à saúde da mulher, 90% dos casos de morte materna são evitáveis, se houvesse um atendimento médico adequado. Dados apresentados na Comissão dão conta de que em 100 mil mulheres 49 morrem em decorrência de problemas no parto. São Paulo é o terceiro município em mortes relativas por AIDS. E os ~~os~~ gastos com a saúde ~~representam~~ representam apenas 35% em relação ao que se gastava em 1989. Em São Paulo a saúde atingiu níveis ~~em~~ altíssimos de desenvolvimento tecnológico, no entanto, a maioria da população não tem acesso a esses avanços. A realidade de São Paulo apresentada na Comissão nos aponta uma cidade heterogênea, exigindo portanto políticas diferenciadas e descentralizadas.

Temas debatidos. Nesses 2 meses de ~~ativ~~ atividade da Comissão de Estudo sobre a ~~assist~~ Assistência Social. (

A SRA. PRESIDENTE (Aldaíza Sposati - PT) - (fora do microfone)... acho que os dados são de 91 e não de 89, precisa ver na outra página. E acho que aqui em vez de a gente falar reproduz padrões nordestinos parece que são padrões usuais da população, padrões encontrados no Nordeste do País, entendeu, senão parece que os nordestinos... Só essa frase.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
39	3	Raimundo	assistência social	6-10		

A SRA. ELIEGE - Temas debatidos. Nesses 2 meses de atividade da Comissão de Estudos sobre a ~~Ass~~ Assistência Social, além da discussão sobre a pobreza urbana e dados sobre a realidade da cidade, foram enfocados os seguintes temas: Participação na Conferência Nacional da Assistência Social realizada em Brasília, nos dias

~~1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-2773-2774-2775-2776-2777-2778-2779-2780-2781-2782-2783-2784-2785-2786-2787-2788-2789-2790-2791-2792-2793-2794-2795-2796-2797-2798-2799-2800-2801-2802-2803-2804-2805-2806-2807-2808-2809-2810-2811-2812-2813-2814-2815-2816-2817-2818-2819-2820-2821-2822-2823-2824-2825-2826-2827-2828-2829-2830-2831-2832-2833-2834-2835-2836-2837-2838-2839-2840-2841-2842-2843-2844-2845-2846-2847-2848-2849-2850-2851-2852-2853-2854-2855-2856-2857-2858-2859-2860-2861-2862-2863-2864-2865-2866-2867-2868-2869-2870-2871-2872-2873-2874-2875-2876-2877-2878-2879-2880-2881-2882-2883-2884-2885-2886-2887-2888-2889-2890-2891-2892-2893-2894-2895-2896-2897-2898-2899-2900-2901-2902-2903-2904-2905-2906-2907-2908-2909-2910-2911-2912-2913-2914-2915-2916-2917-2918-2919-2920-2921-2922-2923-2924-2925-2926-2927-2928-2929-2930-2931-2932-2933-2934-2935-2936-2937-2938-2939-2940-2941-2942-2943-2944-2945-2946-2947-2948-2949-2950-2951-2952-2953-2954-2955-2956-2957-2958-2959-2960-2961-2962-2963-2964-2965-2966-2967-2968-2969-2970-2971-2972-2973-2974-2975-2976-2977-2978-2979-2980-2981-2982-2983-2984-2985-2986-2987-2988-2989-2990-2991-2992-2993-2994-2995-2996-2997-2998-2999-3000-3001-3002-3003-3004-3005-3006-3007-3008-3009-3010-3011-3012-3013-3014-3015-3016-3017-3018-3019-3020-3021-3022-3023-3024-3025-3026-3027-3028-3029-3030-3031-3032-3033-3034-3035-3036-3037-3038-3039-3040-3041-3042-3043-3044-3045-3046-3047-3048-3049-3050-3051-3052-3053-3054-3055-3056-3057-3058-3059-3060-3061-3062-3063-3064-3065-3066-3067-3068-3069-3070-3071-3072-3073-3074-3075-3076-3077-3078-3079-3080-3081-3082-3083-3084-3085-3086-3087-3088-3089-3090-3091-3092-3093-3094-3095-3096-3097-3098-3099-3100-3101-3102-3103-3104-3105-3106-3107-3108-3109-3110-3111-3112-3113-3114-3115-3116-3117-3118-3119-3120-3121-3122-3123-3124-3125-3126-3127-3128-3129-3130-3131-3132-3133-3134-3135-3136-3137-3138-3139-3140-3141-3142-3143-3144-3145-3146-3147-3148-3149-3150-3151-3152-3153-3154-3155-3156-3157-3158-3159-3160-3161-3162-3163-3164-3165-3166-3167-3168-3169-3170-3171-3172-3173-3174-3175-3176-3177-3178-3179-3180-3181-3182-3183-3184-3185-3186-3187-3188-3189-3190-3191-3192-3193-3194-3195-3196-3197-3198-3199-3200-3201-3202-3203-3204-3205-3206-3207-3208-3209-3210-3211-3212-3213-3214-3215-3216-3217-3218-3219-3220-3221-3222-3223-3224-3225-3226-3227-3228-3229-3230-3231-3232-3233-3234-3235-3236-3237-3238-3239-3240-3241-3242-3243-3244-3245-3246-3247-3248-3249-3250-3251-3252-3253-3254-3255-3256-3257-3258-3259-3260-3261-3262-3263-3264-3265-3266-3267-3268-3269-3270-3271-3272-3273-3274-3275-3276-3277-3278-3279-3280-3281-3282-3283-3284-3285-3286-3287-3288-3289-3290-3291-3292-3293-3294-3295-3296-3297-3298-3299-3300-3301-3302-3303-3304-3305-3306-3307-3308-3309-3310-3311-3312-3313-3314-3315-3316-3317-3318-3319-3320-3321-3322-3323-3324-3325-3326-3327-3328-3329-3330-3331-3332-3333-3334-3335-3336-3337-3338-3339-3340-3341-3342-3343-3344-3345-3346-3347-3348-3349-3350-3351-3352-3353-3354-3355-3356-3357-3358-3359-3360-3361-3362-3363-3364-3365-3366-3367-3368-3369-3370-3371-3372-3373-3374-3375-3376-3377-3378-3379-3380-3381-3382-3383-3384-3385-3386-3387-3388-3389-3390-3391-3392-3393-3394-3395-3396-3397-3398-3399-3400-3401-3402-3403-3404-3405-3406-3407-3408-3409-3410-3411-3412-3413-3414-3415-3416-3417-3418-3419-3420-3421-3422-3423-3424-3425-3426-3427-3428-3429-3430-3431-3432-3433-3434-3435-3436-3437-3438-3439-3440-3441-3442-3443-3444-3445-3446-3447-3448-3449-3450-3451-3452-3453-3454-3455-3456-3457-3458-3459-3460-3461-3462-3463-3464-3465-3466-3467-3468-3469-3470-3471-3472-3473-3474-3475-3476-3477-3478-3479-3480-3481-3482-3483-3484-3485-3486-3487-3488-3489-3490-3491-3492-3493-3494-3495-3496-3497-3498-3499-3500-3501-3502-3503-3504-3505-3506-3507-3508-3509-3510-3511-3512-3513-3514-3515-3516-3517-3518-3519-3520-3521-3522-3523-3524-3525-3526-3527-3528-3529-3530-3531-3532-3533-3534-3535-3536-3537-3538-3539-3540-3541-3542-3543-3544-3545-3546-3547-3548-3549-3550-3551-3552-3553-3554-3555-3556-3557-3558-3559-3560-3561-3562-3563-3564-3565-3566-3567-3568-3569-3570-3571-3572-3573-3574-3575-3576-3577-3578-3579-3580-3581-3582-3583-3584-3585-3586-3587-3588-3589-3590-3591-3592-3593-3594-3595-3596-3597-3598-3599-3600-3601-3602-3603-3604-3605-3606-3607-3608-3609-3610-3611-3612-3613-3614-3615-3616-3617-3618-3619-3620-3621-3622-3623-3624-3625-3626-3627-3628-3629-3630-3631-3632-3633-3634-3635-3636-3637-3638-3639-3640-3641-3642-3643-3644-3645-3646-3647-3648-3649-3650-3651-3652-3653-3654-3655-3656-3657-3658-3659-3660-3661-3662-3663-3664-3665-3666-3667-3668-3669-3670-3671-3672-3673-3674-3675-3676-3677-3678-3679-3680-3681-3682-3683-3684-3685-3686-3687-3688-3689-3690-3691-3692-3693-3694-3695-3696-3697-3698-3699-3700-3701-3702-3703-3704-3705-3706-3707-3708-3709-3710-3711-3712-3713-3714-3715-3716-3717-3718-3719-3720-3721-3722-3723-3724-3725-3726-3727-3728-3729-3730-3731-3732-3733-3734-3735-3736-3737-3738-3739-3740-3741-3742-3743-3744-3745-3746-3747-3748-3749-3750-3751-3752-3753-3754-3755-3756-3757-3758-3759-3760-3761-3762-3763-3764-3765-3766-3767-3768-3769-3770-3771-3772-3773-3774-3775-3776-3777-3778-3779-3780-3781-3782-3783-3784-3785-3786-3787-3788-3789-3790-3791-3792-3793-3794-3795-3796-3797-3798-3799-3800-3801-3802-3803-3804-3805-3806-3807-3808-3809-3810-3811-3812-3813-3814-3815-3816-3817-3818-3819-3820-3821-3822-3823-3824-3825-3826-3827-3828-3829-3830-3831-3832-3833-3834-3835-3836-3837-3838-3839-3840-3841-3842-3843-3844-3845-3846-3847-3848-3849-3850-3851-3852-3853-3854-3855-3856-3857-3858-3859-3860-3861-3862-3863-3864-3865-3866-3867-3868-3869-3870-3871-3872-3873-3874-3875-3876-3877-3878-3879-3880-3881-3882-3883-3884-3885-3886-3887-3888-3889-3890-3891-3892-3893-3894-3895-3896-3897-3898-3899-3900-3901-3902-3903-3904-3905-3906-3907-3908-3909-3910-3911-3912-3913-3914-3915-3916-3917-3918-3919-3920-3921-3922-3923-3924-3925-3926-3927-3928-3929-3930-3931-3932-3933-3934-3935-3936-3937-3938-3939-3940-3941-3942-3943-3944-3945-3946-3947-3948-3949-3950-3951-3952-3953-3954-3955-3956-3957-3958-3959-3960-3961-3962-3963-3964-3965-3966-3967-3968-3969-3970-3971-3972-3973-3974-3975-3976-3977-3978-3979-3980-3981-3982-3983-3984-3985-3986-3987-3988-3989-3990-3991-3992-3993-3994-3995-3996-3997-3998-3999-4000-4001-4002-4003-4004-4005-4006-4007-4008-4009-4010-4011-4012-4013-4014-4015-4016-4017-4018-4019-4020-4021-4022-4023-4024-4025-4026-4027-4028-4029-4030-4031-4032-4033-4034-4035-4036-4037-4038-4039-4040-4041-4042-4043-4044-4045-4046-4047-4048-4049-4050-4051-4052-4053-4054-4055-4056-4057-4058-4059-4060-4061-4062-4063-4064-4065-4066-4067-4068-4069-4070-4071-4072-4073-4074-4075-4076-4077-4078-4079-4080-4081-4082-4083-4084-4085-4086-4087-4088-4089-4090-4091-4092-4093-4094-4095-4096-4097-4098-4099-4100-4101-4102-4103-4104-4105-4106-4107-4108-4109-4110-4111-4112-4113-4114-4115-4116-4117-4118-4119-4120-4121-4122-4123-4124-4125-4126-4127-4128-4129-4130-4131-4132-4133-4134-4135-4136-4137-4138-4139-4140-4141-4142-4143-4144-4145-4146-4147-4148-4149-4150-4151-4152-4153-4154-4155-4156-4157-4158-4159-4160-4161-4162-4163-4164-4165-4166-4167-4168-4169-4170-4171-4172-4173-4174-4175-4176-4177-4178-4179-4180-4181-4182-4183-4184-4185-4186-4187-4188-4189-4190-4191-4192-4193-4194-4195-4196-4197-4198-4199-4200-4201-4202-4203-4204-4205-4206-4207-4208-4209-4210-4211-4212-4213-4214-4215-4216-4217-4218-4219-4220-4221-4222-4223-4224-4225-4226-4227-4228-4229-4230-4231-4232-4233-4234-4235-4236-4237-4238-4239-4240-4241-4242-4243-4244-4245-4246-4247-4248-4249-4250-4251-4252-4253-4254-4255-4256-4257-4258-4259-4260-4261-4262-4263-4264-4265-4266-4267-4268-4269-4270-4271-4272-4273-4274-4275-4276-4277-4278-4279-4280-4281-4282-4283-4284-4285-4286-4287-4288-4289-4290-4291-4292-4293-4294-4295-4296-4297-4298-4299-4300-4301-4302-4303-4304-4305-4306-4307-4308-4309-4310-4311-4312-4313-4314-4315-4316-4317-4318-4319-4320-4321-4322-4323-4324-4325-4326-4327-4328-4329-4330-4331-4332-4333-4334-4335-4336-4337-4338-4339-4340-4341-4342-4343-4344-4345-4346-4347-4348-4349-4350-4351-4352-4353-4354-4355-4356-4357-4358-4359-4360-4361-4362-4363-4364-4365-4366-4367-4368-4369-4370-4371-4372-4373-4374-4375-4376-4377-4378-4379-4380-4381-4382-4383-4384-4385-4386-4387-4388-4389-4390-4391-4392-4393-4394-4395-439~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1034 do proc.
PAULO 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4041	1	florência	com.assist.soc.	6.10.93		

22 e 23 de junho de 1993, Lá estiveram presentes as Vereadoras Aldaíza Sposati e Ana Martins, que encaminharam moção de apoio à Conferência assinada pelos integrantes da Comissão ...

A SRA. ANA MARTINS - Viu, Liège, acho que aqui, por exemplo, como a Comissão fez uma sessão que se debruçou sobre as emendas, etc., acho que deveria anexar a contribuição que a Comissão ... Mas dizer aqui que está anexando. Não é isso?

A SRA. LIEGE - Segundo ponto: discussão da LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social, destacando-se sua importância e enviando emendas para a referida lei em tramitação na Câmara Federal. Discussão sobre os órgãos institucionais e políticas públicas para as crianças e adolescentes.

Na Comissão foi feita a apresentação da atual situação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tomou posse em junho de 1992, e dos Conselhos Tutelares, empossados em novembro de 1992. A Sra. Maria Stela Santos Graciani, atualmente Presidente do Conselho Municipal, expôs o seguinte: "Em relação aos nossos trabalhos, temos como prioridade uma articulação orgânica, principalmente com os Foros Municipais e Regionais da Cidade, que é quem dá sustentação efetiva às deliberações desse Conselho. Após, ela apresentou as dificuldades conjunturais do Conselho, tais como a violência institucionalizada, a falta de entendimento e discernimento e da plenitude da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi instituído em 1990, total indefinição de políticas públicas de atendimento à cri-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
404	2	florência	assist.soc.	6.9.93		

ança e ao adolescente na cidade de São Paulo; o despreparo de gestores de políticas públicas. Nem os Conselheiros Tutelares nem os de Direito têm uma formação adequada para a função de Gestor de Políticas Públicas e de atendimento da criança e do adolescente ... Há falta de infraestrutura e de equipamentos e pessoal que garantam operacionalizar as decisões tomadas.

Outro item - Ações de entidades não-governamentais que lidam com a criança e com o adolescente. Representantes do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, ^{como} Pc. Ezequiel Ramin, e da Pastoral do Menor da Região do Bém, falaram do seu trabalho de mais de 10 anos com adolescentes que cometem ato infracional e que hoje estão com a Medida Sócio-Educativa dos Artigos 118 e 119 do ECA: "Um grande grupo é visto de forma inadequada pela população e muitas vezes pelos Poderes Públicos. Temos adolescentes que estão com Medida Sócio-Educativa porque furtaram um boné de algum colega... Temos garotos que estão estudando e muitas vezes trabalhando e que, pelo fato de terem passado por uma situação inadequada, são discriminados. Francisca Silva. Encontramos muita dificuldade em estabelecer parceria com o Município. A gente constata que não existe programa de atendimento específico para adolescentes na faixa de 14 ~~14~~ 18 anos. Regina."

Outro item. Campanha da Cidadania contra a Fome e a Miséria. "A partir dos relatos e exposições, constatamos que existem hoje dois tipos de preocupações no que diz respeito aos Comitês contra a Fome. Comitês de pessoas que têm uma preocupação mais política de resolver a questão da fome do ponto de vista estrutural, comitês de pes-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 1036 do proc.
196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A40	3	florência	assist.soc.	6.9.93		

soas que acham que se tem que fazer a redistribuição de cada um. A Campanha contra a Fome não é exclusiva dos comitês já existentes, mas hoje os Foros das ONGs coloca a necessidade de realizar o mapeamento da miséria no Estado de São Paulo, da atenção à população de rua e da implementação de projetos de geração de renda voltados a uma ação mais eficaz, conforme relatos de Maria Madalena Alves..

A apresentação das conclusões do estudo feito pelo Instituto Lidas em convênio com o CBIA - Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência; esse estudo contrói o perfil da criança e do adolescente da cidade de São Paulo. Consideramos importante citar trecho da exposição de Vera Lúcia Vieira: "Conforme consta do relatório, a violência vai da violência física pura e simples à violência moral, à coersão moral, que essa é institucional." Então, que seria a chamada violência institucional? Seria essa de você exigir condições da criança que ela não tem como atender; cobrar material, exigir um tipo de conduta, exigir um tipo de roupa, uma forma de estar que ela não consegue atender. Então, ela passa a ser discriminada. E é aquilo que elas mesmas relatam: elas passam a ter vergonha de ir à escola; elas não querem mais. Essa é uma forma de expulsão. A segunda forma é que ela não consegue acompanhar o que está acontecendo, porque não tem os materiais e então é fadada à repetência. Essa segunda forma da expulsão é dentro da questão institucional. Estou criando critério agora para dar uma certa ~~distinção~~ distinção. Há também uma coersão moral..." Aqui ela repetiu. "Por exemplo, se chamaria esse tipo de discriminação, que é preceituosa: por exemplo, a criança que mora em favela, em cortiço ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 1037 do proc.
Nº 196 de 1993
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A40	1	florência	assist.soc.	6.9.93		

é favelado". Isso é muito constante. Então, ela vai ficando com muita vergonha da sua condição de pobreza. E há casos muito comuns de violência física mesmo, Conseguimos detectar que 70% das depredações que acontecem nas escolas da Rede Municipal eram provocadas por alunos que tinham sido expulsos da escola; e geralmente eram adolescentes de 14 a 18 anos, às vezes até 20, que não têm como entrar, são impedidos de entrar no Supletivo por causa da idade. e são impedidos pela idade de permanecer no curso regular. Não são atendidos no Sistema de Assistência Social. Então, eles não têm como entrar regularmente no sistema regular de qualquer tipo de atendimento que o Poder Público lhes dê. São essas as crianças e adolescentes que mais depredavam.

- Aparte fora do microfone. Inaudível.

A SRA. LIÊGE - Ponto 3.7: Organizações Institucionais de Política Pública para a Mulher. "A experiência da Prefeitura de São Paulo, no que diz respeito à Mulher, se refere à Coordenadoria Especial da Mulher, Casa Eliane de Gramont e Casa Abrigo. A CEM foi criada na gestão de 1992 com o objetivo de elaborar e executar políticas públicas em defesa da mulher e da cidadania e contra a discriminação. A Casa Eliane de Gramont atende e acompanha mulheres vítimas de violências sexual e doméstica. Esses serviços hoje passam por um processo de esvaziamento político e operacional. Outra política pública existente é a que se refere à garantia de meios à saúde da mulher, como também a lei



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1038 do proc.
N.º 196 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

A41 2 florência assist.soc. 6.9.93

que proíbe a ~~lei~~ exigência de teste de gravidez e atestado de loque-
dura para a mulher trabalhadora. Todavia, ambas não estão sendo efetiva-
das a contento. O espaço das mulheres, a nível institucional, deve ser
ocupado como forma de garantir políticas públicas que levem em conta as
questões do gênero no planejamento urbano e na administração da Cidade.
Relato das condições de vida da população de rua: um certo dia, um ci-
dão chegou na Casa de Convivência e passou para mim que estava de empre-
go arrumado, tudo encaixado. E quando foi para entregar os documentos,
o pessoal pediu o seu endereço e deu o endereço do ~~ODAI~~ ^(ODAI?). A partir do
momento que ele deu o endereço do ODAI, o rapaz disse: "Você não pode
preencher a vaga, porque você não tem endereço de residência." Aí ele
procurou a gente e perguntou o que fazer, porque ele não sabia mais quais
eram os direitos dele. E a gente fica pensando: Será que existe certa lei
que possa levar uma reclamação até essa pessoa? Ele não sabe disso.
Poucas pessoas sabem também. Ele chegou e disse: Será que não existe
uma lei que obrigue certa pessoa a me dar esse emprego? Até me mo pagar
um fundo para ir para o Fundo de Moradia para a população de rua? Porque
a população de rua são as únicas pessoas que não têm Fundo de Moradia e
o povo só vive dizendo que a população de rua tem que sair da rua, mas
o mais importante não é falar "Tem que sair da rua", mas sim, chegar,
procurar meios que possam tirá-los da rua. Ricardo Rodrigues."

„Na Administração passada, estávamos tentando garan-
tir algumas políticas, principalmente com relação à população de rua.
Chega uma nova administração e joga tudo no chão e tem que recomeçar.
Ficamos meses ~~prez~~ escrevendo, refletindo e depois aparece uma política

cód. que, a cada três páginas, tinha uma palavra que íamos: "Vamos brigar"



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 1039 do proc
PAULO 196 do 1º B
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	3	florência	assit.soc.	6.9.93		

de novo". Aí vem outra administração e essa política nova cai por terra. Garantir uma política é muito difícil. Queria descobrir um meio para assegurar um mínimo necessário dentro dessa política que se faz, porque a gente se torna como palhaço do Poder Público... O Poder Público chama as organizações para poder escrever política. Daqui a alguns dias, a gente vai acabar escrevendo a nossa própria política, vamos vê-la a partir da nossa política. É aquele caso de fazer justiça com a própria mão. Vamos fazer um tipo de política que seja reconhecida entre os excluídos, porque o Poder Público não leva em consideração a opinião dos pequenos. Geralmente, a gente vê projetos. Agora vão fazer a Revisão Constitucional para quê? Existem tantas leis que não cumpridas ... Sr. Nilton."

Quem está na rua e não tem residência fixa, quem está mal vestido e está sujo não consegue nada. Eu penso que em qualquer lei que surja a partir desse trabalho de assistência social acho que para ser realmente uma lei que favoreça, que seja de assistência a essas pessoas, tem que ser feita a partir do clamor dessas pessoas. E também, depois de promulgadas, essas leis devem chegar até eles. Penso que essas pessoas não têm acesso aos meios de comunicação, como jornais, televisão e rádio. É muito pequeno o acesso. Deve-se pensar em alguma forma de as leis chegarem até eles. Depois, também os meios políticos, as repartições públicas que não dão nenhuma atenção a essas pessoas. Qualquer pessoa hoje, por exemplo, na questão da Saúde, que é uma questão que conheço pouco, mas qualquer pessoa que chegue hoje num pronto-socorro, que esteja com sua mochila, com seu galo, ela não é bem recebido, ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

1040
196
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A42	1	florência	assist.soc.	6.9.93		

melhor, não é recebido, porque está sujo e mal vestido. Talvez nessas leis tivéssemos que pensar também num trabalho de educação e humanização das repartições públicas. Eu acho que, principalmente na área da Saúde, que é das mais procuradas por essa população. Ronan."

Conclusões e propostas: Nesses dois meses de trabalho da Comissão de Estudos para a formulação de um modelo, de uma política ...

- Apartes fora do microfone. Trecho inaudível.

A SRA. - (Fala fora do microfone)

Eu tinha levantado hoje, e a Liège acho que estava de acordo, que nós precisaríamos mostrar uma questão que hoje no Município ... A Assistência Social vai esbarrar numa concepção que vem sendo construída... Então, nós precisaríamos pegar aquele artigo do Curiaty, por ocasião da Conferência Nacional de Assistência, em que ele fala em privatizar a Assistência, pelo seguinte. Essa Secretaria, se não for o Curiaty, vai ser o Giannotti, que Meles estão disputando a Secretaria. Ele ainda sonha em colocar o Curiaty na Secretaria de Saúde e o Giannotti (trecho inaudível). Então (trecho inaudível), e não foi uma vez só.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1041 do proc
N.º 196 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A42	2	Florência	Assist.Social	6.9.93		

NOTA DO DT-10: O restante da gravação está inaudível.

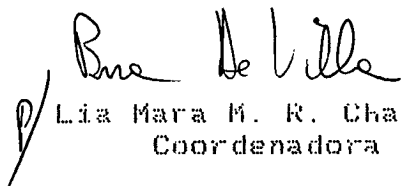
SETOR DE ASESORIA DAS COMISSÕES
PERMANENTES

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

SENHORA DIRETORA DO DT - 7

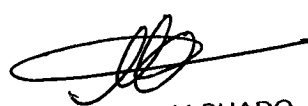
Encaminho, em anexo, RELATÓRIO FINAL da Comissão Especial de Estudos para Elaborar Propostas Referente à Assistência Social, a Serem Encaminhadas ao Congresso Nacional para fins de publicação

São Paulo, 27 de outubro de 1993.


Lia Mara M. R. Chagas
Coordenadora

À Imprensa Oficial
Encaminho a matéria r. relacionada para publicação.

São Paulo, 20 de ^{outubro}~~agosto~~ de 1993.


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico
Depto. Serviços Legislativos

RELATORIO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 8 de junho de 1993 foi aprovado em plenário, por 51 votos, a instalação da Comissão de Estudos sobre Assistência Social, cuja abertura dos trabalhos se deu no dia 06.07.93

Esta comissão teve como objetivo discutir e enviar subsídios à Lei Orgânica da Assistência Social em tramitação na Câmara Federal; diagnosticar a situação da Assistência Social na cidade de São Paulo; elaborar propostas e sugestões de políticas públicas para o âmbito do município; discutir ações previstas no campo da Assistência Social na Lei Orgânica do Município, bem como o processo de municipalização da Assistência Social.

Realizamos 13 sessões, foram ouvidas 38 representantes de órgãos e entidades (conf. anexo) sobre os mais variados temas, ou sejam:

- * A situação da pobreza e a condição de vida da população de baixa renda da cidade de São Paulo;

- * A questão da criança e do adolescente;

- * A ação de cidadania contra a miséria e a fome;

- * A pesquisa do Instituto LIDAS, encomendada pelo CBIA quanto a atenção da criança na cidade de São Paulo;

- * A gestão da Assistência Social pelos serviços públicos;

- * A mulher, o idoso e a assistência social;

- * As formas de atenção à população de rua;

- * As organizações não governamentais e a política de assistência social.

Presidiu a Comissão a Vereadora Aldaiza Sposati, do PT, tendo como relatora a Vereadora Ana Martins, do PCdoB e ainda como integrantes os seguintes Vereadores:

Lidia Correia, do PMDB;

Eder Jofre, do PSDB;

Alberto Calvo, do PSB.

Os trabalhos foram encerrados em 22.09.93, sendo este o relatório final apresentado aos participantes em 06/10/93.

2. "APARTHEID" SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

São Paulo, uma cidade com mais de 9,5 milhões de habitantes, dos quais a maioria é composta de mulheres e, na área metropolitana, cerca de 60% tem menos de 30 anos e só 7% atingem 60 anos.

Segundo o último censo do IBGE, no município de São Paulo, existem 594 favelas, contra 394 no Rio de Janeiro, perfazendo um total de 624 mil favelados e 134.448 domicílios. Na última década, o número de favelas no Estado de São Paulo cresceu numa proporção de 91%, caracterizadas por pequenos núcleos e, principalmente, localizadas na periferia. O IBGE ainda nos diz que do total geral de domicílios somente 52.800 não possuem serviço de canalização interna para abastecimento de água.

As discussões na Comissão de Assistência Social demonstraram uma característica peculiar da cidade de São Paulo, como foi focalizado pela Profa. Maura Pardini Veras que falou da existência de um lado uma "cidade legal", e do outro irregular ou clandestina, a da pobreza.

No período compreendido entre 73 e 87 a população de São Paulo cresceu em 60% enquanto que a população das favelas cresceu em 1.039%. E este contingente de favelados cresceu principalmente em decorrência do empobrecimento e não só devido à migração.

Podemos dizer que esta cidade da pobreza engloba uma população de cerca de 1 milhão de favelados, somada aos moradores dos loteamentos clandestinos que representam 40% da população da cidade, além dos moradores dos cortiços, hoje 30% da população que vem se deslocando da área central para a periferia e, de certa forma, se espalhando pela cidade inteira.

Segundo dados ainda embrionários apresentados pela professora Maura Pardini Veras os bairros que mais cresceram foram os da Região Leste (Cidade Tiradentes e José Bonifácio) e a Vila Andrade na Zona Sul. Os de maior concentração populacional são: Cidade Ademar, Sapopemba, Jabaquara, Sacomã e Jd. São Luis. Os que perderam população: Bom retiro, Pari, Santo Amaro, Sé, Cambuci e Pinheiros.

Outros aspectos foram abordados na Comissão para se entender a pobreza na cidade de S. Paulo. O professor João Batista Pamplona nos falou, inicialmente, do processo de urbanização e industrialização no Brasil nas últimas 4 décadas, que fez crescer a população das cidades com uma taxa de urbanização superior à 75%, levando a uma concentração da pobreza nas cidades. São Paulo, segundo ele, "é o exemplo mais acabado desse processo"

Ele caracteriza como existindo na cidade de S. Paulo a pobreza na cidade e a pobreza da cidade.

A primeira, segundo ele, diz respeito às questões relacionadas com o modelo sócio-econômico brasileiro e cujas causas estão relacionadas com o "exodo rural, a consolidação do latifúndio produtivo na agricultura brasileira, a modernização da agricultura que expulsou a mão de obra e não promoveu a reforma agrária... a concentração de renda... As pessoas expulsas do campo chegavam numa cidade como S. Paulo e não encontravam emprego e se encontravam eram com níveis salariais muito baixos".

A outra, a pobreza da cidade, é a pobreza eminentemente urbana, que decorre de um fenômeno chamado de "segregação sócio-espacial", que nada mais é do que a versão urbana do "apartheid social" onde você segrega a população na cidade, gerando uma cidade dos pobres e uma cidade dos ricos.

Na sua fala o Prof. João Batista Pamplona diz que é "o preço do solo que vai regular o acesso da população à determinada parte da cidade... A população não tem condições de pagar o preço do solo das áreas centrais, que são áreas de boas condições ambientais e boas condições locacionais", em decorrência disso esta população é empurrada para a periferia.

E esta população termina vivendo em piores condições de vida, seja na moradia, nos transportes, no acesso aos serviços e equipamentos e, por outro lado, paga o mesmo imposto que os setores mais privilegiados.

Na exposição do Prof. André Médici entre outros, foi abordado o aspecto da desigualdade dos indicadores sociais de São Paulo, quando ele cita dados do estudo da CBIA sobre a cidade:

18% da população do município, em 1991, tinha uma renda familiar de até 4 salários mínimos;

26,1% de 4 a 8 salários mínimos; 10,4% mais de 30 salários mínimos.

Outros dados significativos que foram levantados dizem respeito

à distribuição de emprego, em 1991:

- 23,9% da população está na indústria;
- 19,7% no comércio;
- 21% no setor de serviço;
- 21,3% trabalhadores autônomos;
- 8,7% funcionários públicos;
- 2,4% no setor de transporte;
- 2,5% na construção civil;
- 0,5% nos outros serviços;

Estes dados demonstram o crescimento do setor terciário na cidade de S.Paulo.

Na área da educação temos os seguintes dados:

- 36% analfabetos ou até 4a. série do 1o. grau incompleto;
- 31,5% 4a. série completa e não tem a 8a. série;
- 13% 2o. grau incompleto;
- 11% 2o. grau completo e superior incompleto
- 7% superior completo.

Apesar destes dados, como diz o Prof. André Medici, demonstrarem uma situação melhor que o resto do país, o fato de 40% da população não ter o 1o. grau significa também um número elevado que não tem habilitação para prestar qualquer concurso.

O quadro da saúde no município é caótico. "Os dados mais recentes da Fundação SEADE mostram que o município de S.Paulo teve uma queda bastante acelerada de mortalidade infantil nos últimos anos... a taxa de mortalidade estaria hoje em torno de 21 para mil... uma taxa bem abaixo da média brasileira. Agora, existe uma desigualdade a nível do Município que esta taxa pode chegar de 80 por mil a nível de periferia, ou seja, reproduz padrões nordestinos dentro de S.Paulo em termos de mortalidade infantil".

No que diz respeito à saúde da mulher 90% dos casos de morte materna são evitáveis se houvesse um atendimento médico adequado. Dados apresentados na comissão dão conta de que em 100 mil mulheres, 49 morrem em decorrência de problemas no parto. São Paulo é o terceiro município em mortes relativas por Aids e os gastos com a saúde representam apenas 35% em relação ao que se gastava em 89.

Em São Paulo a saúde atingiu níveis altíssimos de desenvolvimento tecnológico, no entanto a maioria da população não tem acesso a esses avanços.

A realidade de São Paulo apresentada na comissão nos aponta uma cidade heterogênea exigindo portanto políticas diferenciadas e descentralizadas.

3 - TEMAS DEBATIDOS

Nestes dois meses de atividades da Comissão de Estudos Sobre Assistência Social, além da discussão sobre a Pobreza Urbana e dados sobre a realidade da cidade, foram enfocados os seguintes temas:

3.1 - Participação na Conferência Nacional da Assistência Social, realizada em Brasília nos dias de 1993.

Lá estiveram presentes as vereadoras Aldaiza Sposati e Ana Martins que encaminharam Moção de Apoio à Conferência, assinada pelos demais integrantes da Comissão de Saúde da Câmara Municipal.

3.2 - Discussão da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, destacando-se a sua importância e enviando emendas para a referida Lei em tramitação na Câmara Federal.

3.3 - Discussão sobre os órgãos Institucionais e Políticas Públicas para Criança e Adolescente.

Na Comissão foi feita apresentação da atual situação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tomou posse em junho de 1992, e dos Conselhos Tutelares empossados em Novembro de 1992.

A Sra. Maria Estela Santos Graciani, atualmente Presidente do Conselho Municipal, expôs o seguinte:

"Em relação ao nosso trabalho temos como prioridade uma articulação orgânica, principalmente com os fóruns municipais e regionais da cidade que é quem dá sustentação efetiva as deliberações desse Conselho."

Após, ela apresentou as "dificuldades conjunturais" do Conselho, tais como:

- a violência institucionalizada;
- a falta de entendimento e discernimento da plenitude da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente que foi instituído em 1990;
- total indefinição de políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil e na cidade de São Paulo;
- o despreparo de gestores de políticas públicas: nem os conselheiros tutelares, nem os de direito tem uma formação adequada para a função de gestor de políticas públicas de atendimento da criança e do adolescente.
- a falta de infraestrutura, de equipamentos e pessoal que garantam operacionalizar as decisões tomadas.

Na oportunidade Dr. Nazih Cury Meserami, criminologista, faz referência ao trabalho de pesquisa que vem desenvolvendo nos últimos cinco anos sobre homicídios dolosos, suicídios entre crianças e jovens e também sobre a vontade dos jovens de matarem os adultos.

Conforme relata Dr. Nazih:

"...não estabelecemos uma linha de vitimologia da criança e do adolescente, mas de uma ação criminosa e dialética em torno do crime... gostaria de lembrar que a opinião pública está muito errada em torno da violência. Sentimos isso através dos nossos entrevistados na parte da metodologia quantitativa da pesquisa: juízes promotores, membros do Tribunal do Juri e de advogados, todos atuando em áreas de menores ou dos cinco Tribunais do Juri da Capital... ouvi coisas dos profissionais de Direito que subsiste da Idade Média no Direito muçulmano, que tem que se cortar a mão da criança que furta. Estamos regredindo".

3.4 - Ações de entidades não-governamentais que lidam com criança e adolescente

Representantes do Centro de Defesa da Criança e Adolescente "Padre Ezequiel Ramin" e da Pastoral do Menor da Região do Belém: falaram do seu trabalho, de mais de 10 anos, com "adolescentes que cometem ato infracional e que hoje estão com a medida sócio-educativa dos artigos 118 e 119 do ECA... um grande grupo é visto de forma inadequada pela população e muitas vezes pelos poderes públicos... temos adolescentes que estão com medida sócio-educativa porque furtaram um boné do colega... temos garotos que estão estudando e

muitas vezes trabalhando e, pelo fato de terem passado por uma situação inadequada, são discriminados" (Francisca Silva).

"Encontramos muita dificuldade em estabelecer parceria com o Município... a gente constata que não existem programas de atendimento específico para adolescentes na faixa de 14 aos 18 anos, não existe nada" (Regina).

3.5 - Campanha da Cidadania Contra a Fome e a Miséria

A partir dos relatos e exposições constatamos que existem hoje dois tipos de preocupações no que diz respeito aos Comitês Contra a Fome:

- Comitês de pessoas que têm uma preocupação mais política de resolver a questão da fome do ponto de vista estrutural;
- Comitês de pessoas que acham que se tem que fazer a redistribuição a partir de cada um.

A Campanha Contra a Fome não é exclusiva dos Comitês já existentes, mas hoje os fóruns das ONG's colocam a necessidade de realizar um mapeamento da miséria no Estado de SP; da atenção à população de rua e da implementação de projetos de geração de rendas voltada a uma ação mais eficaz. (Conforme relato de Maria Magdalena Alves).

3.6 - Apresentação das conclusões do estudo feito pelo Instituto LIDAS em convênio com o CBIA - Centro Brasileiro da Infância e Adolescente.

Este estudo constrói o perfil da criança e do adolescente da cidade de São Paulo. Consideramos importante citar trechos da exposição de Vera Lúcia Vieira: "Conforme consta do relatório, a violência vai da violência física pura e simples, à violência moral, a coerção moral que é essa institucional. Então o que seria a chamada violência institucional? Seria essa de você exigir condições da criança, que ela não tem formas de atender: cobrar material, exigir um tipo de conduta, exigir um tipo de roupa, uma forma de estar, que ela não consegue atender, então ela passa a ser discriminada. E aquilo que elas mesmas relatam: elas passam a ter vergonha de ir à escola. Elas não querem mais ir. Essa é uma forma de expulsão. A segunda forma é que ela não consegue acompanhar o que está acontecendo porque não tem os materiais, então ela é fadada à repetência. Essa segunda forma de expulsão, dentro da questão institucional. Estou criando critério para dar uma certa distinção: há também uma coerção moral. Por exemplo se chamaria esse tipo, de discriminação preconceituosa. Por exemplo: a criança que mora em favela, em cortiço, em lugares muito pobres, ela sistematicamente ouve coisas assim: "Você é favelado". Isso é muito constante, então ela vai ficando com muita vergonha da sua condição de pobreza. E há casos muito comuns de violência física mesmo... conseguimos detectar que 70% das depredações que acontecem nas escolas da rede municipal eram provocadas por alunos que tinham sido expulsos da escola... Eram geralmente esses adolescentes de 14 à 18 anos, às vezes até 20, que não tem como entrar, são impedidos por causa da idade de entrar no supletivo, são impedidos por causa da idade de permanecer no regular, não são atendidos no sistema de assistência social, então ele não tem como entrar novamente no sistema regular de qualquer tipo de atendimento, que o poder público lhe dê. São essas as crianças e adolescentes que mais depredavam.

3.7 - Organizações Institucionais de Política Pública para mulher.

A experiência da Prefeitura de São Paulo no que diz respeito à mulher se refere a Coordenadoria Especial da Mulher, (CEM), Casa Eliane de Grammont e a Casa Abrigo.

A CEM foi criada na gestão de 1992 com o objetivo de elaborar e executar políticas públicas em defesa da mulher, da cidadania e contra a discriminação.

A Casa Eliana de Grammont atende e acompanha mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Estes serviços hoje passam por um processo de esvaziamento político e operacional.

Outra política pública existente é a que se refere à garantia de meios a saúde da mulher, como também, a Lei que proíbe a exigência de teste de gravidez e atestado de laqueadura para a mulher trabalhadora. Todavia ambas não estão sendo efetivadas a contento.

O espaço das mulheres a nível institucional deve ser ocupado como forma de garantir políticas públicas que levem em conta as questões de gênero no planejamento urbano e na administração da cidade;

3.8 - Relação Público x Privada no Campo da Assistência.

"A política de assistência social sob a ótica da relação estatal-privado supõe inclusive, discutir sua distinção da denominação público-privado.

Historicamente foram as organizações da sociedade, que iniciaram o processo de trabalho social, sejam nas formas de lares de atendimento à criança, ou aos doentes, os tuberculosos, em geral isso sempre caminhou ou pelas chamadas irmandades de caridade, as formas então de auxílios mútuos, mesmo a solidariedade e até mesmo filantropia privada. O estado vai comparecer no campo da assistência social bem mais tardiamente. E quando ele aparece é com uma função regulamentadora do privado.

...os pontos que a Lei Orgânica da Assistência Social define sobre esta relação estatal-privado ... toda a área da Assistência Social, seja a nível Nacional, pela LBA, pela CBIA, nível estadual pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar-Social e pelo Nível Municipal Secretaria da Família e Bem-Estar-Social, esses órgãos trabalham com os chamados convênios ou seja, a rede de prestação direta é sempre reduzida face à rede conveniada. ...a relação é de uma extensão da ação do Estado, através das entidades sociais, onde não fica claro nessa relação o que é efetivamente parceria. Este é um campo muito obscuro, nessa relação é difícil definir o que é política pública e o que não é até porque muitas dessas relações são fundadas numa certa miserabilidade. ... os valores dos convênios são extremamente insignificantes ... em que muitas entidades para realizarem um serviço ficam de pires na mão para diferentes órgão pedindo subsídio, aquela subvenção, aquele convênio, provocando multiplicidade e paralelismo entre os vários órgãos Federal, Estadual, Municipal, nos convênios com a mesma entidade. Há um desperdício de burocracia, de papéis que talvez reduzidos pudesses produzir mais recursos para os próprios serviços" (Aldaíza Sposati)

Ao longo dessa discussão posições distintas foram manifestadas, fundamentalmente no que diz respeito a esta relação: Pública x Privada:

"A questão da municipalização e descentralização das várias instâncias ainda não se constitui numa prática efetiva.

Um outro ponto, considerado pela pesquisa, diz respeito a uma falta de política pública de parceria com as organizações não-governamentais. O Estado, o Poder Público Municipal, não dá conta do atendimento dessa realidade na questão da Saúde, da Educação, do Lazer, do Trabalho, etc, e não efetiva parcerias, alianças com as entidades não-governamentais da sociedade civil.

Por outro lado, há uma falta de definição para financiamento das prioridades, uma total irracionalidade no planejamento.

A divisão, portanto, das responsabilidades das diferentes instâncias de poder, quer municipal, estadual ou federal, se trombam ao invés de realmente, compartilhar os poucos recursos disponíveis para essa área social de atendimento. Não avança o processo de democratização do Estado, pelo contrário, uma visão clientelista e paternalista ainda faz parte de todo atendimento a nível geral, não há uma participação efetiva da sociedade civil, com raríssimas exceções, de movimentos que ainda se encontram de maneira isolada. Não há uma aglutinação, uma mobilização articulada, frente às políticas públicas de atendimento na cidade de São Paulo, principalmente a partir de 1993." (Maria Estela Graciani)

"Se confundia gratuidade com parceria e a parceria ela pretendia que as entidades colaborassem até com recursos, por exemplo, para atendimento de uma criança numa creche, ou num centro de juventude conveniado.

Então a gente via que ou se esperava por contribuição nas entidades mais periféricas, nas tradicionais não existem recursos próprios, então a gratuidade ela é assegurada quando o recurso é repassado, porque a parceria se estabelece apenas administrando recursos corretamente, abrindo mão de seu equipamento físico impossibilitando a sua execução correta, a iniciativa, contando a comunidade se responsabilizando pelo recurso público. Se ficar claro que o gratuito é com recurso público das 3 esferas de governo acho que tudo bem." (Luiz)

"Nós não temos dificuldades de defender o princípio da gratuidade. Pelo corte que é dado da própria clientela é um corte relacionado à renda: ou é uma população sem renda, destituída de qualquer renda, desempregada, alijada do mercado formal de trabalho ou é uma população com baixíssima renda. Portanto justifica-se plenamente por todos os argumentos a gratuidade. Quando entra em parceria com o poder público na forma de convênio vem outro argumento reforçador da ideia de gratuidade. Os próprios convênios que são feitos pelo poder público, pelas Secretarias de Bem-Estar-Social, de Promoção e Desenvolvimento Social já estabelecem suas normas a exigência de ou gratuidade social ou uma proporção de gratuidade para a clientela atendida. Então por essas razões todas me parece claro que o princípio da gratuidade tem que ser reafirmado e consagrado na Lei Orgânica de Assistência Social.

Cada vez mais voluntariado, o amadorismo, a improvisação vão dando lugar a uma profissionalização nessas entidades. umas mais e outras menos até para realizar a parceria com o Estado, para discutir o per capita, para enfrentar a questão dos custos, dos aluguéis, dos salários, enfim para fazer o planejamento das suas atividades, elas tem que se profissionalizarem." (Adhemir)

"Você não pode colocar hoje todas as entidades dentro dessa conceituação de ONG's. Existe uma diferença. Existem algumas ONG's que recebem financiamento e todas as pessoas são remuneradas. Elas

trabalham em cima de programas e projetos. Não existe uma diretoria com presidente, vice e etc. Existe um colegiado, um coletivo que trabalha em cima de determinados projetos e recebe financiamento em cima de determinados projetos. Eles tem que prestar contas daquelas atividades.

Essas lideranças são profissionalizadas para exercer aquela atividade. Por isso digo que existe diferença." (Liège)

3.9 - Relato das condições de vida da população da rua:

"Um certo dia um cidadão chegou na casa de convivência e passou para mim que estava de emprego arrumado, tudo encaixado já e quando foi para entregar os documentos dele, o pessoal pediu o endereço e deu o endereço do Odair. A partir do momento que ele deu o endereço do Odair, o rapaz disse: você não pode preencher a vaga porque você não tem endereço de residência. Ai ele procurou a gente e perguntou o que fazer. O que fazer, porque ele não sabia mais quais eram os direitos dele e a gente fica pensando: será que existe certa lei que possa levar uma reclamação até essa pessoa. Ele não sabe disso. Poucas pessoas sabem também. Ele chegou e disse: será que não existe uma lei que obrigue certa pessoa a me dar esse emprego, até mesmo pagar um fundo, para ir para um fundo de moradia, para população de rua? Porque a população de rua são as únicas pessoas que não tem fundo de moradia. E o povo só vive dizendo que a população de rua tem que sair da rua. Mas o mais importante não é falar: tem que sair da rua, mas sim chegar, procurar meios que possam tirar eles da rua". (Ricardo Rodrigues).

"Na administração passada estávamos tentando garantir algumas políticas, principalmente com relação à população de rua. Chega uma nova administração e joga tudo no chão e tem que recomeçar, ficamos meses escrevendo, refletindo e depois aparece uma política que em cada 3 páginas tinha uma palavra que falamos. Vamos brigar de novo. Ai vem outra administração e essa política nova cai por terra. Garantir uma política é muito difícil. Queria descobrir um meio para assegurar o mínimo necessário dentro dessa política que se faz porque a gente se torna como palhaço do poder público. O poder público chama as organizações para poder escrever política. Daqui alguns dias a gente via acabar escrevendo a nossa própria política, vamos viver a partir da nossa política. E aquele caso de fazer justiça com a própria mão. Vamos fazer um tipo de política que isso seja reconhecido entre os excluídos porque o poder público não leva em consideração a opinião dos pequenos. Geralmente a gente vê projetos, agora vão fazer a revisão da constituição para quê? Existem tantas leis que não são cumpridas." (O Sr. Nilton).

"Quem está na rua e não tem residência fixa. Quem está mal vestido e está sujo, não consegue nada. Eu penso que em qualquer lei que surja a partir desse trabalho, de assistência social, acho que para ser realmente uma lei que favoreça, que seja de assistência à essas pessoas tem que ser feita a partir dessas pessoas. A partir do clamor dessas pessoas, e também depois de promulgadas estas leis, devem chegar até eles. Penso que essas pessoas não tem acesso aos meios de comunicação com o jornal, televisão e rádio. É muito pequeno o acesso. Deve-se pensar nalguma forma de as leis chegarem até eles. Depois, também os meios políticos, as repartições públicas que não dão nenhuma atenção à essas pessoas. Qualquer pessoa hoje, por exemplo, na questão da saúde, que é uma questão que conheço um pouco mais, qualquer pessoa que chegue hoje no pronto-socorro, que está com sua mochila, com seu galo, ele não é bem recebido, ou melhor não é

recebido porque está sujo e mal vestido. Talvez nessas leis, tivéssemos que pensar também num trabalho de educação, humanização das repartições públicas. Eu acho que principalmente na área da saúde que é das mais procuradas por essa população" (Ronam).

4 - CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Nestes dois meses de trabalho da Comissão de Estudos para formulação de um modelo de uma política para a área da Assistência Social, foi intenso e rico o nível das discussões sobre a situação da pobreza urbana, da criança e do adolescente, das mulheres, dos homens de rua, dos equipamentos sociais e das políticas públicas.

Ressaltamos a ausência de representantes dos órgãos oficiais, a exceção da Superintendência Regional da LBA e da FCBIA, os demais não atenderam aos inúmeros convites feitos pela Comissão, tais como:

- CASA

- Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar-social do Estado

- e o comparecimento em uma única reunião do representante da Secretaria da Família e Bem-Estar-Social do Município.

Os debates demonstraram a ausência de uma política de enfrentamento ao "Apartheid Social" no Município de S.Paulo. Tanto as iniciativas governamentais como da Sociedade civil organizada, são medidas ainda tímidas, portanto descontinuas frente à complexidade e gravidade das várias e múltiplas questões sociais colocadas através dos interlocutores presentes ao longo dos trabalhos da comissão.

Outra constatação foi a falta de articulação entre as diversas instâncias que atuam na campo da assistência.

A insuficiência e a ineficácia de respostas governamentais à demanda social justificavam-se pela má utilização de recursos, paralelismo de ações, uso clientelista da máquina administrativa, a ausência do controle social nos programas, a falta de participação popular.

Durante os debates da Comissão foram denunciadas ações da atual gestão municipal com relação a política de atenção à criança: a Guarda-Mirim - "A Militarização substituindo o lúdico, a criança deixando de ser criança, antecipando comportamentos violentos inclusive do pondo de vista adulto". Um outro aspecto é a gestão dos equipamentos sociais, creches - a denúncia do Programa "Adote uma creche", ou seja, execução de um programa de privatização ou terceirização de equipamentos públicos destinados à população, certamente produzirá efeitos perversos tais como: a desobrigação do Governo Municipal na execução da política social local e da oferta dos serviços de qualidade à população; garantia de direito de cidadania; O acesso aos direitos sociais - creche, educação, saúde.

Os trabalhos desta Comissão oportunizaram, além da discussão sobre a pobreza urbana e o fenômeno da exclusão e da segregação na cidade de São Paulo, o debate sobre a gestão da assistência social por instituições do poder público e por organizações não governamentais.

Fruto das discussões realizadas foi a apresentação das seguintes propostas:

- Criação de uma Comissão Permanente da Cidadania da Câmara

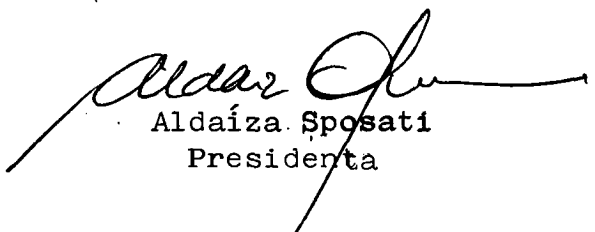
Municipal de São Paulo, com o objetivo de discutir a política de atenção aos excluídos nesta cidade;

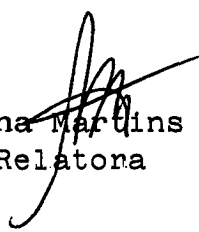
- Realização de um estudo comparativo, no que diz respeito à questão da Assistência Social, entre a Lei Orgânica do Município, Constituição Estadual e LOAS.

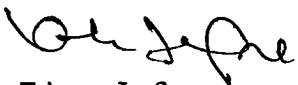
- Promoção de uma ampla discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, evitando que sejam elaborados projetos de lei que se contrapõem ao que rege o estatuto, simultaneamente divulgar o seu conteúdo visando a mudança de comportamento da realidade da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

- Criação de um coletivo constituído pelas entidades participantes do processo de discussão dessa comissão da Assistência Social, aberto à novas adesões;

- Elaboração de ante-projeto para criação de um Conselho Municipal da Assistência Social e - realização da Conferência Municipal da Assistência Social.


Aldaíza Sposati
Presidenta


Anna Martins
Relatora


Eder Jofre


Alberto Calvo


Lúcia Correa

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 8 de junho de 1993 foi aprovado em plenário, por 51 votos, a instalação da Comissão de Estudos sobre Assistência Social, cuja abertura dos trabalhos se deu no dia 06.07.93.

Esta comissão teve como objetivo discutir o envio subsídios à Lei Orgânica da Assistência Social em tramitação na Câmara Federal; diagnosticar a situação da Assistência Social na cidade de São Paulo; elaborar propostas e sugestões de políticas públicas para o âmbito do município; discutir ações previstas no campo da Assistência Social na Lei Orgânica do Município, bem como o processo de municipalização da Assistência Social.

Realizamos 13 sessões, foram ouvidas 38 representantes de órgãos e entidades (conf. anexo) sobre os mais variados temas, ou seja:

* A situação da pobreza e a condição de vida da população de baixa renda da cidade de São Paulo;

* A questão da criança e do adolescente;

* A ação de cidadania contra a miséria e a fome;

* A pesquisa do Instituto LIDAS, encomendada pelo CBIH quanto a atenção da criança na cidade de São Paulo;

* A gestão da Assistência Social pelos serviços públicos;

* A mulher, o idoso e a assistência social;

* As formas de atenção à população de rua;

* As organizações não governamentais e a política de assistência social.

Presidiu a Comissão a Vereadora Aldaiza Sposati, do PL, tendo como relatora a Vereadora Ana Martins, do PCdoB e ainda como integrantes os seguintes Vereadores:

Lidia Correia, do PMDB;
Eder Joffre, do PSDB;
Alberto Calvo, do PSB.

Os trabalhos foram encerrados em 22.09.93, sendo este o relatório final apresentado aos participantes em 06/10/93.

2. "APARTHEID" SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, uma cidade com mais de 9,5 milhões de habitantes, dos quais a maioria é composta de mulheres e, na área metropolitana, cerca de 60% tem menos de 30 anos e só 7% atingem 60 anos.

Segundo o último censo do IBGE, no município de São Paulo, existem 594 favelas, contra 394 no Rio de Janeiro, perfazendo um total de 424 mil favelados e 134.448 domicílios. Na última década, o número de favelas no Estado de São Paulo cresceu numa proporção de 91%, caracterizadas por pequenos núcleos e, principalmente, localizadas na periferia. O IBGE ainda nos diz que do total geral de domicílios somente 32.800 não possuem serviço de canalização interna para abastecimento de água.

As discussões na Comissão de Assistência Social demonstraram uma característica peculiar da cidade de São Paulo, como foi focalizado pela Prof. Maura Pardini Veras que falou da existência de um lado: uma "cidade legal" e do outro irregular ou clandestina, a da pobreza.

No período compreendido entre 73 e 87 a população de São Paulo cresceu em 60% enquanto que a população das favelas cresceu em 1.039%. Este contingente de favelados cresceu principalmente em decorrência do empobrecimento e não só devido à migração.

Podemos dizer que esta cidade da pobreza engloba uma população de cerca de 1 milhão de favelados, somada aos moradores dos loteamentos clandestinos que representam 40% da população da cidade, além dos moradores dos cortiços, hoje 30% da população que vem se deslocando da área central para a periferia e, de certa forma, se espalhando pela cidade inteira.

Segundo dados ainda embrionários apresentados pela professora Maura Pardini Veras os bairros que mais cresceram foram os da Região Leste (Cidade Tiradentes e José Bonifácio) e a Vila Andrade na Zona Sul. Os de maior concentração populacional são: Cidade Ademar, Sapoemba, Jabaquara, Sacomã e Jd. São Luiz. Os que perderam população: Humaitá, Pari, Santo Amaro, Sé, Cambuci e Pinheiros.

Outros aspectos foram abordados na Comissão para se entender a pobreza na cidade de São Paulo. O professor João Batista Pamplona nos falou, inicialmente, do processo de urbanização e industrialização no Brasil nas últimas 4 décadas, que fez crescer a população das cidades com uma taxa de urbanização superior à 75%, levando a uma concentração da pobreza nas cidades. São Paulo, segundo ele, "é o exemplo mais acabado desse processo".

Ele caracteriza como existindo na cidade de São Paulo a pobreza na cidade e a pobreza da cidade.

A primeira, segundo ele, diz respeito às questões relacionadas com o modelo sócio-econômico brasileiro e cujas causas estão relacionadas com o "exodo rural", a consolidação do latifúndio produtivo na agricultura brasileira, a modernização da agricultura que expulsou a mão de obra e não promoveu a reforma agrária... a concentração de renda... As pessoas expulsas do campo chegavam numa cidade como São Paulo e não encontravam emprego e se encontravam eram com níveis salariais muito baixos.

A outra, a pobreza da cidade, é a pobreza eminentemente urbana, que decorre de um fenômeno chamado de "segregação sócio-espacial", que nada mais é do que a versão urbana do "apartheid social" onde você segrega a população na cidade, gerando uma cidade dos pobres e uma cidade dos ricos.

Na sua fala o Prof. João Batista Pamplona diz que é "o preço do solo que vai regular o acesso da população à determinada parte da cidade... A população não tem condições de pagar o preço do solo das áreas centrais, que são áreas de boas condições ambientais e boas condições locais, em decorrência disso esta população é empurrada para a periferia.

E esta população termina vivendo em piores condições de vida, seja na moradia, nos transportes, no acesso aos serviços e equipamentos e, por outro lado, paga o mesmo imposto que os setores mais privilegiados.

Na exposição do Prof. André Medici entre outros, foi abordado o aspecto da desigualdade dos indicadores sociais de São Paulo, quando ele cita dados do estudo do CBIH sobre a cidade:

18% da população do município, em 1991, tinha uma renda familiar de até 4 salários mínimos;
26,1% de 4 a 8 salários mínimos; 10,4% mais de 30 salários mínimos.

Outros dados significativos que foram levantados dizem respeito à distribuição de emprego, em 1991:

23,9% da população está na indústria;
19,7% no comércio;
21% no setor de serviço;
21,3% trabalhadores autônomos;
8,7% funcionários públicos;
2,4% no setor de transporte;
2,5% na construção civil;
0,5% nos outros serviços;

Estes dados demonstram o crescimento do setor terciário na cidade de São Paulo.

Na área da educação temos os seguintes dados:
36% analfabetos ou até 4a. série do 1o. grau incompleto;

31,5% 4a. série completa e não tem a 8a. série;
13% 2o. grau incompleto;
11% 2o. grau completo e superior incompleto 7% superior completo.

Apesar destes dados, como diz o Prof. André Medici, demonstram uma situação melhor que o resto do país, o fato de 40% da população não ter o 1o. grau significa também um número elevado que não tem habilitação para prestar qualquer concurso.

O quadro da saúde no município é caótico. "Os dados mais recentes da Fundação SEADE mostram que o município de São Paulo teve uma queda bastante acelerada de mortalidade infantil nos últimos anos... a taxa de mortalidade estaria hoje em torno de 21 para mil... uma taxa bem abaixo da média brasileira. Agora, existe uma desigualdade a nível do Município que esta taxa pode chegar de 80 por mil a nível de periferia, ou seja, reproduz padrões nordestinos dentro de São Paulo em termos de mortalidade infantil".

No que diz respeito à saúde da mulher 90% dos casos de morte materna são evitáveis se houvesse um atendimento médico adequado. Dados apresentados na comissão dão conta de que em 100 mil mulheres, 49 morrem em decorrência de problemas no parto. São Paulo é o terceiro município em mortes relativas por AIDS e os gastos com a saúde representam apenas 35% em relação ao que se gastava em 89.

Em São Paulo a saúde atingiu níveis altíssimos de desenvolvimento tecnológico, no entanto a maioria da população não tem acesso a esses avanços.

A realidade de São Paulo apresentada na comissão

3 - TEMAS DEBATIDOS

Nestes dois meses de atividades da Comissão de Estudos Sobre Assistência Social, além da discussão sobre a Pobreza Urbana e dados sobre a realidade da cidade, foram enfocados os seguintes temas:

3.1 - Participação na Conferência Nacional da Assistência Social, realizada em Brasília nos dias 22 e 23 de junho de 1993.

Lá estiveram presentes as vereadoras Aldaiza Sposati e Ana Martins que encaminharam Moção de Apoio à Conferência, assinada pelos demais integrantes da Comissão de Saúde da Câmara Municipal.

3.2 - Discussão da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, destacando-se a sua importância e enviando emendas para a referida lei em tramitação na Câmara Federal.

3.3 - Discussão sobre os órgãos Institucionais e Políticas Públicas para Criança e Adolescente.

Na Comissão foi feita apresentação da atual situação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tomou posse em junho de 1992, e dos Conselhos Tutelares empossados em Novembro de 1992.

A Sra. Maria Stela Santos Graciani, atualmente Presidente do Conselho Municipal, expôs o seguinte:

"Em relação ao nosso trabalho temos como prioridade uma articulação orgânica, principalmente com os municipais e regionais da cidade que é quem dá sustentação efetiva às deliberações desse Conselho."

Após, ela apresentou as "dificuldades conjunturais" do Conselho, tais como:

- a violação institucionalizada;
- a falta de entendimento e discernimento da plenitude da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente que foi instituído em 1990;
- total indefinição de políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil e na cidade de São Paulo;
- o despreparo de setores de políticas públicas: nem os conselheiros tutelares, nem os de direito tem uma formação adequada para a função de gestor de políticas públicas de atendimento da criança e do adolescente;
- a falta de infraestrutura, de equipamentos e pessoal que garantam operacionalizar as decisões tomadas.

Na oportunidade Dr. Nazih Cury Meserami, criminologista, fez referência ao trabalho de pesquisa que vem desenvolvendo nos últimos cinco anos sobre homicídios dolosos; suicídios entre crianças e jovens e também sobre a vontade dos jovens de matarem os adultos.

Conforme relata Dr. Nazih:

"... não estabelecemos uma linha de vitimologia da criança e do adolescente, mas de uma ação criminosa e dialética em torno do crime... gostaria de lembrar que a opinião pública está muito errada em torno da violência. Sentimos isso através dos nossos entrevistados na parte da metodologia quantitativa da pesquisa: juizes promotores, membros do Tribunal do Juri e de advogados, todos atuando em áreas de menores ou dos cinco tribunais do Juri da Capital... ouvi coisas dos profissionais de Direito que subsiste da Idade Média no Direito muçulmano, que tem que se cortar a mão da criança que furta. Estamos regredindo".

3.4 - Ações de entidades não-governamentais que lidam com criança e adolescente

Representantes do Centro de Defesa da Criança e Adolescente "Padre Ezequiel Ramim" e da Pastoral do Menor da Região do Helém: falaram do seu trabalho, de mais de 10 anos, com "adolescentes que cometem ato infracional e que hoje estão com a medida sócio-educativa dos artigos 118 e 119 do ECA... um grande grupo é visto de forma inadequada pela população e muitas vezes pelos poderes públicos... temos adolescentes que estão com medida sócio-educativa porque furtaram um boné do colega... temos garotos que estão estudando e muitas vezes trabalhando e, pelo fato de terem passado por uma situação inadequada, são discriminados" (Francisca Silva).

"Encontramos muita dificuldade em estabelecer parceria com o Município... a gente constata que não existem programas de atendimento específico para adolescentes na faixa de 14 aos 18 anos, não existe nada" (Regina).

3.5 - Campanha da Cidadania Contra a Fome e a Miséria

A partir dos relatos e exposições constatamos que existem hoje dois tipos de preocupações no que diz respeito aos Comitês Contra a Fome:

- Comitês de pessoas que têm uma preocupação mais política de resolver a questão da fome do ponto de vista estrutural;
- Comitês de pessoas que acham que se tem que fazer a redistribuição a partir de cada um.

A Campanha Contra a Fome não é exclusiva dos Comitês já existentes, mas hoje os fóruns das ONGs conclamam a necessidade de realizar um mapeamento da miséria no Estado de SP; da atenção à população de rua e da implementação de projetos de geração de rendas voltada a uma ação mais eficaz. (Conforme relato de Maria Magdalina Alves).

3.6 - Apresentação das conclusões do estudo feito pelo Instituto LIDAS em convênio com o CBIH - Centro Brasileiro da Infância e Adolescência.

Este estudo constrói o perfil da criança e do adolescente da cidade de São Paulo. Consideramos importante citar trechos da exposição de Vera Lúcia Vieira: "Conforme consta do relatório, a violência vai da violência física pura e simples, à violência moral, a coerção moral que é essa institucional. Então o que seria a chamada violência institucional? Seria essa de você exigir condições da criança, que ela não tem formas de atender: cobrar material, exigir um tipo de conduta, exigir um tipo de roupa, uma forma de estar, que ela não consegue atender, então ela passa a ser discriminada. É aquilo que elas mesmas relatam: elas passam a ter vergonha de ir à escola. Elas não querem mais ir. Essa é uma forma de expulsão. A segunda forma é que ela não consegue acompanhar o que está acontecendo porque não tem os materiais, então ela é fadada à repetência. Essa segunda forma de expulsão, dentro da questão institucional. Estou criando critério para dar uma certa distinção: há também uma coerção moral. Por exemplo se chamarmos esse tipo de discriminação preconceituosa. Por exemplo: a criança que mora em favela, em cortiço, em lugares muito pobres, ela sistematicamente ouve coisas assim: "Você é favelado". Isso é muito constante, então ela vai ficando com muita vergonha da sua condição de pobreza. E há casos muito comuns de violência física mesmo... conseguimos detectar que 70% das depredações que acontecem nas escolas da rede municipal eram provocadas por alunos que tinham sido expulsos da escola. Eram geralmente esses adolescentes de 14 a 18 anos, às vezes até 20, que não tem como entrar, são impedidos por causa da idade de entrar no supletivo, são impedidos por causa da idade de permanecer no regular, não são atendidos no sistema de assistência social, então ele não tem como entrar novamente no sistema regular de qualquer tipo de atendimento, que o poder público lhe dê. São essas as crianças e adolescentes que mais depredavam.

3.7 - Organizações Institucionais da Política Pública para mulher.

A experiência da Prefeitura de São Paulo no que diz respeito à mulher se refere a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), Casa Eliane de Grammont e a Casa Abrigo.

A CEM foi criada na gestão de 1992 com o objetivo de elaborar e executar políticas públicas em defesa da mulher, da cidadania e contra a discriminação.

A Casa Eliane de Grammont atende e acompanha mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Estes serviços hoje passam por um processo de esvaziamento político e operacional.

Outra política pública existente é a que se refere à garantia de meios à saúde da mulher, como

ção destinada a moradia, trabalho, educação escolar, clínicas ou hospitais.

II - Adoção, pela LIMPURB, de um modelo padrão para o fechamento dos espaços mencionados, o qual deverá integrar-se ao meio ambiente e possuirá um marco de referência indicativo, com informações sobre seu funcionamento.

Segundo a justificativa, objetiva-se propiciar ao munícipe, no âmbito de sua própria Administração Regional, um local para o depósito de entulho e outros remanescentes de obras.

No âmbito da competência desta Comissão, nada temos a opor à presente proposição, porquanto as despesas decorrentes de sua execução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 26 de outubro de 1993.

MIGUEL COLASUONNO - PRESIDENTE
ALMIR GUIMARÃES
ARNALDO MADEIRA - RELATOR
GILBERTO KASSAB
HANNA GHARIB
JOSÉ ÍNDIO F. NASCIMENTO
ODILON GUEDES

PARECER 1657/93 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI 532/93

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Executivo, revogar a Lei nº 10.523, de 18 de maio de 1988, que aprovou plano de melhoramento em Nossa Senhora do Ó.

Segundo a justificativa, estudos procedidos pelos órgãos técnicos da Prefeitura concluíram pela revogação total da supracitada lei, pois a ligação proposta pode ser realizada através de pequenas adequações do sistema viário local, com menor custo para os cofres públicos.

No âmbito da competência desta Comissão, nada temos a opor à presente proposição.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 26 de outubro de 1993.

MIGUEL COLASUONNO - PRESIDENTE
ALMIR GUIMARÃES - RELATOR
ARNALDO MADEIRA
GILBERTO KASSAB
HANNA GHARIB
JOSÉ ÍNDIO F. NASCIMENTO
ODILON GUEDES

LIxARER REIPMS-IVRESE, CONVENIEN...
nessas.

Segundo a justificativa, a iniciativa tem caráter de esclarecimento aos moradores.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 26 de outubro de 1993.

Miguel Colasuonno - Presidente
Hanna Gharib - Relator
Almir Guimarães
Arnaldo Madeira
Gilberto Kassab
José Índio Ferreira do Nascimento
Odilon Guedes

PARECER 1620/93 DA COMISSÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 461/93.

O projeto de lei 461/93, de autoria do Nobre Vereador Henrique Pacheco, visa instituir no âmbito do município a obrigatoriedade para que os ônibus da CMTc e das empresas permissionárias deste serviço, mantenham, quando em atividade, nos pontos finais e iniciais, suas portas sempre abertas para o ingresso livre dos passageiros, usuários do sistema, respeitada a fila. Estabelece para os casos de infração pena de multa no valor de 10 UFM's.

O Ilustre Autor alega em justificativa à matéria que imensas filas se formam nos pontos finais dos ônibus, entre uma viagem e outra, fazendo com que os usuários fiquem expostos à chuva e ao sol. Acredita que obrigando os veículos a manterem as portas dianteiras abertas durante o tempo de permanência nesses pontos, estaremos proporcionando um pouco mais de conforto aos usuários.

Trata-se de matéria de interesse da coletividade, tendo em vista que nossa própria LOMSP dispõe que o transporte público de passageiros deverá contemplar os direitos e deveres dos usuários, considerando o conforto e sua segurança.

Pelo exposto, favorável é o parecer.
Sala da Comissão de Atividade Econômica, 26/10/93.

LÍDIA CORREA - Presidente
PAULO KOBAYASHI
MANOEL SALA - Relator
NELO RODOLFO
BRASIL VITA
HENRIQUE PACHECO

O espaço das mulheres a nível institucional deve ser ocupado como forma de garantir políticas públicas que levem em conta as questões de gênero no planejamento urbano e na administração da cidade;

3.8 - Relação Público x Privada no Campo da Assistência.

"A política de assistência social sob a ótica da relação estatal-privado supõe inclusive, discutir sua distinção da denominação público-privado.

Historicamente foram as organizações da sociedade, que iniciaram o processo do trabalho social, sejam nas formas de lares de atendimento à criança, ou aos doentes, os tuberculosos, em geral isso sempre ramificou ou pelas chamadas irmandades de caridade, as formas então de auxílios mútuos, mesmo a solidariedade e até mesmo filantropia privada. O estado vai comparecer no campo da assistência social bem mais tardiamente. E quando ele aparece é com uma função regulamentadora do privado.

... os pontos que a Lei Orgânica da Assistência Social define sobre esta relação estatal-privado... toda a área da Assistência Social, seja a nível Nacional, pela LBA, pela CBIA, nível estadual pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar-Social e pelo Nível Municipal Secretaria da Família e Bem-Estar-Social, esses órgãos trabalham com os chamados convênios ou seja, a rede de prestação direta é sempre reduzida face à rede conveniada. ... a relação é de uma extensão da ação do Estado, através das entidades sociais, onde não fica claro nessa relação o que é efetivamente parceria. Este é um campo muito obscuro, nessa relação é difícil definir o que é política pública e o que não é até porque muitas dessas relações são fundadas numa certa miserabilidade. ... os valores dos convênios são extremamente insignificantes. ... em que muitas entidades para realizarem um serviço ficam de pires na mão para diferentes órgãos pedindo subsídio, aquela subvenção, aquele convênio, provocando multiplicidade e paralelismo entre os vários órgãos Federal, Estadual, Municipal, nos convênios com a mesma entidade. Há um desperdício de burocracia, de papéis que talvez reduzidos pudessem produzir mais recursos para os próprios serviços" (Aldaiza Sposati)

Ao longo dessa discussão posições distintas foram manifestadas, fundamentalmente no que diz respeito a esta relação: Pública x Privada:

"A questão da municipalização e descentralização das várias instâncias ainda não se constitui numa prática efetiva.

Um outro ponto, considerado pela pesquisa, diz respeito a uma falta de política pública de parceria com as organizações não-governamentais. O Estado, o Poder Público Municipal, não dá conta do atendimento dessa realidade na questão da Saúde, da Educação, do Lazer, do Trabalho, etc, e não efetiva parcerias, alianças com as entidades não-governamentais da sociedade civil.

Por outro lado, há uma falta de definição para financiamento das prioridades, uma total irracionalidade no planejamento.

A divisão, portanto, das responsabilidades das diferentes instâncias de poder, quer municipal, estadual ou federal, se trombam ao invés de realmente, compartilhar os poucos recursos disponíveis para essa área social de atendimento. Não avança o processo de democratização do Estado, pelo contrário, uma visão clientelista e paternalista ainda faz parte de todo atendimento a nível geral, não há uma participação efetiva da sociedade civil, com raríssimas exceções, de movimentos que ainda se encontram de maneira isolada. Não há uma aglutinação, uma mobilização articulada, frente às políticas públicas de atendimento na cidade de São Paulo, principalmente a partir de 1993." (Maria Stela Graciani)

"Se confundia gratuidade com parceria e a parceria ela pretendia que as entidades colaborassem até com recursos, por exemplo, para atendimento de uma criança numa creche, ou num centro de juventude conveniado.

Então a gente via que ou se esperava por contribuição nas entidades mais periféricas, nas tradicionais não existem recursos próprios, então a gratuidade ela é assegurada quando o recurso é repassado, porque a parceria se estabelece apenas administrando recursos corretamente, abrindo mão de seu equipamento físico impossibilitando a sua execução correta, a iniciativa, contando a comunidade se responsabilizando pelo recurso público. Se ficar claro que o gratuito é com recurso público das 3 esferas de governo acho que tudo bem." (Luiz)

"Nós não temos dificuldades de defender o princípio da gratuidade. Pelo corte que é dado da própria clientela é um corte relacionado à renda: ou é uma população sem renda, destituída de qualquer renda, desempregada, do mercado formal de trabalho ou é uma população com baixíssima renda. Portanto justifica-se plenamente por todos os argumentos a gratuidade. Quando entra em parceria com o poder público na forma de convênio vem outro argumento reforçador da ideia de gratuidade. Os próprios convênios que são feitos pelo poder público, pelas Secretarias de Bem-Estar-Social, de Promoção e Desenvolvimento Social já estabelecem suas normas a exigência de ou gratuidade social ou uma proporção de gratuidade para a clientela atendida. Então por essas razões todas me parece claro que o princípio da gratuidade tem que ser reafirmado e consagrado na Lei Orgânica de Assistência Social.

Cada vez mais voluntariado, o amadorismo, a improvisação vão dando lugar a uma profissionalização nessas entidades. umas mais e outras menos até para realizar a parceria com o Estado, para discutir o por capita, para enfrentar a questão dos custos, dos aluguéis, dos salários, enfim para fazer o planejamento das suas atividades, elas tem que se profissionalizarem." (Adhemir)

"Você não pode colocar hoje todas as entidades dentro dessa conceitualização de ONG's. Existe uma diferença. Existem algumas ONG's que recebem financiamento e todas as pessoas são remuneradas. Elas trabalham em cima de programas e projetos. Não existe uma diretoria com presidente, vice e etc. Existe um colegiado, um coletivo que trabalha em cima de determinados projetos e recebe financiamento em cima de determinados projetos. Eles tem que prestar contas daquelas atividades.

Essas lideranças são profissionalizadas para exercer aquela atividade. Por isso digo que existe diferença." (Lígea)

3.9 - Relato das condições de vida da população da rua:

"Um certo dia um cidadão chegou na casa de convivência e passou para mim que estava de emprego arrumado, tudo encaixado já e quando foi para entregar os documentos dele, o pessoal pediu o endereço e deu o endereço do Odair. A partir do momento que ele deu o endereço do Odair, o rapaz disse: você não pode preencher a vaga porque você não tem endereço de residência. Ai ele procurou a gente e perguntou o que fazer. O que fazer, porque ele não sabia mais quais eram os direitos dele e a gente fica pensando: será que existe certa lei que possa levar uma reclamação até essa pessoa. Ele não sabe disso. Poucas pessoas sabem também. Ele chegou e disse: será que não existe uma lei que obrigue certa pessoa a me dar esse emprego, até mesmo pagar um fundo, para ir para um fundo de moradia, para população de rua? Porque a população de rua são as únicas pessoas que não tem fundo de moradia. É o povo só vive dizendo que a população de rua tem que sair da rua. Mas o mais importante não é falar: tem que sair da rua, mas sim chegar, procurar meios que possam tirar eles da rua". (Ricardo Rodrigues)

"Na administração passada estávamos tentando garantir algumas políticas, principalmente com relação à população de rua. Chega uma nova administração e joga tudo no chão e tem que recomençar, ficamos meses escrevendo, refletindo e depois aparece uma política que em cada 3 páginas tinha uma palavra que falamos. Vamos brigar de novo. Ai vem outra administração e essa política nova cai por terra. Garantir uma política é muito difícil. Queria descobrir um meio para assegurar o mínimo necessário dentro dessa política que se faz porque a gente se torna como palhaço do poder público. O poder público chama as organizações para poder escrever política. Daqui alguns dias a gente via acabar escrevendo a nossa própria política, vamos viver a partir da nossa política. É aquele caso de fazer justiça com a própria mão. Vamos fazer um tipo de política que isso seja reconhecido, entre os excluídos porque o poder público não leva em consideração a opinião dos pequenos. Geralmente a gente vê projetos, agora vão fazer a revisão da constituição para quê? Existem tantas leis que não são cumpridas." (O Sr. Nilton).

LEI 11.430 DE 25 DE OUTUBRO DE 1993.

(Projeto de Lei 342/93).
(Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho).

Institui no âmbito do Município de São Paulo a "Semana Demônios da Garoa".

Antônio Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do art. 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Município de São Paulo, a "Semana Demônios da Garoa", a ser comemorada, anualmente, na terceira semana do mês de setembro.

Art. 2º - O evento de que trata o art. 1º desta lei integrará o calendário oficial do Município de São Paulo.

Art. 3º - O evento maior dessa semana comemorativa será a realização de concurso do qual participarão conjuntos vocais que deverão interpretar, exclusivamente, música popular brasileira, e, em especial, músicas do repertório do conjunto "Demônios da Garoa".

Parágrafo único - O referido concurso será realizado em teatro da municipalidade e ao vencedor será oferecido o troféu denominado "Trem das Onze".

Art. 4º - A presente lei será regulamentada no prazo de trinta dias, contados de sua publicação.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

"Quem está na rua e não tem residência fixa. Quem está mal vestido e está sujo, não consegue nada. Eu penso que em qualquer lei que surja a partir desse trabalho, de assistência social, acho que para ser realmente uma lei que favoreça, que seja de assistência à essas pessoas tem que ser feita a partir dessas pessoas. A partir do clamor dessas pessoas, e também depois de promulgadas estas leis, devem chegar até eles. Penso que essas pessoas não tem acesso aos meios de comunicação com o jornal, televisão o rádio. É muito pequeno o acesso. Dever-se pensar alguma forma de as leis chegarem até eles. Depois, também os meios políticos, as repartições públicas que não dão nenhuma atenção à essas pessoas. Qualquer pessoa hoje, por exemplo, na questão da saúde, que é uma questão que conheço um pouco mais, qualquer pessoa que chegue hoje no pronto-socorro, que está com sua mochila, com seu galo, ele não é bem recebido, ou melhor não é recebido porque está sujo e mal vestido. Talvez nossas leis, tivéssemos que pensar também num trabalho de educação, humanização das repartições públicas. Eu acho que principalmente na área da saúde que é das mais procuradas por essa população" (Ronam).

4 - CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Nestes dois meses de trabalho da Comissão de Estudos para formulação de um modelo de uma política para a área da Assistência Social, foi intenso o rico o nível das discussões sobre a situação da pobreza urbana, da criança e do adolescente, das mulheres, dos homens de rua, dos equipamentos sociais e das políticas públicas.

Ressaltamos a ausência de representantes dos órgãos oficiais, a exceção da Superintendência Regional da LBA e da FCBIA, os demais não atenderam aos inúmeros convites feitos pela Comissão, tais como:

- Centro de Apoio Social e Atendimento - C.A.S.A.
- Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar-social do Estado
- e o comparecimento em uma única reunião do representante da Secretaria da Família e Bem-Estar-Social do Município.

Os debates demonstraram a ausência de uma política de enfrentamento ao "Apartheid Social" no Município de São Paulo. Tanto as iniciativas governamentais como da Sociedade civil organizada, são medidas ainda tímidas, portanto descontinuas frente à complexidade e gravidade das várias e múltiplas questões sociais colocadas através dos interlocutores presentes ao longo dos trabalhos da comissão.

Outra constatação foi a falta de articulação entre as diversas instâncias que atuam na campo da assistência.

A insuficiência e a ineficácia de respostas governamentais à demanda social justificavam-se pela má utilização de recursos, paralelismo de ações, uso clientelista da máquina administrativa, a ausência do controle social nos programas, a falta de participação popular.

Durante os debates da Comissão foram denunciadas ações da atual gestão municipal com relação a política de atenção à criança: a Guarda-Mirim - "A Militarização substituindo o lúdico, a criança deixando de ser criança, antecipando comportamentos violentos inclusive do ponto de vista adulto". Um outro aspecto é a gestão dos equipamentos sociais, creches - a denúncia do Programa "Adote uma creche", ou seja, execução de um programa de privatização ou terceirização de equipamentos públicos destinados à população, certamente produzirá efeitos perversos tais como: a desobrigação do Governo Municipal na execução da política social local e da oferta dos serviços de qualidade à população; garantia do direito de cidadania; o acesso aos direitos sociais - creche, educação, saúde.

Os trabalhos desta Comissão oportunizaram, além da discussão sobre a pobreza urbana e o fenômeno da exclusão e da segregação na cidade de São Paulo, o debate sobre a gestão da assistência social por instituições do poder público e por organizações não governamentais.

Fruto das discussões realizadas foi a apresentação das seguintes propostas:

- Criação de uma Comissão Permanente da Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo, com o objetivo de discutir a política de atenção aos excluídos nesta cidade;

- Realização de um estudo comparativo, no que diz respeito à questão da Assistência Social, entre a Lei Orgânica do Município, Constituição Estadual e LOAS.

- Promoção de uma ampla discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, evitando que sejam elaborados projetos de lei que se contrapõem ao que rege o estatuto, simultaneamente divulgar o seu conteúdo visando a mudança de comportamento da realidade da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

- Criação de um coletivo constituído pelas entidades participantes do processo de discussão dessa comissão da Assistência Social, aberto à novas adesões;

- Elaboração de ante-projeto para criação de um Conselho Municipal da Assistência Social e - realização da Conferência Municipal da Assistência Social.

Presidenta - Ver. Aldicea Sposati

Relatora - Ver. Anna Martins

Ver. Lídia Correa

Ver. Alberto Calvo

Ver. Eder Jofre



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 1056

do processo nº 196/93 de 19 23, 6, 94 (a) M. Elizabeth Machado

Ao DT.94 - Senhor Chefe,

Encerrados os trabalhos desta Comissão de Estudos, encaminhamos os 02 (dois) volumes anexos, para arquivamento.

Atenciosamente,

23-6-94

M. Elizabeth Machado

Maria Elizabeth Machado
Secretária

DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. enc. c 1056 fls.
Arquiv. em 28/6/94
O Fl. 02

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica I

S E G U E....., juntado, nesta data, documento e papel para Informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)